UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DARLAN PRAXEDES BARBOZA

O JOVEM PREBISCH (1901-1943)

Versão corrigida

São Paulo

2018

DARLAN PRAXEDES BARBOZA

O JOVEM PREBISCH (1901-1943)

Versão corrigida

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof.º Livre-docente Luiz Carlos Jackson.

Co-orientador: Prof.º Dr.º Alejandro Blanco

São Paulo

2018

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Darlan Praxedes Barboza

Data da defesa: 05/12/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Luiz Carlos Jackson

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 08/01/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B223j Barboza, Darlan Praxedes
O Jovem Prebisch (1901-1943) / Darlan Praxedes
Barboza ; orientador Luiz Carlos Jackson. - São
Paulo, 2018.
151 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
concentração: Sociologia.

1. SOCIOLOGIA. 2. INTELECTUAIS. 3. RAÚL PREBISCH.
4. ECONOMISTAS. 5. ARGENTINA. I. Jackson, Luiz
Carlos, orient. II. Título.

BARBOZA, D. P. **O Jovem Prebisch (1901-1943)**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Agradecimentos

Como se sabe, e como em geral em quase tudo que se faz na vida, a realização de um trabalho de pesquisa supõe muitos braços por detrás daqueles solitários dedicados à escrita, esforços incomensuráveis dos que afetuosamente suportaram sofrimentos e lutaram para ver alguns dos seus “chegar lá”, como se diz correntemente. Esconde também microdecisões individuais, acasos e circunstâncias, desvios e tropeços (que beiram por vezes a desesperança), pontos de tensão entre o improvável da história e os possíveis da biografia que teima em se fazer e ampliar o horizonte de possibilidades apesar das resistências. De modo que a presente dissertação só podia ser fruto da aposta e cooperação (e mesmo entrega) de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua confecção e a tornaram menos penosa.

Ouvi alguma vez que a universidade é espaço rico de contato dentre outras razões porque cada um carrega suas origens de classe, contradições, visões de mundo, ambições, marcas identitárias, etc. Sempre pensei o que significou isso para mim e meu irmão Danilo, com quem tantas vezes ao longo da graduação e em horas a fio no trajeto universidade-casa compartilhamos reflexões, angústias, esperanças, projetos e, claro, uma boa dose de desentendimentos intelectuais e pessoais. Descobri mais tarde que ambos possuíamos fragmentos de razão e que das divergências apenas restariam o amor fraterno dos que experienciam a mesma condição. Nem todos têm o privilégio de ter um irmão companheiro de graduação em ciências sociais e, muito menos, um irmão amigo a quem se admira verdadeiramente. Através dele, agradeço à Gabriela, cunhada e amiga tão presente nesses últimos anos.

Admiração que, aliás, sempre tivemos em relação à nossa mãe e que apenas cresceu ao longo dos anos. Fomos aos poucos percebendo de que maneira as pessoas e pesquisadores que somos ou, ao menos, pretendemos ser, é profundamente marcado pelo que – e sem nenhum juízo conservador de fundo – aprendemos em casa. Brincávamos que, de alguma forma, e sem a força que emana da fonte, nos inspirávamos no exemplo de ascese weberiana que nossa mãe encarnou. Seu testemunho de sacrifício e dedicação nos permitiu alçar outros vãos e percorrer caminhos que se tornaram também os seus. A ela meus agradecimentos.

Agradeço especialmente à Tamara, que suportou descontraída e alegremente os pesares e mau humor provocados pela tarefa ora concluída. Devo a ela o estímulo diário, a compreensão de minhas faltas e o esforço constante em aquietar minhas aflições, ouvir

pacientemente meus “achados de pesquisa” (que não passavam de delírios, muitas vezes) e se empolgar com eles tanto quanto seu autor. É vão o esforço de exprimir em palavras o quanto devo a ela e, por isso, apenas agradeço por seu amor e dedicação.

Sou profundamente grato ao professor Luiz Carlos Jackson, amigo e orientador dessa dissertação. Luiz me acolheu no Departamento de Sociologia e me orientou com o espírito generoso e estilo assertivo que o caracterizam. Agradeço a ele por ter me confiado sua amizade e de sua família e pela condução segura em meio aos dilemas e tempestades intelectuais e pessoais. Sua compreensão ampliada do ofício acadêmico instilou em todos nós – acredito falar em nome de todos (as) seus orientandos (as) – a percepção de que as exigências científicas não são incompatíveis com o convívio cordial e afetivo.

Aproveito para agradecer aos amigos (as) do Núcleo de Sociologia da Cultura (Fernando, Flavia, João, William, Ivo, Marcelo, Wellington, Sergio, Paula, German, Davidson, Tony, Wesley, Diego, Luiz, Aline, Fatima, Monica, Allana, Marcia e Vanessa) pelo companheirismo e apoio e pelas discussões acaloradas e construtivas. Aprendi com eles (as) que a travessia universitária se torna mais plena de sentido e agradável nos encontros, nas conversas de corredor, cafés e bares, que nos aproximaram a todos (as). Com Wellington, particularmente, compartilhei meus impasses e encontrei amparo e conforto para as questões da vida pessoal e universitária. A todos (as) eles (as) meus sinceros agradecimentos e o desejo de que nossa amizade e fraternidade intelectual perdurem por toda a vida.

Agradeço também aos membros de minha banca de qualificação, professores Maria Arminda do Nascimento Arruda e Bernardo Ricupero, pelas sugestões, estímulos e críticas. Seus apontamentos ajudaram a modelar esse trabalho. Na mesma direção, registro meus profundos agradecimentos aos integrantes da banca de defesa, professoras Jimena Caravaca, Lidiane Soares Rodrigues e professor Sergio Miceli, pelo empenho com que leram o texto final, pela agudeza de suas observações e generosidade de seus apontamentos críticos.

No período em que passei em Buenos Aires, entre abril e julho de 2017, que já se tornaram saudosos para mim, pude contar com o apoio de pessoas muito especiais. A começar por Luiz Jackson e Alejandro Blanco, co-orientador desta dissertação. Amante de Buenos Aires, Luiz foi uma companhia constante nas ligações por Skype. Foi ele o entusiasta e articulador de meu estágio no estrangeiro. Sou imensamente grato por seu amparo (nos momentos de baixa e alta) e pelo empenho em me tirar da reclusão do trabalho e me contar sobre as maravilhas da vida portenha, que valiam ser vividas com a mesma paixão dispensada às tarefas intelectuais. No mesmo sentido, sempre recordarei das conversas instigantes com Alejandro nas ruas de Caballito. Pude ver de bem perto e aprender com a verve e o

entusiasmo intelectual do “Che”. Como costumamos dizer por aqui, é realmente uma “máquina” a serviço da sociologia.

Também faço aqui meus agradecimentos a Nicholas (um hermano-brasileiro ou um brasileiro-hermano ?) e Sara pela amizade, teatros e farra. A companhia desses dois fez os meses em Baires mais divertidos. Com que generosidade me receberam em suas casas, me incluíram em seus passeios e viabilizaram esta pesquisa garimpando livros e disponibilizando uma câmera fotográfica para o trabalho de registro das fontes impressas!

Impossível seria listar todos (as) os (as) amigos (as) que fiz nos hostels da cidade. Conheci brasileiros, colombianos, equatorianos, argentinos e venezuelanos que deixaram saudades. Sinto-me privilegiado por ter sido confidente de seus dilemas, angústias e, o que é notável dado o contexto, alegria e calidez de suas personalidades. Do drama dos venezuelanos, particularmente, ficou em mim o sentido da luta esperançosa por dias melhores. Que os momentos por que passam sirvam de esteio para uma compreensão ainda mais alargada da vida e que estejam preparados para a difícil operação de converter rancor e/ou ressentimentos em tolerância.

Sou muito agradecido também a toda equipe da *Universidad de San Andrés* responsável pela preservação e disponibilização para consulta do *Fondo Documental Federico Pinedo*. Digo orgulhosamente que fui o primeiro pesquisador a ter acesso a esse material e devo isso especialmente à historiadora Natalia Westberg, que me dispensou enorme atenção e colaboração para o trabalho de coleta.

Finalmente, dedico este trabalho a meus irmãos de longa caminhada e tantas aventuras e desventuras, Erick e Rogério, e às professoras Rita Valéria e Celia Motta, que nos tocaram em sua militância pela educação pública, inteligência crítica e sensibilidade social e mudaram definitivamente o curso de nossas vidas.

Esta pesquisa não teria sido possível sem o auxílio financeiro do CNPq durante todo o mestrado e do Departamento de Sociologia, que me ajudou com os custos financeiros durante a estadia em Buenos Aires. Agradeço ao Departamento em nome do então coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, professor Marcos César Alvarez.

“Nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma sociedade completou a sua jornada intelectual” (C. Wright Mills, *A Imaginação Sociológica*)

“Eles pensaram que seria desastroso prosseguir em grupo. Cada um penetrou na floresta em um ponto que ele próprio escolhera, onde ela era mais sombria e não havia nenhuma trilha. Se houvesse uma trilha, seria a de alguma outra pessoa e esta não seria a sua aventura” (Joseph Campbell, *A Jornada do Herói*)

RESUMO

BARBOZA, D. P. **O Jovem Prebisch (1901-1943)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

Esta dissertação se debruça sobre a trajetória de Raúl Prebisch entre 1930-1943, período conhecido na historiografia argentina como a “década infame”. Objetiva-se capturar como o jovem economista construiu uma exitosa carreira nos escalões superiores da burocracia estatal argentina valendo-se de sua origem social entre os Urriburu de Tucumán (família tradicionalmente vinculada ao poder desde os tempos coloniais), das relações de amizade e colaboração especializada com os responsáveis pela restauração conservadora da década de 1930 e da alta cotação de seus conhecimentos num cenário de emergência econômica. Em meio às repercussões negativas da crise de 1929 sobre a economia argentina e o ressurgimento das forças políticas oligárquicas, que buscaram na ciência econômica sua fonte de legitimidade, Prebisch se capitalizou como a liderança do processo de modernização do Estado ao dispor de uma rede privilegiada de contatos que possibilitou o acesso às novas oportunidades de colocação na burocracia, além de projetá-lo como mediador entre as novas demandas estatais, o poder executivo e os jovens economistas da Universidade de Buenos Aires.

Palavras-chave: Raúl Prebisch; Argentina; “cartel de cerebros”; técnicos estatais; ciência econômica; saberes de Estado; política econômica; “década infame”.

ABSTRACT

BARBOZA, D. P. **The young Prebisch (1901-1943)**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018.

This dissertation focuses on the trajectory of Raúl Prebisch between 1930 and 1943, a period known in Argentine historiography as the "infamous decade". It aims to capture how the young economist built a successful career in the upper echelons of the Argentine state bureaucracy using the social origins among the Uriburu of Tucumán (family traditionally linked to power since colonial times), friendship and technical collaboration with those responsible for the conservative restoration of the 1930s and his highly esteemed knowledge in an emergency economic scenario. In the circumstances of the negative repercussions of the 1929 crisis on the Argentine economy and the resurgence of oligarchic political forces, which sought the economic science as their source of legitimacy, Prebisch capitalized himself in the leadership of the process of modernization of the State by having a privileged network of contacts that enabled him to control the new opportunities of placement in the bureaucracy and projected him as a mediator between the new state demands, the executive branch and the young economists of the University of Buenos Aires.

Keywords: Raúl Prebisch; Argentina; "brain trust", states technicians; economic science; state knowledge; economic policy; "infamous decade".

Lista de abreviaturas e siglas

BCRA – Banco Central da República Argentina

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNA – Banco da Nação Argentina

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CLES – Colégio Livre de Estudos Superiores

CONICET – Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas

DGIR – Departamento Geral de Imposto à Renda

FCE – Faculdade de Ciências Econômicas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FND – Federação Nacional Democrática

FORJA – Força de Orientação Radical da Jovem Argentina

ILPES – Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social

IMIB – Instituto Movilizador de Instituciones Bancarias

JNC – Junta Nacional de Carnes

ONU – Organização das Nações Unidas

PRO – Proposta Republicana

PS – Partido Socialista

PSI – Partido Socialista Independente

RLCS – Revista de Letras e Ciências Sociais

SRA – Sociedad Rural Argentina

UBA – Universidade de Buenos Aires

UCR – União Cívica Radical

UDESA – Universidade de San Andrés

UNCTAD – Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNLP – Universidade Nacional de La Plata

UNT – Universidade de Tucumán

Sumário

Introdução.....	14
Capítulo 1 – Raúl Prebisch na Tucumán Cultural.....	26
Origem social.....	26
Os Prebisch e os temas culturais.....	32
Aspectos da vida econômica e cultural de Tucumán na virada de século.....	36
Capítulo 2 – Prebisch e Pinedo: técnica e política na “década infame”.....	50
Pinedo: origem social e trajetória política.....	52
Pinedo e a restauração conservadora.....	58
Prebisch: trajetória universitária e profissional.....	66
Prebisch e o “cartel de cerebros”.....	74
Capítulo 3 – O anticlímax das reformas econômicas: ciência e política em rota de colisão	91
<i>La Prensa</i> , Lisandro De La Torre e os reformadores econômicos.....	95
O debate do orçamento de 1935.....	99
O debate de criação do BCRA e do IMIB.....	101
O “debate das carnes”	106
Epílogo.....	127
Referências bibliográficas.....	136
Anexos.....	145

Introdução

É sabido que as ideias cepalinas se generalizaram na América Latina e se converteram em referência para os governos da região. Entretanto, pouco se sabe a respeito da configuração do grupo de intelectuais da CEPAL¹, suas relações, particularidades, tensões, preferências teóricas e experiências prévias. A literatura sobre o tema costuma enfatizar o papel de Prebisch como figura que exerceu atração sob essa geração e lhe deu unidade. O grupo de economistas que reuniu ao seu redor era jovem, pequeno e plurinacional, o que explicaria sua receptividade à doutrina prebischiana e subordinação ao estilo, vigor e idade do mestre que inspirava reverência. Com seu estilo tradicional de liderança, qualidades pessoais e capacidade intelectual soube soldar a jovem geração em um novo projeto institucional e intelectual (Hodara, 1987).

No entanto, tal coesão não obscurece o fato de que havia entre seus integrantes evidentes diferenças de idade, formação, origem nacional, interesses profissionais e intelectuais. Tais aspectos permitem colocar as seguintes questões: quem eram esses jovens intelectuais? Quais suas origens sociais? Como se relacionavam com as elites do poder nos seus países de origem? Quais suas experiências pregressas à passagem pela CEPAL? Obtiveram formação especializada em economia? Quais suas relações e posições frente à geração anterior de economistas pouco profissionalizados e treinados nas universidades? Quais relações mantinham com o Estado e instituições políticas? De que modo ocorreu o cruzamento entre essas trajetórias e quais seus significados culturais e intelectuais?

A fim de enfrentar algumas dessas questões, os textos a seguir se concentrarão sobre a trajetória (origem familiar, formação acadêmica, grupos de sociabilidade, aspirações profissionais e vinculações com o Estado) de Raúl Prebisch tendo como pano de fundo os processos locais de institucionalização e profissionalização da economia enquanto ciência e saber à disposição do Estado.

Diante das constrações intelectuais com as quais se deparou e ambiente de radicalização política e ideológica, importa investigar seus posicionamentos políticos, estratégias a partir

¹ Criada em 1948 como órgão da ONU, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) se transformou numa escola de inovação em economia política ao produzir informes anuais sobre as economias locais que se tornaram referência para a compreensão dos problemas econômicos e sociais (e mesmo políticos) latino-americanos. Produto de pesquisas e análises feitas por especialistas, seus estudos explicitavam os entraves que bloqueavam o desenvolvimento latino-americano e sugeriam medidas para a superação do atraso. Ao longo dos anos 1950-60, a CEPAL se constituiu no centro de um campo de reflexão e difusão de conhecimento em ciências sociais e sede dos principais debates econômicos acerca da região.

das quais abriu espaços de ação, relações de aliança e/ou disputa com as elites do poder, forma como mobilizou o discurso técnico-científico e se projetou nas carreiras estatais, representações que operou dos papéis do economista e capacidade com que se construiu como representante incontestado de sua geração.

Dessa forma, a pesquisa se concentrou sobre: i) a reconstituição da trajetória de Prebisch tendo em vista o contexto institucional das ciências sociais na Argentina; ii) a análise das relações entre economistas e Estado na Argentina dos anos 1930 a fim de observar o processo da constituição da economia como saber acadêmico e de Estado; iii) a verificação do engate entre teoria/política e ciência/Estado no caso específico desse economista, que, ao passar pela burocracia estatal, contribuiu para imprimir nas instituições públicas novos valores e princípios científicos que se mesclaram ao Estado e pretenderam guiá-lo.

Uma visada de conjunto do grupo cepalino exigiria expandir os eixos analíticos acima expostos aos outros quadros da CEPAL, tais como, dentre os principais, Celso Furtado, Jorge Ahumada, Juan Noyola, Regino Boti, Alex Ganz, Victor Urquidi, José Antonio Mayobre e José Medina Echavarría. Apenas então se disporia dos elementos para abordar a CEPAL como uma “escola de pensamento” (Tiryakian, 1979; Bulmer, 1984) que, ao plasmar num corpo teórico um conjunto de valores, princípios, aspirações ideológicas e profissionais, forjou teórica e politicamente uma identidade latino-americana e um projeto de intervenção sobre a realidade cuja concretização ligava-se a um conjunto de instrumentais técnicos adequados às especificidades históricas nacionais e regionais. Nesse sentido, as ideias da CEPAL plasmaram um diagnóstico conciso e empiricamente fundado dos males de origem da América Latina e um prognóstico claro e eficiente das medidas a tomar a fim de destravar seu desenvolvimento econômico.

Desde a perspectiva da análise dos fatores sociais e culturais que delinearam as trajetórias dos cepalinos, as hipóteses seguintes mereceriam ser testadas: i) em que pese as diferenças entre suas respectivas realidades históricas nacionais e os padrões algo distintos do processo de formação das classes sociais, os economistas cepalinos provinham de famílias com passagem na estrutura político-administrativa local; ii) no bojo do processo de institucionalização e profissionalização das ciências sociais na América Latina do pós-guerra e das possibilidades de colocação que surgiam, renovaram seus vínculos com o sistema político através da reputação que adquiriram como artífices da construção da CEPAL, que os treinou consoante as técnicas científicas mais avançadas, os colocou em contato uns com os outros, oferecendo as condições materiais e intelectuais para o trabalho coletivo, e incutiu o

sentido da formação profissional; iii) o grupo da CEPAL se unificava e se distinguia pela partilha dos mesmos princípios, valores e atividades.

Tal direção analítica, a de apreender a CEPAL como “escola de pensamento” (Tiryakian, 1979; Bulmer, 1984)², exigiria resgatar suas querelas e alinhamentos internos e os papéis intelectuais distribuídos entre suas principais figuras que, ao longo da experiência formativa propiciada pela larga e intensa convivência, de colaboração e competição, adquiriram o sentimento de pertencer à comunidade intelectual dos economistas latino-americanos e partilharam de um novo *ethos* profissional que, na vanguarda no processo de constituição das ciências sociais na América Latina (em particular a economia), lhes deu projeção como figuras relevantes nos espaços político e acadêmico na esteira do prestígio da CEPAL e de sua própria notoriedade enquanto técnicos cepalinos.

Uma análise desse tipo permitiria esboçar a formação da classe dos economistas latino-americanos e conjecturar a respeito da novidade representada pela CEPAL do ponto de vista da elaboração de uma “escola de pensamento” (Tiryakian, 1979; Bulmer, 1984) forjada em torno da ambição de um projeto de desenvolvimento especificamente latino-americano e de sua significação cultural enquanto experiência coletiva e *locus* formador de uma *intelligentsia* com inclinação à ação estatal.

Nos limites da presente dissertação, entretanto, e com o intuito de sedimentar as bases históricas e teórico-analíticas para um trabalho de maior fôlego, a análise se limitará ao exame de parcela da trajetória de Prebisch pouco conhecida e mais controvertida, o de seu período na Argentina. Dessa forma, o foco incidirá não no fundador do estruturalismo latino-americano e no construtor de instituições tais como a CEPAL, o ILPES e a UNCTAD, mas no “outro Prebisch” (Dosman, 2001), ou seja, no jovem economista que se tornaria conhecido em seu país como a inteligência estatal que colaborou para a restauração conservadora do período 1930-43.

De fato, é possível identificar esquematicamente a existência de dois Prebisch com sinais invertidos: o de seu período na Argentina, onde passaria à história como um “vendepatrias” desde o ponto de vista da militância nacionalista e peronista; e o que se faria conhecido na América Latina a partir de fins da década de 1940 como o “pai do desenvolvimento” (Dosman, 2001). Como sintetiza Pollock (2006, p. 13):

² De acordo com Rosa Freire D’Aguiar Furtado: “Esses economistas da primeira geração cepalina formavam um pequeno grupo entrosado, que cultivava o diálogo franco sobre projetos e hipóteses, teorias e análises que cada um desenvolvia na sede, em Santiago do Chile, ou em missões pelos países da América Latina” (D’Aguiar Furtado, 2008, p. 14).

“[...] simultaneamente la vida de Prebisch proyecta una doble imagen, casi la de una personalidad escindida. Aparece primero el Prebisch internacional de la CEPAL, la UNCTAD, y por sobre todo: la prestigiosa personalidad de la ONU; el fundador del estructuralismo, el innovador y artífice de instituciones; el proponente de la integración regional de America Latina; y el incansable luchador por la justicia en las relaciones globales y regionales. [...]. El otro Prebisch es irreconocible, durante los años en que se desempeñó en la función pública en Argentina y antes de su expulsión del Banco Central en octubre de 1943. En este periodo la imagen de Raúl era diferente. Era todo menos el reformista de los años posteriores y se lo asociaba, en cambio, con la oligarquía argentina y la Restauración Conservadora entre los años 1930 y 1943, un periodo conocido como la ‘década infame’. Trascendió como el beneficiario del golpe de estado de 06 de septiembre de 1930 dirigido por el General José Félix Uriburu, quien lo designó Subsecretario de Hacienda a la edad de 29 años [...]. La prestigiosa figura pública de Prebisch en la ONU a partir de 1949 parecía muy diferente en su estilo personal a aquella de los años previos a 1943. [...]. ¿Cuál era el ‘verdadero’ Raúl Prebisch?”.

Tal dicotomía entre a vida e obra de Prebisch, a recepção controvertida de suas ideias entre as diversas forças político-ideológicas³ e as disputas em torno de sua biografia não serão objeto desta dissertação. Tampouco se procurará alguma solução de continuidade para sua “dupla personalidade” (Dosman, 2001). A atenção se voltará para a carreira de Prebisch no âmbito da história política e econômica de seu país natal entre os séculos XIX e XX sem a preocupação de estabelecer as conexões que permitiriam ver no criador do Banco Central o inventor da CEPAL.

O que se buscou foi apreendê-lo na relação com os círculos sociais e políticos dominantes, vislumbrar a construção de sua trajetória na burocracia estatal no entre-guerras em meio aos conflitos políticos e ideológicos locais e, por fim, atinar com os efeitos de tal itinerário sobre a construção de sua imagem na Argentina.

O primeiro capítulo se concentrará nas origens sociais de Prebisch. Tendo em vista compreender seus significados na trajetória ascensional do economista serão delineados os condicionantes sócio-culturais de sua infância e juventude e de sua família no âmbito da formação econômica e histórica de Tucumán, província localizada na porção noroeste do país onde cresceram os Prebisch.

³ “[...] los sectores de derecha podían encontrarlo ‘serio’, cuando hablaba de disciplina económica, o ‘divagante’, cuando alentaba medidas de neto corte interventor, mientras que la izquierda podía leerlo como un transitorio compañero de ruta cuando planteaba los objetivos sociales del desarrollo, o como un adversario a escarnecer por su defensa de una versión reformada y más sustentable del sistema capitalista. En una veta similar, desde el costado ortodoxo – vernáculo o desarrollado – se lo ha señalado como el ‘culpable’ intelectual de los excesos de la industrialización sustitutiva; y desde la vereda ‘populista’, liderazgo políticos irresponsables han encontrado cómodo apoyarse en una mitad de las propuestas cepalinas para justificar, falazmente, administraciones miopes, incapaces o venales” (Camou, 1981, p. 13).

Importa investigar as relações dos Prebisch com as famílias de maior antiguidade e força política nos âmbitos local e nacional, sugerindo conexões significativas entre as ondas migratórias no norte argentino (o que permite sondar os significados culturais da chegada do pai de Prebisch, um alemão, e sua fixação numa província como Tucumán), as alianças matrimoniais no seio dos grupos dominantes locais⁴, a formação das instituições culturais regionais nas quais se formaram, buscando na síntese do processo histórico os elementos (políticos, econômicos e culturais) que ajudam a explicar algumas das razões da centralidade adquirida pelos Prebisch na vida cultural e política argentina do século XX.

Particularmente, as inovações culturais promovidas em Tucumán em fins do século XIX serão sumariadas para sustentar o argumento de que a exitosa e meteórica trajetória de Raúl Prebisch na universidade e na administração pública argentina ao longo dos anos 1930-40 apenas se torna compreensível quando se tem em vista a formação e treinamento que adquiriu nas instituições culturais forjadas naquela província, que então vivera seu momento de glória econômica e cultural.

Nesse sentido, a ênfase na origem social de Prebisch e no contexto histórico tucumano inova na medida em que desenha uma estratégia argumentativa ainda não explorada, a de descentrar a compreensão sociológica da trajetória do economista do contexto latino-americano do pós-guerra ao localizá-la no âmbito das transformações culturais que ocorreram no norte argentino em fins dos novecentos, quando as elites tucumanas se destacaram como produtoras de quadros políticos e culturais de significação nacional.

Se, por um lado, tal reconstrução pouco ilumina o Prebisch demiurgo da CEPAL, cuja explicação se encontra em última análise na expansão das iniciativas transnacionais em ciências sociais no âmbito continental a partir dos anos 1940-50 (Jackson e Blanco, 2014), por outro lado lança luz sobre o processo de aquisição das competências culturais caras ao jovem estudante de economia, que se valeu delas para empregar-se em condições vantajosas (material e intelectualmente) e abrir novos campos de ação profissional ao cultivar relações de amizade e/ou de colaboração técnica com personagens nodais da vida política argentina. Contribui, dessa forma, para iluminar aquela parcela de sua trajetória na capital portenha, quando se projeta exitosamente no centro da burocracia econômica nacional.

⁴ A respeito das transações matrimoniais como resultados de estratégias de reprodução social definidas no âmbito das trocas materiais e simbólicas ver Bourdieu (2004).

O segundo capítulo se dedica a examinar de que maneira Prebisch⁵ – já em Buenos Aires – se utilizou exitosamente de sua origem no interior das classes dirigentes de velha cepa (os Uriburu) e costurou um arco de relações fundadas na amizade e na prestação de serviços de assessoria com atores políticos de corte conservador e liberal, que lhe granjeariam posições na administração estatal em razão do contexto de desorganização econômica – as repercussões da crise de 1929 se fizeram sentir de forma imediata na Argentina – e de polarização do ambiente político.

Ao localizar e derivar a carreira de Prebisch desse período de convulsão e instabilidade política e econômica, o objetivo é vislumbrar a maneira segundo a qual ele construiu um sólido capital de relações sociais que o sustentou por vinte anos quase ininterruptos no interior da burocracia estatal e conferiu balizas estáveis para a tarefa de redesenho institucional do Estado segundo os parâmetros científicos aprendidos no treinamento universitário.

Desse ângulo, importa salientar de que modo a carreira de Prebisch se beneficiou da proximidade com determinados professores da FCE/UBA (eles próprios homens políticos) que fariam a mediação entre o jovem economista e os quadros do primeiro escalão da classe política governante⁶; com que pragmatismo tirou proveito do clima ideológico que açambarcou a quase totalidade dos agrupamentos partidários no apoio ao golpe reacionário de 1930, galgando posições na burocracia sem maiores restrições aos métodos das oligarquias no poder ou preocupação com o sistema democrático desfigurado; por fim, com que resistência e tardar se recusou a admitir tal descaracterização apoiado em razões tecnocráticas que, ao cabo, ajudaram no trabalho de legitimar o assalto à institucionalidade democrática⁷.

Membro da “geração de 1910” (Dosman, 2011), Prebisch se engajou na juventude no movimento reformista contra o *establishment* universitário (socialmente elitista e academicamente escolástico) em 1918 e em favor da renovação do ensino e da pesquisa e redefinição das responsabilidades profissionais do contador público, título outorgado pela

⁵ O interesse de Prebisch por cursar economia teria se originado dos seguintes episódios: “Había hechos que me intrigaban y que nadie podía explicarme. Con Julio fuimos una vez – yo tendría 10 años – y le acompañé a comprar cigarrillos y pagó con un peso y el almacenero le dijo ‘no tengo cambio’. ¿Cómo no tiene cambio? ¿Por qué? Y respondió: ‘por la crisis monetaria’; ¿Qué era eso de la crisis monetaria? Otra vez a Amalia le pregunté por qué no se podía emitir mas billetes y no me supo dar una explicación. Son las dos grandes dudas que posiblemente me llevaron a interesarme por la economía” (Prebisch, 1983, p. 3).

⁶ Através dos vínculos de inter-conhecimento e camaradagem estudantil esses quadros trafegavam em grupo pelos espaços universitário e partidário. Como diz Ferrari, “[...] la experiencia universitaria era rica en cuanto a la integración de núcleos de sociabilidad y de poder que a los partidos les interesaba captar” (2008, p. 123). Como se mostrará abaixo, Prebisch foi beneficiário dessa rede de relações.

⁷ Prebisch permanecera no governo Uriburu como Subsecretário da Fazenda mesmo depois da saída de seus amigos do *Partido Socialista Independiente*, que rumaram para a oposição. Em virtude da recusa em pedir demissão, passaria a ser chamado de “a cara financeira da ditadura” por seus antigos colegas socialistas (Caravaca, 2012a). Mais tarde, em 1932, Prebisch se desligaria de sua posição, o que seria comemorado por aqueles últimos como sinal de que o economista retornara à razão.

FCE aos seus formandos⁸; bateu-se pela racionalização e profissionalização da gestão pública via incorporação dos novos saberes da ciência econômica às práticas administrativas; sensível à “questão social” (Zimmerman, 1995)⁹, identificou-se nos primeiros anos da vida de estudante em Buenos Aires com os construtores do socialismo argentino, que entrechocavam-se com as oligarquias ao canalizar institucionalmente as demandas dos novos grupos sociais (especialmente urbanos e de origem imigrante), tal como fizeram ao ressoar no Congresso Nacional e em seus canais partidários os ideais do reformismo universitário, manifestando “[...] simpatia aos estudantes que lutam pela renovação do espírito universitário” (Sanguinetti, 1983).

⁸ Prebisch teria se decepcionado com a tradição bacharelesca que encontrara na Universidade e o pouco estímulo à pesquisa empírica: “[...] a Faculdade de Ciências Econômicas parecia enfadonha, complacente e tediosa. Raúl se desapontou com as disciplinas e os professores logo na aula inaugural. Esperava um corpo docente entusiasmado e um bom ensino. Os prospectos prometiam o primeiro curso de economia na América Latina a usar modelagem matemática. Em vez disso, os professores pareciam sem contato com o mundo do pós-guerra, com métodos antiquados, incapazes de ligar teoria e prática, desinteressados do cenário internacional e ocupados com outros empregos em regime de tempo integral, sem tempo para os alunos. [...]. A grade curricular era deficiente nas ferramentas essenciais para o ensino e a pesquisa: línguas, treinamento em metodologia e pesquisa aplicada, estatística e trabalhos comparados. Tudo se assemelhava ao ensino médio em Tucumán. Os professores pareciam se contentar com livros-textos e materiais didáticos estrangeiros, sem demonstrar habilidade e interesse pela situação da Argentina. Foi muito frustrante. O país se confrontava com os grandes dilemas do pós-guerra, mas os professores pareciam mesmerizados pela Europa e a América do Norte, incapazes de examinar criticamente a economia argentina no contexto internacional. A faculdade ensinava economia como se estivesse em Londres e não na América do Sul. Era assim antes da Primeira Guerra Mundial e continuou assim depois dela, como se a guerra tivesse sido um acontecimento extemporâneo, sem impacto duradouro” (Dosman, 2011, p. 47). Apesar do anacronismo ao forçar a interpretação de um Prebisch que manifestava desde a juventude o interesse pela totalidade sistêmica e o lugar que nela caberia à Argentina, o trecho citado tem o mérito de sugerir o clima de insatisfação que caracterizou essa geração da qual é expressão o movimento em favor da reforma universitária de 1918, que questionou os modelos de organização universitária e as práticas docentes.

⁹ Enviado pelo Ministério da Fazenda à Austrália e Nova Zelândia com o propósito de reunir informações sobre os sistemas de imposição sobre a renda nesses países, cujos modelos poderiam servir de subsídio ao desenho de uma lei similar para a Argentina, o jovem Prebisch proferiu em 1923 a palestra “El problema de la tierra” no *Henry George Club*, de Melbourne, em que associava o regime agrário de seu país a existência de uma classe ociosa e perdulária: “[...] en la segunda mitad del siglo pasado el gobierno vendió tierras a precios muy baratos, principalmente obtener recursos y para satisfacer las ambiciones personales de políticos y de sus amigos y parientes. La cría de ganados, en esas condiciones, constituyó la ocupación aristocrática de los argentinos adinerados, quienes llevaban una vida fácil y alegre en la ciudad de Buenos Aires y gastaban frecuentemente en París su dinero, proveniente por lo común del privilegio territorial. [...] como resultado a la gran desigualdad en la distribución de la riqueza, las más altas clases sociales viven en muy buenas condiciones, mientras la gente obrera y la parte más baja de la clase media llevan en general una existencia muy difícil. Las primeras disfrutaban de todos los refinamientos artísticos, literarios, musicales y científicos de la civilización; ellas tienen dinero y ocios para obtenerlos. Los segundos no tienen ni lo uno ni lo otro [...]. Ellos viven en muy incómodas e insalubres condiciones en miserables viviendas de las grandes ciudades, mientras muy cerca de ellos la gente despliega su opulencia en brillantes y costosas residencias o espléndidos palacios” (Prebisch *apud* Rapport, 2014a, p. 5). Tal sensibilidade para as iniquidades sociais é remontada nas entrevistas de Prebisch à infância em Tucumán, quando teria presenciado as agruras a que eram submetidos os bolivianos na empresa do açúcar. Para Dosman (2001): “De echo, el imperativo ético que impulsó toda su vida emanaba de sus años de infancia en Tucumán, donde un puñado de magnates del azúcar mantenía un sistema de explotación de estilo colonial sobre los jornaleros migrantes indios” (p. 103). También Iñiguez (2003) encontra nessas experiências juvenis conexões com a obra posterior de Prebisch: “[...] es notable como las realidades económicas que lo rodearon en su niñez formaron parte de sus preocupaciones como adulto y como economista: es como si de ese mundo hubieron surgido los estímulos para sus concepciones correctivas y superadoras del subdesarrollo” (p. 30).

Os socialistas foram os artífices da politização dos temas econômicos no Congresso e na imprensa e incluíram em seu programa e meios de divulgação teses que exigiam elevada versação nos assuntos econômicos¹⁰, o que explica em boa medida o interesse de Prebisch e outros jovens estudantes da FCE/UBA pelos parlamentares do *Partido Socialista* (PS)¹¹. Tal identificação se devia também ao próprio perfil dos fundadores do socialismo argentino, jovens intelectuais originários de famílias imigrantes empobrecidas e que deviam suas trajetórias ascensionais à passagem pela universidade e exercício das profissões liberais (sobretudo médicos e advogados), condição esta vivida também pelos estudantes da FCE/UBA¹².

A composição do PS a partir da jovem intelectualidade crítica ao *status quo* sintonizou com o partido uma parcela significativa da juventude que, nascida entre o final do século XIX e começo do XX, e contemporânea das transformações econômicas e sociais por que passava o país impactado por seus próprios processos de diferenciação e complexificação internos e pela reorganização dos centros econômicos europeu e norte-americano no contexto do pós-guerra, buscava novos quadros de referência (políticos e ideológicos) para atuar na esfera coletiva. Além das Faculdades de Direito e Medicina da UBA, espaços tradicionais de passagem e formação de lideranças políticas e intelectuais¹³, os socialistas recrutaram adeptos e conquistaram apoio eleitoral também na FCE.

¹⁰ Em seus discursos como deputado, Justo dedicara-se especialmente aos assuntos financeiros tais como os debates em torno do orçamento anual, desperdício de recursos do erário público e a reforma do regime regressivo dos impostos no país. Tal ênfase exprimira-se, além de sua atuação legislativa, na conferência “sobre a moeda”, de 1904, nas obras “Salários y precios” (1911) e “El impuesto al privilegio” (1913) e na tradução e edição em espanhol de *O Capital*, de Marx. Ademais, os socialistas (e particularmente Justo) se constituíram numa das principais forças partidárias defensoras do padrão ouro como base do sistema monetário e comercial nacional mesmo diante dos efeitos da crise de 1929, quando era gradativamente abandonado por outras economias dada sua fragilidade num cenário de restrições ao comércio mundial.

¹¹ “[...] lo que más atraía en el Partido Socialista era el nivel intelectual y la capacidad jurídica de los hombres de ese partido. Ese conjunto era uno de los conjuntos más brillantes. Posiblemente en el 80 surgieron hombres así. Comenzando por Justo, un gran orador; Bunge; De Tomaso; Repetto; los Dickman. Todos hombres de un gran valor. Eso es lo que atraía. Fueron los primeros que llevaron problemas económicos al Congreso: el problema del presupuesto, el problema de la inflación; del comercio internacional fueron tratados en forma sistemática en la Cámara de Diputados” (Prebisch, 1983, p. 5).

¹² A respeito da trajetória dos fundadores e quadros parlamentares do PS ver Columba (1978). Dada a prevalência de velhas práticas políticas nos partidos oligárquicos, pouco permeáveis aos novos estratos sociais, o PS “[...] ha sido en muchos casos el tránsito hacia la intelectualidad para inteligencias que de otro modo quizá se habrían malogrado” (Palacin, 1946, p. 47). Nessa direção, ser socialista significava “ser homem de ideias” (Puiggrós, 1973) empenhado na formação de um “proletariado intelectual” (Consigli 2004). Segundo Sanguinetti (1988, p. 12), “[...] el Partido Socialista había monopolizado a las figuras más brillantes: una verdadera pléyade, tan extensa en número y de calidad tan excepcional, como ningún otro partido la tuvo nunca en nuestro medio”.

¹³ Em estudo sobre os quadros políticos na “República radical” (1916-1930), Ferrari (2008) investigou os nexos entre seus perfis social e escolar. Os que haviam passado pelas faculdades de direito (Córdoba e Buenos Aires) eram jovens endinheirados, nascidos no seio de famílias tradicionais (pais, mães e avós argentinos) bem estabelecidas, *criollas* e vinculadas à estrutura de poder político. Nesses casos, o curso de direito funcionava como lugar de passagem obrigatório para a viabilização de uma carreira política e/ou pública exitosa. Menos afortunados e oriundos das classes médias imigrantes, os estudantes de medicina dispunham de menor tempo

Admirador de Juan B. Justo, “o livre-cambista mais notável que houve na história argentina” (Magariños, 1991) e modelo do intelectual-político para sua geração¹⁴, Prebisch se aproximou dos círculos socialistas quando o PS se constituiu numa das principais forças políticas da capital portenha e em importante vetor da oposição parlamentar aos governos radicais no Congresso Nacional, projetando-se como força partidária cujos logros eleitorais apontavam na direção de um futuro político alvissareiro.

Entretanto, já no final dos anos 1920, ao passo que o PS se dividiu internamente (a cissiparidade deu origem ao *Partido Socialista Independiente*) e viu suas possibilidades de hegemonizar a política argentina se dissipar com o encolhimento eleitoral e a morte de Justo em 1928, Prebisch logrou conquistar posições no interior da máquina estatal sob comando radical como produto – além da reconhecida capacidade como técnico estatal – dos vínculos que estabelecera com políticos de variados matizes ideológicos que lhe franqueariam oportunidades na administração pública não obstante o clima de incerteza e instabilidade política e econômica. Dentre eles, o capítulo 2 confere particular relevo a Federico Pinedo,

para se dedicar aos estudos e necessitavam trabalhar para prover seu sustento e de suas famílias. Eles encontraram nas agremiações criadas em fins do século XIX (UCR e o PS, partidos de classe média) o desaguadouro natural para suas ideias reformistas. Para esses filhos dos extratos médios, o diploma universitário abria possibilidades para disputar um lugar em meio às classes dominantes. Também os estudantes dos cursos de engenharia, de menor prestígio, eram originários das camadas médias da sociedade argentina. Cabe registrar que em seu levantamento ocupacional dos quadros políticos da “República radical” (maioria de advogados, médicos e engenheiros), Ferrari (2008) encontrou apenas um contador desempenhando papel relevante no Partido Democrático de Córdoba (participação ainda menor que escrivães e farmacêuticos), o que sugere seu baixo prestígio e extração social.

¹⁴ A relação entre Justo e Prebisch também foi de decepção para este último. É prova disso a polêmica que travaram por ocasião do artigo “Salarios en Oro” (1920) que Prebisch publicou na *La Hora*, revista oficial do PS. O pomo da discórdia se devera ao fato de que, ao passo que o programa do PS e Justo (alinhados às ideias monetaristas e livre cambistas, como aliás Prebisch) defendiam a estabilidade do padrão ouro como estratégia de redução do custo de vida e de defesa dos salários dos trabalhadores, Prebisch entendia que o ouro se depreciava e um de seus efeitos estruturais era a baixa destes últimos, que elevariam seu poder aquisitivo ao ajustar-se ao custo de vida (Rapport, 2014a; Mallorquín, 2006). Justo reprovou o texto, o que teria frustrado o interesse do jovem economista pela vida partidária e carreira política. De acordo com o próprio Prebisch: “El doctor Justo era un hombre que yo admiraba mucho. No me perdía conferencia de él. Creo que conozco su obra desde el principio hasta el fin. Le tenía – y le tuve por años – una enorme admiración, no exenta de sentido crítico, a tal punto que este primer artículo era una crítica despiadada a uno de los puntos fundamentales de la plataforma electoral del Partido Socialista, que preconizaba el pago de salarios en oro para contrarrestar el alza del costo de la vida que se había producido durante la guerra y que continuó hasta el año 21. Posiblemente con gran pedantería yo demostraba que esta política era absurda porque el oro también se había desvalorizado. [...] Mi artículo era un interrogante: “¿Salarios en oro?”. Le disgustó en tal forma al doctor Justo que en una revista de un miembro del Comité Ejecutivo se combatiera uno de los artículos de fe, que llevó el asunto al Comité. Me le contó Bunge: ‘El doctor Justo estaba furioso. Me dijo: ‘ese es un jovencito peligroso y no es afiliado al Partido. Usted no debió publicarle este artículo’. Cuando me contó esto, yo que justo en esos días había redactado mi pedido de afiliación, llegué a mi pensión y lo rompí. Es curioso cómo un hombre tan grande como el doctor Justo puede tener esas pequeñeces” (Magariños, 1991, p. 41). Tal entrevero com o líder socialista teria repercussão negativa no curso de sua trajetória: “Yo hubiera sido el hombre más feliz en esos momentos si él (Justo) me hubiera atraído. Posiblemente hubiera entrado al Partido y hubiera tenido una carrera política en la Argentina. [...] Ahí tienes tú (Mateo Magariños, seu amigo e entrevistador) cómo un episodio humano que me sacude – la falta de correspondencia con el doctor Justo – me da otro rumbo en la vida” (Magariños, 1991, p. 42).

político e ministro da Fazenda (1933-35 e 1940) responsável pela reestruturação da economia argentina em seu momento mais crítico.

A estratégia aqui adotada consistiu em reconstruir a trajetória do jovem conservador, sintetizar suas ideias políticas e econômicas, origem social, círculos de sociabilidade, militância política e, por fim, vislumbrar os significados da estreita colaboração e fricções entre os dois principais personagens da política econômica argentina dos anos 1930 com o intuito de flagrar o surgimento de um novo ator estatal (o técnico econômico) em meio à situação de emergência econômica e exceção política¹⁵.

Ao cotejar essas duas trajetórias e sublinhar as circunstâncias que viabilizaram o oportuno encontro entre elas e o papel que coube a um e outro na reorganização da economia e finanças argentinas, o que se busca é demarcar o processo de reconhecimento dos *expertos* quando, de forma inédita, ganharam projeção na vida pública e administrativa sob o guarda-chuva de protetores políticos, que, por sua vez, se valeram do aporte especializado daqueles para fundar seu domínio sobre bases mais eficientes e estáveis num ambiente de prostração econômica e desencanto político.

O que vem à superfície nos anos 1930 é uma classe de servidores do Estado que não possuía atuação político-partidária e era composta, majoritariamente, de filhos de imigrantes que buscavam na valorização de seus diplomas e conquista de um emprego público o canal de ascensão social, de resto única via para os que não dispunham de propriedades econômicas que pudessem ser valorizadas no mercado¹⁶.

Encarnando e professando novos princípios, valores e práticas administrativas, Prebisch e a jovem geração a ele ligada se construíram como *intelligentsia* que encontrou no Estado seu *locus* próprio de ação. Situados nas autarquias estatais e prestando serviços às elites políticas no poder na condição de *experts*, se cacifaram nos círculos políticos das elites locais e puderam transitar entre diferentes grupos político-partidários e orientações ideológicas.

¹⁵ Vale registrar aqui a inquietação de Neiburg e Plotkin (2004) que perpassa esta dissertação: “¿qué sucede en países como el nuestro, donde el espacio burocrático se há caracterizado por cambios institucionales bruscos y relativamente frecuentes, y donde son escasas las tradiciones y carreras propiamente burocráticas?” (p. 18).

¹⁶ Como já se tornou praxe dizer, a debilidade dos sistemas intelectuais nas condições latino-americanas não permite circunscrever um campo cultural autônomo no sentido bordieusiano (com mecanismos próprios de validação do conhecimento). Nesses casos, a consagração cultural se efetivou historicamente mediante relação de dependência com instâncias externas, notadamente o Estado. Isso é particularmente verdadeiro na vida cultural argentina, estreitamente subordinada aos conflitos político-ideológicos. Além do mais, o desenvolvimento da ciência econômica – na Argentina como no resto do mundo – buscou atender às demandas das agências estatais e preocupações financeiras das elites políticas, o que torna inverossímil a realização e legitimação de um itinerário intelectual e de um saber especializado à margem das necessidades da burocracia estatal em expansão. Ver Neiburg e Plotkin (2004) e Sigal (2002). Para o caso brasileiro, ver Miceli (1979).

Entretanto, tal movimentação entre os grupos dominantes rendeu aos economistas em questão a oposição dos setores políticos deslocados que, além do combate propriamente político nas instituições legislativas, instâncias partidárias e organizações estudantis, obtiveram êxito ao forjar – por meio de sua militância política nas trincheiras culturais – o imaginário com o qual passariam a ser identificados os governos dos anos 1930 (a “década infame”) e seus colaboradores.

Nessa direção, o terceiro capítulo pretende apreender de que maneira e segundo quais termos os principais artífices da política econômica daquele período (Pinedo e Prebisch) foram referidos, criticados e representados por seus opositores tanto no Congresso Nacional quanto na imprensa e, particularmente, no matutino de viés conservador e liberal *La Prensa*.

O caminho empírico adotado foi o de reconstruir os debates travados no Congresso entre 1933-35, que, ao colocar em xeque a política econômica do governo, foram decisivos para pintar aqueles dois personagens como títeres dos interesses estrangeiros em solo argentino, o que contribuiu decisivamente – além de razões conjunturais tais como o esgotamento do ciclo político inaugurado pelo golpe de 1930 e a ascensão de forças nacionalistas que desembocariam no peronismo – para rifá-los da vida política e administrativa do país.

O ganho sociológico dessa estratégia analítica foi o de flagrar e capturar em processo, e em meio aos tensionamentos políticos e intelectuais do período, a imagem que a oposição periodística e os políticos contendores faziam dos novos atores estatais (os técnicos) e a representação que eles operavam de si próprios e de suas funções ao utilizar-se da ciência como argumento de autoridade. Dito de outra forma, tornou possível explorar os significados do aparecimento e projeção deles no interior do aparelho estatal e papel-chave que desempenharam para a sustentação do arranjo político concertado pelos grupos no poder.

É provavelmente a primeira vez que eles vêm à cena na história argentina professando uma ideologia própria, a de um Estado fundado na razão científica, ao transformar conhecimentos econômicos rigorosos em técnica de gestão da realidade social cujo domínio conferiu a Prebisch e companhia reconhecimento e capacidade de influência sobre as lideranças políticas do país e uma posição social estável como técnicos estatais.

Dessa forma, foi feita a reconstituição dos contenciosos em torno do *Plan de Acción Económica*, de 1933, do projeto de lei de criação do *Banco Central de la República Argentina* e do “debate das carnes”, ambos de 1935, mirando a centralidade adquirida pelos técnicos estatais no debate público, referidos ora como guardiões da sana e eficaz governança financeira do país, ora como responsáveis pelos erros e distorções do processo de

reorganização econômica. São instrutivos nessa direção os enfrentamentos entre o senador democrata-progressista Lisandro De La Torre, principal opositor ao governo Justo, e Ernesto Malaccorto, Edmundo Gagneux e Raúl Prebisch, economistas ligados ao Ministério da Fazenda e idealizadores e operadores das inovações institucionais em curso.

O exame circunstanciado desses debates permitiu filmar em seus primeiros atos a entrada em cena de um novo discurso e linguagem especializada instrumentados a partir de então como artefatos nas confrontações parlamentares e fonte de legitimidade para as propostas de política econômica da elite dirigente. Tornou possível registrar também as resistências levantadas no ambiente político contra esse novo ator estatal (o técnico) que se inseria no Estado em meio às mudanças institucionais e desmoralização dos partidos e do sistema político em seu conjunto.

Por um lado, a ele se agarraram com força os que, sem sólida legitimidade eleitoral, buscavam oxigenar suas já cambaleantes chances de sobrevivência política e, de outro, contra ele se enfileiraram os que, negando-se a transferir parte de sua autoridade e prestígio como intérpretes dos problemas nacionais, se dedicavam a contrarrestar os números e argumentos que julgavam falaciosos dos técnicos oficiais apropriando-se, inclusive, do instrumental estatístico e discurso teórico manejados monopolisticamente por eles.

Ao fim desta dissertação, o leitor disporá das informações e elementos interpretativos que tornam compreensível a imagem negativa a que Prebisch seria associado em seu país natal. Procurando escapar à representação discrepante entre o Prebisch aqui examinado e o que despontaria anos mais tarde como chefe da CEPAL, os textos que seguirão contribuem para explicar – sem justificar – as ações e escolhas do jovem economista ao localizá-lo na Argentina do entreguerras marcada pelo acirramento da disputa política e desorganização do quadro econômico internacional e seus reflexos nacionais.

CAPÍTULO 1

RAÚL PREBISCH NA TUCUMÁN CULTURAL

O presente texto reconstrói e põe em evidência uma dimensão da biografia de Raúl Prebisch pouco conhecida na literatura especializada e que, no entanto, é decisiva para explicar sua exitosa carreira como economista nos planos nacional e internacional.

A pretensão foi a de enraizar socialmente sua trajetória e iluminar os aspectos concernentes às suas origens familiares, os laços matrimoniais de signo ascensional de seu pai alemão com os Uriburu de Tucumán e a sólida formação adquirida nas instituições escolares de sua província natal, sede de famílias com protagonismo econômico e político no século XIX e *locus* do processo de efervescente criação cultural de que os Prebisch foram beneficiários e artífices.

A hipótese é a de que ele foi um dos produtos dos esforços culturais das elites locais por recobrar o papel relevante que houvera perdido na geopolítica nacional (o eixo econômico e político do país se deslocou para as províncias da pampa úmida), reclamando a si lugar de destaque quando menos no âmbito do xadrez de forças das províncias do norte argentino.

O pertencimento de Prebisch a uma das famílias mais tradicionais desta região e a formação de excelência (conhecimentos gerais e de línguas) obtida nos centros educacionais e culturais tucumanos lhe permitiriam mais tarde (já em Buenos Aires) se colocar em vantagem para liderar o processo de renovação do ensino universitário e a conversão da nova ciência econômica em poderoso instrumento de ação burocrático-estatal.

1. Origem social

Os Prebisch são originários na Argentina da aliança matrimonial entre Albin Prebisch e Rosa Linares Uriburu. Alemão natural de Colmnitz, Saxônia¹⁷, Albin (1862-1934) era filho de Gottfried Ernest Prebisch e Amalia Jaeguer, tradicional família de pequenos agricultores¹⁸.

¹⁷ As informações a respeito da origem de Albin são controvertidas e encontram-se referências que a localiza na Saxônia ou Alsácia. Para ambos os registros cabe conjecturar que seu caso se situa em meio às ondas de emigração motivadas por conflitos políticos. Nessa direção, as regiões de Alsácia (então reconquistada pelo império alemão) e Saxônia (até esse momento membro independente da confederação alemã), como outras que seriam incorporadas ao projeto prussiano, passaram à integrar a Alemanha em 1871 com o fim da guerra franco-prussiana, o que não se fez sem convulsões sociais e desorganização das comunidades locais. De modo mais geral, a chegada de Albin em meados da década de 1870 coincide com o período de maior afluxo de imigrantes

De “espírito aventureiro” (Magariños, 1991), nos anos finais da década de 1870 abandonou os estudos secundários e embarcou rumo à Índia, onde trabalhou embarcado em uma companhia inglesa. Pouco depois, trasladou-se para a Argentina e ocupou-se no serviço de correio a cavalo entre Jujuy e Villazón (Bolívia). Desempenhou-se também como representante do serviço de correio entre as províncias do norte argentino (Salta, Tucumán y Jujuy) e Buenos Aires.

Ao longo dos anos 1880, trabalhou em atividades diversas, o que implicou constantes deslocamentos pelo território argentino. Foi contador da vinícula de Francisco Uriburu em Mendoza, instala a serralheria “9 de Julio” e, depois de casar-se com Rosa Linares Uriburu, em 1888, deslocou-se para Buenos Aires para trabalhar como contador do Banco de Londres.

Já radicado em Tucumán, empreendeu nos ramos de impressão e litografia. Em sociedade (“Prebisch-Violetto”), criou a empresa de impressão “La Velocidad” e tornou-se co-proprietário da “Librería de Prebisch y Violetto”. Com capital próprio, funda a “Imprenta Albin Prebisch”, que se destacou na vida cultural tucumana nas primeiras décadas do século XX, especialmente com a criação da Universidade Nacional de Tucumán em 1914.

Nos anos seguintes, assumiu a Cátedra de Inglês no *Colégio Nacional de San Miguel de Tucumán*, tornou-se vice-consul dos Países Baixos, figurou entre os fundadores e diretores do *Banco Comercial de Tucumán*, participou da fundação do *Club Alemán* e se integrou ao *Club de Esperanto*.

alemães para a Argentina. Segundo dados de Otero (2012), em 1873 ingressaram no país 793 alemães e, entre 1871-75 (excluído 1873), a média foi de 293, o que reforça a hipótese de que a maior proporção de emigrantes alemães nesses anos seja explicada pelos conflitos internos gerados no processo de unificação territorial e formação do estado nacional alemão. Entretanto, cabe registrar que a contribuição alemã ao estoque populacional que desembarca na Argentina entre fins do século XIX e começo do XX, que, segundo Romero (1996), constituiria um fenômeno “aluvial” por suas dimensões e impacto, é minoritária quando se tem em vista os aportes massivos de italianos e espanhóis e, em menor proporção, franceses. Além do mais, o destino principal dos alemães nesse período foram os Estados Unidos, o que mostra os cálculos e distintas lógicas supostas no ato de emigrar: “[...] el destino argentino entre los inmigrantes del Mediterráneo parece haber sido preferido por grupos con un horizonte de inmigración de más largo plazo, que podían priorizar el tener mejores empleos y vivir en una sociedad que para ellos era menos discriminatorio y/o con menor distancia lingüística, mientras que los Estados Unidos (o Cuba) eran escogidos en mayor número por personas que desarrollaban muchas veces tareas adventicias, esperaban retornar pronto y aspiraban a maximizar sus ingresos y en el menor tiempo posible, por lo que estaban más atraídos por los altos salarios o el menor costo de la travesía existentes en el Norte” (Devoto, 2009). Nessa direção, o desinteresse dos migrantes alemães pela Argentina, assim como o pouco empenho das autoridades argentinas em atraí-los (com exceção dos alemães do Volga), se explica por aspectos culturais e, sobretudo, econômicos. À diferença dos italianos e espanhóis, de comportamento ascético e expectativas de ascensão mais dilatadas pela baixa rentabilidade relativa de suas tarefas manuais, os alemães miravam atividades econômicas imediatamente rentáveis e, por isso, eram mais afeitos às atividades comerciais para as quais contavam com consideráveis vantagens.

¹⁸ Diz Raúl Prebisch (1991, p. 30): “Tengo la lista de los antepasados que alguno de ellos hizo en la época de Hitler para demostrar la pureza de la raza. Y son doscientos años de agricultores”. Provavelmente, obteve tal lista em 1933 na Alemanha, quando, em viagem de lua de mel com Adelita, sua primeira esposa, animara-se com a ideia de conhecer suas origens paternas.

Como se nota, sua condição de imigrante “individual” (sem vínculos locais)¹⁹, que explica a errância nos negócios e os problemas de aclimação cultural e enraizamento social, foi compensada pelo espírito de iniciativa, que, como sugerem os múltiplos negócios em que esteve envolvido, refletia suas aspirações de ascensão social em meio às oportunidades criadas pelo desenvolvimento econômico argentino²⁰.

Ao casar-se com uma descendente de antigas estirpes aristocráticas do norte argentino, os Uriburu e os Sancetenea, Albin realizou uma aliança improvável que engendrou um movimento ascensional. Como sugere Dosman (2011), é provável que essa aliança sofresse resistência dos ascendentes de Rosa cujas antigas redes sociais estavam fundadas em regras matrimoniais que, de acordo com a “política nupcial” (Herrera, 2005) vigente entre as elites do interior, operavam a seleção de cônjugues por consideração de fatores como negócios, vínculos pessoais, lealdades políticas e transmissão de patrimônio, configurando uma rede de poder e parentesco. Com vistas a preservá-la, potenciar suas conexões e resguardar o patrimônio familiar acorria-se muitas vezes ao matrimônio consaguíneo.

¹⁹ Otero (2012) sistematiza a emigração francesa em três tipos ideias que podem ser generalizáveis para outros deslocamentos populacionais: empresas de colonização (maior grau de formalidade e legalidade), “mecanismos espontâneos” (redes sociais) ou individuais. Para este último tipo, em que se insere o caso de Albin, esclarece que “una parte significativa de inmigrantes llegó por fuera de redes basadas en relaciones sociales fuertes, hecho que ha recibido poca atención de parte de la historiografía migratoria reciente” (p. 171).

²⁰ Albin pertence à categoria dos imigrantes inovadores e modernizadores de que fala Otero (2012) ao se referir àqueles que abandonaram uma estrutura social demasiado rígida para se inserir em espaços que lhes davam maiores oportunidades às suas capacidades e que lhes permitiam valorar e transmitir um conjunto de saberes prévios em uma sociedade nova em que tais saberes contavam com enorme valor em razão de sua escassez. É por essa razão que, ao passo que os nativos tenderam a se concentrar em atividades tradicionais, os imigrantes fizeram suas as novas ocupações do setor secundário e terciário adequadas às habilidades e vocações que possuíam. Nessa direção, Hora (2010, p. 179) pontua “la elevada calificación y motivación de los recién llegados, el predominio de individuos que, considerados del el punto de vista de la edad y el género, se ubicaban entre los más productivos y, finalmente, la preferencia de los migrantes por insertarse en los sectores más dinámicos de la economía”. A respeito dos níveis de alfabetização de nativos e imigrantes é de se notar que, para o ano de 1914, a porcentagem de alfabetizados entre os imigrantes alemães (91%), espanhóis (70%), austro-húngaros (70%), franceses (84%), ingleses (92%) e italianos (62%) apresentava taxas superiores às dos nativos (60%) (Hora 2010). Para o mesmo período, os dados de Otero (2012) mostram que os argentinos (83%) dispunham de níveis de qualificação superiores aos de espanhóis (79%) e italianos (61%) e sensivelmente inferiores aos dos franceses (88%), alemães e ingleses (próximos a 100%). Cabe sublinhar que, ainda que inferiores aos elevados índices de que dispunham os imigrantes de grupos minoritários, os números educacionais dos nativos mostram seu significativo progresso educativo. Não esquecidas as diferenças regionais e sociais, “[...] la Argentina era el país de América Latina con mayor número relativo de niños en la escuela, lo que a mediano plazo le aseguró un incremento veloz de su población alfabetizada. Aunque todavía lejos de los países del Atlántico Norte, al concluir este período la Argentina contaba con tasas de alfabetismo superiores a las de la Europa mediterránea. Desde una perspectiva comparada, la ampliación del acceso a la educación elemental – y, con ella, del poder liberador de la palabra escrita – testimonia um callado pero decisivo progreso civilizatorio” (Hora, 2010, p. 37). Contudo, em que pese tal excepcionalidade argentina, os grupos minoritários apresentavam os melhores resultados educacionais. No que diz respeito aos alemães, e em linhas gerais, constituíram uma imigração de elite com acentuada uniformidade sócioeconômica e cuja especificidade cultural e política contribuiu para a conformação de uma comunidade comparativamente mais fechada e, portanto, pouco afeita às relações de penetração intercultural (Legnazzi e Nocetti, 2005).

Mas, como mostra o caso dos primeiros imigrantes chegados em fins do século XVIII, a abertura matrimonial das estirpes nativas às associações de tipo exogâmicas visava potencializar suas origens nobres através da aliança com ricos comerciantes (particularmente espanhóis) que, por sua vez, buscavam penetrar na alta sociedade *criolla*. A divisão de papéis entre mulheres e homens nessas uniões se encontrava bem demarcada, cabendo as primeiras ofertarem o prestígio de seus tradicionais sobrenomes e vinculações com os restritos círculos políticos locais (não raro de alcance nacional) e, aos segundos, incrementar o patrimônio familiar.

Ao cabo, para um estrangeiro que ambicionava estabelecer-se no seio da alta sociedade local, o casamento com uma nativa era o meio mais seguro e eficaz. À mãe argentina, que atuava como “ponte” ou “nexo” entre os grupos, cabia a tarefa de socialização dos filhos inculcando-lhes a língua nativa e os valores culturais locais.

Tendo em vista tais padrões e práticas, o casamento entre Albin e Rosa era improvável em virtude do perfil errante do alemão (havia passado por Índia e Brasil) e de sua carência de recursos (materiais e simbólicos), características que provavelmente pouco interessaram às estabelecidas estirpes locais. Ademais, as diferenças religiosas entre os pretendentes não passaram despercebidas. Segundo Raúl Prebisch: “[...] Como admitiram um protestante em uma família tão católica é para mim difícil de entender” (Magariños, 1991, p. 29).

Entretanto, e apesar dessas desvantagens e com a garantia de que educaria seus filhos na tradição católica (Magariños, 1991), celebrou-se a união que fixou Albin em território argentino e o distanciou definitivamente de seus vínculos germânicos originários²¹.

²¹ Ao casar-se com uma nativa o estrangeiro fincava raízes no novo país, o que implicava a decisão de não regressar à terra natal em razão dos laços e compromissos que assumira. Tais vínculos se tornavam ainda mais consistentes à medida que surgiam os filhos, sobretudo nos casos (como o de Albin e Rosa, que tiveram 8 filhos) em que eram numerosos. O casamento como estratégia de fixação no território e sociedade argentina é significativo, sobretudo, quando se sabe que entre aqueles que emigravam para o país – e não esquecidas as diferenças entre as nacionalidades, desigualmente inclinadas a regressar – a porcentagem de retorno ultrapassava na média os 40%. Ainda a respeito das relações matrimoniais, resta aclarar que os casamentos exogâmicos eram mais frequentes quanto menor a distância cultural entre as sociedades natal e de chegada e quanto menores as taxas de urbanização (portanto, com maior índice nas áreas rurais e semi-urbanas). Quanto a este último fator: “[...] las relaciones personales (étnicas, sociales, matrimoniales, etc.) eran más fluidas en localidades de menor tamaño por al menos tres razones: la existencia de menores – o incluso nulos – niveles de segregación espacial, las mayores posibilidades de contacto, sociabilidad e interacción resultantes derivadas de las menores distancias, y la mayor homogeneidad social que caracterizó a esos espacios en términos de ingresos, consumos y jerarquías” (Otero, 2012, p. 218). Também para Bjerg (2009) as relações matrimoniais se relacionam aos padrões de residência e, por essa razão, entre os grupos minoritários é maior a propensão à exogamia uma vez que apresentavam menores níveis de segregação espacial. Ademais desses fatores, a propensão à exogamia é maior quanto mais elevado o nível de alfabetização e a posição social dos contratantes, o que atenua as diferenças étnicas. Em todo caso, os aspectos acima citados (distância cultural, taxa de urbanização e posição social) evidenciam o inusitado do matrimônio de Albin e Rosa em razão da distância linguística existente entre seus grupos nacionais e da rígida estrutura social de comunidades patricias (Salta, Tucumán e Jujuy) que haviam se convertido em pontos nodais da próspera economia comercial colonial por sua estratégica posição entre as rotas

Filha de Lucia Uriburu Arias e Segundo Linares Sancetenea, Rosa Linares Uriburu é herdeira de duas linhagens das mais antigas em solo argentino. Lucia era filha de Pedro de Uriburu y Hoyos e neta de José de Uriburu y Bastarrechea, espanhol natural de San Miguel de Mendata, que emigrou para a Argentina em fins do século XIX para assumir em Salta um alto cargo nas *Reais Aduanas del Alto Perú* e que, ao dedicar-se ao comércio agrícola e de gado, se fez um dos homens mais ricos da Argentina de seu tempo. Casou-se com Manuela de Hoyos y Aguirre, parenta pelo tronco materno de Francisco de Aguirre, conquistador do Perú, Chile e Tucumán e fundador de Santiago del Estero, penetrando assim nos círculos oligárquicos locais (Luque, 1943).

No que diz respeito aos Sancetenea, o avô materno de Raúl era filho de Faustina Sancetenea Morel de la Camara (casada com Mariano Linares y Toledo Pimentel) e neto de Jose Calixto de Sancetenea, espanhol oriundo de Fuenterrabía que emigrou para a Argentina nos anos 1790 para servir ao *Virreynado del Río de la Plata* como “Ayudante Mayor” e “Subdelegado de Rentas del Pueblo de la Rinconada” (hoje cidade de Jujuy) responsável pelo combate ao contrabando e fraude contra a *Real Hacienda*. Atuou ainda como “Subdelegado do Partido de la Puna” y “Regidor del Cabildo de Salta” (Ibarguren, 1979).

Desde as primeiras gerações, os Uriburu e os Sancetenea foram exitosos em instalar-se no centro da vida política local e/ou nacional. A conquista de altos postos na administração colonial já no primeiro momento em que aportaram à América evidencia as redes sociais de que dispunham e a influência de que gozavam.

Os patriarcas dessas linhagens manejaram-se habilmente em meio às transformações de tipo revolucionárias provocadas pelas lutas de independência que, exitosas em 1816, convulsionaram a colônia dividida entre as forças “realistas”, partidárias do regime colonial e organizadas sob o comando das *Provincias Unidas del Río de la Plata*, e os “independentistas” comandados pela *Primera Junta del Gobierno de Buenos Aires*. Alinhados por força de convicção e interesse (talvez mais interesse que propriamente convicção) aos “españolistas”, moveram-se entre os lados em luta assim que os acontecimentos indicavam a derrota dos “realistas”.

Sancetenea era conhecido pelos aliados de Martín de Miguel de Güemes, general e líder independentista de Salta, como “um realista até os ossos” e, em 1810, com a deposição do Vice-Rei Baltasar Hidalgo de Cisneros e a substituição de autoridades a que levou a

do Alto Perú e Atlântico e os mercados boliviano, chileno e de Buenos Aires. Prosperidade novamente alentada nos anos finais do século XIX com o *boom* do açúcar.

Revolución de Mayo, proclamou-se um dos “patriotas americanos” e decidiu doar a quantia de 10 pesos para a causa da independência.

Também Uriburu manifestou sua “mais sincera adesão a Junta” e, para dar provas de seus novos sentimentos, “oferece pagar 6 soldados na Expedição em nome de seis filhinhos menores que têm” (Ibarguren, 1979).

Derrocadas as forças obedientes à Lima e destituídos os “Regidores do Cabildo de Salta”, Sancetenea prestou juramento ao novo governo e ao chefe do “Exército do Norte” e “Cabildo de Salta” Manuel Belgrano, evidenciando que “[...] o Regidor ‘patriota’ Sancetenea não era tão ‘realista até os ossos’ como pareceu ser o Regidor Jose de Uriburu, a quem, porém, a Junta revolucionária de Buenos Aires [...] havia declarado nada menos que ‘benemérito da Pátria’” (Ibarguren, 1979, p. 188). A associação com as forças vitoriosas, o novo acervo de ideias, o ingresso nos altos escalões no momento de constituição da república argentina e a pronunciada prole se afiguraram centrais para sua construção como grupo dirigente.

De fato, os Uriburu souberam posicionar-se com êxito na vida política, econômica e social argentina. Seus descendentes contraíram matrimônio nos círculos da alta sociedade local, o que “atuou como princípio estruturante na tomada de decisões e seu acionar posterior” (Justiniano, 2005), contribuindo para estender sua rede familiar e de influência em nível regional e transregional.

Dos dez filhos (3 mulheres e 7 homens) de José de Uriburu todos se casaram com os herdeiros de linhagens tradicionais (dentre as principais, os Arias Cornejo, Cornejo Ceballos, Linares e Arenales) que traziam aparelhadas um entramado de relações familiares e sociais, vinculações políticas e riqueza acumulada pela posse de terras. Através dos casamentos celebrados, os Uriburu lograram estabelecer uma rede de relações e se estabelecerem na próspera atividade mercantil do norte argentino (vinculação com redes mercantis interregionais e tráfico de mulas com o Alto Perú) e participação nas disputas internas entre os grupos dirigentes, convertendo-os em atores políticos relevantes nas esferas local e nacional e particularmente na segunda e terceira gerações²².

²² Os Uriburu da segunda geração, filhos de José de Uriburu e tios-bisavós de Raúl, destacaram-se nas carreiras militares e alguns incursionaram pioneramente na vida política. Mas foi na terceira e quarta gerações que o clã se espraiaria em diversos setores da vida política e administrativa argentina e alcançaria seu cume, a presidência do país, por duas vezes. Dámaso de Uriburu y Hoyos (1794-1857) foi senador nacional por Salta e presidente da Comissão da Fazenda dessa instituição legislativa. Foi avô de Amália de Uriburu [casada com Benjamín Marcos Zorrilla, governador de Salta, ministro do Interior nas presidências Nicolás Avellaneda (1874-80) e José Evaristo Uriburu (1895-98) e presidente do Conselho Nacional de Educação] e de José Félix Benito de Uriburu y Uriburu (1868-1933) [tenente do Exército, *edecán* dos presidentes Roque Saénz Peña (1910-14) e José Evaristo Uriburu, integrante da *Comisión Demarcadora de Límite con Chile*, diretor da *Escuela Superior de Guerra*, deputado

Os Sancetenea, cujos negócios se ancoravam na atividade mineira boliviana, não gozaram da mesma sorte que os Uriburu em adaptar-se às contingências políticas derivadas do processo de independência, que abriu disputas fronteiriças com a Bolívia e o Chile e criou obstáculos para a continuação de relações comerciais até então fluidas.

Com o deslocamento do eixo econômico e político das províncias nortistas em direção a Buenos Aires, os interesses comerciais dos Sancetenea foram afetados e seus membros dispersados ao fixar residência na Bolívia e Argentina. Ainda que sem constituir uma identidade familiar sólida como os Uriburu, reforçaram seus vínculos com as elites nativas ao promover alianças matrimoniais com outras distinguidas famílias locais (Linares, Cornejo²³, Patrón, Güemes e Uriburu), o que lhes granjeou maior acesso aos espaços políticos como mostram as trajetórias de Luis Linares²⁴ e Segundo Linares (1837-1910).

2. Os Prebisch e os temas culturais

Avô de Raúl, Segundo se formou advogado e atuou como senador nacional (1875-84), ministro por duas vezes em Salta e, a partir de 1886, motivações políticas o levaram a radicar-

nacional, conselheiro do *Consejo Supremo de Guerra e Marina* e presidente da República (1930-32)]. Evaristo de Uriburu y Hoyos (1796-1885) foi Coronel do “Ejército del Norte” sob comando de José de San Martín. Desempenhou-se como governador de Salta, deputado provincial, “juez de paz” em Salta e Jujuy e fundador do Tribunal de Comércio. Evaristo foi pai de Brígido Napoleón de Uriburu y Alvarez de Arenales [general de brigada, governador do Chaco (1875-76) e de Formosa (1891), presidente do Tribunal Militar (1888) e diretor do Arsenal de Guerra] e de José Evaristo de Uriburu y Alvarez (1831-1914) [doutor em jurisprudência, deputado nacional por Salta e presidente da Cámara dos Deputados (1863-66), ministro de Governo de Salta (1860-61), ministro da *Justicia, Culto e Instrucción Pública* (1867), procurador do *Tesoro de la Nación* (1871), juiz federal de Salta (1872), ministro plenipotenciário enviado à Bolívia (1874) e ao Brasil (1882), vice-presidente da República de Saénz Peña, presidente da República (1895-98) e senador pela província de Buenos Aires (1901-10)]. Vicente de Uriburu y Hoyos foi oficial e tenente coronel do “Ejército Patriota”. Juan Nepumoceno de Uriburu y Hoyos foi pai de Pío Uriburu Castro [deputado nacional e governador de Salta (1898-1901)]. Casimiro de Uriburu y Hoyos foi pai de Francisco Uriburu Patrón (senador e ministro da Fazenda da nação) e avô de Francisco Uriburu (deputado nacional e ministro de Governo da província de Buenos Aires) e Enrique Cassiano Uriburu (presidente do *Banco de la Nación Argentina* e ministro da Fazenda no governo de seu parente José Félix Uriburu) (Luque, 1943).

²³ Segundo Raúl Prebisch, antes mesmo dos Linares e Uriburu, suas origens familiares no norte argentino se encontram nos Cornejo cujos antepassados vieram com Pizarro ao Peru: “Los que empezaron no fueron los Linares, sino los Cornejo. Hay Cornejos en el Perú, que deben ser los mismos que luego se desplazaron al norte argentino, no sé en qué siglo. Allí formaron su familia, que es muy extensa. Los de origen salteño estamos todos emparentados, en una forma o otra” (Magariños, 1991, p. 30). De origem vasca, os Linares, diz ele, aparecem mais tarde: “Cuando está hecha la faena gruesa van y disfrutan de lo logrado por los que les precedieron” (p. 30).

²⁴ Advogado e doutor em jurisprudência pela Faculdade de Direito da UBA, Luis Linares percorreu uma longa carreira na administração da província de Salta como deputado provincial, vice-presidente da Cámara dos Deputados, ministro da Fazenda de Delfín Leguizamón (1893-96) e ministro de Governo de Leguizamón e de David Ovejero (1904-05), senador provincial, presidente do *Partido Provincial* e governador (1907-10). Nos anos seguintes se projetaria nacionalmente como deputado (1912-16), senador (1916-25 e 1925-34), presidente do *Banco Hipotecário Nacional* (1932) e ministro da *Suprema Corte de Justicia* (1932).

se em Jujuy onde fundou o periódico *El Norte* e tornou-se presidente local da recém criada *Unión Cívica Radical*.

Além de suas atividades políticas, Segundo foi professor de latim e literatura no *Colégio Nacional de Jujuy* e era proprietário da melhor biblioteca da região de Salta e Jujuy (Dosman, 2011). Segundo Prebisch: “Sempre recordo da biblioteca de meu avô. Era um enorme salão. Sempre estava em dia! Uma biblioteca! Recordo dela como uma coisa magnífica” (Magariños, 1991, p. 32). De acordo com ele, deve-se a seu avô a inclinação intelectual dos Prebisch: “Todos nós temos tido uma propensão intelectual que, seguramente, vem do avô. [...] Meu avô era um grande leitor, coisa de mérito em uma província tão distante como aquela” (Magariños, 1991, p. 33).

Tal incursão nas atividades culturais não causa estranheza na medida em que as posições de professores e catedráticos, tais como as carreiras públicas e eclesiásticas (Matías Linares e Sancetenea, irmão de Segundo e tio-avô de Raúl, fôra bispo de Salta e Buenos Aires), estavam reservadas aos grupos dominantes ou aos estrangeiros trazidos da Europa exclusivamente para seu exercício.

Versado em alemão, inglês e castelhano, e com conhecimentos em francês e holandês, também Albin Prebisch desempenhou-se nas lides culturais como professor de inglês no *Colégio Nacional de San Miguel de Tucumán*, língua que aprendera em suas viagens juvenis (Magariños 1991), e proprietário da *Imprenta Albin Prebisch*, que ocuparia importante espaço na vida cultural tucumana ao dedicar-se à impressão e edição dos livros da recém criada *Universidad Nacional de Tucumán* (UNT), fato este digno de nota se se tem em vista que atuavam na província empresas consolidadas no mercado de impressão e livrarias tais como *Colón*, *Hispanoamericana* e a *Librería Francesa de Adriano Ribet*.

Seus filhos [4 mulheres e 4 homens (Raúl era o quarto homem e o sexto filho)] e netos consolidaram a presença dos Prebisch no campo cultural e nos círculos intelectuais do norte argentino, de Buenos Aires e inclusive no espaço internacional. Segundo o genealogista Justino Terán (1977), os Prebisch: “Si bien de pocas generaciones en el país, es un apellido que aportó figuras destacadas a su quehacer político, cultural, arquitectónico y económico. [...] la importancia que le dieron a los estudios universitarios y el destacarse dentro de las distintas Universidades que los tuvieron como protagonistas, ya sea en sus cuadros directivos, docentes o estudiantiles”.

A primogênita, Amália Prebisch Linares (1889-1979), foi ensaísta, poeta²⁵, conferencista da “geração do centenário”²⁶ e escreveu com frequência nas revistas e periódicos locais. Com “dotes de docente e literata” (Terán, 1977), lecionou nas cátedras de Literatura Argentina, Espanhola e Clássica da *Escuela Vocacional Sarmiento* e foi professora de “Metodologia da Literatura” na *Facultad de Filosofía y Letras* da UNT. Adolfo Piossek, seu esposo, foi reitor da UNT entre 1940-42 e professor emérito da *Facultad de Ingeniería y Derecho*²⁷. Suas filhas Lucía Piossek Prebisch e Teresa Piossek Prebisch também fizeram carreira na UNT²⁸.

Engenheiro licenciado pela UBA, Ernesto Prebisch Linares foi professor e decano da *Facultad de Ciencias Exactas y Tecnológicas* da UNT. Júlio Prebisch Linares foi reitor dessa Universidade em duas oportunidades (1929-33 e 1937-40) e passou a ser identificado – especialmente pelos estudantes adeptos do movimento reformista de 1918 – como seu modernizador ao fundar um conjunto de novas Faculdades e institutos científicos.

Também egresso da UBA e após uma temporada de estudos em Paris entre 1921-23, o arquiteto Alberto Prebisch Linares se estabeleceu entre os círculos culturais portenhos como crítico de arte em *Sur*, *Criterio*, *Número*, *Revista de América*, *Vida Literaria*, *Martín Fierro* (foi seu diretor), *La Nación*, *La Prensa*, *La Razón*, *El Mundo*, *El Hogar* e *Atlántida*. Nessas

²⁵ Depois de esquecida, sua atividade como poetisa está sendo resgatada e revalorizada. Seu livro *La rendera tucumana y otros poemas* (1981), especialmente o poema “La ramera tucumana”, que foi musicado pelo cantor Andres Chazarreta e era cantado nas escolas da província como elogio à Tucumán, é atualmente celebrado pela escolha de temas caros à tradição cultural local (arte indígena, paisagem local, tipos populares e lendas nativas) e o resgate do folclore. Ver Billone (1995).

²⁶ A “generación del Centenario” consistiu em um grupo de agitadores culturais e/ou estadistas (Ernesto Padilla, Juan Heller, Miguel Lillo, Ricardo Jaimes Freyre, Manuel Lizondo Borda, Ricardo Rojas, Alberto Rougés e Juan B. Terán) que impulsionaram um movimento de revalorização cultural de Tucumán que resultou na criação da UNT, revitalização do estudo da história do norte argentino e do folclore. Entre suas iniciativas, em 1916 inauguraram a *Exposición Provincial de Tejidos y Artesías*, que teve em Amália uma de suas principais organizadoras. A respeito do clima que animava o grupo: “Corría el año 1915. La República Argentina era el quinto país del mundo. Tucumán se preparaba para celebrar el primer centenario de la Declaración de la Independencia. Las miradas se volvían a Europa, a Estados Unidos en busca de inspiración. El concepto de progreso era adorado cuase como una divinidad. Había que avanzar; había que evolucionar. El empuje era formidable pero, como toda fuerza histórica de su tipo, iba dejando atrás inevitables víctimas” (Prebisch e Prebisch, 1981, p. 5).

²⁷ Doutor em jurisprudência pela UBA, Piossek foi fundador do *Partido Agrário*, deputado, senador, candidato a governador de Tucumán, titular para assuntos jurídicos da autarquia *Obras Sanitarias de la Nación* e membro do diretório de *Crédito General del Norte Argentino S.A.* (Garmendia, 2010).

²⁸ Lucía é professora emérita de filosofia da UNT e fundadora do *Instituto de Historia y Pensamiento Argentinos* da mesma Universidade. Autora de livros dedicados à história do pensamento argentino (dentre os quais se destacam *Creencias e Ideas*, 1988, *De la trama de la experiencia*, 1994, e *Argentina: identidad y utopía*, 1998), a filósofa é conhecida por seus trabalhos como tradutora em língua alemã. Foi ainda diretora do CONICET e, em 2005, foi premiada por sua obra pela *Academia Nacional de Ciencias de Buenos Aires* (Bertranou, 2015; Smaldone, 2013). Tereza foi professora de Língua e Literatura Inglesa da UNT, Diretora de Cultura de San Miguel de Tucumán e presidente da *Junta de Estudios Históricos* da província tucumana. De seus onze livros publicados, está em sua 11ª edição *Pedro Bohórquez, el inca de Tucumán*, de 1976. Em 2004, foi premiada pela Sociedade Argentina de Escritores, incluída em 2006 pela Câmara Legislativa municipal entre os “Mayores notables de Tucumán” e, em 2007, distinguida com o *Premio Santa Clara de Asis*.

publicações se associou às novas correntes estéticas que afluíam da Europa e dos Estados Unidos e se fez depositário dos ensinamentos do franco-suiço Le Corbisieur em favor da renovação da arquitetura.

Alberto defendeu um projeto de renovação urbanística de sentido moderno e, nos embates que travou com seus críticos nas revistas acima referidas, alcunhou-os de “acadêmicos” e representantes das “fórmulas caducas” (Butler, 1972)²⁹. Foi professor e Decano Interventor da *Facultad de Arquitectura* da UBA, lecionou na *Escuela Superior de Bellas Artes Ernesto de la Cárcova* e na *Academia de Bellas Artes Prilidiano Pueyrredón*, membro do diretório do *Teatro Colón*, presidente e vice-presidente da *Academia Nacional de Bellas Artes* e foi prefeito de Buenos Aires entre 1962-63. Em seu labor arquitetônico destacam-se o *Obelisco de Buenos Aires*, de 1936, e o *Teatro Grán Rex*, de 1937, que se converteram em símbolos culturais dessa cidade.

Analísado com vagar no capítulo seguinte, basta sublinhar nesse momento que o economista Raúl Prebisch Linares foi um *experto* que esteve no centro das reformulações da política econômica argentina entre 1924-43 e, estreito colaborador de personagens da política nacional, participou ativamente da criação de novas instituições econômicas. A partir do final da década de 1940, inicia uma carreira no âmbito das Nações Unidas que lhe daria prestígio internacional.

Se, à primeira vista, tal projeção que os Prebisch alcançaram no âmbito da cultura e dos círculos intelectuais do norte argentino e portenho é improvável se se tem em mira sua origem

²⁹ Cabe notar a existência de similaridades entre Alberto e seu irmão Raúl no que diz respeito a seus papéis enquanto renovadores culturais e significado moderno de suas obras em suas respectivas áreas de atuação. Tal como fizera Raúl, mediador das ideias de Keynes e um dos principais nomes da modernização dos métodos de ensino e pesquisa no campo da disciplina econômica e da racionalização da vida econômico-administrativa argentina, Alberto se construiu como vanguarda da arquitetura modernista ao importar e replicar as ideias de Le Corbisieur nos meios de difusão cultural portenhos contrapondo-se ao “espírito acadêmico” da arquitetura e propondo-se “poner el reloj en la hora”, ou seja, “sacudir la moderna provinciana y conectar al país con los demás centros culturales del momento” (Butler, 1972). Nessa direção, de ir contra o estabelecido, projeto de Raúl e Ernesto, o arquiteto inclinou-se aos encantos do aperfeiçoamento industrial e técnico que viu pessoalmente na Europa e Estados Unidos e percebeu no “maquinismo triunfante” (Butler, 1972), baseado no cálculo estrito e de caráter exclusivamente utilitário, o sinal dos novos tempos, aos quais caberia a arquitetura adaptar-se. Contra a arte decorativa e em favor da ciência e da ação prática, escreveu Alberto: “Uno de los fines primordiales de la nueva arquitectura es la economía. Economía intelectual y economía material. Ninguna consecuencia técnica o estética es a la larga valedera sin esta condición. Una puerta lisa y simple es intelectualmente más económica que una puerta emoldurada. Pero es comercialmente más cara: material de mejor calidad, mano de obra prolija y exacta. A la necesaria coincidencia de estas dos clases de economía se llega por tres factores que Le Corbisieur ha definido con precisión: la standardización, la industrialización y la taylorización. Por la standardización se llega a fijar un cierto número de elementos tipos, de funciones precisas y dimensiones constantes. Estando admitidas estas últimas, la industria produce en serie dichos elementos standardizados. Y los produce con rapidez y economía. Mediante una mano de obra taylorizada, especializada en la fabricación de elementos standard” (Butler e Williams, 1972). Raúl realizou seu périplo na função pública e encetou cruzada similar contra os maus administradores e métodos antiquados apoiado sobre essa mesma crença no papel renovador da ciência e da técnica moderna.

imigrante e provincial, um exame mais detido da história tucumana evidencia seu papel como centro de gravitação cultural – e econômica – entre as províncias do norte, de que é prova a gestação de instituições educacionais e culturais e de uma elite provincial culta que imprimiu sobre as novas gerações, tais como os Prebisch, o “gosto pela cultura” (Terán, 1921).

3. Aspectos da vida econômica e cultural de Tucumán na virada de século

Com localização estratégica na rota do Alto Perú, o que viabilizou relações comerciais com o próspero mercado andino, o norte argentino (especialmente Tucumán e Salta) se constituiu nos anos coloniais como “a grande artéria mercantil do Vice-Reinado” (Hora 2010), entroncamento entre os mercados boliviano, chileno e de Buenos Aires.

A crise da economia mercantil colonial e os novos limites fronteiriços definidos pela República de 1816, entretanto, debilitaram o vínculo entre os mercados altoperuanos e a economia agrícola nortista, que regrediu ao nível de subsistência. A abertura comercial promovida pelas novas autoridades, ela mesma resultado do fim da era mercantilista, deslocou definitivamente o eixo dinâmico da economia argentina do Alto Perú para as províncias da pampa bonaerense (Buenos Aires, Santa Fé, Córdoba, Entre Ríos e Corrientes), que, no âmbito do processo de expansão do mercado mundial impulsionado pela indústria inglesa, cresceram aproveitando-se das oportunidades de integração abertas aos países da periferia pela demanda internacional de produtos agrícolas (lã, carne, couro, etc.)³⁰.

Ao longo do século XIX, estruturar-se-ia no país uma economia de mercado de base agrária capitaneada pelas elites liberais que atuaram no sentido de criar as instituições necessárias ao crescimento capitalista (reconhecimento do direito à propriedade, expansão da

³⁰ “Hacia mitad del siglo (XIX), el proceso de crecimiento económico que tenía su motor en las economías más desarrolladas del Atlántico Norte comenzó a convertirse en un fenómeno más auténticamente global, de creciente impacto en la periferia” (Hora, 2010, p. 150). A Argentina será um dos maiores beneficiários dessa expansão associando seu destino ao domínio comercial e financeiro da Grã Bretanha, “dueña indiscutida del mundo colonial”: “En la Argentina, entre 1880 y 1913 el capital británico creció casi 20 veces. A los rubros tradicionales – comercio, bancos, préstamos al Estado – se agregaron los préstamos hipotecarios sobre las tierras, las inversiones en empresas públicas de servicios, como transvías o aguas corrientes, y sobre todo los ferrocarriles. Éstos resultaron extraordinariamente rendidores: en condiciones ciertamente privilegiadas, las empresas británicas se aseguraron una ganancia que garantizaba el Estado, quien también otorgaba exenciones impositivas y tierras a los costados de las vías por tenderse. [...] si los británicos obtenían buenas ganancias por sus inversiones o la comercialización de la producción local, dejaban un amplio campo de acción para los empresarios locales, los grandes propietarios rurales, a quienes quedaba reservada la participación mayor en una producción que fue posibilitada por la infraestructura instalada por los británicos. Los 2 500 km de vías existentes en 1880 se transformaron en 34 000 en 1916, sólo un poco menos de los 40 000 que, en su momento máximo, llegó a tener la red argentina. Algunas grandes líneas troncales sirvieron para integrar el territorio y asegurar la presencial del Estado en sus confines, mientras que otras cubrieron densamente la pampa húmeda, posibilitando – junto con el sistema portuario – la expansión de la agricultura primero y de la ganadería después, cuando los mismos británicos instalaron el sistema de frigoríficos” (Romero, 1994, p. 20-21).

rede ferroviária, organização do sistema de crédito e monetário, etc.), dotar o país de uma ordem legal e política regida por legislação liberal [Constituição (1853), Código de Comércio (1858), Código Civil (1869), Lei de Imigração e Colonização (1876), Lei de Unificação Monetária (1881), Lei de Educação Comum (1884), etc.], fomentar o intercâmbio e consumo de bens e integrar o mercado nacional, sedimentando assim as bases para o *boom* exportador que ocorreria a partir do final do século:

“Entre 1880 y 1914, el valor de las ventas argentinas al exterior se multiplicó cerca de nueve veces. Esta expansión fue resultado del incremento de las exportaciones de productos ganaderos y, de modo aún más decisivos, del excepcional crecimiento de las ventas de granos. Para comienzos de la década de 1910, éstas representaban cerca del 60% de las ventas al exterior. Para entonces, la Argentina, que exportaba más del 50% de su producción de trigo, casi dos tercios de la cosecha de maíz y más del 80% de su lino, se había convertido en el tercer exportador mundial de granos” (Hora, 2010, p. 198).

Nesse período, incrementou-se capital e força de trabalho, os obstáculos geográficos e econômicos à expansão produtiva foram removidos, os processos de industrialização e urbanização se aceleraram, bem como o influxo imigratório para as cidades litorâneas que se deu em virtude do aumento da renda *per capita*, que impactou positivamente a demanda interna de matérias-primas e alimentos.

Também a infra-estrutura foi renovada com a modernização dos portos e a construção da rede ferroviária, que resultou na expansão da fronteira agrícola. Somado a esses fatores internos, o setor exportador foi impulsionado pela redução dos custos de transporte marítimo, integração dos mercados de capitais e de mercadorias. O resultado foi a rápida integração da Argentina à economia mundial através da conformação de “um mercado global para a produção primária” (Hora, 2010).

A prosperidade dos mercados do litoral produziu – em maior ou menor grau – impulsos dinamizadores sobre outros setores da atividade econômica e regiões do interior ao incrementar a demanda por bens e serviços essenciais para assistência aos setores urbanos. O efeito multiplicador da expansiva economia rural exportadora pampeana estimulou o estreitamento de laços comerciais com as demais províncias que dispunham das condições e fatores para atender aos requerimentos do tecido produtivo e das massas urbanas nucleadas em Buenos Aires e que buscavam atrair para si parte dos frutos econômicos concentrados nas províncias litorâneas.

Aproveitando-se dos incentivos ligados ao dinamismo exportador, Tucumán ingressou em um novo ciclo de desenvolvimento e se converteu em principal polo de desenvolvimento

do norte argentino. A criação e expansão de engenhos e plantações de açúcar ocorreram em meio a favoritismos e concessões econômicas (tarifas protecionistas, investimentos estatais em infraestrutura, acesso facilitado ao crédito, garantia de altas taxas de lucro, etc.) que se explicam pelas relações familiares e acordos políticos entre as elites do interior e o governo central.

Essas benesses estatais remontavam ao pacto firmado pela “geração de 1880” (Guy, 1977), que, com vistas a pacificar o interior e incentivar os negócios de familiares e amigos, executou um programa de integração econômica (transportes, comunicações, serviços bancários, etc.) que vitalizou a economia tucumana ao garantir aos seus agentes econômicos acesso monopólico a mercados mais amplos (particularmente aos centros industriais) e integração aos portos fluviais³¹.

Para além das iniciativas econômicas, as elites nacionais que encabeçaram o projeto de organizar o Estado e a nação constituíram um sistema educativo oficial (instituições escolares, agentes educadores, conteúdos, dispositivos de controle e punição, direção, mecanismos de validação, etc.) com o objetivo de disciplinar e integrar os setores populares que, convertidos em “cidadãos” no contexto de uma armação político-institucional democrática, deviam se ajustar às novas obrigações e gozo de direitos inéditos (Pineau, 1998).

Para seus idealizadores, especialmente Sarmiento, a “educação comum” era o instrumento de combate à barbárie e ao caudilhismo vigente no mundo rural, associado à ignorância, pobreza, anarquia e o fanatismo, características do interior inculto em tudo oposto ao litoral urbano e civilizado. A ignorância das massas e a anarquia política, “males do deserto”, deviam ceder espaço aos propósitos democráticos e civilizadores que se instalariam com a instrução primária, base para a elevação moral dos indivíduos e prosperidade nacional.

³¹ Esses favoritismos estavam fundados em relações de reciprocidade política em que os favores e nomeações eram pagos com a mobilização da máquina eleitoral local em benefício do caudilho nacional: “Dado que la generación del 80 se hallaba unida por lazos familiares, y a la vez por metas patrióticas, los políticos nacionales y locales encontraron entre los parientes y amigos las adhesiones necesarias para mantener actualizadas las alianzas de 1880” (Guy, 1977, p. 508). Tal imbricação entre as elites políticas e econômicas do norte argentino e a integração entre os grupos dirigentes provinciais e nacionais informam sobre a desenvoltura com que aquelas souberam plasmar seus interesses à maquinaria do Estado (local e nacional) e auferir vantagens para seus empreendimentos. No que diz respeito aos vínculos entre os empresários do açúcar de Tucumán e o governo central, basta recordar que os presidentes da República Júlio A. Roca (1880-86 e 1898-1904) e Nicolás Avellaneda (1874-80) eram tucumanos e seus familiares eram proprietários de engenho. Os irmãos de Avellaneda (Marco e Eudoro) eram donos de engenho e ambos ocuparam o posto de deputado nacional por essa mesma província. Roca era aparentado com a família Posse, força política dominante em Tucumán e enriquecida com a produção e comercialização do açúcar (Guy, 1977). Romero (1994) descreve tais relações como pautadas na “ligação fisiológica com o Estado”. Para o caso da oligarquia açucareira de Salta, é significativo que seus negócios obtivessem maior apoio estatal justamente no momento em que as famílias saltenhas logravam ampla participação nos processos políticos provinciais e nacionais (Justiniano, 2005).

Sob influência dos modelos educacionais de massa, de inspiração liberal e iluminista norte-americano e europeu, a escola pública argentina era concebida como direito dos governados e obrigação do Estado, que devia assegurar seu carácter laico e a generalização das primeiras letras, ciências modernas e habilidades instrumentais necessárias à formação de quadros técnicos. Ademais, contribuiria para assegurar a unidade nacional e a argentinidade por meio do cultivo de seu idioma e conhecimento da história passada e de seus construtores (Bravo, 1965). Com base nessas ideias, os sucessivos governos nacionais uniformizaram o ensino, a provisão e ampliação da cobertura da educação primária, que, não obstante as desigualdades regionais, alcançou resultados promissores³².

Concebidos originalmente na presidência Mitre (1862-68), os colégios nacionais se difundiriam no governo de Sarmiento (1868-74). Seu ministro de Instrução Pública, o tucumano e futuro presidente Nicolás Avellaneda, explicitou na memória ao Congresso Nacional de 1872 os motivos que deviam fundar essas novas instituições:

“Examínense los estudios que forman el programa de nuestros Colegios, y se verá que todos son indispensables para formar no hombres profesionales, sino hombres activos y útiles en la vida social. [...] Las miras con que se han fundado los Colegios Nacionales son indudablemente más amplias, y tienen por objeto difundir la educación en los pueblos a fin de que se formen en todas partes hombres aptos para la producción de la riqueza, para las funciones sociales y para el ejercicio de la vida política en la República” (*apud* Cevíño, 1964, p. 110).

Criado em 1864, o Colégio Nacional de Tucumán foi a concretização de tentativas anteriores de estabelecer a instrução pública na província em bases mais sistemáticas e modernas. Seu projeto remonta a 1854, quando a elite política local contrata os franceses Edmundo Buessard e Filisberto Pelissot para estabelecer uma escola comercial e literária. Mas a efetiva organização caberia a Amadeo Jacques, doutor em Letras e licenciado em Ciências na Universidade de Paris, ex-professor da Escola Normal francesa e do Colegio “Luis el Grande”. Jacques reorganiza o Colégio, reforma seu projeto pedagógico, funda o departamento de “Letras e Humanidades” e dirige a Biblioteca Pública instalada no Colégio. Desencantado com o meio tucumano, que acreditava de “espírito excessivamente mercantil” e

³² “Las diferencias regionales y sociales e el acceso a la educación no deben hacernos olvidar que considerando al territorio nacional en su totalidad, la Argentina era el país de América Latina con mayor número relativo de niños en la escuela, lo que a mediano plazo le aseguró un incremento veloz de su población alfabetizada. Aunque todavía lejos de los países del Atlántico Norte, al concluir este período la Argentina contaba con tasas de alfabetismo superiores a las de la Europa mediterránea. Desde una perspectiva comparada, la ampliación del acceso a la educación elemental – y, con ella, del poder liberador de la palabra escrita – testimonia un callado pero decisivo progreso civilizatorio” (Hora, 2010, p. 161).

indiferente à educação (Borda, 1965), se desliga de suas funções para assumir a direção do Colégio Nacional de Buenos Aires.

A ambição do projeto representado pelo Colégio e seu impacto na vida tucumana podem ser apreendidos pela diversidade das áreas e competências representadas em suas cátedras, que incluía o ensino de línguas (latim, espanhol, francês, inglês e alemão), direito (natural, canônico, civil e constitucional), música, ciências exatas (matemática, física e química), desenho linear, economia política e agronomia.

As pretensões modernizantes do Colégio se evidenciam no corpo de professores recrutados na Europa³³. Dentre eles, Paul Groussac, que se destacou por suas funções como jornalista, escritor e crítico literário, e que foi enviado a Tucumán em 1871 por Avellaneda como professor de matemática do *Colegio Nacional*³⁴. Três anos depois foi nomeado presidente da *Comisión de Bibliotecas Populares* de Tucumán (instituição federal criada na gestão Sarmiento para inspecionar as bibliotecas e garantir seu funcionamento) e, nos anos seguintes, chefe inspetor do *Consejo de Inspección Pública*, órgão responsável por propor alterações nos métodos educativos, aperfeiçoar o quadro docente e fiscalizar as escolas estatais.

³³ Foram contratados para lecionar no Colégio Nacional, Escola Normal e/ou Escola de Comércio de Tucumán europeus de diversas nacionalidades. Entre os italianos, Inocencio Liberani (história natural e higiene), Antonio Moris (italiano), Pascualino Barbatì (história e geografia), Camilo Lembo (fundador e professor da Escola de Comércio e docente da Escola Sarmiento) e Juan B. Bugni (música). Também os espanhóis Pedro Arnó, Juan Cominglez (agronomia), Césareo Calero de Bordón (moral e urbanidade, geografia da América e da Argentina, história geral e da Argentina, instrução cívica, filosofia, aritmética, álgebra e geometria, trigonometria e agrimensura), José María Sánchez (espanhol), Rafael Hernandez (química), Enrique Aymerich (vice-diretor e bibliotecário da Biblioteca do Colégio Nacional e professor de álgebra, geometria, geografia, história da Argentina e instrução cívica). Lecionaram ainda os franceses Camilo Faget (vice-reitor do Colégio), Augusto Hébert (francês), Emilio Uttinger (francês), Luis Moisset de Espané (francês) e Augusto Moullins (geometria, topografia e desenho linear). Entre os ingleses, Marco Flood, Diego Williamson e Ruperto Fotheringham, professores de inglês e desenho linear. Em menor número, sabe-se ainda dos alemães Federico Schikendantz (física, química e diretor do Departamento Agrônômico do Colégio) e Albin Prebisch (inglês), personagem central desse texto, do russo-polaco e engenheiro Carlos Löwenhard, que ensinou topografia, desenho linear, geometria e cosmografia, além de desempenhar-se como vice-reitor do Colégio. O grego Rafael Brescia foi professor de história, geografia, filologia e etimologia (Santamarina, 1979; Lázaro, 1979).

³⁴ O primeiro encontro entre Avellaneda e Groussac é mostra do projeto cultural renovador com que se identificara naqueles anos a classe política. Desejando regressar à França, o “pobre muchacho extranjero” fôra convencido pelo ministro à estabelecer-se em Tucumán: “Después de un revoloteo por la moderna literatura francesa – Chateaubriand, Villemain, Sainte-Beuve (que él pronunciaba ‘Santebébe’), etc. – me preguntó [...]: ‘Y usted, ¿qué piensa em hacer?’... Al oír que yo preparaba mi vuelta a la patria, tuvo la amabilidad de escandalizarse: ¡Cómo! dejar un literato la Argentina sin haber divisado sus bellezas, conocido el interior, la provincia de Tucumán...’. Y el admirable improvisador se arrojó a una descripción exuberante de la montaña y la selva, sin que faltara aquello del ‘jardín de la República’, dejándome embelesado cual se escuchara recitar en voz alta un capítulo de *Atala*. Insistió empeñosamente para que consagrara siquiera algunos meses a esa contemplación de la naturaleza subtropical, ofreciéndome, para allanar toda dificultad financiera – además, por supuesto, de los gastos de viajes – dos cátedras poco absorbentes en aquel colegio nacional” (Groussac, 2001, p. 134). A partir de então, a sorte do literato se vincularia à Avellaneda (que se tornaria presidente da Argentina em 1874) e ao avellanedismo.

Groussac coordenou os esforços de modernização dos métodos de ensino, melhoramento dos edifícios escolares e de seu mobiliário, compra de livros e atualização do corpo docente via contratação de professores europeus que, a fim de contrarrestar o despreparo e deficiência dos professores nativos, deviam introduzir os modernos processos pedagógicos, as novas técnicas de avaliação e conteúdos científico, literário e tecnológico.

O intelectual francês dirigiu nos anos 1870 o jornal tucumano *La Razón* e, pouco depois de ser nomeado em 1878 diretor e professor da Escola Normal para substituir o norte-americano Jorge W. Stearns, mudou-se definitivamente para Buenos Aires comissionado como Inspetor Nacional de Educação, decisão que justificou pela indisciplina dos alunos, isolamento e marginalidade a que se sentira relegado em Tucumán, ao que se somaram dissonâncias políticas entre mitristas e avellanistas (grupo ao qual pertencia Groussac)³⁵.

Fundada em 1875, a *Escuela Normal* complementou os esforços de modernização educacional ao “fazer visíveis questões vinculadas com o mundo educativo” (Vignoli, 2015). Descrita como “um acontecimento” na vida cultural tucumana (Páez de La Torre, 1987), se destinara a preparar professores nos novos métodos pedagógicos e influir sobre o ensino primário. Seus diplomados atuariam como agentes de modernização das práticas escolares nos estabelecimentos educacionais que se multiplicavam ao sabor das demandas de novos segmentos sociais (a *Escuela Sarmiento*, por exemplo, surgiu em 1870 como primeiro colégio para mulheres da província).

Além do impacto representado pela profusão de instituições escolares, a vida cultural tucumana foi dinamizada pela criação de “bibliotecas populares”, que, difundidas nacionalmente por Sarmiento nos anos 1870, facilitaram a circulação e o acesso ao livro para uma população alfabetizada e uma elite letrada que demandavam bens e serviços culturais com os quais podiam satisfazer suas emergentes aspirações literárias e científicas.

Nesse contexto, difundiram-se entidades e associações que conformaram “um ambiente de sociabilidade de índole cultural na cidade de Tucumán” (Vignoli, 2015) de que são prova a *Sociedad Sarmiento*, *Biblioteca Alberdi*, as “associações patrióticas da juventude” (resultado dos esforços escolares em alentar a história nacional e homenagear suas figuras públicas), os clubes de leituras, “veladas” literárias e musicais, associações culturais de diverso tipo e bibliotecas populares³⁶.

³⁵ O descontentamento de Groussac e, anos antes, de Jacques com o meio tucumano evidencia os conflitos entre os limites do processo de modernização cultural em uma província interiorana e as altas expectativas culturais dos intelectuais estrangeiros munidos de propósitos reformadores.

³⁶ Em meio ao crescimento urbano e complexificação da vida social, a capital tucumana se convertia na cidade e centro da vida cultural mais importante do norte argentino, o que impulsionava experiências de associacionismo

Criada em 1882 por professores e pela autodenominada “juventude estudiosa” da *Escuela Normal* e do *Colegio Nacional*, o que mostra o caráter de multiplicador cultural representado por essas instituições, a *Sociedad Sarmiento* transformou-se no centro da vida culta tucumana e do norte argentino entre as décadas finais do século XIX e iniciais do XX.

Nascida no bojo das reformas liberais e modernizantes encabeçadas pelo Estado, que teria suscitado uma “cultura política aberta” (Vignoli, 2015), ela é expressão de setores médios unificados pelas novas competências adquiridas e possibilidades ascensionais abertas pelo acesso à instrução. Anos antes os anseios desses grupos letrados adquiraram ressonância com a criação da efêmera *Facultad de Jurisprudencia y Ciencias Politicas* (1875-82). Mas coube à Sociedade – e nesse ponto como em outros antecipa o projeto da UNT – organizar, ritualizar (normas de ingresso e funcionamento e rígida hierarquia) e criar os espaços de preparação intelectual e os canais de expressão às aspirações literárias dos jovens tucumanos, conferindo-lhes efetividade e reconhecimento público e político.

Reunindo apoios e recursos entre empresários do açúcar e políticos, foi criada a Biblioteca da Sociedade Sarmiento (em pouco tempo a mais importante da região), o semanário *El Porvenir* e a revista *Tucumán Literário* (origem do jornalismo cultural tucumano), o *Archivo de Documentos Antiguos*, *Instituto de Bacteriología y Higiene*, *Museo de Historia Americana*, *Museo de Historia Natural* e a *Academia de Bellas Artes*, órgãos depois reunidos (juntamente com a *Escuela de Comercio* e *Estación Experimental Agrícola*) na UNT.

Organizaram-se também uma série de conferências públicas (temáticas relativas às ciências físicas e sociais, moral, literatura e indústria), que contaram com a presença de intelectuais de prestígio regional e nacional, uma escola noturna para operários, “cursos livres” com “caráter de universidade popular” (Vignoli, 2015), e concursos sobre temas

articuladas em função das mais diversas demandas: “Entre 1855 y 1915 alrededor de 130 asociaciones fueron creadas en todo el territorio tucumano. En este cálculo se contemplan también las fundaciones efímeras y aquellas incipientes asociaciones que ni siquiera lograron la aprobación de sus estatutos. Aun así, consideramos que lograron dar cuenta de una sociedad civil que estaba dibujando en el espacio público sus demandas a través de un entramado asociativo que perseguía fines benéficos, políticos, culturales y de conocimiento en general, que buscó asociarse para el deporte o demandar mejoras en las condiciones de trabajo. En efecto, durante esos 60 años, fueron fundadas en todo el territorio de la provincia 31 Sociedades de Beneficencia y Socorros mutuos (entre argentinas y extranjeras), también se crearon 5 clubes de elite y 13 centros sociales entre la capital y el interior tucumano, mientras que surgieron 34 asociaciones culturales que por lo general combinaban la existencia de una biblioteca popular con actividades patrióticas. Por su parte, los centros de trabajadores y gremios durante el mismo período ascienden a 28. También se fundaron 16 clubes de deportes en toda la provincia y cuatro centro de estudiantes” (Vignoli, 2015, p. 23).

científicos, literários e históricos com o objetivo de promover o estudo e a investigação³⁷.

Epícento de “um ambiente intelectual estimulante” (Terán, 1921), o saldo alcançado pela *Sociedad Sarmiento* em termos de preparação de uma nova geração letrada, promoção de iniciativas culturais, acúmulo de prestígio e capital relacional permitiu a seus membros lançar-se, além da carreira política, em outros projetos tais como a *Revista de Letras y Ciencias Sociales* (1904-07) e a UNT (1914), criação culminante de uma geração e produto de recente acumulação cultural.

Espaço de sociabilidade e intercâmbio intelectual, a *Revista de Letras y Ciencias Sociales* (RLCS) – juntamente com as instituições, projetos e órgãos acima apresentados – está na raiz da emergência e desenvolvimento do campo intelectual e cultural tucumano (Zuccardi, 2012).

Concebida por Ricardo Jaimes Freire, Juan B. Terán e Julio López Mañán, professores do *Colégio Nacional* e da *Escuela Normal*, integrantes da *Sociedad Sarmiento* e vinculados à elite econômica e política tucumana, essa revista literária se destacou como veículo de difusão e tradução local das novas ideias, estéticas e doutrinas que circulavam nos centros culturais cosmopolitas (estrangeiro e portenho).

Nessa direção, propiciou o diálogo com escritores e intelectuais da América Latina e Europa e alavancou a carreira de jovens (em sua maioria tucumanos) que desempenharam “papel axial” (Zuccardi, 2012) no desenvolvimento cultural de Tucumán³⁸. A “cofradia”

³⁷ A fim de obter um quadro sintético dos serviços culturais oferecidos pela *Sociedad Sarmiento* e seus apoios externos são elucidativos os seguintes dados coligidos por Vignoli (2015, p. 80): “En 1898 la Sociedad Sarmiento tenía 704 socios, de los cuales 502 eran socios activos, contribuyentes 178, corresponsales 22 y dos eran socios honorarios. De total de socios, 194 era extranjeros, distribuidos por nacionalidad de la siguiente manera: 47 españoles, 42 italianos, 35 franceses, 20 alemanes, uruguayos e ingleses ocho, siete suizos, seis daneses, cuatro suecos, tres austríacos y peruanos, dos belgas y chilenos dos. Completaban la membrecía un griego, un portugués, un brasileño, un venezolano, un colombiano, un luxemburgués y un noruego. Durante ese año la Asociación llevó a cabo siete conferencias, una asamblea de socios y 12 secciones de la comisión directiva. Las diferentes comisiones se reunieron siete veces a lo largo del año. Uno de los proyectos más importantes de la Asociación era la organización y desarrollo de una biblioteca pública, que contaba en el año mencionado con 3488 títulos en 5634 volúmenes. Según los datos del movimiento de la biblioteca, ese año asistieron al salón 9274 lectores, mientras se retiraron 5085 libros para consultar a domicilio”.

³⁸ O boliviano e poeta Jaymes Freire aportou em Buenos Aires no final do século XIX, onde trabalhou no *La Nación*, *El Ateneo de Buenos Aires*, fundou em 1894 com Ruben Darío a *Revista de América*, e colaborou com Leopoldo Lugones e José Ingenieros para criar a revista socialista *La Montaña*. Em Tucumán, onde permaneceu por vinte anos, foi conferencista, membro da comissão diretiva, vice-presidente por duas vezes e diretor da *Biblioteca de la Sociedad Sarmiento*. Desempenhou-se também na UNT como membro fundador, professor de língua e literatura e redator da *Revista de Tucumán*. Seu papel na vida cultural tucumana e argentina rendeu-lhe o posto de presidente do *Consejo Provincial de Educación* e a eleição como membro da *Academia Argentina de Letras* e, em reconhecimento aos seus trabalhos sobre a história tucumana, foi integrado à *Academia Nacional de Historia*. Entre suas funções políticas, foi deputado em Potosí, ministro de Instrução Pública e Agricultura e das Relações Exteriores em seu país natal, delegado boliviano nas Nações Unidas e embaixador no Chile, EUA e Brasil. Advogado diplomado na UBA, o tucumano López Mañán também se projetou intelectualmente com seus

(Zuccardi, 2012) reunida na RLCS (Jaimes Freyre, López Mañáin, Terán, José I. Aráoz, Alberto Rouges, Miguel Lillo, Juan Heller, Germán G. Hamilton, Abraham Maciel e Ubaldo Benci) remonta aos espaços de sociabilidade – em boa medida familiares – e formação intelectual criados na segunda metade do século XIX e sedimentados ao longo da primeira metade do século seguinte.

Nesse sentido, a *Escuela Nacional*, *Escuela Normal*, *Sociedad Sarmiento* e a RLCS se constituíram como espaços de encontro entre intelectuais e escritores provinciais e estrangeiros em que se forjaram laços de amizade e projetos culturais centrais para a organização institucional de uma cultura e elite letrada tucumana com acento regional.

Seu ponto alto foi a UNT, instituição que idealizaram e colocaram em atividade como membros de seu conselho superior, reitores, vice-reitores e professores, e estruturada a partir dos “fatores de cultura” (Terán, 1921) pré-existent, tais como a *Sociedad Sarmiento*, o *Archivo de Documentos Antíguos*, *Instituto de Bacteriología y Higiene*, *Museo de Historia Americana y Natural* e a *Academia de Bellas Artes*.

De caráter experimental e prático, a UNT prometia maior vinculação com a realidade e necessidades econômicas da província e arredores, o que explica a opção pelas carreiras técnicas e a ênfase nas especificidades regionais. Suas atividades deviam vincular-se aos fins pragmáticos da vida produtiva (melhoramentos agrícolas) e à realização de reformas sociais (políticas agrária, sanitária, escolar, etc.) com vistas à generalização das conquistas civilizacionais possibilitadas pelo avanço técnico, metas e compromissos que definiram a atuação das instituições anteriormente criadas.

Dados tais antecedentes, que apontam para um processo de decantação e aquisição de “consciência cultural” (Terán, 1921), o projeto da nova universidade foi a expressão máxima do progresso intelectual e do afã modernizador dos setores letrados tucumanos. Foi também

escritos sobre a história provincial e, ao distar da tradição hagiográfica dos heróis, promover a organização de arquivos e a investigação sistemática de documentos, se fez conhecido como o fundador da história científica na Argentina. Lecionou literatura, filosofia e instrução cívica no *Colégio Nacional* (onde estudara na juventude), foi presidente da *Sociedad Sarmiento*, catedrático de sociologia na UNLP e de direito na UBA. De trajetória mais longa na política do que nos encargos intelectuais, foi ministro de governo de Tucumán, deputado provincial e nacional e chefe da *Dirección Nacional de Agricultura e Defensa Agrícola*. De família com protagonismo político e econômico na província, Juan B. Terán se licenciou advogado na UBA. Lecionou no *Colégio Nacional* (onde adquirira anos antes seu título de *bachiller*), presidiu por três vezes a *Sociedad Sarmiento*, onde criou os “cursos livres”, e o *Consejo de Educación de Tucumán*, além de integrar o *Consejo Nacional de Educación* e a *Academia de Derecho de la Universidad de Buenos Aires*. Foi membro da *Academia Argentina de Letras* e, reconhecido em seu ofício de historiador e promotor da história como ciência, incorporou-se à *Junta de Historia y Numismática Americana* e *Sociedad Argentina de Historia*. No que respeita aos afazeres políticos, foi deputado provincial, senador nacional e presidiu a *Dirección General de Tierras y Colonias*. Ainda nos anos 1930 foi nomeado para a *Corte Suprema de Justicia* pelo presidente Agustín P. Justo (1932-38). É de sua autoria o projeto de criação da universidade provincial que a partir de 1921 passaria a chamar-se *Universidad Nacional de Tucumán* (Zuccardi, 2012).

produto da “retórica regionalista” como unidade histórica e comunidade de interesses diferenciados, que, concebida e mobilizada para atender aos interesses do açúcar, serviu ao propósito de construir um imaginário do “norte” como centro cultural – além de econômico – em que caberia à Tucumán papel central (Campi e Bravo, 2010).

A organização institucional da vida cultural tucumana se conectou estreitamente ao processo de modernização socioeconômica por que passou a província em fins do século XIX e alvorecer do XX na esteira do *boom* exportador argentino. A expansão produtiva propiciada pelo acúmulo de habilidades empresariais e técnicas agrícolas, incorporação de moderna tecnologia europeia na industrialização da cana, e a chegada da ferrovia, “disparador” da movimentação de capitais e homens (Campi e Bravo, 2010), desatou o desenvolvimento capitalista tucumano.

Seus efeitos sobre a sociedade local se fizeram sentir através da progressiva complexificação do sítio urbano, diversificação do setor de serviços e surgimento de uma classe média que, apesar da dependência dos fluxos de renda gerados pela empresa açucareira, logrou estabelecer um estilo de vida e demandas de novo tipo.

Também a classe terratenente se encantou com as possibilidades da vida citadina que lhes permitira desfrutar das operetas, concertos e conferências (dentre outras, as proferidas pelo poeta Leopoldo Lugones e estadista francês Georges Clemenceau, que elogiou os estabelecimentos educacionais da província, “que não tinham nada que invejar os europeus”³⁹) nos teatros Belgrano (1873), Odeón (1912) e Alberdi (1912), regozijar-se com a medalha de ouro conferida ao escultor tucumano Julio Oliva na 79ª Exposição Internacional de Roma (1909), orgulhar-se dos monumentos erigidos por artistas europeus às “efemérides” pátrias e tucumanas (a escultura em homenagem à Alberdi, por exemplo) e entusiasmar-se com o ambiente cultural gerado pela comemoração do centenário da declaração de independência em 1916.

Sede do “Congresso de Tucumán”, em que se firmou em 1816 a declaração de independência da Argentina, a capital da província se converteu em símbolo pátrio e local tradicional de concentração dos festejos nacionais. Na celebração do centenário mesclaram-se a euforia despertada pelo progresso econômico e social argentino desse período e o “clima de

³⁹ Clemenceau se referira ainda a Tucumán como “[...] una metrópolis esplendorosa y triunfante por la magnificencia de su fuerza y su vasta cultura” (Garmendia, 1999).

ideias” (Campi e Bravo, 2010) que se construiu na região em torno de uma identidade cultural e histórica própria.

Sob a liderança do governador Ernesto E. Padilla (1913-17), “o político da cultura” (Garmendia 1999), mais tarde ministro de Justiça e Instrução Pública do presidente Uriburu (1930-32), a UNT entrou em atividade e foram criados o *Museo de Bellas Artes*, *Museo de Etnografía y Ciencias Sociales*, *Museo de la Indústria Azucarera*, *Archivo Histórico* e a *Casa Colonial*.

Foram realizadas também reuniões e congressos científicos, dentre os quais se destaca a “I Reunión Nacional de la Sociedad de Ciencias Naturales” e o “Congreso Americano de Ciencias Sociales”, que contou com sessões sobre direito político, educação e imprensa, imigração, história e sociologia, química e medicina, economia e finanças, agricultura, indústria e comércio, política internacional, dentre outras. Nesse último evento, o grupo ligado a Juan B. Terán lançou as bases da “nova escola histórica”, movimento historiográfico que pretendeu reescrever a história argentina através do emprego do método científico. Foi editada ainda uma série de volumes que contribuiu para a constituição do imaginário que conferia a Tucumán lugar de destaque na vida argentina⁴⁰.

Os Prebisch nasceram e se criaram na capital tucumana entre as décadas de 1890 e 1910, justamente no momento em que a província mais desenvolvia sua economia, projetava-se politicamente nas arenas decisórias e legislativas nacionais na esteira dos canais abertos pela “geração de 1880”, e especialmente pelo roquismo⁴¹, e dinamizava sua vida intelectual ao criar um conjunto de instituições educacionais e culturais produtos e produtoras de uma elite letrada.

Nesses estabelecimentos, espaços educacionais e de sociabilidade literária e circulação ampliada de ideias e saberes, se educaram e atuaram os Prebisch. Amália Prebisch Linares se formou professora e lecionou literatura na *Escuela Normal*, *Escuela Sarmiento* e na UNT, onde estudara sua irmã arquiteta Rosa Prebisch Linares, suas filhas Lucía e Tereza Piossek Prebisch, respectivamente professoras de filosofia e literatura, e em que lecionou e foi reitor

⁴⁰ *La Nación Argentina 1810-1910, Albúm Historiográfico de Ciencias, Artes, Industrias, Comércio, Ganadería y Agricultura, Album Argentino* (1910), *La República Argentina en su primer centenario* (1910), de Manuel Cosme Chueco, *Tucumán a través de la história* e *El Tucumán de los poetas*, de Manuel Lizondo Borda, *Album del centenario* (1916), *El Congreso de Tucumán* (1916), de Paul Groussac, e *Recuerdos Históricos* (1916), de Florencio Sal.

⁴¹ Movimento político que se configurou em torno do tucumano Julio A. Roca, presidente da Argentina nos períodos 1880-86 e 1898-1904, e que simbolizou o pacto entre as elites interioranas e nacionais em prol da unificação territorial e centralização política argentina. O controle que Roca exerceu sobre o sistema político do país de fim de século explica porque seus aliados e oponentes passaram a se referir à história local a partir das noções de “roquismo” e “pré-roquismo”, que demarcavam simultaneamente um corte temporal e político. Ver Botana (1974).

seu esposo Adolfo Piossek. Os irmãos Julio, Ernesto e Alberto se formaram *bachiller* no *Colegio Nacional de Tucumán* e, no caso dos dois primeiros, dedicaram-se à carreira docente na UNT, onde Julio foi também reitor por duas vezes.

Raúl Prebisch estudou no *Colegio del Sagrado Corazón*, *Colegio Nacional de Tucumán*, e, após envolver-se em uma greve de estudantes, foi transferido para o *Colegio Nacional de Jujuy*⁴², onde cursou o último ano do *bachillerato*. Aos dezessete anos, em 1918, chega em Buenos Aires para estudar economia na recém criada *Facultad de Economía* da UBA.

Sua meteórica carreira na universidade – se tornaria professor já em 1924, antes mesmo de licenciar-se contador público – e no setor público se explica em boa medida por sua “grande cultura” (Weinberg, 1996) adquirida nos tempos de juventude nos estabelecimentos tucumanos e, em particular, por sua versação nas línguas italiana, alemã⁴³, francesa e, sobretudo, inglesa, que se tornava gradualmente a língua da ciência. No que diz respeito às ciências econômicas, a “supremacia do inglês” (Ortiz, 2004) era ainda mais evidente posto que seus desenvolvimentos até esse momento se concentravam na Grã Bretanha e nos EUA, que atraíam para suas universidades e autarquias federais especializadas em finanças os principais nomes estrangeiros desse campo de conhecimento em processo de constituição⁴⁴.

Ainda estudante, Raúl atuou como mediador cultural ao traduzir *Argentine international trade under inconvertible paper money 1880-1890*, de John H. Williams, *Les fondements de l'économie politique*, de Adolph Wagner, *Principii di economia politica*, de Enrico Barone, e *Principii di economia pura*, de Maffeo Pantaleoni. Mais tarde, já em 1947, sustentado em

⁴² “Yo hice mis estudios primarios y llegué hasta el tercer año del Nacional en un colegio de padres franceses lourdistas que me enseñaron a leer y a escribir en castellano y en francés en mi provincia de Tucumán” (Prebisch *apud* López, 1988, p. 73).

⁴³ Apesar da origem germana, Albin se recusara a ensinar alemão aos seus filhos (Dosman, 2011). Da mesma forma que, em consonância com as tradições locais representadas na figura de Rosa, abdicara de educá-los segundo os preceitos protestantes em favor dos católicos, optou por socializá-los exclusivamente na língua nativa. Albin, como os demais imigrantes que decidiram ligar sua sorte à do novo país, empenhou-se em tornar seus filhos legítimos argentinos respondendo positivamente à ação educadora do Estado que, com vistas a argentinizá-los, universalizou as primeiras letras e familiarizou os recém-chegados na língua castelhana, história e tradições culturais nacionais. No caso específico dos Prebisch, é revelador desse processo o depoimento de Lucía Piossek Prebisch: “Mi abuelo Prebisch debe de haber llegado a comienzos de los años 80 o fines de los 79 del siglo XIX. Mi abuelo Prebisch se ‘argentinizó’ de tal manera que no enseñó alemán a sus hijos porque quería que fueran totalmente argentinos. Era esa época en la que, como decía el escritor argentino Eduardo Mallea, la Argentina era una especie de religiosidad, los inmigrantes que llegaban se encontraban con todo un mundo por hacer, lleno de posibilidades. Mi abuelo Prebisch fue un ejemplo” (Smaldone, 2013). Tal entrega, de educar-se segundo os valores e costumes argentinos secundando a herança cultural de origem, aparecia como contrapartida aos que pretendiam aproveitar as oportunidades ofertadas por um país que se apresentava como uma “sociedade aberta e flexível” (Romero, 1994).

⁴⁴ Também Raúl Prebisch receberia convites para lecionar e pesquisar em universidades americanas no período entre a sua saída do *Banco Central de la República Argentina*, em 1943, e ingresso na CEPAL em 1949. Em virtude das suas tergiversações (esperava regressar ao comando da banca central de seu país assim que os ventos políticos mudassem de direção) e desencontros de variado tipo essa possibilidade não se concretizaria. Ver Dosman (2011).

“laços de conhecimento e reconhecimento” e no processo de “latinoamericanização” da produção editorial (Caravaca e Espeche, 2016), publicou pela editora *Fundo de Cultura Económica* o livro *Introducción a Keynes*, contribuindo para difundir as ideias desse autor na região. O domínio precoce dessas línguas na juventude foi ainda uma valiosa ferramenta para travar contato com a moderna teoria econômica disponível em língua estrangeira na biblioteca da Faculdade:

“En un medio ambiente académico sin hegemonías teóricas de ningún tipo en el sentido contemporáneo, Prebisch leyó de todo: de Marx a F. Turati en la tradición socialista, así como los cooperativistas, el ‘socialismo de Guildas’, y asociaciones anglosajones como G. D. H. Cole; y al J. A. Hobson leído por Lenin. Conoció también al Pareto del ‘Manual’ como el ‘otro Pareto’, el de la ‘sociología’” (Mallorquín, 2006, p. 5).

Tal manejo das línguas em que se ventilavam as novidades em teoria econômica e suas novas virtuosidades facilitou-lhe também o acesso privilegiado aos dados de diferentes países e o interesse que manifestou desde cedo por outras formações nacionais e suas verossimilhanças e/ou dissincronias com a realidade argentina⁴⁵. Ademais, como ocorreu com a viagem que realizou em 1923 para a Austrália e Nova Zelândia na condição de enviado do Ministério da Fazenda de seu país, esse conhecimento, somado à sua competência específica em economia, o tornou candidato natural para a realização de missões oficiais ao estrangeiro não obstante sua pouca idade⁴⁶.

Por fim, cabe explicitar que as qualidades de Raúl tão destacadas por seus amigos, admiradores e comentadores, tais como sua capacidade de trabalho e excepcional talento, apenas se tornam compreensíveis sociologicamente ao contextualizá-las – antes mesmo de sua passagem por Buenos Aires – no processo de acumulação intelectual que se realizou em sua província natal. Sob a inspiração e liderança de inteligências modernizadoras estrangeiras

⁴⁵ Já no início de sua carreira o jovem Prebisch publicara na *Revista de Ciencias Económicas* textos sobre questões econômicas de outros países que refletiam, no fundo, os interesses do grupo nucleado em torno de Alejandro Bunge: “El standard de vida en China” (1919), “La situación financiera de Francia” (1919), “La riqueza y renta del mundo antes de la guerra” (1919), “La guerra y la población de Francia” (1919), “El medio circulante y los precios en Italia” (1920), “El costo de la vida en Italia” (1920), “La Conferencia financiera internacional de 1920” (1921), “Ideas y comentarios. La Conferencia de Bruselas” (1921), “La Caja Internacional de Conversión. El proyecto monetario del Dr. Frers” (1923), “Determinación de la capacidad imponible. Método australiano de promedios” (1924), e “Primer informe del Dr. Raúl Prebisch sobre sus estudios financieros y estadísticos en Australia” (1924). O rotineiro acompanhamento dos fatos econômicos de outras realidades nacionais continuaria presente e ganharia sistematicidade nas páginas da *Revista Económica* do *Banco La Nación*, publicação criada por Prebisch em 1927 e por ele dirigida até 1935.

⁴⁶ Além das viagens que realizou à Austrália e Nova Zelândia para estudar o regime de repartição e tributação da terra, oportunidade em que aproveitara para informar-se sobre os modernos sistemas estatísticos desses países, Prebisch viajou em 1925 aos Estados Unidos e Canadá encarregado de preparar documentos e redatar discursos para Luis Duhau, então presidente da *Sociedad Rural Argentina*.

foram criadas no entre séculos um conjunto de instituições e uma elite letrada local que forjou um ambiente aberto aos novos influxos de conhecimento e que infundiu sobre as jovens gerações os valores, ideias e comportamentos que, em convívio mais ou menos conflituoso com as velhas práticas e mentalidade, produziram uma aguda sensibilidade e aptidão para os temas da vida culta, conformando a Tucumán cultural.

CAPÍTULO 2

PREBISCH E PINEDO: TÉCNICA E POLÍTICA NA “DÉCADA INFAME”⁴⁷

A origem social na alta sociedade tucumana e o capital de relações que Raúl Prebisch construiu em Buenos Aires viabilizaram seu ingresso e ascensão na burocracia estatal argentina. Além do fato evidente de ser um Uriburu, o que lhe granjeou a simpatia de seus familiares a mando do Estado nos anos 1930 (particularmente do presidente José Felix Uriburu e de Enrique Uriburu, que foi presidente do *Banco de la Nación Argentina* e ministro da Fazenda), Prebisch sabia conquistar e manejar a favor de seus interesses a estima e proteção de personalidades dos ambientes universitário e político que atuaram como agenciadores ao viabilizar seu acesso às posições públicas e o colocar em condições de comandar o processo de reorganização do aparelho estatal no tocante aos temas econômicos.

Num período em que o desempenho nos postos burocráticos não passava majoritariamente pela sanção dos concursos públicos, a posse e o cultivo de contatos políticos se afiguravam como o meio principal para os que pretendiam fazer carreira aproveitando-se das oportunidades abertas no interior do Estado. Ao se aproximar e estabelecer laços de amizade e de colaboração intelectual com personagens centrais da política argentina nos anos 1920 e, principalmente, no período 1930-43, Prebisch se colocou na vanguarda do processo de formação de uma elite técnica de novo tipo que se estruturaria a partir de então sob seus

⁴⁷ Criada e difundida por FORJA (*Fuerza de Orientación Radical de la Joven Argentina*), agrupamento yrigoyenista de oposição aos governos conservadores da “Concordância” (inclusive aos anti-personalistas, tomados por traidores do radicalismo), a expressão “década infame” se vincula ao período 1930-43 e é mostra do acirramento da luta político-ideológica que caracterizou esses anos, que se inauguraram com a ruptura institucional que derrocou o governo de Yrigoyen e cujo desfecho se deu com o golpe de 04 de junho de 1943, quando grupos nacionalistas das Forças Armadas assumiram a condução política do país. Desde a perspectiva de FORJA, que se dissolveu em 1945 ao integrar-se ao peronismo, vigiu na década de 1930 uma “democracia formal” e regressiva regulada pelo braço político da oligarquia entreguista, anti-popular, anti-nacional, consumidora de doutrinas importadas, alheia à realidade local e sem um projeto nacional soberano. Sua ambição resumia-se em reeditar o “estatuto legal da colonização”, marca dos oligarcas modernizadores do século XIX contra os quais se voltara – assim acreditavam os militantes de FORJA – o governo popular e anti-imperialista de Yrigoyen. Efetivamente, os anos 1930 se tornaram conhecidos na historiografia pelas fraudes eleitorais, corrupção administrativa, escândalos públicos e, no que diz respeito às relações com as potências dominantes, em particular a Inglaterra, entrariam no anedotário político como a “década da entrega” (Cirigliano, 1986), de que seriam emblemas a assinatura do *Tratado Roca-Runciman* (1933) e a criação do *Banco Central de la República Argentina* (1935), episódios em que coubera a Prebisch papel destacado. Não obstante a caracterização dominante desse período como “democracia fictícia” (Sanguinetti, 1981), outros intérpretes procuraram reinterpretá-lo ao apontar a ineficiência administrativa e corrupção política do governo de Yrigoyen, o que faria de sua destituição um serviço à probidade das instituições democráticas e um dever patriótico, e ao assinalar os avanços econômicos e sociais que se deveram aos governos rotulados “oligárquicos”. Ver, por exemplo, Pinedo (1947) e Aguinaga e Azaretto (1991).

auspícios e autoridade e seria salvaguardada pelo arco de proteção política costurado por ele próprio.

Valendo-se do capital de relações que amejalhou e que o posicionou na dianteira do movimento de incorporação da nova categoria de especialistas ao corpo de funcionários públicos em expansão, Prebisch atuou como avalizador e intermediário entre os jovens universitários em busca de colocação estável, os grupos políticos e a burocracia, que, em processo de reconfiguração, demandava novos quadros técnicos para produzir e sistematizar dados e indicadores econômicos, organizar a contabilidade nacional, racionalizar a administração pública, enfim, realizar a tarefa de remodelar o Estado e suas instituições num momento de transformações históricas aceleradas.

Mesmo antes do *crash* de 1929 e da situação política inaugurada pelo golpe de 1930, que aprofundou o processo de modernização das relações econômicas, já ao longo dos anos 1920, inclusive quando a economia se encontrava assentada quase exclusivamente sobre as atividades agroexportadoras e dependia de seu bom desempenho, os economistas objeto deste texto se inseriram gradativamente na máquina pública aproveitando-se de sua expansão e complexificação. A montagem de um Estado de perfil cada vez mais regulador, a ampliação de suas funções pela administração Yrigoyen e os primeiros esforços no sentido da profissionalização de sua burocracia com Alvear abriram novas perspectivas de emprego para os diplomados da FCE.

Mas foi efetivamente no contexto daquela crise e de seus efeitos desestabilizadores sobre a ordem econômica tradicional em desagregação que a presença de Prebisch e companhia se fez incontornável na administração pública diante da exasperação dos atores políticos destituídos do conhecimento especializado para o enfrentamento da quadra crítica. Foi também sob o regime inaugurado com o golpe de 1930, que se justificara no caos financeiro provocado pelos governos de Hipólito Yrigoyen (1916-22 e 1928-30), e particularmente através de Federico Pinedo, quadro mais jovem e de ideias mais arejadas entre as velhas oligarquias que tomaram de assalto o poder em setembro daquele ano, que Prebisch encontrou o respaldo político de que necessitava para avançar a presença e influência dos técnicos na burocracia e, com isso, fazer-se porta-voz desse novo ator estatal e firmar seu prestígio diante e por sobre a classe política argentina.

A fim de introduzir o leitor nas disputas políticas desse período, localizar os espaços de sociabilidade em que se moveu Prebisch e sugerir o arco de relações que estabeleceu para projetar-se chefe indiscutido dos técnicos estatais, o texto se detém num primeiro momento sobre o golpe de 1930 e o reposicionamento na luta política de velhos atores e interesses

oligárquicos que encontraram entre seus quadros mais jovens seu articulador político (Pinedo) e fiador técnico (Prebisch). As trajetórias destes dois personagens serão examinadas em meio ao torvelinho político com o objetivo de capturar de que modo a aproximação entre eles tornou possível a aceleração do processo de constituição da moderna burocracia argentina num período de retrocesso político.

Não obstante o pouco destaque que recebeu na literatura dedicada à carreira de Prebisch na Argentina, Pinedo foi figura central da política econômica desse período e a reconstituição sistemática de sua trajetória e ação política feita logo abaixo servirá ao propósito de lançar luz sobre o economista tucumano tendo em mira as alianças que estabeleceu com setores da elite política a fim de garantir colocação no Estado e apoio para seu projeto de modernização da burocracia estatal.

1. Pinedo: origem social e trajetória política

“Hijo y nieto de abogados, padre y avuelo de abogados”⁴⁸ (García Belsunce 1995), Federico Pinedo (1895-1971) nasceu da união de duas famílias pertencentes aos estratos dirigentes argentinos de passado liberal-conservador (os Pinedo, de Buenos Aires, e os Ovejero de Salta)⁴⁹.

Inicia na vida política ainda estudante universitário e filia-se em 1913 ao PS após o impacto que lhe causara a leitura de *A origem da família, da propriedade privada e do*

⁴⁸ Também de nome Federico Pinedo, um dos netos de Pinedo é hoje um conhecido advogado e político militante do PRO (*Propuesta Republicana*), partido do empresário e atual presidente da República Mauricio Macri. Pinedo (neto) é um dos principais parlamentares do bloco de sustentação da aliança partidária governista *Cambiamos* e exerce o cargo de presidente do Senado federal desde 2015, ano em que assumiu por algumas horas a presidência da Nação em virtude dos desacertos entre a ex-presidente Cristina Kirchner e Macri quanto à cerimônia de transmissão da faixa presidencial.

⁴⁹ No que diz respeito à linhagem paterna, provinha de família de graduados militares com carreira política. Agustín Fernando de Pinedo fôra oficial do exército espanhol e governador do Paraguai (1772-78). Filho do coronel Agustín José de Pinedo, o general Agustín de Pinedo (1789-1852) desempenhara-se Comandante Geral de Armas, Comandante de Armas da Província de Buenos Aires, Inspetor Geral do Exército e ministro de Guerra e Marinha de Juan Manuel de Rosas, governador de Buenos Aires (1829-33), ao lado de quem lutara nas batalhas de independência. Também Federico Guillermo Pinedo Rubio (1855-1928), pai, exercera funções políticas como prefeito de Buenos Aires (1893-94) e ministro de Justiça e Instrução Pública do presidente Luis Sáenz Peña (1892-95), de quem era amigo desde os tempos universitários na Faculdade de Direito. Advogado e doutor em jurisprudência era um liberal identificado com a fé no progresso que caracterizara a geração modernizadora desde o século XIX. Quanto à linhagem materna, era filho de Magdalela Hilaria María Saavedra Ovejero, descendente de uma tradicional família de Salta. Em carta datada de 24 de setembro de 1959, o advogado saltenho Atilio Cornejo comunica à Pinedo, que desejava obter informações sobre seus antepassados do norte argentino: “Los antecendentes de la familia materna del F. Pinedo, que conozco, son dos que te acompaño comandantes con los de Calvo. Tengo entendido, pues, que la madre de la sra. Ovejero de Saavedra no era ‘Castellanos’, sino parienta de esta última familia. Supongo también que los antepasados de dicha señora eran los mismos de los Ovejero de Salta (David, Sixto, Angel Mariano, etc.) y de Jujuy (Daniel), si bien no tenga documentación al respecto, como la tengo de abuelos, pero no es difícil que don Sixto (gobernador en 1867) haya sido pariente de la sra. Ovejero de Saavedra” (*Fondo Documental Federico Pinedo/UDESA*).

Estado, de Engels, cujas ideias científicas e evolucionistas despertaram seu interesse e explicam que sua adesão ao socialismo tenha se dado “por um processo intelectual mais que por razões sentimentais” (Pinedo, 1947)⁵⁰.

“Jovem aristocrata”, sua aproximação ao socialismo teria significado uma “tragédia em seu grupo social e familiar” (Sanguinetti, 1981)⁵¹. Apesar da resistência que encontrou nos meios patrícios, aderiu ao socialismo e se iniciou na atividade política quando estudante de direito da UBA, onde militou no movimento estudantil⁵².

Ainda moço é eleito deputado federal socialista pela capital federal em 1920 (fôra eleito já em 1919, mas foi legalmente impedido de assumir em virtude de sua pouca idade). Dedicar-se-à no Congresso aos temas econômico-financeiros e se tornará reconhecido por suas intervenções nos debates sobre as questões monetárias, tributárias e de política bancária. Ao lado do também deputado Juan B. Justo, com quem aprenderia sobre política monetária e inflação, presidiria a Comissão de Orçamento e Fazenda, que usariam de instrumento político para pressionar e submeter a juízo público a política econômica e os ministros da Fazenda dos governos radicais, sabatinados e confrontados frequentemente pelos socialistas⁵³.

Aos poucos, e sob a inspiração de Justo, Pinedo converteu-se numa autoridade em matéria econômica, tornando-se figura corrente nos jornais, associações de classe, órgãos partidários e espaços de formação intelectual por seus discursos em favor da estabilidade monetária e fiscal e contra o *déficit* orçamentário e emprego de medidas inflacionárias,

⁵⁰ Valduvico (1995) suspeita que a identificação de Pinedo com tal viés engiliano explicaria seu trânsito por campos ideológicos de inscrição igualmente progressista e evolucionista sem graves rupturas ideológicas: “[...] el transito al liberalismo desde el socialismo (paulatino, em vez de traumático) haya podido dotar a tal autor de una perspectiva más abierta a la hora de enjuiciar otras doctrinas y perspectivas políticas. Por otra parte, la adscripción inicial al socialismo de Justo lo será también a un proyecto económico técnicamente ortodoxo y antihierarquizante. Esas dos características servirán también de engarce con el liberalismo económico” (p. 143-144). Para García Belsunce (1995), Pinedo transita do socialismo ao conservadorismo “sem violências espirituais”. O fio da meada a ligar tais fases da atividade política e intelectual de Pinedo, e nesse aspecto permanecia fiel a Engels, “o mais firme dos (‘novos socialistas’) que acreditavam no progresso” (Hobsbawm, 1998 [1962]), é a crença no progresso social e econômico.

⁵¹ Pinedo resolveria o aparente paradoxo entre sua militância socialista e sua condição social privilegiada autodenominando-se um “socialista-oligarca”, “oligarca por natureza, socialista por convencimento” (Louro de Ortiz, 1992). Tal desconformidade se resolveria nos acontecimentos de 1930, quando Pinedo faria do socialismo independente umas das principais forças de sustentação do regime conservador restaurado.

⁵² Ademais de outros fatores (origem social e provincial, casamento, capital de relações, dentre outros), adquirir diplomação em direito fazia de alguém natural candidato ao ingresso na vida política. De acordo com “o pensamento da época”, “[...] los abogados tenían que dotar de ideas y proyectos a la política, ser capaces de afrontar correctamente los asuntos públicos en virtud de su entrenamiento para el debate y de sancionar leyes nutridos por sus conocimientos jurídicos previos. La idea generalizada era que la formación de los abogados los habilitaba para ser hombres de estado” (Ferrari, 2008, p. 136).

⁵³ Pinedo se tornara referência em matéria de legislação econômica e financeira em virtude de sua atuação a frente da Comissão de Orçamento da Câmara dos Deputados, quando denunciou o *déficit* e desperdício de recursos públicos nos governos radicais e aperfeiçou os mecanismos de controle orçamentários. Segundo o oficialista *Libertad* (edição de 29 de setembro de 1933), em virtude do trabalho do socialista independente “[...] jamás se ha podido descifrar lo que eu hoy descifra un niño en el presupuesto de gastos de la Nación Argentina”.

bandeiras que empunharia no curso que presidiu no *Colegio de Estudios Superiores* (CLES) em 1931⁵⁴.

Já no *Partido Socialista Independiente* (PSI), voltaria a desempenhar-se como deputado entre 1928-33 inscrevendo-se nas fileiras anti-yrigoyenistas e convertendo-se, depois da morte de De Tomaso em 1933, em principal líder e quadro mais promissor do PSI. Além de escritor e assessor econômico de grandes empresas, foi ministro da Fazenda por três vezes nos períodos 1933-35, 1940 e 1962, respectivamente nos governos de Agustín P. Justo (1932-38), Ramón S. Castillo (1940-43) e José Maria Guido (1962-63).

Defensor do livre comércio e empresa, e nisso não distando das posições do PSI e dos socialistas, foi em sua primeira nomeação ao Ministério, quando contava com 39 anos, que encampou – em colaboração com Prebisch – uma série de inovações de política econômica que, em resposta aos efeitos da crise de 1929, escanteou o *mainstreiam* da ortodoxia liberal.

Dessa forma, executou o *Plan de Acción Económica*, de 1933, solidificou novas autarquias federais que Prebisch ajudara a desenhar nas gestões anteriores, tais como a *Dirección de Impuesto a los Réditos* e a *Oficina de Control de los Cambios*, dirigidas nesses anos respectivamente pelos economistas Ernesto Malaccorto e Edmund Gagneux, e concretizou a criação do *Banco Central de la República Argentina* (BCRA) em 1935, instituição cuja necessidade fôra objeto de debate nas gestões dos ministros Enrique Uriburu (1931-32) e Alberto Hueyo (1932-33) que, assessorados por Prebisch, constituíram um grupo de trabalho (do qual participaram Prebisch e Pinedo) comissionado para elaborar um projeto de banca central para o país.

De remotas conexões familiares com o poder, Pinedo dedicou-se à vida partidária e ao desempenho de postos legislativos e político-administrativos. Seus conhecimentos nos assuntos econômicos eram mobilizados a fim de conferir autoridade científica às suas posições político-partidárias, ou seja, dirigidos à esfera da ação propriamente política. Dessa

⁵⁴ Em meio à movimentação cultural e política dos anos 1920-30, o CLES foi criado em 1930 inspirado nos modelos do *College de France* e da *New School for Social Research*. Essa instituição funcionou como centro irradiador de signo liberal e, fazendo as vezes de centro universitário, agregou a intelectualidade anti-peronista proscrita dos espaços oficiais de ensino, oferecendo-lhes trabalho e meios de subsistência. Espaço de produção cultural a salvo das disputas políticas, o CLES ofereceu ao público de especialistas e não-especialistas cursos (de longa duração; “de informação cultural”; universitários; de pós-graduação; e de verão), conferências e seminários. Exerceu também papel de divulgação cultural ao editar entre 1931-60 o boletim *Cursos y Conferencias* (288 números). Já no primeiro número foi publicado o texto de Pinedo “Nuestro problema monetario”, produto do curso “I. El sistema de la ley de conversión”; “II. Virtudes y defectos de nuestro sistema monetario”; “III. El sistema monetario de otros países comparado con el nuestro”; e “IV. El Banco Central y la organización del crédito”) que o então deputado ministrou na cátedra de economia “Lisandro De La Torre” no CLES. Ver anexo 1.

maneira, “[...] antes que economista, sociólogo, funcionário ou publicista é um homem político comprometido” (Cirigliano, 1983, p. 18).

Em outras palavras, suas aptidões (teóricas e práticas) em política econômica, que o fizeram amplamente reconhecido como autoridade nessa matéria em seu país, não o transformaram em um economista no sentido em que é possível atribuir aos jovens técnicos dos quais se cercou, posto que concebesse seus conhecimentos econômicos, que não se originaram do contato sistemático com uma disciplina teórica, como instrumento político a ser manejado em benefício do interesse geral. É nessa direção que Cirigliano (1983) aponta o “caráter antes concreto que doutrinário predominante na maioria de suas obras”, que, dessa forma, despreocupando-se com a “ciência pura”, atinavam com as questões plantadas pela realidade econômica. Segundo Donghi (2004, p. 135):

“Su dominio del campo y su inclinación a usarlo con efectos devastadores en la polémica política, que hicieron de él un adversario temible, lo ubicaban sin embargo más cerca de sus predecesores (salvo que la lista de autoridades que gustaba de invocar no era obviamente la misma, su bagaje práctico y teórico no era muy distinto del que Pellegrini había llevado a las negociaciones financieras en que le había tocado representar el Estado argentino) que del nuevo linaje de expertos que estaba perfilándose a partir de la crisis”.

Tal como seus antepassados ilustres, Pinedo foi um advogado e político (um dos últimos de linhagem aristocrática e liberal de larga tradição na Argentina), mas que, à diferença deles, e diante do ineditismo dos problemas enfrentados por sua geração com o pós-guerra e, principalmente, com o *crash* de 1929, abriu-se aos novos influxos teóricos e experimentações práticas de teor intervencionista que, contrários à sua formação liberal, serviriam de parâmetro e alento para oxigenar o crescimento argentino.

Dado esse novo cenário, os liberais de 1930, tendo em Pinedo sua maior expressão, não podiam copiar *ipsis litteris* o liberalismo de seus precursores da “geração de 1880”. Tornava-se indispensável adaptar suas crenças livre-cambistas às circunstâncias de crise, desafio que explica a necessidade de Prebisch e grupo, a fim de contrabalançar os efeitos depressivos resultantes do fechamento do comércio mundial e reorganizar a economia de modo a eliminar os passivos que obstaculizavam os agentes produtivos e desobstruir o fluxo de riqueza ao sanear o sistema financeiro e reativar o crédito.

Disso resulta o recurso ao Estado intervencionista que causava desconfiança aos antigos liberais argentinos e de que se utilizou Pinedo que, entretanto, e embebido nessa tradição, justificava seu emprego em função da situação de emergência que, tão logo encerrada, daria lugar aos mecanismos normais – da oferta e procura – de regulação do mercado.

Pinedo buscou inteirar-se das inovações em matéria de teoria e política econômica que eram publicizadas nos principais periódicos especializados europeus e estadunidenses (além dos argentinos) e utilizava-se dos dados, ideias e experimentos de que tomava conhecimento para sustentar suas posições políticas e de política econômica. É assim que, nos debates com os congressistas, valia-se usualmente de informações e análises apanhadas dessas publicações a fim de assentar em bases científicas seus argumentos, autorizando-os internacionalmente, desqualificar como infundadas as críticas de seus oponentes e afirmar-se estudioso dos temas econômicos⁵⁵.

Tal contato com as novas ideias e práticas em voga na Europa foi facilitado também pela assessoria de Prebisch, que, ao representar seu país na Conferência Econômica Mundial, em 1933, impressionara-se com as propostas intervencionistas de Keynes para superar a crise e, tendo em vista os insucessos das políticas ortodoxas que ajudara a implementar no Ministério, fôra convencendo-se de que a saída para a baixa econômica exigia soluções de novo tipo.

Com as marcas do político tradicional (homem, aristocrata, liberal, advogado, ilustrado, escritor, poliglota e vocacionado para a vida pública), espécime de ator forjado no século XIX no âmbito do pacto oligárquico e que se encontrava em processo de extinção da cena pública nas primeiras décadas do XX em virtude do processo de profissionalização da política (Sigal, 2002), paralelo à decomposição da realidade (nacional e internacional) com que se deparara e ajudara a moldar a “geração de 1880”, Pinedo soube reinventar-se e arejar sua mentalidade liberal ao confrontá-la com o mundo em transformação.

Já na juventude, e sem desgarrar-se de suas entranhadas crenças livre-cambistas, soube reanimá-las de conteúdo progressista ao aproximar-se do socialismo de Justo, reabilitando, assim, e sem a necessidade das velhas pactuações e fraudes consubstanciadas no *Partido Autonomista Nacional*, a imaginação liberal da “geração de 1880” de Julio A. Roca, Carlos Pellegrini (“o piloto de tormentas”)⁵⁶ e Roque Saénz Peña, estes dois últimos amigos de longa

⁵⁵ Preservado pela *Universidad de San Andrés*, encontra-se no arquivo de Pinedo edições da *Revista Económica* (criada e editada por Prebisch no BNA), *Economía*, *The Review of the Riverplate*, *Comments on Argentine Trade*, *Nuevos Tiempos*. *Revista de Buenos Aires*, *The Economic Journal*, *The Political Quarterly*, *Proceedings of the Academy of Political Science* e *Political Science Quarterly* (Fondo Documental Federico Pinedo/UDESA). Além destas, em seus discursos no Congresso Nacional costumava utilizar-se de dados e informações retiradas do boletim do *Federal Reserve* e da publicação inglesa *The Economist*, “[...] uno de los pocos reductos que van quedando en Gran Bretaña del pensamiento liberal en la economía y en la política” (Pinedo e Duhau, 1934, p. 101).

⁵⁶ Filialmente ligado aos que dirigiram o país na virada de século, a *belle époque* argentina, Pinedo costumava ressaltar os méritos dessa geração que, abrindo-se aos influxos estrangeiros, conectara o país aos avanços civilizatórios do capitalismo europeu. Dentre os que povoavam sua imaginação política, estimava particularmente o ex-presidente Carlos Pellegrini (1890-1892) pelo papel que lhe coubera na crise financeira de

data de seu pai, ameaçada pelos novos ventos políticos que sopravam da Europa (nacionalismos totalitários) e pelos reclamos crescentes de intervenção do Estado.

Anos depois, à frente do Ministério da Fazenda, e dessa vez colaborando com um governo cujas práticas distavam das virtudes que cultivara na militância socialista, assumiu o timão da economia e questionou o caráter universal e atemporal do livre-cambismo, que se tornava inoperante na medida em que os países compradores dos produtos argentinos levantavam barreiras protecionistas, fechavam seus mercados ao comércio internacional e, em substituição aos mecanismos espontâneos do mercado, faziam do Estado o principal agente dinâmico da economia.

Nesse contexto, em que os tempos de saldos comerciais favoráveis haviam passado, o que fragilizava a economia argentina, atrelada umbilicalmente às atividades ligadas à exportação de produtos primários, a elite política confiou ao ainda jovem Pinedo, depois dos resultados pouco substantivos apresentados pelos experimentados ministros que o antecederam, o esforço de regeneração da vida econômica nacional.

Como ocorre em momentos de desorganização das antigas e até então estáveis bases econômicas, as minorias dominantes em estado de perplexidade diante dos acontecimentos buscam socorro entre aqueles que, do mesmo círculo social, encontram-se mais preparados para reorientar e afiançar um trânsito seguro na direção da nova ordem de coisas (uma vez que se afigura incontornável) acomodando, sem grandes traumas e perdas, ou seja, com o menor custo possível em termos políticos e econômicos, os antigos interesses sob ameaça.

“Socialista moderado”, conforme diziam os amigos de seu pai (Sanguinetti, 1981), aristocrata e liberal que transitava pouco-a-pouco rumo ao conservadorismo, passagem que se iniciaria com a fundação do PSI e se completaria ao apresentar-se como uma das principais lideranças civis do golpe de 1930, além de competente no manejo das temáticas econômicas no momento em que mais desafiavam a inteligência política argentina, Pinedo reunia os atributos e credenciais necessários – desde a perspectiva dos grupos dominantes – para conduzir a bom termo e sem grandes solavancos, ainda que de maneira inovadora, a encruzilhada histórica que o país atravessava.

Herdeiro dileto dos valores e visões de mundo da “geração de 1880”, projetar-se-á como liderança capaz de revigorar o ideário das elites políticas oligárquicas que perdiam sua base de sustentação econômica com a abrupta diminuição das exportações argentinas e se

1890, quando o país sofria um colapso fiscal e o preço de sua moeda despencava com a especulação. Nessa ocasião, Pellegrini reorganizou as finanças do país ao centralizar a emissão monetária e regular a atividade bancária respectivamente na *Caja de Conversión* (1890) e *Banco La Nación* (1891).

enfraqueciam politicamente na medida em que a crise do consenso liberal alçava o radicalismo, seu antagonista, ao centro do poder nacional. Tal tarefa a que se lançaria Pinedo, incumbido por seus iguais e deles buscando amparo, que, como se mostrará logo abaixo, implicou operações ideológicas e ziguezagues em suas posições políticas, é sublinhado por Dongui (2004, p. 36):

“[...] se este hijo pródigo de la elite del antiguo régimen, que no estaba aún dispuesto a repudiar su opción por un socialismo bajo cuyo signo veía destinado a consumarse – tanto en su dimensión política y social – la plena instauración democrática anunciada como meta última de la construcción de la Argentina moderna por sus padres fundadores, quería tan apasionadamente creer que las fuerzas conservadoras que se proclamaban sus herederas se preparaban, sin todavía saberlo, a colaborar en la tarea que debía coronarla, era quizá porque él mismo se estaba preparando – y acaso también ello sin saberlo – para retornar al hogar paterno”.

1.1. Pinedo e a restauração conservadora

Alijadas do poder pela “Ley Sáenz Peña”, de 1912, que abriu espaço à ascensão dos radicais, força política que logrou estruturar-se nacionalmente como representante das massas urbanas e que se saiu vitoriosa por três vezes consecutivas nos pleitos presidenciais de 1916, 1922 e 1928, as facções conservadoras encontraram no golpe de 1930, depois de seu repetido fracasso nas urnas, o meio para restabelecer-se no centro decisório, lugar de onde não pretenderam retirar-se ao viabilizar a citada lei eleitoral e para o qual se acreditavam destinadas em virtude de suas origens oligárquicas e ilustradas.

Nessa direção, antes de adaptar-se ao novo ordenamento eleitoral e sustentar seu poder sobre o sufrágio universal, os membros ligados aos tradicionais agrupamentos políticos e sociais optaram por sabotá-lo ao destruir a estabilidade institucional que o país lograra construir e restabeler as antigas relações de força que, entretanto, não trariam mais que uma sobrevida assentada na instabilidade e fraude do novo regime político, mecanismo esse que não nascera com os radicais ou findaria com sua queda, tornando-se, nas palavras de Pinedo, “uma instituição de direito consuetudinário” (De Pablo, 1971).

Ao integrar nos quadros ministeriais “einentes cidadãos” selecionados em virtude de seus “méritos e virtudes” (Dongui, 2004), o general e chefe maior das forças insurgentes José Félix Uriburu, “[...] um patricio das províncias mediterrâneas e vinculado por laços firmes e numerosos às famílias tradicionais portenhas” (Pinedo 1983: 195), estava “devolvendo ao centro da cena figuras apartadas dela ao encerrar-se essa etapa (da oligárquica ‘República possível’) que se julgava definitivamente morta” (Donghi, 2004, p. 37).

O escritor e jornalista Ernesto Palacios expressa o mesmo juízo ao referir-se aos que se reorganizavam como um “grupo jovem e ágil que havia exigido a realização de um programa revolucionário [...]”. Um elenco de valetudinários (salvo uma ou outra exceção), que parecia haver sido conservado em naftalina durante os três lustros de auge radical” (*apud* Donghi, 2004, p. 37).

Titulados advogados ou engenheiros, os colaboradores de Uriburu eram de extração patriciana e provinham de tradicionais famílias de criadores de gado da pampa úmida bonaerense, açucareiros de Tucumán, banqueiros, juizes, professores universitários e representantes locais de empresas inglesas e norte-americanas, o que justifica a máxima de que “a revolução de seis de setembro foi uma revolução com cheiro de petróleo” (Areces, 1974).

Desferido o golpe e aberto o período de disputas entre os vitoriosos, a “jovem voz da nova direita”, de “verniz constitucionalista e democrática” e conjuminada pela “vontade de voltar ao passado” (Donghi, 2004), célebre expressão do escritor Leopoldo Lugones, protagonizou uma coalizão de forças a fim de dirigir o governo e imprimir-lhe nova direção consoante a restauração do *establishment* que o radicalismo logrou interromper, ainda que, vale o registro, utilizando-se – e mesmo ampliando – os artifícios fraudulentos que caracterizaram as minorias dominantes no poder.

Advogado e político conservador, e um personagem central desse processo ao comandar o Ministério do Interior no governo Uriburu e se constituir num dos principais artífices da tentativa de revitalização das forças que se imaginavam sepultadas, é Matias Sánchez Sorondo quem aclara os desígnios que animavam esses atores ao se somarem ao movimento insurrecional inspirados nos “estadistas eminentes” e fundadores da república cujo “culto viril pela vida pública” fôra desfigurado, assim acreditavam, pelo misticismo e despreparo das lideranças radicais.

“Para que la antigua Argentina hubiera podido infundir a la Argentina nueva su peculiar idiosincrasia y actualizar el estilo genuino de una estirpe, hubiese sido menester una figura semejante a la de Adolfo Alsina. (...). Pero, es fuerza confesar que en ninguno de mis contemporáneos se manifestó esa vocación, ni a ninguno se le brindó, tampoco, una adhesión tan tenaz de su medio” (Sánchez Sorondo, 1983, p. 183).

Ora, ao que se dedicou Pinedo se não em erigir-se liderança desses setores e aglutiná-los em torno de si e de um projeto de mudança pelo alto? Em quais homens públicos e suportes ideológicos sustentou seu projeto se não em seus antepassados ilustrados que,

inspirados pelos ideais de progresso e civilização, se avocaram a tarefa de pacificar e construir a nação e dotá-la de unidade de propósitos?

Sob tais influências e erigindo-se porta-voz dessa tradição, cultivada em seu próprio ambiente familiar, rearticulou em diversas oportunidades as forças conservadoras em apoio ao regime inaugurado em 1930 com o objetivo de conferir coerência e estabilidade ao frágil e instável arranjo político que, soçobrando com o avançar dos anos, encontrou no PSI de Pinedo um de seus principais sustentáculos.

Afiliação política surgida de desentendimentos no seio do PS⁵⁷, o PSI foi fundado em 1927 por “[...] um pequeno grupo integrado por homens jovens, talentosos, polemistas, excelentes parlamentares e cultos” (Aguinaga e Azaretto, 1991), “os intelectuais mais brilhantes do velho socialismo” (Sanguinetti, 1981), e converteu-se rapidamente na principal força parlamentar de oposição ao yrigoyenismo.

Suas prédicas denunciavam o manuseio reputado irresponsável dos empregos públicos para agraciar amigos e compadres políticos, atrair novos aliados e destituir desafetos. A administração do Estado ressentir-se-ia das condições garantidoras da autonomia e idoneidade posto que, não gozando de estabilidade e parte da “pilhagem do vencedor” (Sanguinetti, 1981), os empregados públicos se sujeitariam ao arbítrio do partido vitorioso nas eleições e de seu caudilho maior, perversidades que Yrigoyen teria levado às últimas consequências. Seu governo se distinguiria pela corrupção e anarquia administrativa, violação das regras constitucionais, absorção do poder legislativo pelo executivo, restrições às liberdades cidadãs, burla do sufrágio e da soberania popular, uso inescrupuloso do dinheiro público, em suma, desnaturalização do sistema representativo e republicano⁵⁸.

São essas as características que passaram a ser associadas ao radicalismo nos anos 1930 e que foram repisadas recursivamente por seus opositores no esforço de soldar e manter a

⁵⁷ Cisão do PS, o *Partido Socialista Independiente* foi fundado por um grupo de parlamentares (Antonio De Tomaso, Federico Pinedo, Augusto Bunge, Héctor González Iramain, Agustín S. Muzio, Alfredo L. Spinetto, Roberto F. Giusti e Roberto Noble) críticos à rígida moral socialista. Queixavam-se da sordidez, expiação pública e “práticas monásticas” a que eram submetidos seus quadros pelo partido em caso de desvio de conduta. Pinedo, por exemplo, fôra repreendido por contrariar a disciplina partidária ao casar na Igreja, em 1923, com Maria Teresa Obarrio Hammer numa “cerimônia pomposa” (Sanguinetti, 1981). Para além do desconforto com as normas partidárias, a divisão do PS se devera também à luta intestina pela direção do partido (Walter, 1977).

⁵⁸ Vale observar que as críticas formuladas pelos socialistas independentes ao governo de Yrigoyen no Congresso Nacional e em *Libertad*, veículo oficial do PSI, são as mesmas que a oposição parlamentar e periodística se utilizaria mais tarde para enfraquecer o ministro Pinedo. Dessa forma, as acusações de uso indevido dos recursos públicos, desrespeito às normas e garantias constitucionais, e, principalmente, o atropelo às atribuições legislativas, seriam instrumentalizadas politicamente pelos adversários de Pinedo, como mostra o seguinte trecho extraído de um editorial de *La Prensa*: “¿Quien había de pensar que al cabo de cuatro años, después de esa dura lección, los principales actores de aquel movimiento subversivo que respondia al descontento general por la inminente bancarrota, llevarían otra vez al nivel de escaño las cifras de los gastos públicos?” (*La Prensa*, 01/01/1935).

unidade do heterogêneo bloco situacionista (democrata-nacionais, conservadores bonaerenses, radicais anti-personalistas⁵⁹ e socialistas independentes).

O PSI desempenharia papel central ao desacreditar a administração de Yrigoyen, articular sua derrubada, compor e garantir estabilidade ao novo regime. Diante da posição legalista e das reservas do PS ao golpe civil-militar, que temia a instalação de uma ditadura, os socialistas independentes não titubearam e se proclamaram líderes da “ação cívica”⁶⁰, que, de inspiração democrática e republicana, como acreditavam, se restringiria a garantir o retorno à normalidade constitucional defraudada pelos “monstruosos abusos do Poder Executivo e do Congresso depostos”⁶¹.

Vanguarda do movimento de 1930 e identificados com a causa democrática, os socialistas independentes esperavam triunfar sobre as forças partidárias que disputavam a mesma fatia do eleitorado assim que convocadas novas eleições e confiavam que seriam recompensados por atrelar sua sorte à deposição de Yrigoyen, reservando para si os louros da revolução⁶².

⁵⁹ As cisões partidárias seriam uma constante na história da UCR. Agremiação heterogênea, o partido reunia um arco amplo de interesses provinciais e/ou locais e setores sociais que, deslocados ou sem voz na “República oligárquica” (1880-1916), atrelavam suas aspirações às promessas de renovação ética das instituições e práticas políticas argentinas. As divergências e fracionamentos partidários viriam à tona com a reforma eleitoral de 1912, quando o radicalismo passa a disputar as eleições. Dentre as divisões, destacaram-se nos anos 1920 dois campos de força que nucleariam as disputas intra-partidárias: o personalismo yrigoyenista, popular e nacionalista (“demagógico”, segundo seus críticos), e o anti-personalismo alvearista que, em virtude da adesão ao “contubernio” (política de acordo com a oligarquia) e trânsito de Alvear entre os grupos de interesse estrangeiros, seria acusado de trair as bandeiras radicais. Tais desavenças partidárias alcançariam seu auge no golpe de 1930 e nos governos da “Concordância”, quando os yrigoyenistas passaram à oposição ao novo regime e os alvearistas pactuaram com seus vitoriosos.

⁶⁰ Nota do PSI sobre os acontecimentos de 06 de setembro anexada ao folheto *La Revolución del 6 de Setiembre y los Socialistas Independientes*, de 1930, organizado pelo próprio partido e disponível no *Fondo Documental Federico Pinedo/UDESA*.

⁶¹ *Idem, ibidem*. Justificando seu apoio ao golpe, diria o PSI: “No renegamos, desde luego, los principios socialistas y democráticos que son la base y la razón de ser de nuestro Partido. No hemos olvidado nunca esos principios, ni lo olvidamos ahora, pero ello tampoco nos ha impedido en ningún momento colaborar en soluciones políticas que significaban quizá un aplazamiento de doctrinas que nos son caras o una transacción con procedimientos no enteramente satisfactorios desde un punto de vista puritano, pero que en cambio contemplaban los más altos intereses de la Nación y la suerte de su régimen institucional, cuya salvación está para nosotros por encima de todo. Precisamente, nuestro Partido y nuestros principales hombres dirigentes se han sacrificado en pro del país y de su régimen institucional, a los que desean conducir a nuevos y más grandes destinos, cueste lo que cueste” (*Libertad*, 29/09/1933). Nessa toada, e amparando-se na socialdemocracia alemã, o socialismo seria “essencialmente um problema de tática” e não de “velhas e abstratas fórmulas”: “(o PSI) ha sido uno de los pocos y primeros grupos socialistas en proceder de acuerdo con las realidades de la hora histórica que vivimos” (*Libertad*, 22/10/1933).

⁶² Tal otimismo com as urnas se fundava no êxito que o PSI obtivera nos pleitos de 1928 (alcançou a segunda maior bancada do Congresso Nacional) e 1930, “sua hora mais gloriosa” (Sanguinetti, 1981), quando superou o quórum eleitoral obtido pelo PS e a UCR na capital portenha ao eleger 16 congressistas. Tais resultados alvissareiros, bem como o encolhimento da bancada socialista, sugeriam a consolidação da nova agremiação partidária e seu acerto em somar-se aos grupos golpistas, além de prenunciar bons resultados nas disputas eleitorais subsequentes. Entretanto, as eleições legislativas de 1931 frustraram as expectativas dos socialistas independentes com a recuperação do PS, que conseguiu preencher 22 cadeiras em detrimento das 10

Segundo Dongui (2004), o PSI se propusera instrumentalizar ideologicamente o “difuso progressismo” que se infundira na sociedade argentina desde a atuação dos ilustrados políticos da segunda metade do século XIX. Incapazes de catalizar os anseios dos grupos sociais emergentes, com os quais lograram dialogar os radicais, os conservadores teriam consentido com as ambições do PSI e cedeu-lhe seu costumeiro lugar de protagonista ao dar-se conta da “necessidade de tomar por porta-vozes da empresa comum aqueles que podiam colocar-la sob um signo ideológico indispensável para assegurar seu êxito” (Donghi, 2004, p. 38). Essa “salvadora metamorfose” fez do partido depositário da herança do conservadorismo argentino e conferiu às hostes reacionárias flexibilidade de manobra (Ciria, 1974). Coube a Pinedo atuar como fiador dessa operação ideológica e plasmar as aspirações progressistas dos fundadores da Argentina moderna aos partidos conservadores.

Já “conservador a secas” (Ciria, 1974), Pinedo foi o principal articulador civil do golpe ao coordenar a aliança entre os socialistas independentes (juntamente com Héctor González Iramain e Antonio De Tomaso), conservadores (liderados por Rodolfo Moreno, Antonio Santamarina e José Guerrico), liberais e radicais anti-personalistas (encabeçados por Alvear). A aproximação entre esses agrupamentos partidários deu-se através do “Manifesto dos 44”, documento político que, redatado por Pinedo, denunciou a crise econômica e institucional provocada sob os auspícios do caudilho radical e conclamou as forças parlamentares e extra-parlamentares “[...] ao cumprimento da Constituição Nacional e correta aplicação dos recursos públicos”⁶³.

Além dos preparativos entre os civis, Pinedo foi fundamental para a queda de Yrigoyen ao mediar as conversações entre Uriburu e Justo, cujas posições antagônicas (golpista e legalista, respectivamente) dividiam as forças armadas e impossibilitavam que as tropas marchassem unidas no estrugir do golpe.

Coordenador civil da manobra política, ele ajudou a persuadir Uriburu sobre a necessidade de sinalizar com a preservação da institucionalidade democrática a fim de que a parcela hesitante das Forças Armadas e a oposição parlamentar desconfiada das reais intenções do general se somassem a trama golpista, ao fim desencadeada pelos esforços do socialista independente ao viabilizar a aliança entre os dois chefes militares citados.

conquistadas pelo PSI. Doravante, a sigla minguiava ao obter em 1932 onze deputados, seis em 1934 e dois no biênio 1936-37, quando finalmente desaparece.

⁶³ Documento consultado no *Fondo Documental Federico Pinedo/UNEDSA*.

Efetuada o golpe, para o qual foi decisiva a participação de Pinedo também em seus últimos instantes⁶⁴, a guinada autoritária de Uriburu e sua ojeriza aos partidos e políticos levariam o PSI para a oposição. A partir de então, Pinedo, deputado em exercício, se empenharia em articular o fim do governo provisório e organizar as forças civis anti-yrigoyenistas e anti-uriburistas na “Federación Nacional Democrática” (FND), que empunharia a bandeira do retorno a normalidade institucional e ao império da lei, cuja consumação dependeria da realização de novas eleições, e, no que diz respeito ao apoio do PSI, traduziria sua guinada ideológica ao subordinar as causas do socialismo ao “interesse nacional”, ele mesmo identificado com a bandeira liberal⁶⁵.

O socialista independente que comprometeu o futuro de sua carreira política ao projetar-se líder civil da investida contra a institucionalidade democrática, sem lograr em contrapartida espaço na administração Uriburu, mais afeito ao proto-fascismo de Sánchez Sorondo do que ao ideário liberal-progressista de Pinedo, obteve sucesso em capitalizar na FND as ameaças aos partidos políticos contidas no projeto de representação corporativa daquele general⁶⁶, que possibilitou coesionar as forças conservadoras em torno de um projeto de corte progressista e liberal cuja premissa primeira era a defesa do sufrágio universal, secreto e obrigatório⁶⁷. Segundo Donghi (2004, p. 42):

“[...] al amenazar con sus inopinados proyectos de reforma las bases mismas de la República, y obligar a los partidos a unirse en su defensa, el general Uriburu ha creado sin proponérselo una

⁶⁴ Na madrugada de 06 de setembro, dia decisivo, parlamentares favoráveis a derrubada de Yrigoyen marchavam em direção ao Campo de Maio quando foram detidos pelo general legalista Elías C. Álvarez, que temia o uso das Forças Armadas para fins políticos e sua consequente divisão, e, posto isso, resolvera abortar os objetivos dos revoltosos. Nessa oportunidade, travou-se um diálogo entre o militar e os parlamentares que se resolveu com o seguinte episódio: “Y (en) un golpe teatral, Pinedo pidió comunicarse telefónicamente con Uriburu, de quien se manifestó ‘soldado’ y cuyo propósito patriótico garantizó. Lograda la comunicación, Pinedo espetó al jefe um largo programa revolucionario, de altos fines cívicos y éticos, donde se consolidaba el ideário democrático y republicano. Uriburu escucharía entre impaciente y sorprendido, aunque intuyendo que algo grave pasaba, porque Pinedo no parecía hablar para él sino para el general Álvarez, quien desde luego no oía las monosilábicas respuestas de su colega de armas. Por fin, Álvarez tomó el aparato y, tras un breve diálogo con Uriburu, decidió marchar sobre Buenos Aires [...]” (Sanguinetti, 1981, p. 175).

⁶⁵ No Congresso partidário realizado em novembro de 1930, o PSI tiraria a seguinte resolução em apoio a FND: “Sabemos que defendemos los intereses de las grandes masas, en cuanto concordan con el interés nacional, y que no aceptaríamos una solución que signifique una desviación de esta conducta; y en eso cabe la inteligencia con los grandes grupos liberales del país, que no piensan siempre por interés, que no se guían siempre por egoísmo y que quieren buscar, también, como nosotros, aunque no hayan pasado por nuestras filas, cuál es la verdad social argentina y cuáles son las necesidades que urge resolver, mirando con ojos que quieren ver”. Documento consultado no *Fondo Documental Federico Pinedo/UDESA*.

⁶⁶ Crítico aos partidos e políticos argentinos, que acreditava demagógicos e voltados à defesa de interesses facciosos, o general Uriburu pretendia reformar o sistema eleitoral de 1912 e retirar das agremiações partidárias o usufruto exclusivo da representação parlamentar, que devia ser exercida diretamente pelos setores produtivos nacionais.

⁶⁷ Paradoxalmente, foi durante a “década infame” que os parlamentares do PSI emplacaram projetos de cunho progressista como o seguro nacional, voto feminino, estabilidade do professorado, divórcio, pagamento de férias, lei de demissão, direitos trabalhistas às mulheres grávidas, imposto sobre a terra improdutivo, imposição sobre a renda, reformas da lei de acidentes de trabalho e da Caixa Nacional de Aposentadorias, dentre outros.

oportunidad favorable al resurgimiento, en el nuevo contexto de una democracia de sufragio universal, del consenso progresista en el que Pinedo reconocía el legado más valioso de la República posible”.

Convocadas as eleições, em si mesmas evidência do fracasso do projeto corporativo de Uriburu, desgastado politicamente pela oposição parlamentar, a FND ajudou a eleger o general Agustín P. Justo e formou uma ampla frente parlamentar de apoio ao novo presidente, a “Concordância”, “indestrutível unidade republicana argentina” (Pinedo *apud* Aguinaga e Azaretto, 1991)⁶⁸.

O PSI, cujo apoio eleitoral já havia minguado nas eleições de 1931 (ver nota 62), o que debilitava seus esforços de colocar-se a frente de uma corrente nacional anti-yrigoyenista, dissolveu-se de vez no apoio a Justo e na “Concordância” (“união de forças chamadas para evitar a reprodução dos males do passado”⁶⁹), ao integrar-se à base de sustentação do governo no Congresso Nacional e colocar a disposição do novo presidente seus melhores quadros.

Exposta sua fragilidade nas urnas, confirmada nas eleições seguintes, restou ao Partido confiar suas expectativas de hegemonia a Antonio De Tomaso e Federico Pinedo, respectivamente ministros da Agricultura e da Fazenda. Com a morte prematura daquele primeiro, tal esperança passou a depender unicamente dos resultados da política econômica encabeçada por Pinedo que, como se mostrará no próximo capítulo, enfrentou renhida oposição.

O socialista independente, que, no contexto de crise, e em virtude do malogro das medidas de praxe levadas a cabo pelos ministros anteriores, se convenceu da necessidade de emplacar reformas utilizando-se de instrumentos econômicos pouco convencionais, também intuiu que suas pretensões políticas (quicá a presidência da República) e dirigistas dependiam do sucesso de sua gestão em debelar ou, ao menos, minorar os efeitos depressivos da quadra crítica.

Era a chance que tanto almejou para provar suas competências em matéria econômica, justificar seu embarque e de seu partido na trama golpista de 1930, reforçar sua liderança no PSI e tornar-se o guia incontestado da tentativa de revitalização das forças conservadoras⁷⁰ ao

⁶⁸ “[...] nadie ignora que el diputado socialista independiente por la capital, Federico Pinedo, fue el verdadero promotor de la Concordancia parlamentaria y ha sido y es su inspirador más entusiasta, incansable y capacitado” (*Libertad*, 09/07/1933). Em entrevista concedida ao jornal na mesma data, argumentaria Pinedo sobre “[...] la necesidad de convertirla (la Concordancia) en una fuerza política permanente, con vistas a asegurar al país un nuevo y largo ciclo de gobiernos civilizados, honestos y progresistas como el actual”.

⁶⁹ *Idem, ibidem*.

⁷⁰ “[...] existen fuerzas capaces de llevar a la Nación por el camino del que nunca debió ser apartada” (*Libertad*, 09/07/1933).

orientá-las na direção das tradições progressistas das antigas classes dirigentes argentinas⁷¹, única maneira (afora a saída pela via fascista, que fracassou com Uriburu) de reposicioná-las competitivamente na disputa política e em condições de minar a prevalência eleitoral do radicalismo yrigoyenista.

Uma vez em jogo tais interesses, e diante dos desafios interpostos pela situação de emergência econômica, Pinedo encontrou em Prebisch e na “nova elite tecnoburocrática” (Donghi, 2004) que este criara no BNA o apoio especializado de que necessitava para organizar a máquina pública e operacionalizar as reformas, confiando ao Estado indutor – convertido em agente econômico – a promoção das condições institucionais que destravariam os vetores da produção da riqueza nacional e permitiriam recolocar o país em sua “marcha vitoriosa”⁷², dessa vez sob o estímulo da produção local. Como diria Pinedo: “É preciso buscar soluções dentro do próprio país” (*Libertad*, 30/11/1933).

Realidade já presente nos países centrais do capitalismo onde a crise tivera efeitos mais devastadores, como é mostra o “new deal” desenhado pelo “brain trust” de Roosevelt, a reativação da economia alemã levada a cabo por Hjalmar Schacht e a estabilização do franco promovida por Raymond Poincaré, reformador de cujo exemplo se falava diariamente nos jornais argentinos da época, o apelo à *expertise* dos economistas e suas soluções salvadoras significou uma novidade na vida político-administrativa argentina dos anos 1930. Segundo Caravaca (2001, p. 119):

“Si en crisis anteriores eran abogados o ingenieros pertenecientes a familias conectadas con el poder politico quienes asumían la responsabilidad del manejo de la economía, ahora los economistas, con una creciente preponderancia de su formación por sobre sus redes familiares con el poder, eran llamados a resolver las coyunturas críticas”.

⁷¹ Em 1933, por ocasião da aprovação do *Plan de Acción Económica*, Pinedo se referiria ao imaginário da Argentina de fins do século XIX (“el granero del mundo”) da seguinte forma: “Hace tres cuartos de siglo el mundo encontró en este rincón apartado de América un pedazo de suelo feraz, susceptible de cultivo en todas sus formas, apto hasta lo indecible para la producción de los elementos de vida más imprescindibles, y se empeñó en dotarlo de los elementos necesarios para realizar esa función. Se le incorporaran capitales por centenares de millones. Se construyeron ferrocarriles para transportar cosechas infinitas, se lo dotó de puertos para hacer el trasbordo en las condiciones más económicas, y se le facilitó crédito para que esas inmensas falanges de obreros venidos de Europa pudieran arraigar en el suelo argentino y trabajar para el mundo, devolviendo con el fruto de su trabajo lo que el viejo continente perdía al privarse del concurso de esos esfuerzos. [...] El país se expandió con prodigiosa rapidez. Acrescentó su producción en forma nunca superada [...]” (Pinedo, 1947, p. 202). Tal imaginário se faria presente também no bloco político de sustentação do governo Justo: “De ahí que sostenga que la gran misión política de la Concordancia consista en ofrecer al país, dentro del marco de las instituciones republicanas, la posibilidad de reanudar el proceso de desarrollo y de progreso que proporcionaron los gobiernos anteriores al de Yrigoyen” (*Libertad*, 09/07/1933). Ainda nesse registro, o golpe de 1930 “[...] vino a facilitar un retorno a las prácticas gubernativas anteriores a 1914” (*Idem, ibidem*).

⁷² *Libertad*, 09/07/1933.

Nesse contexto, Pinedo demandaria dos jovens técnicos de que se cercou não apenas informações seguras para validar a propositura de novas medidas tomadas por conta e risco do chefe da Fazenda. Buscou também, o que representaria uma novidade, orientação e ferramental (inclusive linguístico) necessários a compreensão e enfrentamento da crise, reclamando da “nova linhagem de magos” e suas “artes esotéricas” “[...] uma coerente visão de conjunto acerca dos problemas que as reformas buscavam afrontar” (Donghi, 2004, p. 136).

2. Prebisch: trajetória universitária e profissional

Seis anos mais jovem que Pinedo, Prebisch se licenciou contador público na FCE da UBA em 1922, onde foi professor assistente, professor de primeiro nível e, entre 1924-48, professor titular da Cátedra de Economia Política. Após indicação de Eleodoro Lobos, Decano da FCE e ex-ministro da Fazenda e da Agricultura respectivamente nos governos de José Figueroa Alcorta (1906-10) e Roque Saénz Peña (1910-14), foi contratado no começo dos anos 1920 por Luis Duhau e Enrique Uriburu para Diretor do centro de estatística da *Sociedad Rural Argentina* (SRA).

Nesses anos foi também Subdiretor da *Dirección Nacional de Estadística* e desempenhou-se como consultor técnico de Tomás Le Breton, político radical e ministro da Agricultura do presidente Alvear, que Prebisch nominara “um grande ministro” (Magariños, 1991) ao recrutar técnicos estrangeiros para atuar no aperfeiçoamento dos diversos setores ligados às políticas agrárias⁷³.

Já em 1927, e sob a proteção de Enrique Uriburu e Luis Duhau⁷⁴, respectivamente presidente e diretor geral do *Banco de la Nación Argentina* (BNA), Prebisch passou a dirigir a

⁷³ Le Breton trouxe ao país os especialistas Nazareno Strampelli, William O. Backhouse e Vicenti Brunini (seleção de sementes), Tomás Bregger (genética do milho), L. Porcher, Jablo C. Jorgensen y Mauro Rossi (indústria leiteira), John Pedersen (métodos de neutralização e pasteurização para a produção da manteiga), Félix Charlan (cultivo do tabaco), Henry D’André (panificação e indústria farinheira), Nathaniel E. Winters e Ernest L. Tutt (cultivo do algodão), Henry Bingelli (pesos e medidas), Sven Wasman e Mils Launefors (engenharia de minas), Juan Willianson (genética), Otto Alberti (plantas), José Pantaloni (fibra de algodão), F. Kipshagen (bacteriologia) e Bernardo Wenz (zootecnia). Ver Serres (1959).

⁷⁴ Ministro da Agricultura de Justo e deputado nacional pelo *Partido Conservador*, Duhau pertencia a uma família tradicional de pecuaristas da pampa bonaerense. Conferencista sobre questões agrárias, fôra em 1912 o representante argentino no Congresso de Irrigação realizado em Washington. Desempenhara-se também como presidente da *Sociedad Rural Argentina*, membro de comissões diretivas (*Centro Vitivinícola Nacional*, *Centro de la Industria Lechera*, *Comisión Nacional de Azúcar* e *Unión de Productores Agrarios*), presidente da delegação argentina no Congresso Panamericano (Washington, 1927) e diretor do *Banco Nación*, oportunidade em que criou o Departamento de Investigações Econômicas e fez de Prebisch seu chefe.

recém-criada *Oficina de Investigaciones Económicas* do BNA. Criou nessa ocasião a *Revista Económica* e levou consigo seus colegas e alunos da FCE.

Entre 1930-33 atuou como Subsecretário do Ministério da Fazenda também sob a indicação dos padrinhos políticos acima referidos. Nesse último ano foi enviado como representante de seu país para a preparação da Conferência Econômica Mundial, patrocinada pela Liga das Nações. Ainda em 1933, foi delegado nas negociações do Tratado Roca-Runciman⁷⁵ entre Argentina e Inglaterra, que ensejou árido debate entre situação e oposição sobre as desigualdades nas relações econômicas entre os dois países⁷⁶. No governo de Justo, e já ao lado de Pinedo, assessorou os Ministérios da Fazenda e da Agricultura, e se tornou figura chave na elaboração e execução do *Plan de Acción Económica* e da criação do BCRA, no qual trabalhou entre 1935-43 como Gerente Geral.

Os primeiros anos de Prebisch e de seus colegas de geração na vida pública argentina transcorreram nos anos 1920 nos governos radicais de Marcelo T. Alvear (1922-28), anti-personalista e aristocrata francófilo que se propusera a organizar as finanças públicas ao limitar os gastos e ordenar as contas nacionais (diminuição das dívidas interna e externa), para o quê contou com a assessoria do *experto* francês Gaston Jèze, e Hipólito Yrigoyen (1928-30).

No contexto do golpe civil-militar de 1930 foram elevados às posições centrais da burocracia federal. Prebisch ascendeu ao posto de Subsecretário da Fazenda nas gestões dos ministros Enrique S. Pérez (1930-31), Enrique Uriburu (1931-32) e Alberto S. Hueyo (1932-33)⁷⁷, que, à serviço dos generais Uriburu e Justo, deviam cumprir com a promessa de sanear as contas públicas como forma de legitimar-se e diferenciar-se da administração de Yrigoyen,

⁷⁵ Num cenário de fechamento do comércio internacional, a Grã-Bretanha decidira restringir suas compras de carne argentina e redirecioná-las para a obtenção dos produtos de países da Commonwealth. A fim de minorar o impacto comercial dessa medida, o governo Justo resolvera dispensar “tratamento benévolo” ao capital inglês em troca da garantia de mercado cativo à carne argentina. Resultado da negociação, o Tratado Roca-Runciman (1933) foi denunciado por setores da opinião argentina como contrário ao interesse nacional e parte dos planos entreguistas do governo pró-britânico do general Justo. Já no contexto do “debate das carnes”, De La Torre criticaria o acordo como expressão do “apetite dos negociantes estrangeiros” em “desmedro da produção nacional” (*La Prensa*, 28/06/1935).

⁷⁶ Já nesse momento o governo Justo sofreria a oposição do então senador e democrata-progressista Lisandro De La Torre, que, em que pese seu marcado anti-yrigoyenismo e apoio à insurgência golpista de 1930, se afastou gradativamente de seu amigo e ex-aliado José Félix Uriburu e, por ocasião da eleição presidencial de 1931, encabeçou a chapa da “Aliança Civil” com os socialistas (Nicolás Repetto foi seu candidato a vice) contra o oficialismo representado por Agustín P. Justo e Julio A. Roca, que terminaria vitorioso. Principal voz opositora ao novo governo no Parlamento, De La Torre se constituiu defensor dos interesses econômicos e políticos nacionais frente ao governo que reputava entreguista e corrupto. Como se verá no próximo capítulo, é no “debate das carnes” de 1935 que o santafesino concentraria esforços a fim de desmoralizar o governo de seu adversário.

⁷⁷ Quanto à nomeação ao posto de Subsecretário diria Prebisch: “Yo creo que también don Enrique Uriburu y don Luis Duhau estaban en eso. [...] tienes que tener en cuenta que yo era un neoclásico todavía” (*apud* Mallorquín, 2006, p. 12).

criticado por seus adversários pelo desperdício de recursos, irresponsabilidade e desorganização financeira e aparelhamento da máquina estatal⁷⁸. Disso resultou o recurso aos especialistas que, formados na FCE, soldaram tais propósitos à razão de ser da nova ciência.

Hueyo, em particular, era conhecido pela inflexível adesão à ortodoxia econômica liberal e aos “princípios econômicos imortais” (García Belsunce, 1989) e, a frente do Ministério, atuou em nome do equilíbrio orçamentário via redução do gasto público, ajuste fiscal e da política monetária, medidas contracionistas para cujo desenho e execução fôra importante a concorrência de Prebisch, ele também um convicto livre-cambista.

“Yo tenía el cargo de consciencia de haber preconizado y logrado que la Argentina siguiera, en el año treinta y uno y mitad del treinta y dos, la política más ortodoxa, cuando era subsecretario de Hacienda: una política de contracción, de acuerdo con toda teoría aceptada de que la crisis había que sobrepasarla con una serie de medidas de austeridad, cortar las obras públicas, cortar el presupuesto, rebaja de sueldos, etcétera. Y después, pensando en esa experiencia, y ante la prolongación de la depresión mundial, que todos creíamos que era una cosa transitoria, y no, fue una cosa muy profunda, empecé yo a tener muchísimas dudas acerca de mi teoría ortodoxa” (Prebisch *apud* Fernández López, 2008, p. 213).

Nos jornais intensificava-se o debate em torno de como enfrentar a crise internacional e impulsionar o crescimento argentino. Alejandro Bunge entoava críticas à ortodoxia financeira em favor de políticas de estímulo ao mercado de consumo e geração de emprego. Representante dos interesses da indústria, Alejandro Shaw dizia que “a riqueza, em sua caída, havia arrastado [...] a um sistema e, junto com ele, toda uma ideologia” (*apud* Dhongui 2004). Diante da piora da situação econômica, frente a qual não dispunha de outros recursos que não a sabedoria econômica convencional, Hueyo afastou-se do Ministério. Segundo Dongui (2004, p. 133):

“[...] su eclipse fue suficiente para despejar de obstáculos el camino para el grupo juvenil al que Federico Pinedo, él mismo en el umbral de la cuarentena cuando fue designado por el presidente Justo para reemplazar a Alberto Hueyo, iba a confiar el timón de la economía, y que iban a desplegar toda la ambición y toda la audacia requeridas para crear los instrumentos que permitirían al Estado afrontar tareas que no podía ya eludir en el marco de una economía mundial que parecía por fin dispuesta a explorar caminos nuevos para sobrevivir a la crisis”.

⁷⁸ Os três ministros se diplomaram advogados na UBA e desempenharam-se na atividade política em funções ligadas aos temas econômicos. Enrique S. Pérez foi ministro da Fazenda nas presidências de Saénz Peña e de Uriburu, deputado nacional e administrador de impostos internos e das ferrovias no governo de Alvear. Dirigiu a SRA, o BNA, presidiu o Banco Hipotecário Nacional e atuou no ramo empresarial. Casado com a filha do ex-presidente Manuel Quintana, Enrique Uriburu foi presidente do BNA e ministro no governo do general Uriburu, seu primo, e professor de economia política na *Facultad de Derecho* da UBA. Conhecido ortodoxo em matéria econômica, Hueyo foi secretário da Fazenda da cidade de Buenos Aires e, após larga carreira na iniciativa privada, foi nomeado ministro pelo presidente Agustín P. Justo.

Foi na gestão do socialista independente Federico Pinedo, entre 1933-35, período coincidente com o agravamento da crise econômica provocada pelo *crash* de 1929, que a voz de Prebisch e dos demais técnicos foi ouvida – e em que pese as resistências⁷⁹ – com mais força, que suas ideias se concretizaram em políticas e autarquias federais e em que se alçaram diretores de suas próprias criações institucionais, adquirindo proeminência na gestão pública à medida que suas criaturas mostravam-se indispensáveis no enfrentamento dos novos desafios com os quais se chocava o país. Segundo Dongui (2004, p. 134):

“La presencia de Raúl Prebisch como asesor tanto al lado del nuevo ministro de Hacienda, Federico Pinedo, como del ingeniero Luis Duhau, su colega de Agricultura, [...] era quizá el signo más claro de que la Argentina había ingresado también ella en esta etapa nueva”.

Subsecretário de três ministros, Prebisch já gozava da simpatia e confiança de Pinedo. O novo chefe da Fazenda se constituiu nos anos anteriores – no Congresso e em seus textos no *Libertad*, periódico do PSI – em principal fiscal e crítico das gestões que o antecederam. Em particular, pronunciava-se contra Hueyo e suas políticas econômicas que considerava de efeitos inflacionários⁸⁰. É então que faz de Prebisch, com quem trabalhou na comissão organizada para elaborar um projeto de criação do BCRA, seu interlocutor⁸¹ e, tão logo nomeado ministro, o promoveu seu colaborador direto.

⁷⁹ “[...] cuando he tenido influencia y poder político [...] que me permitia ofrecer inmediato acceso a las más altas posiciones nacionales y provinciales e intenté usarle para llevar al ejercicio de funciones legislativas o ejecutivas a hombres de notoria capacidad de cuyas luces se suponía que el país estaba privado por el excluyente egoísmo de los dirigentes de los partidos, acusados de reservar para si o para la propia ‘clique’ los puestos prominentes, conté con la aquiescencia de los líderes de los partidos para hacer esos ofrecimientos, pero encontré, en cambio, repetidas veces inquebrantables resistencias a aceptar el ofrecimiento de puestos de honor y de trabajo, sin reparar, los que así procedían, en que esa conducta tenía frente al país caracteres de deserción” (Pinedo, 1971, p. 22).

⁸⁰ Também Prebisch se fizera crítico de Hueyo em razão de suas medidas inflacionárias: “Yo duré muy poco porque estaba acostumbrado a hombres como el Doctor Pérez y don Enrique Uriburu y el temperamento del doctor Hueyo no era el mismo ni se podía discutir y un buen día elaboró un proyecto de Empréstito Patriótico que resultó fatal. Yo mismo sugerí la idea de un empréstito de repatriación. El Doctor Hueyo quería que los bancos dieran o adelantaran dinero sobre la base de los bonos para luego entrar al mercado. Y yo le dije esto es inflacionario. Va contra de lo que hemos estado haciendo. El insistió. Le dije: yo no le acompaño. Y me fui. Era el último motivo, el último factor. En realidad, no me sentía con la confianza que me habían dispensado los otros ministros” (Prebisch, 1983).

⁸¹ “Cuando se anuncia en los diarios que pondríamos en aplicación la vieja Ley de Redescuento, va a verme Pinedo. Yo estaba en mi despacho dando al documento los últimos toques. ‘¿Qué van a hacer ustedes? Van a llevar al país a la inflación’. Doctor Pinedo, le dije, ¿puedo yo hablar no al hombre político, sino al hombre de Estado? Nos aproximamos a la ventana y estuvimos una hora. Le dije: Esta es la situación, el Banco de la Nación sin dinero suficiente; sin caja; el sistema bancario sumamente pesado, comenzando por el Banco Español que está viviendo del redescuento del Banco de la Nación y el Banco de la Nación no le puede dar más redescuento porque no tiene recursos. Le expliqué. Le hice un cuadro y abría los ojos y terminó la conversación en esta forma: ¿Qué haría usted, doctor Pinedo, si fuera Ministro de Hacienda? ‘Lo mismo que ustedes’ (Prebisch, 1983).

A admissão de Prebisch ao primeiro escalão da máquina estatal nas gestões dos ministros anteriores a Pinedo explica-se pela centralidade dos problemas econômicos no contexto de crise e que se fizeram sentir já no governo de Yrigoyen, que fôra derrubado, dentre outros motivos de natureza política de que se valeu a oposição, pela desordem administrativa e financeira a que levara o país, diagnóstico e jargão também partilhados pelos economistas então lotados no BNA. É a partir desse momento que a figura do *experto* tornar-se-a cada vez mais presente e indispensável na gestão dos negócios públicos, de que é prova o fato de que os atores políticos buscariam se cercar e render homenagem a esse novo personagem, que, por sua vez, tomaria cada vez mais consciência de seu valor⁸².

Desorientada diante da crise e destituída dos instrumentos requeridos para enfrentá-la, a classe política ofertou a figuras como Prebisch amplo espaço de ação no interior da máquina pública com o objetivo de respaldar e garantir o sucesso das propostas econômicas que, Estado-intervencionistas, eram objeto de desconfiança ao recorrer a inovações que ultrapassavam os limites do saber convencional, que, moeda corrente entre os atores políticos argentinos (à direita ou esquerda do espectro ideológico), era posto a prova nos anos 1930. Nesse cenário inédito, a ortodoxia do *laissez-faire*, *laissez-aller* e *laissez-passer* se enfraquecia na Argentina vis-à-vis o fortalecimento do Estado ativo e seu rol de medidas pragmáticas.

É nos conhecimentos especializados e sintaxe científica de Prebisch e demais contadores, que autorizavam os arriscados experimentos ao recobrí-los de linguagem técnica, legitimando as minorias no poder, que esses homens de ação descansariam seus propósitos reformadores e enquadrariam em bases seguras o problema do novo papel do Estado. Nas palavras de Donghi (2004, p. 134):

“[...] el Estado argentino encaraba por primera vez globalmente no sólo la revisión de las normas y decisiones hasta entonces en vigor en el campo de la economía, sino también la de las estructuras institucionales de las que hasta ese momento se había valido para incidir sobre él. [...]. El avance de esta concepción más ambiciosa del papel del Estado, que se creía destinada a incidir en aspectos cada vez más variados – y más menudos – del funcionamiento de la economía, no podía sino reflejarse en el perfil de quienes desde el Estado comenzaban a tomar en su cargo tareas que,

⁸² É de se notar que, dadas as novas circunstâncias, o destaque que passavam a gozar os técnicos ameaçasse as hierarquias políticas e sociais. Isso ficou patente, por exemplo, num episódio entre Prebisch e seu parente Enrique Uriburu: “También yo le discutía. Era presidente del Banco de la Nación cuando don Enrique Pérez era Ministro de Hacienda y un buen día se enojó porque yo le discutía. [...]. Entonces yo me levanté y le dije: Mire, don Enrique. Creo que usted se ha acostumbrado a gente como la de este Banco que son de un servillismo tremendo, a tal punto que un Gerente, cuando tiró usted un cigarrillo y cayó fuera de la salvedera, fue y tomó y lo puso adentro, según ha visto usted. Usted me conoce muy bien y usted sabe que no soy así” (Prebisch, 1983).

puesto que eran cada vez más complejas y diversificadas, requerían de ellos competencias que no podían ser parte del bagaje del común de la clase política”.

Tendo em vista tais requisições, o governo constituído em 1930, que, como dito, encontrou como álibi do golpe a desordem das contas nacionais, fez de Prebisch Subsecretário e o encarregou – ele e os demais economistas que o acompanharam na burocracia – de zelar pelos objetivos econômicos a que se propusera o regime recém-instaurado, tarefa cumprida com “abnegação” (Magariños, 1991) e compensada com o acesso privilegiado aos círculos de poder nacional (e consequente prestígio, convertível nos circuitos universitários) e às prebendas estatais (cargos, salários e projeção pública).

Prebisch e seus companheiros se arrogavam defensores do equilíbrio financeiro do país e, tendo em vista o combate ao *déficit* orçamentário, propuseram políticas (imposto sobre a renda, modificações tributárias, reduções salariais, dentre outras) que não raro afetavam privilégios ou interesses constituídos, inclusive os do chefe do executivo e de seu círculo de sociabilidade⁸³, evidenciando a força de que passaram a dispor os técnicos e o consenso em torno de sua utilidade.

Nessa direção, atuaram para coibir os gastos que consideravam excessivos e recobrar os compromissos e metas econômicas assumidos pelas autoridades executivas⁸⁴. Atribuindo-se

⁸³ Proposta que fôra objeto de discussões desde o século XIX e que encontrara resistências no Parlamento desde o primeiro governo de Yrigoyen, o imposto sobre a renda tornara-se realidade através de Prebisch, que teria convencido o ministro da Fazenda, Enrique Uriburu, e o presidente Uriburu de sua pertinência e viabilidade: “Y es a él (Enrique Uriburu) a quien yo le propuse, tres meses antes de la vuelta al orden constitucional, la implantación del impuesto a la renta. Pero él me dijo: ‘Mire, Prebisch, no se haga ilusiones. El general Uriburu no va a aceptar cargar con esta enorme responsabilidad y con la odiosidad de sus amigos cuando va a entregar el poder dentro de tres meses’. Le dije: ‘¿Me da usted autorización para yo lo vea?’. Me respondió que sí y aproveché la firma ese día para hacerle un cuadro de la situación financiera. A pesar de que se redujeron los gastos de la administración en forma brutal, incluso una rebaja de los sueldos – todas las medidas ortodoxas que yo recomendaba –, a pesar de eso, fue tal la contracción del comercio exterior que [...]. [...] le dije (ao presidente Uriburu): ‘Mire, general, usted va a entregar el gobierno con un déficit considerable a pesar de todo. Sin una reforma tributaria no se contendrá el déficit; y como yo creo que el Congreso no va a tomar medidas de esa naturaleza, el déficit seguirá agrandándose y se caerá en la inflación. Su gobierno pasará al juicio de los demás como el que la desató por impericia financiera, por incontinencia. Es decir, por lo que usted dijo que derrocaba a Irigoyen, habrá dejado usted una situación peor. Es cierto que se ha agravado por la crisis, a pesar de todas las medidas que se han tomado’. Su respuesta fue: ‘Sí, subsecretario, pero, ¿por qué voy a cargar yo con la odiosidad de este impuesto?’. [...] ‘¿Qué van a decir mis amigos del Círculo de Armas?’. [...] Y respondí: ‘General, es cierto, pero esto será la medida de su abnegación frente a un momento tan difícil del país’” (Magariños, 1991, p. 68-69).

⁸⁴ Titulando-se protetor da saúde financeira do Estado, Prebisch, então Subsecretário da Fazenda, dificultou em dada ocasião a tramitação e aprovação dos gastos orçados pelo chefe dos Correios e Telégrafos, coronel Torne, amigo e aliado político do general Uriburu. O presidente irritara-se com o gesto de Prebisch e, a fim de destravar o caso, envia seu assessor para enquadrá-lo, oportunidade em que o Subsecretário recobra o presidente dos compromissos assumidos como líder do movimento de 1930: “‘Mire, el general está muy enojado con usted. Dice que le mande inmediatamente el expediente, que me lo entregue a mí’. ‘No - le respondí -, no se lo voy a entregar. Dígale al general Uriburu que se quiere recibirme ahora, yo se lo llevo ya’. Fue y volvió seco. ‘Pero estoy muy enojado con usted’. Y, efectivamente, él, que era un hombre muy cordial, estaba muy tieso y al lado,

missão profilática, “a luta contra os maus administradores” (Magariños, 1991), esses economistas levaram adiante um conjunto de medidas “de caráter puramente técnico” (Magariños, 1991) que redundaram na reorganização financeira do país. Também se investiram – não sem fazer concessões políticas e justificados em propósitos exclusivamente técnicos e pragmáticos – do papel de tecnocratas⁸⁵ ao tornar a burocracia seu espaço de ação por excelência e assumir as responsabilidades estatais como razão de ser de suas carreiras⁸⁶.

el coronel Torne. Me dijo: 'Señor subsecretario - ya no subsecretario -, ¿que és lo que pasa? ¿Por qué está deteniendo usted este informe de Correos y Telégrafos?'. Le dije: 'Señor Presidente, usted ha hecho la revolución en gran parte por el caos administrativo y financiero. Yo creo servir sus propósitos al detener este expediente'. '¿Por qué?' 'Porque significa más plazas y más gasto que los de Hipólito Yrigoyen'. 'Cómo?'. 'Sí, señor, aquí tiene usted este cuadro comparativo'. 'Es así, coronel?' Y éste no supo qué decir. Uriburu captó en seguida la situación y me dijo: 'Asunto terminado, subsecretario. Usted tiene razón. Coronel, retírese'" (Magariños, 1991, p. 71).

⁸⁵ A partir dos anos 1950-60 e, em particular, no período das ditaduras militares na América Latina, a expressão “tecnocrata” se referia aqueles que, de posse de conhecimentos especializados, haviam adquirido lugar entre os grupos plutocráticos (como acionistas ou assessores para assuntos financeiros) e, no trânsito de dupla via entre os espaços da iniciativa privada e setor público, tornaram-se peças-chave dos governos autocráticos. Para isso colaborara sua passagem por universidades estrangeiras e o domínio de um vocabulário especializado que se queria científico. Em que pese o uso repetido da expressão pelo próprio Prebisch para circunscrever seus primeiros anos no Estado argentino, seus intérpretes buscaram preservá-lo de qualquer laivo tecnocrático. É sintomática, por exemplo, a advertência de Barbosa (2012) à biografia escrita por Edgar Dosman [*Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo* (2011)] acerca da impropriedade do uso de tal qualificativo. Para esse autor, Prebisch não era um “típico tecnocrata”, como restaria demonstrado em seu estilo argumentativo e vocabulário de pouca receptividade no ambiente acadêmico e nas mensagens políticas que plasmaram uma utopia latino-americana. Entretanto, se tal leitura é correta para o período cepalino do economista, não o é – não ao menos sem reticências – para os quase vinte anos ininterruptos em que colaborou com diversos governos, inclusive àqueles de inspiração reacionária ou conservadora. Também em defesa de Prebisch, para Di Tella (1988) os jovens economistas que buscavam oportunidades nos postos burocráticos se viram constrangidos pelas circunstâncias históricas a colaborar com governos de escassa legitimidade. Esse era o pedágio que devia ser pago pela geração cujo projeto se subsumia em fundar a intervenção estatal na ciência social objetiva. Desse ponto de vista, Prebisch era um tecnocrata “em um bom sentido”, ou seja, “[...] una persona que ha dejado de lado la prioridad de los aspectos ideológicos en la problemática que estudia. Como técnico, es un conocedor de los múltiples aspectos científicos que hay que tener en cuenta para estudiar la dinámica de la sociedad y de la economía; esa complejidad es a su juicio difícilmente asible por las simplificaciones de los políticos, o por los esquemas de la utopía. Así como el médico se dedica a curar la enfermedad sin preocuparse por las ideas del paciente, de la misma manera el tecnócrata piensa que los problemas concretos que se le plantean a una sociedad – obvios para cualquiera que los examine con espíritu desprejuiciado – pueden resolverse con intervenciones dictadas por una ciencia social objetiva” (Di Tella, 1988, p. 19). Ainda para Di Tella, a noção de tecnocracia designaria “[...] un grupo homogéneo de técnicos, al servicio de cualquier tipo de gobierno – dados ciertos límites mínimos de aceptabilidad – podía impulsar reformas que se imponían por su propia racionalidad” (1988, p. 21). A controvérsia está em circunscrever para o contexto argentino dos anos 1930 quais são esses “límites mínimos de aceitabilidade”. Cabe observar, por último, que a expressão “tecnocrata” possuía na primera metade do século XX outra conotação ao designar o modelo de organização estatal gestado pela Revolução Russa, que, ao longo dos anos 1930, teve larga difusão na Argentina nas publicações da *Revista de Economía Argentina* (Caravaca, 2012b).

⁸⁶ A respeito da formação dessa elite tecnoburocrática em prejuízo das motivações ideológicas caras aos idos universitários diria o próprio Prebisch: “[...] desde luego que al verme incorporado a la acción práctica y al tomar aquello con un enorme entusiasmo, con largas horas de trabajo, fue cambiando mi horizonte mental. Seguí leyendo aunque sin la asiduidad de aquellos tiempos. Seguí votando por el Partido Socialista. [...] Pero eran otras mis preocupaciones. Eso explica que yo haya tomado una orientación eminentemente pragmática en mi vida, por el cumplimiento de las mismas responsabilidades que se me habían dado. [...] Yo creo que en ese sentido surgió muy claramente mi vocación tecnocrática, desde el momento en que entré en la Dirección de Estadística y luego más adelante [...] cuando empezó a formarse un grupo de gente que trabajaba con fe” (Magariños, 1991, p. 60-61).

Como se mostrará no próximo item, tal “grupo burocrático” (Louro de Ortiz, 1992), que remonta a intensa sociabilidade universitária e que dera seus primeiros passos na administração pública no governo Alvear, constituiu-se na primeira experiência de Prebisch como chefe e mentor intelectual de uma jovem geração de economistas, evidenciando desde já um traço permanente de seu estilo de atuação, que ganharia contornos mais explícitos anos mais tarde na CEPAL.

Dessa maneira, é possível recuar as definições de Hodara (1987), que vê no Prebisch dos anos 1950 um “caudilho intelectual” e “profeta armado”, dada sua autoridade reflexiva, discursiva e burocrática sobre os economistas da “seita” cepalina, para sugerir sua força enquanto liderança burocrático-intelectual que, entre os anos 1920-30, soube despertar “entusiasmos ardentes em uma jovem geração de economistas”, que dedicava a ele “uma incondicional lealdade e uma devoção quase apostólica”.

Vocalizando os anseios de modernização da disciplina econômica, que implicava a confecção de uma nova linguagem e a delimitação dos problemas pertinentes à nova especialidade⁸⁷, cujo tratamento restringir-se-ia ao ofício do economista, e projetando-se expoente de uma “utopia racionalizadora” (Hodara, 1987), Prebisch imantou os que o acompanharam no Estado argentino de novo ideário profissional e “vocação pela função pública” (Dosman, 2006).

Frente ao atraso argentino, prostração da situação econômica e descrédito dos atores políticos, percebeu que a ele e seus companheiros abria-se um promissor campo de ação e que, a fim de ocupá-lo, era premente a constituição de uma elite técnica no interior das instituições públicas. Nas palavras de Dosman (2006, p. 15):

“La solución de Raúl era formar un equipo de gestión basado estrictamente en el mérito y ocupar un lugar estratégico donde este grupo de gente pudiera funcionar como una elite del desarrollo en el seno del Estado. Su habilidad de reclutar equipos de profesionales y motivarlos fue uno de los rasgos más distintivos de su período en la CEPAL y la UNCTAD, pero ya se había hecho evidente en sus años de universidad, habiendo llegado a su más alta expresión con la creación del Banco Central en 1935. [...]. Los equipos que reclutó para el Banco Central, la CEPAL y la UNCTAD también daban cuenta del estilo de liderazgo de Prebisch. En cada caso insistía en la autonomía intelectual y cada caso, a su vez, se centraba no meramente en un concepto sino en una agenda, una plataforma y una institución. Era un estilo de liderazgo característico”.

⁸⁷ Vale lembrar a advertência de Neiburg (1997, p. 83-84): “Os problemas sociais (também os econômicos) nada tem a ver com a natureza das coisas, são construídos e consagrados como tais por agentes sociais que, assim fazendo, procuram impor seus próprios interesses, construindo para si mesmos um lugar no mundo que descrevem”.

3. Prebisch e o “cartel de cerebros”

Introdutor de técnicas estatísticas na pesquisa econômica, Alejandro Bunge⁸⁸ nomeou em 1920 o jovem Prebisch professor assistente de segundo nível e, pouco depois, o promoveu professor assistente de primeiro nível na *Facultad de Ciencias Sociales e Jurídicas* da *Universidad Nacional de La Plata* (UNLP), oportunidade em que o tucumano dirigiu pela primeira vez um grupo de pesquisa identificado com a renovação das responsabilidades profissionais do economista e introdução dos novos métodos de pesquisa que chegavam principalmente dos Estados Unidos e que transformariam de maneira decisiva as ciências sociais em seu conjunto⁸⁹. Ao fazer de Prebisch seu colaborador mais próximo, Bunge “[...] entreviu as excepcionais condições de seu aluno, e desejoso de convertê-lo em um depositário de experiências, lhe abriu de par em par as portas de seu escritório. Ademais, seguramente,

⁸⁸ A respeito da trajetória e pensamento de Bunge, seu projeto de guiar a administração pública segundo os critérios científicos e saber especializado e o engajamento da *Revista de Economía Argentina*, publicada entre 1918-52, na construção de uma nova agenda econômica de sentido industrialista e protecionista ver Llach (1985), Bollo (2012) e Pantaleón (2004). Num período em que as exportações argentinas restringiam-se quase exclusivamente aos produtos agropecuários, e quando os agentes políticos e econômicos mostravam-se inamovíveis na opção pela especialização agrícola, vocação e destino postos pelas condições naturais competitivas de que dispunha o país na divisão internacional do trabalho, Bunge destacou-se como o pioneiro na defesa de um projeto industrialista (diversificação da produção) com preferências tarifárias, razão pela qual pode ser visto como o “Roberto Simonsen argentino” (Barbosa 2012). Suas ideias de fomento a uma industrialização de cunho nacional não eram partilhadas pelo jovem Prebisch, mais afeito nesse momento às máximas livre-cambistas dos socialistas: “Yo comungaba con las ideas clásicas bajo la vigilancia de un hombre brillante, como era el Doctor Justo” (Prebisch, 1983, p. 8). Sua aproximação ao livre-cambismo de Justo terminou por afastá-lo das ideias pró-indústria de seu professor: “Tenía yo bastante respecto por él, pero no me produjo la impresión de un hombre sólido, como Justo y como los otros que siguiendo la teoría de la división internacional del trabajo atacaron la industrialización en la Argentina. Con todo, los hechos le dieron la razón a Bunge. Fue él primer apóstol de la industrialización en la Argentina. Y allí empecé a separarme de él porque consideraba que estaba en una posición errada, completamente errada” (Prebisch, 1983, p. 7). As afinidades entre Bunge e Prebisch restringiam-se à ambição de ambos em renovar o ensino e a pesquisa econômica ao introduzir novos métodos de aferição científica e modernizar as estatísticas oficiais. É curioso notar que Prebisch, depois chefe da cruzada a favor da industrialização na América Latina, jamais tenha se visto como herdeiro intelectual do projeto de Bunge, que, à exceção de um grupo de economistas nacionalistas e de fé católica que ganharam vez no governo Perón, seria relegado ao esquecimento. De acordo com Pantaleón (2004, p. 196): “Nuevos entrelazamientos se estaban formando en las áreas de competencia de Bunge y pronto será rebatido por sociólogos y olvidado por economistas. Gino Germani y Raúl Prebisch son parte de este movimiento en el que términos tales como ‘desarrollo’, ‘estructura social’ y ‘modernidad’ ganarán una publicidad correlativa al ocaso de las teorías maduras al calor de la economía bungeana” (Pantaleón, 2004, p. 196).

⁸⁹ Blanco (2006) crava no pós Segunda Guerra o marco do “cambio ecológico” que teria afetado a tradição das ciências sociais, que, de influência majoritária europeia, sofreria decididamente o influxo dos modelos norte-americanos. Nas palavras do autor: “[...] en forma paralela a la declinación de la reflexión especulativa y filosófica, se extendió entre los científicos sociales la convicción de que las ciencias sociales difieren sólo en grado, pero no en clase, de las ciencias naturales. Gradualmente, las ciencias sociales se hicieron empíricas en el detalle y en gran medida cuantitativas en el método. La investigación adoptó un carácter marcadamente interdisciplinario y un estilo colectivo de trabajo comenzó a desplazar la producción intelectual como obra de una artesanía individual. El centro y/o instituto de investigación fue adoptado como matriz institucional para el desarrollo de la investigación social” (p. 247). Cabe notar, entretanto, que tal mudança na disciplina sociológica entre as décadas de 1940-50 processou-se mais cedo no campo da economia, que se viu às voltas com a institucionalização de seu ensino e profissionalização de seus afazeres já no limiar do século.

Bunge havia entrevisto no jovem Prebisch um eventual sucessor” (Ímaz *apud* López, 1988, p. 79).

Nos primeiros anos de universidade, Prebisch dedicou-se a tornar a economia uma disciplina científica, aprimorar a formação do estudante e, sob a inspiração de Bunge, que introduziu em seus cursos os novos métodos científicos e organizou trabalhos de campo, buscou promover pesquisas empíricas conectadas aos problemas concretos com que se defrontava a economia argentina, vislumbrando, dessa forma, criar uma elite profissional tecnicamente aparelhada para influir sobre as políticas públicas e modernizar o aparato estatal.

É com esses objetivos que reúne na UBA um grupo de estudantes (Ernesto Malaccorto, Maximo Alemann, Enrique Siewers, Julio Broide, Abraham Gerest, Héctor Liaudat, Edmundo Gagneux, Walter Klein, Alfredo Louro e Jacobo Wainer) unidos por laços de lealdade e que, sob sua batuta, e durante os vinte anos seguidos em que permaneceu na função pública nos governos de distintos matizes ideológicos (de Alvear a Castillo), deixou como legado um conjunto de organismos, instituições e leis que reorganizaram a administração financeira do Estado. Ao formar tal grupo e atuar como seu “cerebro gris” (Rapport, 2014a), Prebisch pensava cumprir com “[...] o dever que me havia imposto e que sempre tratei de cumprir: o de contribuir no que estivesse ao meu alcance para a formação de uma juventude apta para servir eficazmente a economia nacional” (*apud* López, 1988, p. 71).

Contemporâneos e entusiastas do reformismo universitário de 1918, esses estudantes da FCE puseram em xeque o tradicional modelo argentino de ensino superior e se alinharam na juventude a defesa de um novo regime de repartição da terra e redistribuição fiscal. Tais experiências e ideais partilhados forjaram um modo de pensar, sentir e agir característico de uma geração que, pertencente às frações da classe média de origem imigrante, possuía trajetórias sociais bastante assemelhadas⁹⁰. Segundo Louro de Ortiz (1992, p. 15):

⁹⁰ Com base na teoria das gerações intelectuais espanholas de Ortega y Gasset, que estabeleceu em quinze anos o período em que se deveria delimitar o pertencimento a uma geração, que ademais se circunscreveria em função de sua particular sensibilidade e sentido de missão histórica, Jaime Perriau (1970) estudou as gerações intelectuais argentinas (de 1810, 1837, 1880 e dos grupos de Florida e Boedo, a que pertencem, além dos escritores que se somaram a esses empreendimentos culturais, os intelectuais engajados nos Cursos de Cultura Católica, os reformistas de 1918 e os que se reuniram em torno do grupo Pinedo-Prebisch). No que diz respeito aos contemporâneos de Florida e Boedo, a “geração de Perón”, o autor confere destaque, além de seus epígonos literários, aos que reformaram as finanças públicas argentinas, entre os quais destacam-se Pinedo (1895), Klein (1899), Prebisch (1901), Alemann (1901) e Malaccorto (1902). Segundo Perriau (1970, p. 63): “Nuevamente la causalidad. ¡Es demasiada! Todos dentro de la zona 1888-1902. Y véase: reforman, como los reformistas por antonomasia, y como Borges, Marechal, Arlt, Gironde, etc., y como el grupo, en lo suyo, de los Cursos de Cultura Católica”. Ao constatar a qualidade dos homens desse período, surpreende-se Perriau (1970, p. 43): “¡Qué paradoja! Esta generación no parece estar nada, nada mal de hombres y, sin embargo, sus años de reinado (1940-1955) fueron los de una gran detención de la Argentina. En lo económico sobre todo. ¡Misterios de la historia!”.

“Muchos de los integrantes del Grupo pertenecían a una generación nueva, hijos y nietos de inmigrantes exitosos; éstos pugnaron por alcanzar, sobre todo, puestos en la administración pública o la actividad privada, que les aseguraran poder económico o político”.

Como mostrou o primeiro capítulo, Prebisch era filho de um imigrante alemão que, através do casamento com uma descendente de anciana estirpe de relevo político local e nacional (os Uriburu) e esforço empreendedor, logrou uma situação de vida mediana e confortável numa província do norte argentino (Tucumán).

De origem suíça, a família Alemann desembarcou na Argentina em meados da segunda metade do século XIX e se destacou no novo país por suas iniciativas culturais dirigidas ao público de origem germânica, tais como o tradicional jornal em língua alemã “*Argentinisches Tageblatt*”, criado em 1874 na província de Santa Fé e editado a partir de 1889 em Buenos Aires, que reuniu os imigrantes de origem germânica na defesa da República de Weimar e oposição ao III Reich, e o “Colegio Pestalozzi”, de 1934, instituição de perfil humanista que também funcionou como centro de sociabilidade antinazista.

Ademais, a família Alemman aportou importantes personagens para a vida cultural argentina, tais como as atrizes Marie Louise e Katja Alemann, e, principalmente, para a gestão econômica do Estado, de que é exemplo, além do próprio Maximo, que chegou a Diretor Geral de Finanças do Ministério da Fazenda, os economistas Roberto (ministro da Fazenda por duas vezes e embaixador nos Estados Unidos) e Juan Alemann (assessor-chefe dos Ministérios da Fazenda e da Segurança Nacional, secretário da Fazenda de Buenos Aires e presidente do Banco Hipotecário Nacional) (Friedmann, 2011).

Por sua vez, Malaccorto era membro de uma modesta família de imigrantes italianos que ganhou a vida na Argentina nas lides rurais. Em suas próprias palavras, a opção de seu pai pelo investimento na formação escolar dos filhos repercutiu decisivamente em suas trajetórias:

“Mi padre fue un hombre que tuvo, en este sentido, una gran visión. Él había sufrido mucho como inmigrante, sus años como colono fueron muy duros y no quiso que sus hijos tuviesen que repetir su misma odisea. No hizo mayor fortuna, pero nos dejó una fortuna dándonos una carrera” (Donghi, 2004, p. 470).

Mallacorto foi Subdiretor e Diretor interino da *Oficina de Investigaciones Económicas* do BNA em substituição a Prebisch, que fôra promovido Subcretário do Ministério da Fazenda, chefe da *Comisión de Redescuentos* e da *Oficina del Control de Bancos*, criou e presidiu a *Dirección General de Impuesto a los Réditos y a las Transacciones*, oportunidade

em que incorporou à administração federal um conjunto de jovens economistas recém egressados da FCE, entre os quais Abraham Gerest, que se integrou ao “cartel de cerebros” de Prebisch, e Alfredo Gómez Morales e Ramón Cereijo, que se destacaram como personagens da gestão econômica do primeiro Perón (1946-55) ao serem promovidos respectivamente ministros das Finanças e da Fazenda. Exerceu também o posto de Subsecretário da Fazenda e, sempre ao lado de Prebisch, colaborou para a elaboração do projeto de criação do BCRA e preparação do *Plan Pinedo*, de 1940.

Embora não se disponha de informações a respeito dos outros integrantes do grupo, não é difícil constatar a partir de seus sobrenomes (Siewers, Broide, Gerest, Liaudat, Gagneux, Klein e Wainer)⁹¹ suas origens imigrantes e marcadamente judia⁹².

Dada tal condição de *outsiders*, restavam-lhes poucos canais de ascensão social aos quais se agarrariam com particular determinação. Suas chances de mobilidade se restringiam a aquisição de credenciais acadêmicas que permitiram compensar em parte suas desvantagens sociais (origem nacional e/ou de classe). A obtenção de um diploma universitário era, portanto, um dos poucos meios de que dispunham a fim de superar sua condição originária ao facultar-lhes a conquista de cargos públicos que demandavam novas competências especializadas, o que indicava, aliás, a necessidade do Estado de responder aos problemas socioeconômicos derivados do processo de modernização acelerada pelo qual passava o país (Neiburg e Plotkin, 2004).

Tal relação entre ascensão social e conquista de um diploma se mostrava particularmente efetiva para os estudantes do curso de economia, que, à diferença daqueles das tradicionais faculdades de direito e medicina, não dispunham de outra propriedade

⁹¹ Jacobo Wainer foi contador chefe da *Contaduría General de la Nación*. Edmundo Gagneux foi Diretor da *Oficina de Control de Cambios* e, como será detalhado abaixo, foi um dos economistas envolvidos no debate sobre o comércio de carnes que se travou no Congresso Nacional em 1935, oportunidade em que se explicitou, quicá pela primeira vez na vida argentina, a rivalidade entre técnicos e políticos. Enrique Siewers, por sua vez, foi Diretor do *Departamento de Investigaciones Económicas* do BCRA. Já Guillermo Klein desempenhou-se como funcionário da Câmara dos Deputados e Diretor do *Movimiento de Fondos, Deuda Pública y Bancos* do Ministério da Fazenda.

⁹² O antissemitismo se acentuou nos anos 1930 na Argentina transformando-se numa política de governo. Com a ascensão de Uriburu e seu catolicismo conservador ao poder, momento em que os receios anticomunistas e antissemitas se misturaram, os judeus passaram a ser vistos como “malditos estrangeiros” e donos do “capital sem alma ou Deus” (Weil, 2010 [1945]). No que diz respeito especificamente aos judeus que estiveram ao lado de Prebisch na burocracia estatal, relembra Weil (2010, [1945], p. 85): “Había un judío en la Contaduría General de la Nación que colaboró con los esfuerzos de Pinedo por ‘europeizar’ la administración. Se ganó el reconocimiento por sus esfuerzos por impedir el derroche de fondos por parte de las varias oficinas públicas. Los conservadores adulaban su eficiencia de la boca para afuera – y lo odiaban. Había algunos judíos en la Dirección General de Impuesto a los Réditos que fueron responsables por el excelente trabajo hecho por esta organización. El impuesto a los réditos salvó al país de la bancarrota disminuyendo derechos aduaneros, pero aquellos que lo hicieron un instrumento eficiente no se ganaron precisamente las simpatías de los contribuyentes conservadores de altos ingresos”.

intercambiável além de sua capacidade técnico-intelectual. Disso resulta o afincamento com que se dedicaram às tarefas universitárias e a identidade com o projeto modernizador encampado por Prebisch. O espírito de grupo que distinguiu esses estudantes e a liderança do tucumano são explicitados nos seguintes depoimentos de Malaccorto:

“En ese grupo trabé amistad con muchos jóvenes que luego continuaron sendo mis amigos de toda la vida. Recuerdo muy especialmente a Raúl Prebisch, porque fue él quien habría de ocurrirnos después. (...) Es con Prebisch, en ese momento, cuando empezamos a preocuparnos por nuestro futuro” (Malaccorto, 2004, p. 169).

“Con Prebisch nos preguntábamos ¿Que es lo que queremos? Ganar dinero ejerciendo la profesión o dedicarnos a ahondar un poco más en la realidad económica y social del país, tarea ya iniciada en los Seminarios de la Facultad...teníamos pues que prepararnos para, cuando hubiera posible en el país gobiernos que hicieren posible que todas esas cosas que nosotros veíamos que no existían, alguien pudiese estar listo para realizarlas” (*apud* Plotkin 2006, p. 478).

Prebisch entusiasmou seus companheiros de estudo ao vocalizar a crença de que o serviço público treinado, racional e desinteressado se configuraria num poderoso instrumento de mudança em condições de dirigir o processo de reforma. Constituiu-se, assim, no interior da universidade uma *intelligentsia* treinada para modernizar e racionalizar a máquina estatal coesionada por seus ideais reformistas. Como assevera Dosman (2011), o serviço público era visto por essa geração como campo profissional e lugar em que atuariam como reformadores sem a mediação dos partidos e subordinação aos caciques políticos. Munidos desses propósitos e orientados por esses princípios ingressaram na administração pública. Conforme Malaccorto (2004, p. 170):

“[...] cada uno de nosotros buscó ir a algún sector de la vida nacional donde poder madurar sus propias ideas y perfeccionar sus propios conocimientos. Prebisch se orientó hacia la Dirección Nacional de Estadísticas, consiguió ser nombrado subdirector y es entonces cuando el país conoce las primeras estadísticas actualizadas de su comercio exterior. (...) cuando deja esa repartición nacional y es nombrado asesor técnico de la Sociedad Rural Argentina, continúa sus trabajos en la misma dirección y logra compilar el primer anuario de estadísticas agropecuarias. (...) En cuanto a mi caso personal ocurrió que, precisamente en el año que terminé mis estudios en la Facultad de Ciencias Económicas en 1925, el presidente del Banco de la Nación Argentina, don Luis Zuberbühler, obtuvo una resolución del Directorio por la cual los diez mejores egresados de dicha facultad, cada año, podían ingresar al Banco sin rendir examen previo. La idea que inspiró esta resolución fue la de llevar al Banco gente joven con grado universitario que posibilitase la formación de gerentes con otro tipo de preparación”.

Nos anos 1920, Prebisch se engajou na modernização dos sistemas estatísticos nacionais. Como subdiretor da *Dirección Nacional de Estadística* procurou introduzir novas formas de compilação e processamento de dados (inspirado nos modernos processos que estudara na Austrália e Nova Zelândia), promoveu a primeira estatística bancária do país e organizou a *Conferencia Nacional de Estadística* de 1925. Na *Sociedad Rural Argentina* criou o *Anuario de la Sociedad Rural* (estatísticas econômicas e agrárias com o propósito de subsidiar um programa de pesquisas e a elaboração de políticas públicas).

Idealizador e primeiro Diretor da *Oficina de Investigaciones Económicas* do BNA (inspirado no *Bureau of Economic Research* do *Federal Reserve*, que conhecera em viagem aos Estados Unidos com Luis Duhau, ex-presidente da SRA e então presidente do BNA), ele ingressou nos altos escalões da burocracia estatal. Passou a dispor a partir de então de liberdade de trabalho, autonomia para escolher sua equipe e dotação de recursos, condições necessárias para garantir base institucional estável e ensinar a pesquisa aplicada. É nessa oportunidade que o grupo de economistas acima referido é levado por Prebisch ao BNA e que, em estreita cooperação, atuaram em uníssono nas instituições públicas argentinas. Em entrevista a González Del Solar afirma Prebisch:

“Me dieron libertad absoluta de elegir personal. Desde luego, al primero que llevé como Subdirector fue a Ernesto Malaccorto. Tú sabes de su inteligencia y la lealtad personal recíproca. También llevé a Max Alemann, a Edmundo G. Gagneux, a Julio Broide, al vasco Lequerida. Los principales colaboradores fueron ellos: Malaccorto, Alemann, Gagneux, luego Hector C. Liaudat y bajando Julio Broide, Garda, Peralta, Abraham Gerest, era muy inteligente. [...]. Gerest era el más inteligente. Broide era un gran lector, tenía información de todo. Yo le decía el bebedor de cerveza porque leía y tenía que escribir y eliminar lo que había bebido. Pobre Broide; él no tenía originalidad. Y así se constituyó la Oficina”⁹³ (Prebisch, 1983).

Na *Oficina*, uma de suas primeiras e mais duradouras iniciativas foi a criação da *Revista Económica*, publicação mensal que difundia análises sobre as perspectivas econômicas do país e por meio da qual se tornavam públicos os relatórios mensais que, escritos por Prebisch, serviam ao propósito de disponibilizar aos órgãos públicos dados diversos e atualizados sobre a situação da economia nacional e informar a proposição de políticas do Ministério da Fazenda e BNA⁹⁴. Ademais, veiculou as primeiras interpretações de Prebisch relativas às

⁹³ Sobre Enrique Siewers diria Prebisch: “[...] era muy inteligente, pero muy versátil. Eso es lo que lo perdió. Estudiaba economía y se dedicó a estudiar el arte de la equitación y otro día al estudio de las flores. Era así, muy versátil, pero era de muy buena cabeza” (Prebisch, 1983).

⁹⁴ Ao longo de sua carreira, Prebisch se engajou em diversos empreendimentos editoriais na condição de colaborador, fundador e/ou diretor. Seus primeiros textos foram publicados na *Revista de Ciencias Económicas*, em que atuou como revisor e diretor, e na *Revista de Economía Argentina*, primeiras publicações especializadas

turbulências ocasionadas pelo *crash* de 1929, suas repercussões (conjunturais e estruturais) sobre a economia argentina e cenário vindouro, além de servir de plataforma em que os próprios técnicos do BNA, Prebisch em particular, sugeriam medidas a fim de mitigar os efeitos deletérios da crise⁹⁵.

O prestígio de que passara a gozar a *Revista* o tornou mais conhecido e o colocou em contato com diversas personalidades da vida política e econômica do país, das quais se tornou consultor formal e/ou informal. Seus logros, que fortaleceram a ele e seu séquito de economistas no interior da burocracia estatal, potenciaram também os planos de seus padrinhos políticos, particularmente os de Enrique Uriburu e Luis Duhau (respectivamente presidente e diretor do BNA e futuros ministros da Fazenda e Agricultura).

Ao ser promovido Subsecretario da Fazenda em 1930, Prebisch ainda uma vez levou consigo os técnicos de sua confiança e se firmou “cerebro gris” (Rapport 2014a) desses jovens economistas, que integraram a equipe econômica dos governos conservadores de Uriburu, seu parente⁹⁶, e Justo. Segundo Malaccorto (2004, p. 170):

no estudo dos temas econômicos no país. Prebisch figurou nestas revistas como um de seus colaboradores mais prolíficos (Pantaleón, 2004). Já como Diretor da *Oficina de Estudios Económicos* do BNA, criou e dirigiu a *Revista Económica*, que compilou e sistematizou um série de dados e análises, transformando-se em fonte de consulta e orientação para os agentes econômicos e atores políticos interessados em contemporizar-se com o quadro da economia argentina. Segundo Prebisch: “En un plan estrictamente objetivo e imparcial, ajeno a toda consideración de política económica, la Revista procurará presentar los datos más significativos de la vida económica nacional, contribuyendo a la divulgación pública de informaciones fidedignas y bien organizadas” (*apud* Caravaca 2012a, p. 117). Gerente geral do BCRA, passou a publicar as “memórias anuais” que, com profusão de dados, indicadores e interpretações, tornaram-se parâmetro para outros bancos centrais. É através delas que Víctor Urquidí e Daniel Cosío Villegas, lotados no *Banco de México*, travaram contato com o trabalho de Prebisch e o convidaram para um ciclo de seminários na instituição mexicana a ser realizado entre 1944-46, tornando-o conhecido na América Latina (Caravaca e Espeche, 2016; Mallorquín, 2012). Entre 1976-86, a convite de Enrique Iglesias, Secretário Executivo da CEPAL, Prebisch dirigiu a *Revista de la CEPAL*.

⁹⁵ Segundo Mallorquín (2006), é na *Revista Económica*, utilizada por Prebisch como “experimento teórico”, que apareceram seus primeiros rascunhos a respeito dos “fenômenos cíclicos” (ascenso, descenso e “inflexões”) e o registro de suas preocupações iniciais com as “oscilações”, sua duração e conexões com o “mercado internacional”, atentando-se desde então para os novos acontecimentos e suas implicações, tais como a “restrição do comércio exterior” e o “déficit da balança de pagamentos”, cujas causas eram a baixa dos preços internacionais e redução das exportações primárias. Na medida em que a crise se aprofundava, o país criava instrumentos para os fins de proteção de sua estrutura e, em paralelo, Prebisch se inclinava, a partir do inusitado das situações impostas pela prática, a interpretar o novo com olhar para as mudanças que tinham lugar no cenário mundial, priorizando a análise dos fatores externos. Nos anos 1920-30 essas descobertas não passariam de *insights* ou lampejos assistemáticos e, portanto, não se converteriam de pronto em medidas anticíclicas. Ganhariam robustez com o agravamento dos efeitos depressivos da *débâcle* e ascensão de Prebisch aos escalões superiores da máquina pública, ampliando-lhe as possibilidades para testar suas hipóteses e avançar em termos de política econômica.

⁹⁶ O parentesco entre a mãe de Prebisch, Rosa Linares Uriburu, e o presidente José Felix Uriburu ficou demonstrado no primeiro capítulo. Ver nota 22. Nas entrevistas das quais se tem conhecimento, Prebisch afirmava que, tanto ele quanto o general, desconheciam tal fato. Segundo ele, as relações entre ambos se tornaram mais próximas quando o presidente descobrira suas origens comuns: “(Uriburu) Me tomó afecto personal por la sinceridad con que yo le hablaba siempre. Tengo muchos testimonios de ello. Y, además, porque un día me dijo: ‘Me han dicho que somos parientes’. ‘Sí señor – le dije –, somos parientes’. ‘Ah, ¿usted es hijo de la Rosa?’’. ‘Sí, señor, soy hijo de la Rosa’. Eran primos segundos y mi madre jugaba con él de chicos, en Salta. Después él se fue a Buenos Aires [...] con los Uriburu ricos; quedaban los de provincia y no se vieron ni

“La revolución llevó a Prebisch a la subsecretaría de Hacienda de la Nación y yo lo reemplazé en Investigaciones Económicas como director interino. Y aquí es donde Prebisch, en poco tiempo, con la capacidad de trabajo extraordinaria que tenía, unida a su gran talento, emprende la reforma del presupuesto y del sistema rentístico nacional. Apareció primero así el impuesto a las transacciones e inmediatamente después el impuesto a la renta. El impuesto se fue elaborando en viajes que hacíamos por el Tigre junto con Prebisch, un grupo de gente joven y también algunos hombres maduros los fines de semana”.

Elevado a consultor *ad honorem* dos Ministérios da Agricultura e Fazenda, a partir de 1933 colaborou para o desenho e materialização do *Plan de Recuperación Económica*, que, em linhas gerais, propôs um elenco de medidas coordenadas para restringir as importações (priorizar as essenciais e compatibilizá-las com a capacidade de pagamento do país), estimular a produção nacional e as exportações (bloquear a evasão de capitais e equilibrar a balança de pagamentos), promover a industrialização e impulsionar a recuperação do emprego e dos investimentos privados via financiamento de obras públicas, decisões que miravam a reativação virtuosa da atividade econômica, do poder de compra dos setores produtivos internos e da receita do Estado.

É nesse momento que, em resposta à conjuntura e aos desafios interpostos pela prática governativa, e ao contrário de Pinedo, que, uma vez feita a concessão ao maior intervencionismo estatal justificado na excepcionalidade do quadro econômico, voltaria nos anos seguintes a afirmar suas verdades livre-cambistas, as ideias de Prebisch sofreriam um *tournant* sem passo atrás e se estabilizariam com o tempo em um novo paradigma (primeiro prático, depois teórico). É o próprio Prebisch quem sintetiza tal virada, que, fruto do pragmatismo no enfrentamento da crise, apenas esboçava seus primeiros rudimentos:

“Yo creía en todo aquello que los libros clásicos de los grandes centros me habían enseñado; creía en el libre cambio y en el funcionamiento automático del patrón oro. Creía que todos los problemas del desarrollo se resolvían por el libre juego de las fuerzas de la economía internacional o de la economía interna. Pero cuando vino la gran depresión mundial, aquellos años de zozobra me llevaron a ir desarticulando paso a paso todo lo que se me había enseñado y a arrojarlo por la borda. Era tan grande la contradicción entre la realidad y la interpretación teórica elaborada en los grandes centros, que la interpretación no sólo resultaba inoperante cuando se llevaba a la práctica,

escribieron. En fin, fue un distanciamiento total” (Magariños 1991: 70). Dos Uriburu pobres, por contraste, Prebisch também tomou afeição ao general, que o teria feito seu confidente: “En aquella época los Subsecretarios le llevábamos la firma y yo era él último en llevarla, de manera que era un hombre simple, muy bien inspirado, muy bien intencionado, que fue víctima de algunos hombres politiqueros, que lo manipularon en forma desastrosa. Más aún [...] una noche esperé como media hora, cosa que no me hacía esperar, y salió un general y el General Uriburu me dice: ‘Este, me quería convencer que ya debería convertirme en dictador y no llamar a elecciones’. Y me hizo un análisis tan claro, tan simple de todo eso” (Prebisch, 1983, p. 15).

sino también contraproducente. En los propios centros hundidos en la gran crisis mundial se hizo presente asimismo esa contradicción y la necesidad de explicarla. Surgió entonces Keynes, pero al poco andar descubrimos también en América Latina que el genio de Keynes no era universal, sino que sus análisis se ceñían a los fenómenos económicos de los grandes centros y no tenían en cuenta los problemas de la periferia” (*apud* Weinberg, 1996, p. 7).

“Aquí recordaré que, en mi calidad de joven economista, fue un neoclásico y luché contra la protección. Pero durante la depresión mundial me convertí al proteccionismo, asolando por la borda una parte considerable de mis creencias anteriores” (*apud* Rapport, 2014a, p. 9).

O *Plan de Recuperación Económica* pode ser visto como o ponto de partida do giro acima referido. Ao tornar-se assessor especial de Pinedo, Prebisch, que já se fizera conhecido e reconhecido (também criticado) no meio político, e que em razão dos problemas gerados pela crise tentara emplacar medidas pouco ortodoxas, tais como a concepção e posta em prática da “Lei de Redescuento” e a adoção do “controle de câmbios” (conter saída de ouro) nas gestões de Enrique Uriburu e Alberto Hueyo, sentia-se agora autorizado a esticar o passo rumo à heterodoxia, novo caminho induzido pela piora da situação econômica, fracasso das políticas de arrocho (que resultaram em queda dos salários e aumento do desemprego) e contato com as ideias keynesianas, que, somadas às suas próprias reflexões sobre os movimentos cíclicos da economia, o autorizavam a utilizar o Estado como instrumento para a recuperação econômica⁹⁷.

Utilizar-se-à, portanto, ostensivamente da economia dirigida a fim de salvar os setores econômicos ligados à produção agro-exportadora, base de sustentação do fisco, ao criar instituições e organismos de regulação econômica voltados a proteção das áreas produtivas

⁹⁷ Prebisch conhecera as ideias de Keynes através dos artigos publicados em *The Times*, reunidos ainda em 1933 no livro *The Means to Prosperity*. Cabe anotar, no entanto, que a presença do economista inglês na obra teórica e prática de Prebisch e sua influência sobre a política econômica Estado-intervencionista levada a cabo na Argentina dos anos 1930 não são ponto pacífico. Para Mallorquín (2012), sua importância costuma ser superestimada: “[...] as veces, retrospectivamente, nos quieren hacer creer sobre la importancia de Keynes en sus planteamientos expansivos o deflacionarios en los rumbos que tomó la política económica de la época en la Argentina. Mientras tanto, no se observa que ello no haya producido vocabulario nuevo alguno que de cuenta de los comportamientos cíclicos aparentemente perversos o *sui generis* en Argentina” (p. 35). Prebisch teria se singularizado ao observar os fenômenos cíclicos da perspectiva da periferia, delineando uma “teoria do ciclo capitalista” que enquadrava o movimento da totalidade ao iluminar as interrelações centro-periferia. Ele teria levado às últimas consequências o que Keynes apenas iniciara: “[...] haciendo una profunda revisión de la teoría clásica y elaborando una nueva teoría y no una teoría que se agregue a ella [...], podríamos encontrar los elementos teóricos que nos guíen con eficacia y acierto en la acción práctica” (Prebisch *apud* Mallorquín, 2012, p. 61). Dada a originalidade do argentino, Mallorquín se arrisca inclusive a dizer que: “Prebisch no siente admiración especial alguna por la obra de Keynes: pero se percatará en los años siguientes que, sin haber escrito algo sobre su obra, no sería escuchado” (Mallorquín, 2012, p. 36). Embora sublinhe a inadequação de associar descuradamente e sem as devidas mediações as contribuições desses autores, adverte Iñíguez (2003, p. 23): “Esto no quita que haya entre el herege del Norte y el hereje del Sur un gran campo de afinidad, ni que la mayor influencia en Prebisch sea – muy probablemente – la de Keynes”.

estratégicas, tais como a *Junta Nacional de Carnes*, *Junta Reguladora de Granos*, *Junta de la Producción y Comercio de Yerba Mate*, *Junta Nacional de Algodón*, *Junta Reguladora de Vinos*, *Junta Reguladora de la Industria Lechera*, *Corporación Argentina de Productores de Carne* e as Comissões Nacionais do açúcar, fomento industrial, batatas, fibras têxteis, abastecimento, transportes e desocupação.

Nessa mesma direção, e a fim de garantir as condições necessárias ao êxito das políticas anticíclicas, inovou no plano financeiro ao reorganizar o sistema bancário e monetário, o que se deu através da criação do BCRA, de 1935, sanear os bancos e destravar o crédito por meio da “Ley de Bancos” e “Ley del Instituto Movilizador de Inversiones Bancárias”, centralizar a arrecadação de impostos e aliviar a situação fiscal através da conversão das dívidas interna e externa, dentre outras iniciativas e instrumentos que reforçaram o poder de agência econômica do executivo.

Principal responsável pela criação do BCRA, Prebisch alcançou o auge de sua carreira na Argentina ao ser promovido seu Gerente Geral, posição que o projetou como influente banqueiro central para além das fronteiras de seu país, o que, como aqui já foi sugerido, alavancou mais tarde sua carreira internacional nas Nações Unidas.

Como fez anos antes no BNA, também no BCRA procurou cercar-se de um grupo de técnicos altamente qualificados, selecionados através de exames de mérito, avaliados anualmente e cuja formação devia ser constantemente aprimorada, razão de ser do convênio entre o BCRA e a Universidade de Harvard, que oportunizou aos quadros do *Departamento de Investigaciones Económicas* seu aperfeiçoamento teórico através da temporada de estudos com os principais nomes da ciência econômica e o treinamento nas modernas práticas bancárias norte-americanas. Tal preocupação com a excelência do corpo de funcionários se coadunava com o desejo de Prebisch de fundar as ações da instituição nos parâmetros técnicos aconselhados pela ciência bancária, condição indispensável ao cumprimento de sua responsabilidade pública como agente financeiro do Estado.

Nessa direção, e no momento da carreira em que conquistou uma posição estável e em condições de proteger-se das ingerências políticas, Prebisch foi o principal responsável pela inclusão de normas estatutárias que garantiram à nova organização maior autonomia operacional e independência, o que, ao cabo, significou mais poder aos próprios especialistas encarregados da administração do BCRA⁹⁸.

⁹⁸ A preocupação de Prebisch em resguardar o BCRA do aparelhamento político e fazê-lo funcionar exclusivamente segundo critérios técnicos expressou-se em sua própria estrutura e composição hierárquica. O BCRA disporia de um presidente e um vice-presidente (escolhidos pelo chefe do governo e com mandatos de

Tal apelo foi ao encontro dos temores da oposição (parlamentar e jornalística), que suspeitava das intenções centralizadoras e autocráticas do governo e, particularmente, do ministro Pinedo⁹⁹. Pesou também em favor do fortalecimento dos economistas e de sua razão técnica a pressão exercida pelos mercados e autoridades estrangeiras em política bancária no sentido de blindar a nova instituição da interferência dos interesses políticos imediatistas.

A partir de então (até 1943), Prebisch e demais *expertos* a ele subordinados gozaram de uma posição estável na burocracia estatal argentina e firmaram sua exclusividade ou precedência sobre as decisões de caráter técnico nas instituições das quais foram os artífices e em que se encontravam empregados. Após o “debate das carnes”, expressão do dissabor que a emergência do novo ator estatal aqui retratada provocou em determinados setores políticos (ver capítulo 3), a centralidade de Prebisch e companhia parecia ter se tornado inquestionável mesmo diante do quadro de instabilidade governamental constitutiva da evolução política do país.

Entretanto, os acontecimentos de 1943 mostraram que a sorte das posições conquistadas por Prebisch e companhia no Estado dependia da sobrevivência das oligarquias políticas que se mantiveram no poder anos a fio por meio de expedientes fraudulentos e que lhes garantiram trabalho durante todo esse período. Tão logo estas últimas foram aliadas do controle do Estado¹⁰⁰, a elite técnica que pioneiramente ajudou na tarefa de estruturar a burocracia argentina foi afastada e substituída em suas funções.

sete anos), um gerente geral (cargo técnico a ser preenchido por um nome proposto pelo Diretório e ratificado pelo presidente da República) e um Diretório de composição mista (um membro do governo, um representante para cada um dos bancos nacionais mais importantes, três cadeiras para os bancos comerciais, duas para os estrangeiros e outros quatro diretores representantes dos interesses corporativos ligados à agricultura, pecuária, manufatura e comércio).

⁹⁹ O matutino *La Prensa* entrevia o risco de o BCRA converter-se em emprestador forçado ao executivo dado o controle político sobre a nova instituição. A fim de viabilizar seus planos intervencionistas, o governo atribuiria a si a prerrogativa de nomear o presidente e vice-presidente, garantindo-lhe influência sobre a utilização das reservas do Banco na contramão das recomendações técnicas dos peritos estrangeiros (*La Prensa*, editoriais das edições de 18 e 24 de janeiro de 1935). *La Nación*, por seu turno, embora temendo que o governo pudesse utilizar-se do BCRA para emissão monetária com fins eleitoreiros, comemorou a representação corporativa de seu Diretório como sinal da autonomia operacional do Banco. Por razões diferentes de *La Prensa*, setores nacionalistas viram na distribuição das cadeiras do Diretório o reforço do domínio imperial britânico e da condição semicolonial do país. Norberto Galasso, por exemplo, criticou o caráter pró-britânico dos representantes argentinos: “No podrá estar en eso Banco Sir Otto Niemeyer, por ejemplo. En cambio – obsérvese la notable diferencia – podrán estar Pinedo, Prebisch, Ortiz, Duhau, Anchorena, Gainza Paz, Mitre, etcétera. ¿Acaso son ellos extranjeros? ¿Acaso no son todos hijos y bien hijos de esta Patria que los crió? ¿Acaso no han jurado la bandera, no han cantado ‘Oíd mortales’, no han concurrido a tedéums patrióticos en la Catedral?” (1974, p. 154).

¹⁰⁰ Após a renúncia do posto de ministro em 1935, o estancieiro Duhau se afastaria da vida política e se dedicaria até a morte – em 1963 – aos negócios de sua família. José Felix Uriburu e Enrique Uriburu faleceriam respectivamente em 1933 e 1936. Como mostrará o capítulo 3, Pinedo viveria ostracismo político a partir de 1943 e, até seu falecimento em 1971, se converteria num fervoroso liberal crítico das experiências Estado-intervencionistas e nacionalistas. Alvear, Roca, Ortiz e Justo (“pilar do Grupo Prebisch-Pinedo”) faleceriam nos

Prebisch se erigiu chefe dos jovens economistas não apenas por ter explorado pioneiramente os espaços que se abriram a eles no interior da burocracia estatal, incorporando-os na medida em que galgava postos mais elevados na administração pública. Foi também o responsável por plasmar os motivos ideológicos e/ou éticos que tornaram possível tal inserção num período de exceção política ao justificá-la na necessidade de modernização do Estado, que, acima dos interesses privados e político-partidários, devia encampar uma política isenta e neutra fundada na razão científica.

Seu projeto de tornar a ciência econômica rigorosa e transformá-la numa técnica de gestão da realidade social lhe conferiu a ascendência, *expertise*, reconhecimento e influência sobre os jovens economistas que liderava e políticos graduados que o bancavam. Ao assumir a dianteira e atuar como mediador entre os formandos da FCE, a máquina estatal e o executivo nacional, Prebisch pretendeu fundar seu próprio capital de relações e prestígio e se tornar figura incontornável entre os agentes políticos a cargo dos Ministérios estratégicos e peça indispensável no desenho da política econômica na medida em que se incumbia da tarefa de dotar a máquina estatal argentina do rol de instituições e expedientes econômicos modernos.

O êxito de Prebisch em projetar-se guia incontestado de uma nova camada de servidores no interior do Estado deveu-se, além da sólida formação e alta cotação de seus conhecimentos econômicos no período de crise, à facilidade com que transitou por governos de distintos matizes ideológicos e o salvo conduto que deles recebeu para redesenhar a burocracia responsável pela sustentação da política econômica segundo os parâmetros técnicos aprendidos no treinamento universitário.

Dito de outro modo, ele se cacifou como liderança autorizada de uma jovem geração de economistas em atuação no Estado ao circular com facilidade entre as elites políticas situacionistas e dirimir possíveis resistências contra ele e seu grupo. Colaborou para isso o fato de que circunscreveu sua esfera de ação aos bastidores e não se movimentou na linha de frente dos embates políticos e negociação da política econômica, posição reservada às lideranças oligárquicas.

Prebisch e companhia foram alçados pela classe dirigente ao papel de agentes da inovação no âmbito da burocracia estatal com a condição de que não contestassem sua

primeiros anos da década de 1940, o que deixaria a equipe de Prebisch “órfã de antigos contatos” (Louro de Ortiz, 1992).

legitimidade política e se restringissem a atuar como fiadores da política econômica e financeira. Tal conformação ao figurino do golpe de 1930, bem como os satisfatórios resultados que apresentaram como servidores do Estado, lhes garantiu unanimidade nos círculos dominantes. Segundo Louro de Ortiz (1992, p. 15):

“El grupo conservador no pudo ni quiso impedir la incorporación de esa joven marea que se le unió para cooperar en la formación de una Argentina similar, en grandeza, a la de los años 1880-1910” (Louro de Ortiz, 1992, p. 15).

Apesar do deliberado distanciamento da política e do reiterado apartidarismo de suas posições (Dosman, 2011)¹⁰¹, as relações de amizade e confiança com homens políticos experimentados permitiram a Prebisch galgar posições relevantes e de prestígio no Estado argentino e assentar as bases de seu próprio poder pessoal sobre o corpo de técnicos em formação.

Dessa forma, é pelas mãos do radical Tomás Le Bretón que foi elevado ao posto de consultor técnico do Ministério da Agricultura ainda nos anos 1920. Foi o ex-presidente da Sociedade Rural Argentina e conservador Luis Duhau quem fez dele Diretor da Oficina de Investigações Econômicas do *Banco Nación*. Mais tarde, sua nomeação ao posto de Subsecretário da Fazenda deveu-se à indicação de Enrique Uriburu e do mesmo Duhau ao ministro Alberto Hueyo. Como diz Caravaca (2011, p. 117), “[...] os vínculos com certos setores de poder que Prebisch sabia cultivar muito bem lhe permitiram chegar a ser subsecretário da Fazenda aos seus trinta anos”. Pouco depois, ainda Duhau e Federico Pinedo, respectivamente ministros da Agricultura e da Fazenda, promoveram Prebisch assessor especial e, depois, Gerente Geral do Banco Central.

Segundo Dosman (2011), Prebisch era consciente de sua subordinação aos padrinhos políticos referidos e manifestou por vezes incômodo em relação a seu papel muitas vezes meramente consultivo. Resultaria disso seu desejo de conquistar uma posição institucional estável e protegida das influências políticas e balizada por critérios técnicos e de mérito na seleção de pessoal, o que teria acontecido com a criação do Banco Central e sua nomeação como Gerente Geral em 1935.

Em todo o caso, as relações que manteve com as elites políticas portenhas e seu ancoramento social entre os Uriburu de Tucumán foram decisivas no sentido de lhe assegurar

¹⁰¹ Contra tais pretensões de Prebisch e companhia advertiria Louro de Ortiz (1992, p. 11): “La realidad nos ha demostrado que es imposible actuar publicamente sin poseer una ideología política, que nos ha de identificar, ligar, unir o conectar, aunque sea momentaneamente, con los grupos de poder; humanamente, aunque el compromiso sea muy sutil, existe”.

acesso às colocações centrais no Estado argentino particularmente a partir da efetivação do golpe de 1930. Nesse sentido, o parentesco com o presidente Uriburu e a “afeição pessoal” (Magariños, 1991) que se estabeleceu entre eles foram determinantes para o sucesso das reformas propostas por Prebisch, de que é emblemática a aprovação da taxa sobre as altas rendas¹⁰². Segundo Rapport (2014b, p. 325): “[...] nesta decisão não apenas jogaram fatores puramente econômicos como também vínculos familiares e de *timing* político”¹⁰³.

Apeada do poder no final do século XIX (a segunda presidência do general Roca, entre 1898 e 1904, foi seu canto de cisne), a elite nortista voltou à cena – apoiada pelos liberais e conservadores de Buenos Aires deslocados pelo radicalismo – sob a liderança do general Uriburu. Nesse contexto, é num conterrâneo tucumano que ela confiou a sustentação técnica da política financeira do Estado.

Com a nomeação de Pinedo ao Ministério da Fazenda, que promoveu Prebisch seu assessor, produziu-se o encontro entre os melhores tipos que as oligarquias decadentes (de Buenos Aires e de Tucumán, respectivamente) foram capazes de gestar em seu esforço de sobrevivência política. Não obstante sua derrota em 1943, avançaram o processo de modernização da administração pública ao permitir a emergência de uma elite técnica estatal treinada e coesionada sob a supervisão de Prebisch e proteção de Pinedo.

Em que pese ter seu papel subavaliado pela literatura, que atribue as mudanças à presença de Prebisch e equipe e necessidade e/ou fascínio de seu projeto reformador nas condições de emergência, é Pinedo quem vai catalisar e propulsionar o processo de reforma do aparelho estatal pela introdução desses novos agentes especializados. Tal abertura por parte da elite dirigente a esses personagens e ideias, contemporizando-se com as experiências norte-americana e europeia, não se afigura numa obviedade e/ou necessidade inadiável. Era preciso encontrar o agente político que, em meio ao choque entre o velho e o novo, produto ele próprio de tal contradição, reconhecesse os direitos do novo demandante (os técnicos) em reclamar primazia no Estado em conformidade com os interesses da classe governante.

¹⁰² O depoimento a seguir de Prebisch indica o apreço recíproco que ele e o já então ex-presidente haviam cultivado no período em que estiveram juntos no governo: “[...] yo me di cuenta entonces de la altura moral de este hombre tan simple y tan inexperto en política. Cuando se fue y viajó por Europa para descansar, yo decidí hacer un breve viaje a Europa antes de volver a mi puesto en el Banco de la Nación. Como me había tomado bastante afecto personal, yo tenía, el secreto designio de visitarlo en París. [...]. Yo tenía la convicción de que el general Uriburu volvería constitucionalmente al gobierno del país, después del gobierno de Justo. Porque salió con gran prestigio popular, como un hombre sano, mal aconsejado pero sano, modesto, abnegado. Y cuando llegué a París, abro un diario y leo: ‘Ha muerto el general Uriburu en París’. Llegué a sus funerales” (Magariños, 1991, p. 69-70).

¹⁰³ Em outro episódio, ainda uma vez os Prebisch tirariam vantagem de suas vinculações familiares com os Uriburu. Julio Prebisch foi detido em 1930 e perdeu sua posição de reitor da *Universidad Nacional de Tucumán* por resistir ao movimento golpista e recusar-se a reconhecer o novo presidente. O general Uriburu expediu sua soltura atendendo aos apelos de Dora Cossio Uriburu, sua parenta e esposa de Julio (Terán, 1977).

Não desprezada a conjuntura crítica, que retira o encanto e efeito das velhas concepções e atores e abre espaço às inovações e seus vocalizadores, é em Pinedo que a velha classe política (saúdosa da “geração de 1880”, como aliás o jovem socialista independente) confiaria seus ideais e chances de conservação no poder. Educado e socializado no interior dos grupos conservadores, militante socialista na juventude e diplomado pela Faculdade de Direito da UBA, onde se ventilavam novas ideias e autores, Pinedo reunia em sua formação bem temperada (clássica e liberal, com pitadas de socialismo evolucionista engelsiano e bernsteiniano e azeitada na experiência da social-democracia alemã) as condições para dirigir o país no sentido dos ideais das classes conservadoras, mas, dessa vez, com abertura aos experimentos Estado-intervencionistas de linha keynesiana.

É também Pinedo o responsável pela costura política que resultou na união das forças conservadoras ao longo dos anos 1930. Sob sua liderança, elas se projetaram numa posição vanguardista ao vocalizar os anseios difusos em favor da reorganização do quadro econômico e reforma da burocracia estatal postos os desafios com que o país se defrontava. Nesse sentido, o socialista independente soldou tais forças em torno de um projeto progressista que aproximou o campo conservador da defesa das instituições democráticas. Ao fim fracassado, foi a esse plano que Prebisch se ligou e soube tirar proveito ao alavancar sua carreira e de seus subordinados e consolidar sua posição institucional.

Agente da instrumentalização dos jovens egressos da FCE nos espaços da burocracia pública, Pinedo buscou inteirar-se dos novos conhecimentos produzidos em matéria econômica e experiências que outros países levavam a cabo no contexto de crise a fim de aparelhar-se dos recursos (teóricos e práticos) necessários ao desempenho de suas funções político-administrativas. Com versação em matéria econômica adquirida em sua formação clássica, familiarização com a literatura socialista e marxista e atuação legislativa dirigida aos assuntos orçamentários, acercou-se dos técnicos já em atuação no Estado e conferiu a eles maior margem de ação no exercício das tarefas ligadas ao aperfeiçoamento e modernização da administração econômica do Estado.

Por seu turno, ao prestar colaboração técnica sem confrontar os grupos políticos a cargo do Estado, Prebisch e geração desempenharam parte relevante na sustentação dos governos da “década infame”. Seu chamado ao manejo responsável das finanças do Estado se colou ao argumento dos golpistas de 1930 contra o governo de Yrigoyen, responsabilizado pela desorganização financeira do país. Não obstante a autorepresentação como técnicos neutros e isentos (Dosman, 2011), seus ideais engataram no projeto político dos homens de 1930 e

foram por eles instrumentados, que, como prova de gratidão, entregaram-lhes cargos nos altos escalões da burocracia estatal¹⁰⁴.

No entanto, cabe dizer que, se por um lado a ciência econômica em construção e seus representantes foram açambarcados pela máquina estatal e jogaram papel importante na legitimação da estratégia de poder golpista, por outro, forçaram a estrutura burocrática no sentido de inovações cujos efeitos escaparam ao controle e usufruto exclusivo das oligarquias.

Ao cabo, e paradoxalmente, avançaram a profissionalização do aparato estatal além dos limites estabelecidos pela tradição liberal-conservadora legatária da “geração de 1880”, consolidaram novas instituições e alentaram a formação de uma tecnoburocracia (nova camada estatal) cujos efeitos benéficos se cristalizaram no Estado argentino. Como assegura o próprio Pinedo, estruturou-se nesses anos “[...] una burocracia como el país nunca la há tenido, a la que se procuró con empeño incorporar los elementos jóvenes con más preparación y energía, que han dejado de su obra organizadora en varios departamentos la obra perdurable de su capacidad” (*apud* Azareto, 1998, p. 90).

É prova desse legado o fato de que a posição e o papel conquistados aos técnicos na burocracia estatal e o funcionamento regular das instituições financeiras e monetárias surgidas na década de 1930 foram preservados nos anos seguintes mesmo com o afastamento de seu demiurgo. Formadas e treinadas por Prebisch e seus colaboradores na FCE/UBA e nas autarquias estatais, as novas gerações de economistas passaram a desempenhar as responsabilidades outrora a cargo de seus mestres e, inclusive, acessaram posições de

¹⁰⁴ Sem prejuízo da autorepresentação como servidores probos e exemplares no trato com a coisa pública, cujo reconhecimento se justificaria pela provada capacidade e excelência técnica, destoando dessa forma dos tradicionais critérios e pedágios familiares e políticos que regulavam o acesso aos cargos no Estado, esses economistas lograram melhorar substantivamente seus ganhos materiais e simbólicos ao se projetarem como funcionários estatais. Como nota Alfredo Loro, um dos colaboradores do grupo de Prebisch: ‘No todo fue hedonismo; otros incentivos fueron: poder, figuración, actuación y la seguridad de estar trabajando para lograr una nueva oportunidad para la Nación, en orden y con administración’ (*apud* Loro de Ortiz, 1992, p. 16). Prebisch, em particular, gozou de expressiva melhoria econômica nos vinte anos em que serviu ao Estado argentino. É prova disso o fato de que, depois de morar na casa de sua tia Luisa em Belgrano e, após a morte desta, arranjar-se numa pensão, o tucumano passou a residir na segunda casa modernista projetada por seu próprio irmão, o arquiteto Alberto Prebisch (a primeira era de propriedade de Victoria Ocampo). A casa de Prebisch se transformou num acontecimento cultural em Buenos Aires e foi retratada à época pela revista *Martín Fierro* como expressão do novo na arquitetura argentina. Como relata o arquiteto Amancio Williams (1972, p. 47): “Era una casa completamente distinta a las demás, construida al fondo de un lindo y transparente jardín, levantada sobre columnas. La recuerdo como flotando en el aire con sus blancas franjas horizontales que separaban a otras huecas y oscuras de cristal. Una noble y recta terraza, también blanca, jugaba en el aire frente a la casa sobre el verde suelo del jardín. No tenía adornos ni molduras. Por aquel entonces en que se construyó – era por el año 1930 – yo tenía diecisiete años. Cada vez que pasaba frente a esa casa la miraba; me atraía por su sobriedad, por la dignidad que fluía de ella. Años más tarde supe que era una de las primeras obras de Alberto Prebisch, hecha para su hermano Raúl en la calle Luís Maria Campos”. Tão logo demitido do BCRA, em 1943, Prebisch reduziu drasticamente seu padrão de vida e alugou sua casa em Belgrano para viver de forma mais modesta em San Isidro (Magariños, 1991).

protagonismo – como o Ministério da Fazenda – outrora reservadas aos quadros políticos (Berrotarán, 2012; Stawski, 2012).

Como o presente texto pretendeu sugerir, tal processo de incorporação desses agentes estatais de novo tipo é contraditório. Se, de fato, a reforma do Estado e a política econômica de novo sinal de que foram os responsáveis técnicos fortaleceram o bloco de forças no poder e beneficiaram os setores agroexportadores sob ameaça, também é verdade que contribuíram para a renovação das estruturas e práticas estatais que se consolidaram na ordem administrativo-legal argentina. Dito de outra forma, o suporte científico prestado por Prebisch e grupo às elites no poder resultou em ganhos institucionais cujo alcance extrapolou seus propósitos iniciais (reorganizar as finanças públicas e aliviar a situação dos exportadores agrícolas) e, já a partir dos anos 1940, permitiu uma nova estratégia de desenvolvimento assentada sob a indústria.

CAPÍTULO 3

O ANTICLÍMAX DAS REFORMAS ECONÔMICAS: CIÊNCIA E POLÍTICA EM ROTA DE COLISÃO

Em meio à conjuntura de emergência econômica entre as décadas de 1920-30, os governos recorreram ao saber especializado dos técnicos estatais a fim de contrabalançar sua escassa legitimidade política, construir consenso em torno de medidas intervencionistas e diminuir os riscos implicados na adoção de políticas econômicas inéditas e de efeitos desconhecidos, imprimindo confiabilidade ao “câmbio paradigmático” (Caravaca, 2012a) que anunciava o surgimento de um modelo de Estado mais ativo e de funções ampliadas.

Dada a complexidade que haviam adquirido os fenômenos econômicos, cuja solução mostrava-se arredia ao estoque de preceitos e instrumentos disponíveis na tradição livre-cambista, escola em que se formara e assentara suas convicções a classe política argentina, a condução da economia reservava-se mais-e-mais aos *expertos* treinados no ambiente universitário e versados no manejo da nova linguagem científica e ferramental especializado.

Valendo-se de seu discurso pretensamente técnico, neutro e apolítico, Prebisch e demais especialistas estatais se apossaram das oportunidades de trabalho abertas pelo Estado desbancando dos novos nichos profissionais os bacharéis em direito, ocupantes tradicionais dos cargos públicos. Esses representantes do horizonte científico que se gestara na *Facultad de Ciencias Económicas*, “[...] que não tinha possibilidade alguma de substituir a de Direito como rito de passagem para as novas gerações de escolhidos das classes altas portenhas” (Dongui, 2004, p. 137), obtiveram êxito em definir um espaço profissional próprio e se converteram em atores centrais da estrutura tecnoburocrática argentina.

Consequência mais significativa desse processo, “[...] a política começava a ser concebida para os políticos e a economia para os economistas” (Caravaca, 2012a, p. 127). Ainda de acordo com esta autora:

“Los nuevos expertos eran necesarios en tanto el mundo económico había demostrado, primero con la Gran Guerra y luego con la crisis internacional desatada en 1929, tener una complejidad que ya no era accesible a la clase política. Era indispensable el manejo de herramientas técnicas que no necesariamente estaban en manos de los políticos. La economía era ahora cosa seria, un saber científico. [...]. Si en crisis anteriores eran abogados o ingenieros pertenecientes a familias conectadas con el poder político quienes asumían la responsabilidad del manejo de la economía,

ahora los economistas, con una creciente preponderancia de su formación por sobre sus redes familiares con el poder, eran llamados a resolver las coyunturas críticas” (Caravaca, 2011, p. 119).

Alheios à dinâmica e temporalidade próprias à vida política, os economistas estatais pretenderam escapar às constrações políticas e reivindicar tratamento especial às suas propostas balizadas pela ciência e justificadas na excepcionalidade da situação econômica. Pensavam que os benefícios advindos de tais inovações não seriam percebidos de imediato pelos atores políticos, inclusive pelos legisladores de maior preparo e zelo pelo interesse coletivo, em virtude da incompreensão de suas razões técnicas e da lógica de confrontação típica da esfera política. Visto sob essa perspectiva, o debate lento e infrutífero nas instâncias legislativas atravancaria a materialização das medidas tecnicamente fundadas ao retardar ou anular seus efeitos sobre o conjunto da economia. Como explica Caravaca (2012a, p. 75):

“La economía era concebida como una ciencia neutral cuya aplicación no debía someterse a discusión, por ello la deliberación legislativa sobre cuestiones económicas representaba para muchos de los economistas una pérdida de tiempo. Además, el debate legislativo implicaba la discusión de temas técnicos en un ambiente político, no técnico. Esto estaba agravado además, en esta línea de pensamiento, por el vínculo de compromiso de los representantes con los votantes, lo que originaba obligaciones sectoriales que interferían con la toma de decisiones ‘neutrales’ que planteaba la economía”¹⁰⁵.

Ancorando-se sobre a nova identidade e *ethos* profissional de agentes burocráticos a serviço do Estado¹⁰⁶, que os protegia das oscilações da vida político-partidária, empenharam seu saber na modernização do aparelho estatal e utilizaram-se dos instrumentos científicos para conferir plausibilidade e operacionalizar uma série de reformas institucionais que, como mostrou o capítulo anterior, encontraram respaldo e proteção nos diversos setores econômicos e políticos beneficiados com seu êxito.

¹⁰⁵ A título de exemplo, tal compreensão se evidenciou na aprovação do imposto sobre a renda pelo presidente Uriburu, que, convencido por Prebisch, decidira valer-se de suas faculdades extraordinárias para validar o novo tributo dispensando-se do aval das instâncias legislativas. De acordo com Caravaca (2010, p. 92): “Tamaño modificación en la legislación tributaria no hubiera sido posible, parecía demostrar la historia reciente, si las instituciones democráticas hubieran estado funcionando en su plenitud, de ahí el apuro de Prebisch en apresentar un proyecto al que consideraba técnico, es decir sin color político y por lo tanto sin intenciones redistributivas sino fiscales”. Primeiro diretor da *Dirección Nacional de Impuesto a los Réditos y a las Transacciones*, Malaccorto protagonizaria outro episódio emblemático. Convidado pelo presidente Justo para organizar a cobrança do imposto sobre a renda, Malaccorto imporia as seguintes condições: “Señor presidente...diré que tres cosas: primero autonomia administrativa, para que me pueda manejar con libertad, sin tener que estar parando por distintas autoridades; segundo, que nadie entre a la nueva repartición sin dar un examen de competencia y tercero, que los políticos no me molesten” (Mallacorto, 2004, p. 171).

¹⁰⁶ Como diria o próprio Prebisch: “Yo no soy un político. Soy un tecnócrata y creo que la tecnocracia y los técnicos son neutrales en la política” (*apud* Caravaca, 2010, p. 125).

No entanto, a tentativa de retirar do campo dos contenciosos políticos e conferir legitimidade científica à política econômica e respectivas inovações institucionais, blindando-as das críticas ideológicas e/ou partidárias ao revesti-las de um léxico especializado de difícil penetração, não passou despercebida por setores da imprensa e da representação política no Congresso Nacional, que buscaram denunciar os artifícios técnicos de que se utilizariam Pinedo e Prebisch para – segundo a opinião corrente na oposição – confundir a sociedade argentina, esvaziar o debate público e atentar contra os interesses nacionais.

Aprovado em novembro de 1933, o *Plan de Acción Económica* dos ministros Pinedo (Fazenda) e Duhau (Agricultura) foi criticado pela minoria oposicionista no Congresso e, especialmente, pelo jornal *La Prensa*, que se empenhou diariamente em desacreditar as medidas propostas pelo governo bem como seus idealizadores. A insistência em apontar os erros, sugerir arbitrariedades e exortar os congressistas a contrarrestar as ofensivas do executivo contra a legalidade constitucional fizeram de *La Prensa* guia e porta-voz da oposição à presidência de Agustín P. Justo (1932-38).

Fundado em 1871 por José G. Paz, aristocrata identificado com os ideais da “geração de 1880” e o roquismo (inclusive por laços de natureza regional, postas suas origens familiares entre os Gainza Paz e Figueroa de Santiago del Estero e Tucumán), chegando a deputado federal pelo *Partido Autonomista Nacional* e embaixador em Madri e Paris, *La Prensa* estruturou o parque gráfico mais moderno do país, criou uma rede de sucursais nos territórios nacional e estrangeiro e logrou tiragens e a conquista de um público leitor de massas inéditos para a época. Até meados dos anos 1940, quando se tornou alvo do peronismo, se configurou no diário argentino de maior êxito comercial e suas ideias alcançaram larga difusão na comunidade local.

Conservador e liberal ao velho estilo argentino, o matutino se bateu contra o radicalismo no poder, apoiou o golpe de 1930 e se engajou na crítica à política econômica Estado-intervencionista de Justo, provocando comoção nos círculos governamentais como sugere o seguinte depoimento de Prebisch acerca das reações às medidas anunciadas em 1933:

“Era un plan de los ministros de Hacienda y de Agricultura. Tuvo mucha publicidad en la Argentina, fue objeto de grandes polémicas y la prensa lo criticó duramente, con un gran sentido ortodoxo. No era posible, en esa época, tener contacto alguno con el diario *La Prensa*. Nunca se conoció al que escribía, un señor Zabala y Zabala, un peruano que no sé cómo llegó a la Argentina y a quien nadie conocía físicamente. Era el que nos dedicaba unos editoriales tremendos, con una

falta total de comprensión. [...]. Posiblemente, de buena fe dogmática, ¿no? *La Nación*, en cambio, fue un diario que vio las cosas con más comprensión” (Magariños, 1991, p. 96)¹⁰⁷.

Com o objetivo de apreender de que modo os economistas estatais foram retratados em *La Prensa* e no ambiente parlamentar, flagrar sua profissão de fé científica em ação e a instrumentalização de seus saberes como artigos de combate político, enfim, sondar a recepção de seu discurso de natureza técnica – avesso às confrontações e entendimentos da política – pelos setores ameaçados em suas prerrogativas de interpretar, formular e equacionar os problemas nacionais, justifica-se a reconstrução pormenorizada e em seus próprios termos das controvérsias suscitadas pela aprovação das reformas econômicas idealizadas por Pinedo e Prebisch entre 1933-35.

Mais precisamente, interessa reconstruir os embates travados no Senado e nos editoriais do matutino *La Prensa* acerca do *Plan de Acción Económica*, da aprovação do orçamento do poder executivo referente ao ano de 1935, da reorganização do sistema bancário nacional (em especial as discussões sobre a criação do Banco Central) e, por fim, do “debate das carnes”, quando o senador Lisandro De La Torre – “um polemista fantástico”, segundo Prebisch (1983)¹⁰⁸ – submeteu a juízo político as intenções e realizações dos *experts* subordinados ao ministro Pinedo, evidenciando a curiosidade em torno desse novo personagem e o incômodo que seu aparecimento na vida pública suscitou em determinados setores da sociedade argentina.

Ao fim será possível distinguir os papéis específicos de Pinedo e Prebisch no redesenho da política e institucionalidade econômica e compreender em chave histórica e sociológica os efeitos das lutas político-ideológicas sobre a sorte de suas carreiras na Argentina, que se veriam obstaculizadas em meio ao desgaste do arranjo político conservador e emergência do novo clima de opinião nacionalista que assumiria contornos mais claros a partir dos anos 1940 com o peronismo.

¹⁰⁷ Referindo-se ao episódio em que foi enviado à Austrália e Nova Zelândia no começo dos anos 1920 sob o patrocínio do Ministério da Fazenda com o fito de coligir informações a respeito dos sistemas impositivos sobre a renda nesses países, conta Prebisch: “Recuerdo que en esa ocasión recibí yo mi bautismo del diario *La Prensa*, que sistemáticamente me atacó en todos los episodios importantes de mi vida, y no pierde la oportunidad de seguir haciéndolo” (Magariños, 1991, p. 54).

¹⁰⁸ Natural de Santa Fé (Rosário), Lisandro De La Torre (1868-1939) pertencia à geração de 1890 (Juan B. Justo, José Ingenieros, Roberto J. Payró, dentre outros) e militou na juventude ao lado do radicalismo na crítica à “geração de 1880”. Afastou-se do novo partido radical por dissensos com sua principal liderança, Hipólito Yrigoyen, e fundou sua própria agremiação, o *Partido Demócrata Progresista*, pelo qual se desempenhou nas décadas seguintes deputado provincial, nacional e senador. Anti-yrigoyenista e amigo do general Uriburu, apoiou o golpe de 1930 e, após perder as eleições presidenciais de 1932 para Agustín P. Justo, candidato oficial, passaria à oposição parlamentar do novo governo titulando-se defensor dos interesses econômicos e políticos nacionais contra a espoliação estrangeira e corrupção dos mandatários da “Concordância”. Ver Larra (1983).

1. *La Prensa*, Lisandro De La Torre e os reformadores econômicos

La Prensa denunciou o caráter arbitrário e inconstitucional das políticas econômicas da administração do presidente Justo, que espelhariam um “modo inusitado de governar”¹⁰⁹ ao atropelar a divisão entre os poderes executivo e legislativo, extrapolando suas atribuições constitucionais e substituindo o sistema de freios e contrapesos estabelecidos na lei maior do país “[...] pelos ditados de círculos tão cheios de suficiência doentia e de infalibilidade intolerante que se consideram superiores à lei e às verdades comprovadas da ciência”¹¹⁰.

Na edição de 21 de agosto de 1934, o matutino criticou os que, representando-se “homens providenciais” e “salvadores da pátria”¹¹¹, imaginavam-se acima da lei e sentiam-se autorizados a sobrepassar os trâmites e procedimentos convencionais estabelecidos pelas instituições democráticas. Dessa forma, ao se apresentar ao país “como defensor da coletividade”, o poder executivo levantaria obstáculos ao amplo debate de seus “segretos planos” e se utilizaria de expedientes (decretos-lei e resoluções ministeriais) e argumentos extemporâneos (“emergência econômica”) com o propósito de burlar os mecanismos representativos¹¹².

La Prensa repelia as “boas intenções”¹¹³ (defesa dos interesses nacionais) de que se valia o executivo como parâmetro seguro para nortear a política econômica e sustentava que elas não podiam substituir o primado da Constituição. Nesse sentido, ironizava os impulsos grandiloquentes de Pinedo e assessores ao tratá-los como meros “funcionários do poder executivo”¹¹⁴, ou seja, servidores da administração pública aos quais não se devia tratamento especial posto que cumpriam funções balizadas exclusivamente nas regras constitucionais, que não autorizavam quaisquer motivos – sequer o patriotismo e a abnegação – para o socorro

¹⁰⁹ *La Prensa*, 01/01/1935.

¹¹⁰ *Idem*, *ibidem*.

¹¹¹ “[...] el Poder Ejecutivo quiere encadenar al país a una situación de crisis permanente para asumir el papel de salvador” (*La Prensa*, 04/03/1935).

¹¹² “La dura depresión económica por que ha atravesado el mundo, ha puesto a gobiernos de países que se suponen mucho mejor cimentados que el nuestro, en el trance de recurrir a procedimientos excepcionales para salir del atolladero financiero, a procesos discrecionales, autorización para dictar decreto-leyes, cumulo inconcebible de atribuciones concedidas al poder central; se han formado gobiernos de coalición sobre la base de partidos hasta el día antes antagónicos, para llegar al saneamiento financiero que la República Argentina puede decirse ha realizado dentro de los márgenes de la ley o correspondiendo, en todo caso, a la autoridad de sus poderes representativos” (*Libertad*, 28/09/1933). Ou ainda, nas palavras de Pinedo: “[...] contra la adversidad presente sólo puede lucharse con medidas extraordinarias que obligan totalmente al gobierno a escapar de su órbita normal” (*Libertad*, 30/11/1933).

¹¹³ “[...] cree (el P.E.) que basta la buena intención de ayudar a unos, aunque sea a costa de los otros, para el ejercicio de poderes extraordinarios” (*La Prensa*, 21/08/1934).

¹¹⁴ *La Prensa*, 04/08/1934.

injustificado ao intervencionismo estatal nos assuntos que não eram de sua competência. Afinal, “[...] as instituições permanentes do país são mais sábias que os funcionários que alardeiam de cientistas ou se consideram capazes de fazer obra eficaz contanto que não sejam molestados com restrições legais”¹¹⁵.

O editorialista do matutino julgava que o *Plan de Acción Económica* em seu conjunto, e em particular a proposta de criação de um sistema de concessões prévias de câmbio, atentava contra os princípios da liberdade de comércio e a igualdade de tratamento entre as nações, além de criar impedimentos para a equalização automática (“se equilibra por si só”¹¹⁶) das relações de compra e venda entre os países e a harmonização da “grande conta mundial”¹¹⁷ e seus ajustes espontâneos responsáveis pela generalização do progresso econômico entre todos os povos.

Através de sua política exterior intervencionista, o governo introduziria distorções sobre o fluxo normal das transações mercantis e estabeleceria um sistema de preferências comerciais prejudicial às exportações argentinas. Nessa toada, conforme o editorial de 04 de agosto de 1934, “a teoria do ministro” Pinedo suprimiria as boas práticas comerciais ao intervir sobre as relações de intercâmbio (exportação e importação) e produzir um “sistema de represálias” danoso para o livre funcionamento do comércio mundial¹¹⁸. Afinal, se perguntava o matutino: “Por que se deve proibir o povo argentino de comprar onde, como e quando mais lhe convenha?”.

As heresias econômicas dos “funcionários que se têm arrogado a faculdade de dirigir a economia”¹¹⁹ contrariavam os ajustes e os supostos do equilíbrio econômico que organizariam em bases estáveis e seguras as trocas comerciais em escala planetária. Contra esse estado de coisas, apontava o jornal: “Que maior desequilíbrio que o atual em que há a um só tempo sobra de muitíssimas coisas, mas o que sobra em um povo falta em outro e os povos não

¹¹⁵ *La Prensa*, 01/01/1935.

¹¹⁶ *Idem*, *Ibidem*.

¹¹⁷ *Idem*, *ibidem*.

¹¹⁸ O periódico se convertera no principal crítico da nova política de comércio exterior expressa na fórmula “comprar a quem nos compra”. Num cenário de fechamento das principais economias capitalistas, que procuravam resolver seus problemas de balanço de pagamentos e estancar a saída de ouro, Duhau e Pinedo recorreram a uma política comercial defensiva que passava a priorizar determinadas importações em detrimento de outras. Para *La Prensa*, tais preferências sabotavam o comércio ao criar distorções e favoritismos, desrespeitar os princípios da liberdade de comércio e igualdade no tratamento entre as nações e excluir a competição, sepultando o regime de livre concorrência como regra de ouro das relações comerciais (*La Prensa*, 17/12/1934).

¹¹⁹ *Idem*, *ibidem*. Também *La Vanguardia*, veículo oficial do *Partido Socialista*: “Ninguno Ministro de Hacienda puede asumir personalmente, bajo su exclusiva responsabilidad, cambiando violentamente la orientación del gobierno que tenía como uno programa conocido esperar los acontecimientos para dar una opinión al país, las funciones de verdadero dictador de la economía nacional” (edição de 03/12/1933).

podem abastecer-se mutuamente porque seus respectivos governos os impedem!”¹²⁰. Tal situação seria atribuída aos servidores do executivo que, ao se imiscuirem sobre as competências exclusivas do Congresso Nacional, arrogavam-se a “faculdade extraordinária”¹²¹ de conceder ou negar câmbios para certas categorias de importados e determinados países.

Desenhado por Prebisch em 1932 (à época Subsecretário da Fazenda do ministro Alberto Hueyo), o sistema de concessões prévias de câmbio privilegiaria determinadas importações em detrimento de outras. Ao criar tais distorções no comércio, os “[...] funcionários do poder executivo se erigem em protetores não apenas da indústria nacional, mas também das indústrias de alguns países estrangeiros, contra a ousadia dos povos que querem inferir-nos o dano de nos vender barato os artigos de que necessitamos!”¹²².

O editorial de 04 de agosto de 1934 impelia os congressistas a opor-se aos servidores que, sob a aprovação e proteção dos ministros Pinedo e Duhau, se arrogavam direitos acima da Constituição: “Não parece que chegou o momento de que o Congresso se informe de tudo isto para que os funcionários voltem a suas funções e as coisas a seu lugar?”. Cabia aos legisladores enquadrar aqueles que, em suas desventuras teóricas e “profecia ministerial”, transgrediriam com “[...] as boas normas da economia política e da ciência da fazenda pública”¹²³.

O mesmo tom foi adotado nas críticas às propostas da *Ley de Granos, Junta Reguladora de Granos* e *Comisión Nacional de Granos*¹²⁴. Criada com o intuito de regular a oferta de grãos e garantir o nível elevado dos preços agrícolas argentinos no mercado mundial (evitar especulações e oscilações bruscas nos preços de exportação), a Junta se revelaria “inútil”¹²⁵ dado que não beneficiaria os agricultores, mas ao executivo, que, ao não pagar integralmente as vendas das colheitas aos produtores segundo os preços de mercado, embolsaria parte dos

¹²⁰ *La Prensa*, 04/08/1934.

¹²¹ *La Prensa*, 16/12/1934. O periódico se referia aos “[...] funcionários a los cuales el presidente ha investido con facultades que él mismo no tiene”.

¹²² *Idem, ibidem*.

¹²³ *La Prensa*, 27/12/1934.

¹²⁴ Frente à queda das exportações primárias argentinas, a “lei de grãos” pretendia regular a compra e venda dos cereais a fim de remunerar satisfatoriamente os agricultores ao retirar dos intermediários (comerciantes e especuladores) o controle sobre os preços e armazenagem da produção agrícola. A partir de então, o governo passou a comprar, armazenar, financiar (o *Banco Nación* foi o instrumento utilizado para disponibilizar crédito nos rincões do país), classificar e decidir acerca do embarque dos grãos ao exterior pressionando o mercado a pagar preços mais elevados aos produtores agrícolas argentinos.

¹²⁵ *Idem, ibidem*.

ganhos produtivos operacionalizando na prática um tributo ilegal¹²⁶. Para *La Prensa*: “O Estado não está para comprar ou vender grãos”¹²⁷.

As práticas recorrentes de violação das instituições e da liberdade de comércio seriam praticadas uma vez mais pelos funcionários do governo ao aproveitar-se dos recursos obtidos com a venda de grãos sob seu controle para efetivar um novo imposto sobre as exportações (“o maná do executivo”¹²⁸) sem a prévia aprovação e regulamentação do Congresso. A diferença resultante das operações do fundo de igualação de câmbios seria apropriada pelo governo para minorar sua crescente dívida externa cujo crescimento exponencial se devia à “quebra cambial”¹²⁹, resultante do abandono da política de estabilidade monetária pelo regime de controle de câmbios vigente a partir de 1931¹³⁰.

Nesses termos, o governo teria se utilizado de expediente arbitrário ao constranger os agricultores a vender seus produtos à Junta (não mais diretamente ao mercado), o que violaria as garantias individuais de comerciar livremente conforme as aptidões e interesses dos agentes econômicos, se configurando num outro exemplo de “ruptura institucional, moral e econômica”¹³¹. Perguntava-se então o periódico: “Por que a lei de grãos deve merecer mais respeito que os preceitos da Constituição nacional que atribuem ao Congresso Nacional o poder de resolver sobre os impostos, a moeda e o comércio exterior e asseguram aos habitantes os benefícios da igualdade?”.

¹²⁶ “¿Cómo devolver al chacarero lo que el gobierno le he tomado sobre el precio de exportación de su cosecha?” (*La Prensa*, 11/12/1934). Ainda no mesmo editorial: “si el gobierno ha ganado alguien ha perdido”.

¹²⁷ *La Prensa*, 21/08/1934.

¹²⁸ “[...] no se puede negar que el habitante del país que compra un traje, una lata de conserva, un utensilio, una boja de papel impresa o no, una medicina, un arado y mil otros artículos llegados del exterior, contribuye a formar las diferencias de cambio, de las cuales va a salir el maná que el P.E. se dispone a repartir entre los ganaderos” (*La Prensa*, 05/08/1934).

¹²⁹ *La Prensa*, 25/12/1934.

¹³⁰ O senador Lisandro De La Torre atribuiu à influência de Prebisch o erro em que teria incorrido o ex-ministro Hueyo de apelar a um novo sistema de controle de câmbio como forma de resolver o problema fiscal argentino. No discurso de 08/01/1935 (transcrito por *La Prensa* na edição do dia seguinte), De La Torre relembrou o episódio ao advertir Pinedo sobre os riscos de ceder à “operações bursáteis” e “conversões fantásticas” que, tal como ocorrera com Hueyo, induziriam à “erros desastrosos” feitos com boas intenções. Caberia ao Congresso vigiar de perto as ações do ministro da Fazenda que poderia vir a ser engabelado pelas recomendações imaginosas de seus funcionários: “Yo, creame señores senadores, vivo atemorizado pensando en las cosas que pueden ocurrirle al Ministro de Hacienda (risas). [...] Nadie ignora que en tiempos de gobierno provisional asesores imprudentes le sugerieran la idea de sostener el cambio; el gobierno provisional, con las mejores intenciones, se puso a sostener el cambio, y en unos cuantos días, en un abrir y cerrar de ojos, había perdido 70 millones de pesos. Bueno, sería conveniente que cosas como esas no pudieran pasar, y para eso bastaría no dejarlas liberadas a la voluntad exclusiva de un hombre, confiando inesperadamente y sin ninguna razón nuestro sistema constitucional” (*La Prensa*, 09/01/1935). Tais sugestões objetivavam criar desconfiâncias entre Pinedo e seu núcleo de assessores (especialmente Prebisch), o que fragilizaria a gestão de Pinedo ao colocar sob suspeita o aconselhamento dos economistas que lhe serviam de suporte.

¹³¹ *La Prensa*, 21/08/1934.

Contraditando os bons resultados apresentados por Pinedo sobre a melhora da situação econômica¹³², *La Prensa* insistia que a elevação dos preços agrícolas não se relacionava aos efeitos das políticas do governo, mas, como dizia o editorial de 08 de janeiro de 1935, e dentre outros fatores (seca nos Estados Unidos e desastres agrícolas na Europa), à “depreciação monetária”, sistematicamente ocultada no “palavrório”¹³³ e “alegações ministeriais” frutos do “erro”, “fantasia” e “imaginação” do ministro.

Nessa direção, em 09 de janeiro de 1935 o jornal apontava que os resultados pretendidos pelo governo não passavam de “simples miragens” produzidas pela “dialética oficial” e o “jogo de palavras” de Pinedo, empenhado em ocultar o emprego das “novas operações espetaculares” que, produtos da casualidade e imprevisão, se traduziam em “resultados mesquinhos” que mal disfarçavam o verdadeiro propósito do executivo de elevar os impostos e gastos públicos¹³⁴.

2. O debate do orçamento de 1935

É por ocasião dos debates no Congresso sobre as contas do governo federal relativas a 1935 e correspondente lei de gastos que as rivalidades entre o governo e seus opositores se acirraram, minando gradativamente a credibilidade da política econômica oficial e a liderança de Pinedo.

Em 29 de dezembro de 1934 *La Prensa* criticou os “excelsos” e “extraordinários” funcionários do Ministério da Fazenda, que dariam provas das “extralimitações” e manejo discricionário com que geriam a economia ao não apresentarem ao Parlamento no prazo pré-fixado pela lei orçamentária a previsão de gastos do governo. Ao agir dessa maneira, o ministro inviabilizaria o debate parlamentar ao atrasar e omitir as informações e sabotar a

¹³² Em resposta às repetidas críticas do jornal e de seus críticos parlamentares, Pinedo afirmaria em sessão no Congresso Nacional de 07 de janeiro de 1935: “Se dice: allí está el tributo de la agricultura: se recoge tanto y sólo se pierden 500.000.000. De donde resultaría que el subsidio a la agricultura no está en el echo de comprar a un precio superior al del mercado sino con perder después: como no se produjo la pérdida ulterior, resulta que los mismos agricultores que habrían hecho buen negocio vendiendo a 5.75 el grano que valia 5, han hecho mal negocio porque el gobierno ha conseguido más tarde vender a 6. El argumento no resiste la menor crítica y no vale la pena insistir en él”. O ministro apontava os “erros de interpretação” dos “impugnadores da obra do governo” (no Congresso e na imprensa) cujos “lapsos verbais” se mostrariam infundados ao serem submetidos ao exame analítico, “[...] parando todo eso por el taniz de uma crítica aparentemente serena, pero que por ratos se veía que sólo tenía de sereno el tono untuoso de una pastoral” (Pinedo, 1947).

¹³³ “¡Cuanto palabrerio para no decir depreciación del peso argentino!” (*La Prensa*, 08/01/1935).

¹³⁴ Já em 15 de agosto de 1934 o jornal ironizava o “jogo de números do governo”, que serviria ao propósito de dissimular a “economia dirigida desquiciadora”, sorver os recursos das atividades produtivas e justificar a “política de envilecimiento de la moneda” ao desvalorizar o peso e reduzir sua capacidade de compra.

competência legislativa de aprovar ou desaprovar as contas oficiais, o que reduziria o poder dos congressistas ao papel de previsão do *déficit*.

A pasta chefiada por Pinedo se imaginaria detentora de recursos próprios ao dissimular *déficit*, despender mais do que estava autorizado e não submeter-se à autoridade competente em matéria orçamentária. Diante desse quadro, o jornal impelia o Congresso a “revisar valores que se cotavam muito acima da realidade”¹³⁵, referindo-se simultaneamente ao aspecto propriamente contábil (excesso de gastos) e ao valor que o matutino acreditava superestimado das peças de retórica de Pinedo, que se utilizaria de “extensos alegatos”¹³⁶.

Já então o principal crítico parlamentar do governo Justo, o democrata-progressista Lisandro De La Torre denunciava o comportamento “arbitrário”, “prepotente” e “desconsiderado” com que o ministro Pinedo se dirigiria ao Congresso, como ficaria patente no debate (transcrito na íntegra pelo jornal na edição de 09 de janeiro de 1935) sobre o orçamento, quando “[...] não cumpriu com seu dever primário e elementar de preparar o projeto respectivo e se colocou assim ao nível dos mais ineficientes de seus antecessores”¹³⁷.

As críticas do senador santafesino (“o impugnador”¹³⁸) se dirigiriam não mais exclusivamente ao caráter antidemocrático do Ministério (“faz o que quer”) e ao mérito e valor de suas “medidas clandestinas”, mas se empenhariam em desacreditar – em esforço concertado com *La Prensa* – o pretenso valor científico com que eram justificadas e defendidas as políticas econômicas do governo e a (in)capacidade técnica de seus idealizadores, estratégia que tornaria os enfrentamentos cada vez mais pessoais e contribuiria para inflamar os ânimos. Nessa direção, concentraria sua artilharia contra Pinedo nos seguintes termos:

“El señor ministro tiene, posiblemente con razón, una confianza grandísima en sus condiciones; considera que no se equivoca nunca, no admite que nadie le resista, no admite que tenga que buscar asesoramiento en ninguna persona y no admite que tenga la obligación de darle cuenta al Congreso de nada”.

¹³⁵ *La Prensa*, 29/12/1934.

¹³⁶ *La Prensa*, 09/01/1935.

¹³⁷ Pinedo respondia tais críticas da seguinte maneira: “Hemos podido apreciar toda la profundidad de los estudios y toda amplitud de las concepciones financieras del señor senador por Santa Fé, que deben constituir un tesoro muy precioso, pues hasta ahora se habían mantenido ocultas a las miradas de los demás” (Pinedo, 1947). De La Torre reagiria a essas ofensivas depreciando os argumentos técnicos utilizados por Pinedo, que “[...] destacaba su renombre, no sé si continental, mundial o sideral, en oposición a mi oscuridad lugareña” (*La Prensa*, 30/01/1935). As divergências entre ambos remontavam à realização da conversão da dívida pública em 1933, uma das primeiras medidas do ministro que contava à época com amplo apoio (inclusive *La Prensa*). Já nesta oportunidade, e em meio às divergências sobre os reais efeitos daquela decisão sobre o orçamento público, Pinedo se referiria ao senador como “un galimaticas sui generis” e “implacable crítico” (*Libertad*, 28/11/1933).

¹³⁸ *Idem, ibidem*.

No mesmo discurso, De La Torre atribuiria os erros cometidos pelo governo na condução econômica ao “amor próprio”, “ideias fantásticas” e “afã contínuo de movimento”, que permitiriam a Pinedo enumerar citações e mover-se com liberdade em meio aos exemplos extraídos de outras experiências nacionais. As “operações fantásticas” do ministro e seus “argumentos declamatórios” passariam ao largo dos reais problemas econômico-financeiros argentinos como se tornaria evidente com os projetos de reforma monetária e bancária representados no *Banco Central da República Argentina* (BCRA), *Instituto Movilizador de Inversiones Bancárias* (IMIB) e *Ley de Bancos* enviados ao Congresso em fevereiro de 1935.

3. O debate da criação do BCRA e IMIB

Crítico ao projeto de criação do BCRA “de acordo com os bons princípios que chamaríamos científicos”¹³⁹, De La Torre insistia na estratégia de atingir pessoalmente a Pinedo. Recordando-se do embate entre ambos nas discussões sobre o orçamento de 1935, quando o ministro ridicularizou as origens provincianas do santafesino, o senador inaugurou da seguinte maneira os debates sobre o BCRA:

“[...] prefiero la oscuridad a exponerme al ridículo. Celebro no haber intentado nunca ser profesor de nadie ni de nada. [...]. Sin embargo, señores senadores, yo también sería capaz de ocupar cualquier tribuna, leerme 150 autores y repetir sus opiniones en contra de la creación de Bancos Centrales, pero una vez que hubiera echo yo no había borrado con el codo lo que hubiera escrito con las manos y no había venido al Senado de la Nación a decir que era excelente lo que antes había dicho que era execrable”¹⁴⁰.

Referindo-se ao curso ministrado por Pinedo em 1931 no CLES (ver nota 54 e anexo 1), quando o então deputado federal se fiava na defesa dos princípios monetaristas, razão pela qual se posicionou num primeiro momento contra a ideia de criação do BCRA diante dos riscos emissionistas e inflacionistas a que podia incorrer a nova instituição, De La Torre atacou:

“[...] en los momentos aquellos en que el señor Ministro de Hacienda daba rienda suelta a su retorica para propalar la inconveniencia de la creación del Banco Central, yo sostenía la conveniencia de crear los Bancos Centrales. Y en los momentos aquellos en que el señor Ministro de Hacienda encontraba excelente la transformación del Banco de la Nación Argentina, no obstante ser un Banco que está en el mercado, en un Banco Central, desconociendo principios elementales de lo que llamaría arte bancaria, yo proclamaba la inconveniencia peligrosa de

¹³⁹ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁰ *Idem, ibidem.*

transformar el Banco de La Nación, estando en el mercado, en un Banco emisor central. Y cuando en los momentos aquellos en que el señor Ministro de Hacienda atacaba lo innecesario redescuento considerando que las reservas bancarias normales bastaban a las exigencias normales aun en los momentos más agudos de la restricción de créditos yo admitía la conveniencia de dar elasticidad a la circulación”¹⁴¹.

O senador argumentou que os projetos de reforma monetária e bancária enviados ao Congresso por Pinedo, “um professor ilustre”¹⁴², eram mostra de seus propósitos autocráticos e de sua “esperteza *criolla* convertida em instituições do Estado”. Nessa direção, o intuito do ministro em criar o BCRA mal disfarçava seu projeto de instaurar uma “ditadura bancária e monetária”, que “[...] dissimula por detrás de uma formulação deliberadamente confusa o propósito de entregar tudo, banco, moeda, relações comerciais e privadas, congelações e descongelações de crédito, à vontade omnímoda e inquietude constante do ministro da Fazenda”.

Por seu turno, Pinedo utilizava-se de sua “erudição livresca descomunal” para desacreditar o senador como “soldado da velha guarda” cujos argumentos “pessimistas” não mereceriam contestação (*Libertad*, 22/03/1935). Seus esforços em mobilizar dados (nacionais e internacionais) e buscar amparo em autoridades e experiências estrangeiras a fim de balizar suas posições eram objeto de escárnio de parte do santafesino, para o qual, Pinedo, “apoiado como de costume na opinião de numerosos autores”¹⁴³, mostrava-se especialista em montar “quebra-cabeças” ao utilizar-se da “[...] tática de trazer qualquer argumento para provar a verdade que atribue hoje ao que condenava ontem”¹⁴⁴.

De La Torre insistia que o chefe da Fazenda mudara oportunisticamente de opinião no que se refere à ideia de uma instituição bancária central. Em 1931 pensara tratar-se de uma proposta “imprudente” e “prejudicial” e expressão de “práticas detestáveis” que tornariam a Argentina “uma exceção no mundo”, motivo pelo qual era preciso levar em conta “nossa prática” e evitar um “sistema monetário complicado” antes de recorrer a um projeto de Banco Central¹⁴⁵. Depois, já ministro, e desta feita “rodeado de carpetas e secretários”¹⁴⁶, mostrar-se-

¹⁴¹ *Idem, ibidem*.

¹⁴² “[...] necesito autorizar mis palabras y justificar el atrevimiento de discrepar en esta grave mayoría con un profesor ilustre” (*La Prensa*, 30/01/1935).

¹⁴³ *Idem, ibidem*.

¹⁴⁴ *La Prensa*, 18/02/1935.

¹⁴⁵ Pinedo (1947). Feito ministro, diria Pinedo em sua defesa: “No soy de los que creían que el sistema monetario argentino de hace pocos años era malo: lo he defendido, he creído que en esencia los sistemas monetarios de otros países reposaban en sus mismos principios, aunque tuvieron una construcción más aparatosa. He creído que el mecanismo automático de la Caja de Conversión era perfectamente compatible con las necesidades argentinas. El año pasado dicté un curso contra el Banco Central cuando se quería su creación con fines emisionistas, pero

ia a favor do BCRA, o que sugeriria a flexibilidade em imolar suas próprias doutrinas tão logo os ventos mudassem de direção.

Também *La Prensa* voltou-se contra a proposta de criação do BCRA. Em 30 de janeiro de 1935 o diário dizia-se aferrado à “doutrina” e aos “princípios” em oposição ao largo uso de que se valia o governo da ideia de “emergência”, recurso que permitiria operar à revelia das regras constitucionais¹⁴⁷. Dado que a Argentina não havia feito seu dever de casa em circunstâncias normais (regular o crédito bancário e a moeda circulante, preservar sua convertibilidade e valor aquisitivo), devia-se aos erros do próprio país a desorganização monetária e econômica em que se encontrava e, portanto, não cabiam soluções extravagantes para equacioná-la.

Dessa forma, e em oposição ao emprego de instrumentos anódinos, a atenção devia voltar-se ao preparo do ambiente econômico que permitiria gradativamente o retorno à normalidade (independência do *Banco Nación*, saneamento monetário e bancário, etc.), quando finalmente se restabeleceria o “império das normas doutrinárias”¹⁴⁸ em oposição a “teoria modernista”¹⁴⁹ de Pinedo.

Como já dito, o matutino desconfiava das intenções do ministro em aproveitar-se do controle sobre a nova agência para operar manipulações monetárias avessas às práticas da boa governança bancária, principalmente a emissão arbitrária de papel moeda. *La Prensa* vislumbrava na “obra de prestidigitação”¹⁵⁰ do executivo o intento de obter o controle majoritário dos novos instrumentos ao enfeixar as decisões relativas ao volume de recursos do IMIB, movimentação das reservas da Caixa de Conversão e formação dos fundos do BCRA.

Entrevia também o arbítrio nas operações de apreciação do ouro e desvalorização da moeda (feitas num “passe de mágica”¹⁵¹) e os riscos implicados na prerrogativa concedida ao

los mismos motivos que me llevaron a oponerme entonces al Banco Central me determinaron a auspiciarlo cuando todos los males que podía producir estaban producidos por otros medios de gobierno y cuando el Banco Central podía ser el freno que remediara esos males y pusiera al país en condiciones normales” (*apud* Malaccorto, 1971, p. 231).

¹⁴⁶ *La Prensa*, 30/01/1935.

¹⁴⁷ Contra a “manera chinesca de legislar” de Pinedo, o jornal faria a seguinte comparação: “Poincaré que en el momento de realizar la estabilización del franco era por manera extraordinaria la representación real de Francia y a ese título recibió grandes poderes, no pidió tal delegación, repugnante a su claro criterio jurídico, y cuando llegó el momento de estabilizar el franco fueron las cámaras legislativas las que establecieron la nueva ley monetaria y todo lo atinente a la revaluación del oro de la garantía metálica” (*La Prensa*, 05/02/1935).

¹⁴⁸ *La Prensa*, 30/01/1935.

¹⁴⁹ *La Prensa*, 17/01/1934. Na edição de 02 fevereiro de 1935 sintentizaria o jornal: “La opinión ha visto como el P.E. funda sus tesis constitucionales y financieras: toma un mal ejemplo de cada país y con la suma de ellos hace su sistema. Eso se parece a buscar debilidades en las vidas de las grandes figuras de la humanidad para hacer con ellas las propias normas y reclamar premio a la virtud al amparo de antecedentes ilustres”.

¹⁵⁰ *La Prensa*, 22/02/1935.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*.

executivo de escolher o presidente, os membros da comissão organizadora e do primeiro Diretório do BCRA. Decorre dessas suspeitas a insistência do jornal em confrontar o projeto dos técnicos a soldo do governo com o dos “especialistas independentes” (os do Banco da Inglaterra)¹⁵².

Do ponto de vista político, a edição de 17 de janeiro de 1935 denunciava que, ao propor a criação do BCRA, o governo reincidiria em sua atitude de desprezo pelo debate parlamentar (“simples formalidade”) e faculdade do Congresso de legislar sobre as questões monetárias. O projeto de BCRA teria sido arranjado pelos doutrinários “cientistas do quarto escuro ministerial” que, certos de sua “ciência particular” e “teoria ministerial”, reduziriam a vida política à mínima expressão e adulterariam o jogo regular das instituições republicanas como restaria demonstrado em sua rápida e concertada aprovação no Congresso, fruto de negociações “subterrâneas” e de “uma inaceitável troca de funções”¹⁵³ possível graças à “mansidão do Congresso”¹⁵⁴. Frente às “falácias bancárias e monetárias ditas com certa eloquência” e “lógica impecável”, questionava-se *La Prensa*: “[...] se repetirá a criticável apatia dos partidos políticos?”¹⁵⁵.

Instrumento criado para reabilitar os bancos e torná-los solventes, o IMIB também traduziria os intentos intervencionistas do executivo, que mais uma vez buscava dotar-se de poderes excepcionais em suas “aventuras financeiras”¹⁵⁶. Como o BCRA, o Instituto funcionaria como “acessório” ou “apêndice”¹⁵⁷ do governo, que se atribuiria direitos extralegais para definir as regras do plano geral de liquidação dos ativos bancários,

¹⁵² “[...] si el Ejecutivo pensaba seriamente en una reforma bancaria y monetaria saludable, ¿cómo es que no siguió el sabio consejo del perito (Niemeyer)?” (*La Prensa*, 17/01/1934). O jornal insistia sobre a necessidade de “[...] oír las opiniones de peritos imparciales que hayan estudiado los veinte años que exigiria del Ministro de Hacienda y que, por su práctica profesional o sus relaciones intelectuales con la materia, sean capaces de aprobar y mejorar conscientemente los proyectos o demostrar, en contradicción con lo que dicen los peritos oficiales, los errores fundamentales o de detalle que ellos pudieran contener” (*La Prensa*, 05/02/1935). De La Torre mostrava-se mais cauteloso em relação às recomendações do perito: “[...] no pueden tampoco tomarse a la letra porque al fin y al cabo se trata de un extranjero que ha venido al país por tres o cuatro meses, que no lo conoce bien, que no puede estar compenetrado debidamente de todos sus problemas. El señor Niemeyer ha de haber redactado los estatutos del Banco Central para la República Argentina con la mirada puesta en el Banco de Inglaterra, país donde no ocurren cosas que todavía ocurren en otros, mucho menos organizados que Inglaterra, como el nuestro” (*La Prensa*, 30/01/1935).

¹⁵³ *La Prensa*, 24/01/1935.

¹⁵⁴ *La Prensa*, 21/01/1935. Crítico à rapidez com que o governo emplacou o projeto do BCRA no Congresso, pontuaria o jornal: “(O ministro Huyeo) queria también el Banco Central, pero no en veinticuatro horas, sino con reflexión y estudio” (*La Prensa*, 17/01/1935).

¹⁵⁵ O matutino interpelaria na mesma edição a uma servil Câmara dos Deputados, que “acepta apremios de un Ministro del Ejecutivo” e assiste passiva ao “[...] espectáculo ingrato e inaceptable de que durante los debates parlamentarios un Ministro intervenga en ellos no como representante del Ejecutivo sino como el jefe, el ‘leader’, de los grupos mayoritarios”.

¹⁵⁶ *La Prensa*, 19/01/1935. O matutino questionava a “arte de magia” do governo que lhe permitia “hacerse de millones y millones sin nada” (*La Prensa*, 25/02/1935). Para resolver seus problemas fiscais praticava “abusos financieros” e, a fim de custear suas aventuras, resolvia “sacrificar o povo” (*La Prensa*, 28/02/1935).

¹⁵⁷ *La Prensa*, 02/02/1935.

regulamentar acordos com as instituições devedoras, reavaliar a cotação do ouro e fixar normas sobre câmbio e comércio. Questionava o matutino em 19 de janeiro de 1935: “E quem garante tudo isso?”.

O jornal interpelava o governo que, demonstrando “ternura paternal com os devedores”¹⁵⁸, comprava os ativos congelados (insolventes) e premiava os agentes financeiros que haviam comprometido o progresso nacional ao induzir investimentos imprudentes que resultaram em bens invendáveis. À custa da coletividade, e utilizando-se do expediente de socialização das perdas, o Estado socorreria as classes conservadoras ao acudir empresas em desgraça com o argumento de que não era do interesse geral sua liquidação. Tal “camaradagem política”¹⁵⁹ faria do governo o “[...] amigo declarado das classes conservadoras abatidas pela dívida”¹⁶⁰.

O matutino incitava o Congresso e “povo” a inteirar-se da origem dos ativos imobilizados do IMIB, do excesso de liberalidade dos bancos oficiais e das relações escusas entre os homens do governo e os bancos beneficiados.

Quanto ao Congresso, a edição de 19 de fevereiro de 1935 criticava os que se abstinham de legislar apoiando-se em sua autodeclarada “escassa versação nas matérias compreendidas nos projetos do Poder Executivo”. Amparados no desconhecimento dos assuntos monetários, os congressistas apoiariam ou se anteporiam às propostas do executivo sem estudar adequadamente os projetos e empenhar-se em “pacientes investigações” e “prolongado debate público”. Os parlamentares se absteriam de legislar ao justificarem seu voto em “razões políticas” que sancionavam os métodos obscuros com que o governo encaminhava e aprovava sua agenda de reformas econômicas. Contra a aridez e impenetrabilidade dos temas tratados, o matutino entendia que cabia enfrentá-los “[...] sem excluir as pessoas de mais modestas condições intelectuais”. Afinal, como pretendia provar o jornal, “o assunto não é tão incompreensível quanto parece”¹⁶¹.

¹⁵⁸ “[...] tan duro con los contribuyentes, tan despiadado con los importadores y el comercio en general, tan olvidado ya con los agricultores, (el Poder Ejecutivo) revela una ternura paternal para los deudores que han congelado las carteras de los Bancos” (*La Prensa*, 02/02/1935).

¹⁵⁹ *La Prensa*, 05/02/1935.

¹⁶⁰ *La Prensa*, 14/02/1935.

¹⁶¹ “Creemos que lo que hemos dicho está al alcance de cualquier legislador. Creemos así mismo que ellos pueden comprender que cualquier sea la forma en que el gobierno, sin producir nada, se provea de 500 a 700 millones de pesos, debe ser a costa de alguien. Y ese alguien es el pueblo, de quien los señores diputados son representantes en el Congreso de la Nación; el pueblo que gana sus salarios en esos pesos, cuya depreciación se va a consagrar y con los cuales provee a sus necesidades; el pueblo que no especula con el alza de los ganados y de los bienes raíces a medida que la moneda baja; el pueblo que no tiene grandes deudas en los Bancos y no espera que se les pague el gobierno ni que la moneda se envilezca para pagarles en una moneda inferior comparada con la que recibió. [...]. También debe estar al alcance de los representantes populares que el peso va a ser depreciado, de donde resulta sumamente probable que los 20 centavos oro del nuevo peso sean el punto de

No editorial de 14 de fevereiro de 1935, *La Prensa* afirmava a necessidade de informar ao “homem da rua”, fazê-lo tomar conhecimento dos estratagemas governamentais e exigir a instalação de mecanismos de fiscalização e freios institucionais que estabelecessem limites ao poder discricional do IMIB e dos funcionários do executivo, que, ao se valerem de sua “gravidade científica”¹⁶², circunscreveriam a tomada de decisões a um “círculo estreito”, distanciando-se da opinião pública ao encetar reformas que “não são feitas em plena luz”¹⁶³.

Dessa forma, e contra as razões instrumentais em que se apoiava o executivo e a timidez do Congresso, tornava-se premente consolidar o entendimento de que “[...] a técnica é para os técnicos e para o povo devem ser os fatos”. O matutino se incumbia do papel de “traduzir em linguagem compreensível para o cidadão de mediana instrução”¹⁶⁴, que “vive de pagamentos e salários”¹⁶⁵, os disparates do executivo.

4. O “debate das carnes”

Ocorrido entre junho e julho de 1935, é no “debate das carnes”, ajuizamento parlamentar dos ministros da Agricultura e da Fazenda a fim de apurar desvios e ilegalidades na comercialização das carnes argentinas pelas grandes empresas exportadoras estrangeiras

partida de una nueva desvalorización. Si a pesar de la garantía metálica, superior casi siempre al 45 por ciento, el peso ha caído de 44 centavos oro a menos de la mitad de ese valor, a causa de la inconvención y con una garantía que puede achicarse hasta el 25 por ciento y aun integrarse con letras en monedas extranjeras” (*La Prensa*, 29/02/1935). Por sua vez, *Libertad* destacava a “condição didática das exposições ministeriais”: “[...] los problemas abstrusos de finanzas y economía aparecen claros, sencillos y asequibles a las mentes menos cultivadas” (edição de 01/12/1933). Não obstante a simplicidade pretendida por ambos os periódicos, é curioso observar que o então senador socialista Alfredo Palacios tenha requisitado a assessoria de professores da FCE para auxiliar os parlamentares no exame dos projetos de reforma bancária enviados ao Congresso pelo executivo.¹⁶² *La Prensa*, 17/01/1934. Colaborador do matutino e um dos principais críticos à política econômica oficial, também o economista liberal Luis Roque Gondra voltaria-se contra o IMIB, que se constituiria num emaranhado de medidas pouco acessíveis à compreensão, posto que “[...] se realiza a través de institutos tan complejos y poco visibles para el buen público” (“Algo sobre los originales e ingeniosos planes monetarios del Poder Ejecutivo”, *La Prensa*, 21/02/1935).

¹⁶³ “Ahora como en los años 1880 a 1890, el gobierno nacional o se desenvuelve dentro de un círculo estrecho y el Presidente, colocado en el centro, ha perdido el contacto con la opinión pública. Su antecesor en aquel periodo difícil de la vida argentina incurria en el error de creer que la crisis económica era producida por la oposición que hacia caso de la prédica de cierta parte de la prensa. El mandatario de hoy, si no dice eso mismo, consiente en que lo digan en su nombre algunos de sus colaboradores, que tienen como base y punto de partida de su acción y de sus discursos, la propia infalibilidad. Y ahora, como entonces, la figura presidencial resulta a veces oscurecida, aunque colocada siempre en el centro de lo círculo”. Tal ofuscamento do presidente se deveria ao protagonismo de Pinedo, posto que “el Ejecutivo há sido el Ministro de Hacienda” (*La Prensa*, 05/02/1935). Na mesma direção, o jornal diria em 20 de fevereiro de 1935 que o presidente sacrificaria a legalidade e a ordem ao aceitar que seus ministros governassem por ele. Tal “governo irregular dos ministros” não apenas invadiria as atribuições do Congresso como colocaria o presidente em segundo plano.

¹⁶⁴ *La Prensa*, 22/02/1935.

¹⁶⁵ “Nadie sufre mas las consecuencias de la depreciación monetaria que los trabajadores, porque su unico bien es el soldo o jornal que reciben semanal o mensualmente y toda baja de la moneda es una rebaja de los estipendios” (*La Prensa*, 25/02/1935).

(Anglo, Smithfield, Swift, Armour e Wilson), que Duhau e Pinedo (e seus assessores) seriam confrontados com maior veemência pelos parlamentares e setores da imprensa oposicionista.

Galvanizando o nacionalismo difuso na sociedade argentina, é então que De La Torre lograria definir os termos nos quais seria travada a luta ideológica e as respectivas tomadas de posição a serem ocupadas no campo político ao organizá-lo entre os que se bateriam em favor de teses e práticas condizentes com a soberania nacional e os que se alinhariam ao antinacionalismo pró-britânico. Pinedo e Duhau (e Prebisch) pertenceriam a esse último grupo ao utilizarem-se de artimanhas legais e técnicas que, ao cabo, e justificados em parâmetros científicos, assegurariam os privilégios dos interesses imperialistas britânicos.

Num contexto de crescimento industrial e de urbanização das grandes cidades argentinas, além da crise política e moral que corroía o sistema político e partidário do país, não é difícil imaginar as razões pelas quais as acusações e interpretações de De La Torre abaixo detalhadas se tornaram moeda corrente desde o discurso do argentino comum da década de 1930 ao próprio juízo que a historiografia construiria sobre esses anos como os da “década infame” ou “democracia fictícia” (Sanguinetti, 1988).

Segundo o senador, operava na Argentina um monopólio dos frigoríficos britânicos e norte-americanos que, sob o silêncio e proteção das autoridades nacionais, controlavam o embarque, a fixação dos preços e venda das carnes argentinas no exterior. Tais empresas comprariam carne a preço de segunda dos produtores argentinos e a revenderiam como “chilled” (carne de primeira) no Reino Unido, o que ampliaria seus lucros comerciais sem que os criadores nacionais percebessem qualquer vantagem. Tal procedimento ilegal era complementado com o ocultamento dos lucros reais e sua subestimação para os fins fiscais, impactando o recolhimento de impostos sobre as exportações. Essas empresas simulariam ainda perdas inexistentes e compensariam com os ganhos obtidos na Argentina os prejuízos em outros mercados nacionais.

Transformado em feitoria inglesa, o país era saqueado pelas companhias estrangeiras que, a fim de obter anuência dos setores organizados dos grandes criadores locais, pagariam valores superestimados por seus produtos, como os Duhau¹⁶⁶. Dado esse quadro, e contra as ilicitudes dessas empresas e seus lacaios argentinos instalados no governo, caberia afirmar a

¹⁶⁶ “Todo eso se vuelve posible por el hecho de que los frigoríficos saben como ‘colaborar’ con las influyentes familias terratenientes. Saben muy bien lo que se traen entre manos cuando le compran a un creador de ganado perteneciente a una de las ‘antiguas familias’. Es más probable que sus novillos sean tasados como de calidad ‘Al selecta de lujo’ y así obtengan un precio más alto que si el mismo ganado fuera propiedad de alguien con nombre de ‘López’” (Weil, 2010 [1945], p. 179).

soberania jurídica e política do Estado argentino e defender os interesses econômicos nacionais.

De La Torre acusava Duhau (“ministro de um governo reacionário, distante do povo”¹⁶⁷) de defender os frigoríficos estrangeiros ao fazer uma “campanha antipatriótica”¹⁶⁸ de desqualificação das carnes argentinas e descumprir as cláusulas do Tratado Roca-Runciman (1933), que reservava aos produtores locais cooperativados “miseras cotas”¹⁶⁹ de 11% do mercado de exportação (o restante já se encontrava sob o controle das companhias estrangeiras). Além de sabotar os criadores nacionais, o executivo ineficiente facilitaria a extração de riquezas do país e impossibilitaria a “democratização”¹⁷⁰ do comércio de carnes.

Ao contrário, um “governo mais inteligente”¹⁷¹ deveria criar as condições para liberar os produtores argentinos – que estariam “morrendo de fome”¹⁷² – do monopólio estrangeiro e dos grandes invernadores ao organizá-los em cooperativas. Cabia também reter no país os lucros auferidos com a venda de carnes e enviados à Inglaterra e Estados Unidos, combater os privilégios fiscais dos “frigoríficos cartelizados”, que pagariam menos impostos do que os nacionais, e reorientar as relações comerciais com esses países tendo em vista o respeito à soberania nacional e defesa dos interesses comerciais argentinos.

Conforme o discurso do senador transcrito por *La Prensa* em 28 de junho de 1935, contra o “capitalismo estrangeiro” e suas pretensões de reduzir o país a uma “feitoria” era preciso reorganizar o comércio de carnes com vistas a restabelecer a “competição saudável” e afastar os “elementos reacionários” e “distantes do povo”, tais como Duhau e Prebisch (assessor responsável por “remédios heróicos”), que desprestigiariam as instituições democráticas e republicanas ao sobrepor os interesses estrangeiros aos nacionais.

Na mesma oportunidade, De La Torre pintaria o ministro da Agricultura como membro da oligarquia ganadeira, defensor do *status quo* favorável ao monopólio e homem sem grandes capacidades intelectuais. Como prova disso, o senador insistiria em pontuar que a profusão de dados e análises estatísticas sobre o comércio de carnes na Argentina mobilizados por Duhau em seus pronunciamentos no Congresso Nacional se deveria a seu séquito de assessores ministeriais: “[...] como de costume, seus livros foram queimados (Duhau e Pinedo) e substituídos pelos técnicos do Ministério da Agricultura”.

¹⁶⁷ *La Prensa*, 26/06/1935.

¹⁶⁸ *La Prensa*, 09/02/1935.

¹⁶⁹ *La Prensa*, 28/06/1935.

¹⁷⁰ *La Prensa*, 23/06/1935.

¹⁷¹ *La Prensa*, 28/06/1935.

¹⁷² *La Prensa*, 19/06/1935.

É nesse momento que, pela primeira vez, e como fruto do trabalho de compilação de dados e criação de indicadores para medir o comportamento da economia argentina que realizava a *Revista Económica* desde 1927, ganharia relevo o manuseio exaustivo de estatísticas e técnicas econômicas nos discursos políticos. Desde esse ponto de vista, é possível afirmar que o “debate das carnes” se destacou pelo confronto entre diferentes cifras sobre o comércio argentino de carnes e interpretações divergentes a respeito delas e seus significados para o conjunto da economia.

Diante do caudal de dados mobilizados por Duhau e Pinedo, este último implicado no debate por suspeitadas ilegalidades na cobrança e fiscalização do imposto de renda e concessão de facilidades cambiais aos frigoríficos, De La Torre passou a questionar as próprias estatísticas oficiais, que, em seu juízo, ocultariam e/ou falseariam os dados relativos aos preços de compra e venda das carnes argentinas. Nessa direção, as autarquias subordinadas ao Ministério da Fazenda não apresentariam as planilhas de custos e contabilidade referentes às empresas investigadas ao decretá-las “segredos de Estado”¹⁷³, o que demonstraria a “má vontade”¹⁷⁴ e ação obscura dos funcionários do executivo.

Na mesma linha, e dirigindo-se aos economistas estatais que haviam organizado a burocracia contábil argentina, o senador por Santa Fé apontava as deficiências do sistema de contabilidade nacional. A *Junta Nacional de Carnes* (JNC), por exemplo, órgão criado para planificar o comércio do principal bem de exportação do país, extrapolava suas atribuições ao autorizar o envio dos registros contábeis dos negócios feitos em solo argentino para fora do país, o que dificultava o controle das atividades comerciais e a identificação de possíveis fraudes. Segundo De La Torre:

“La estadística oficial, tanto del Ministerio como de la Junta Nacional de Carnes sirven de poca cosa y, sin embargo, es sobre la base de esas estadísticas inexactas que el Ministro de Agricultura edifica sus construcciones siempre abstractas y que el señor Prebisch acepta como ciertas en la Revista Económica del Banco de la Nación Argentina”¹⁷⁵.

Tais “estatísticas inexatas” (“Qual veracidade?”)¹⁷⁶ levariam a supor equivocadamente que os frigoríficos pagariam preços mais altos aos produtores locais dos que aqueles efetivamente realizados e transfeririam a estes últimos as melhoras de câmbio, o que não corresponderia à realidade. Inclusive porque os órgãos oficiais não conheceriam os preços de

¹⁷³ *La Prensa*, 12/06/1935.

¹⁷⁴ *La Prensa*, 09/02/1935.

¹⁷⁵ *La Prensa*, 19/06/1935.

¹⁷⁶ *Idem, ibidem*.

compra dos frigoríficos e os custos de industrialização e transporte da carne comercializada. Uma vez que tais dados não estariam sobre controle oficial, o governo não se encontraria devidamente aparelhado para fiscalizar as empresas monopolísticas.

Interessado em preservar os privilégios dos frigoríficos em matéria de câmbio, tampouco seria o ministro da Fazenda quem mudaria esse estado de coisas. As fraudes praticadas por tais empresas a fim de obter melhores preços na comercialização das carnes implicariam no fornecimento de números adulterados que, validados pelo Ministério e JNC, “[...] parece feito para favorecer aos frigoríficos dissimulando seus lucros”¹⁷⁷.

Nessa toada, também os “funcionários” das agências estatais *Dirección General de Impuesto a los Réditos* (DGIR) e *Control de Cambios* agiriam de forma arquitetada no sentido de ludibriar a comissão de investigação do Senado e favorecer os frigoríficos e seus “exorbitantes lucros”¹⁷⁸.

Criador e primeiro Gerente do DGIR, Ernesto Malaccorto acobertaria as “manobras” para fraudar o imposto sobre os lucros ao criar “favores excepcionais e ilegais”¹⁷⁹ aos frigoríficos. Permissivo nas investigações sobre as ilicitudes praticadas pelas grandes companhias e duro na cobrança dos tributos devidos pelas empresas menores e nacionais, o contador público atuaria em favor dos interesses do “pool”¹⁸⁰ ao negar-se a fornecer informações às autoridades investigativas relativas aos impostos pagos sob o argumento da confidencialidade de tais dados, artimanha jurídica que se deveria a Pinedo.

Em síntese, os frigoríficos de capital britânico e americano violariam o fisco argentino e, para tanto, contariam com a proteção de Malaccorto, que, ao fornecer informações falsas à comissão senatorial, “havia encoberto sob esse disfarce uma verdadeira cumplicidade”¹⁸¹. Ademais, os instrumentos impositivos da DGIR mostrar-se-iam inadequados para lidar com as sociedades anônimas, que, organizadas em “holding” (matriz e subsidiárias), encontrariam

¹⁷⁷ *La Prensa*, 20/06/1935.

¹⁷⁸ *La Prensa*, 19/06/1935.

¹⁷⁹ *La Prensa*, 22/06/1935.

¹⁸⁰ Empregado para referir-se ao truste dos frigoríficos controladores das exportações argentinas de carne, o termo “pool” foi utilizado originariamente por Prebisch no estudo “Anotaciones sobre la crisis ganadera”, de 1922, encomendado pela *Sociedad Rural Argentina*, então presidida por Duhau. Essa noção, que se tornaria usual no “debate das carnes”, fôra utilizada por Prebisch para descrever a seguinte situação: “Al desaparecer la competencia en nuestro mercado de carnes, las compañías combinadas quedan colocadas en una situación de monopolio que deja a su arbitrio la obtencion de ganancias excesivas en desmedro de las cotizaciones de nuestros ganados” (Prebisch, 1991). Tal descoberta, que à época não seria objeto de maior consideração de parte da associação comandada por Duhau (as conclusões de Prebisch afetavam interesses de sócios da SRA), seria utilizada mais tarde pelo futuro ministro para comprovar sua preocupação remota com a concentração do comércio de carnes por empresas estrangeiras: “[...] llega a una coincidencia un tanto trespasada con los que hemos venido proclamando de tanto tiempo atrás la existencia de las combinaciones monopolistas de los frigoríficos” (*La Prensa*, 20/06/1935).

¹⁸¹ *La Prensa*, 22/06/1935.

maneiras sofisticadas de sonegação de impostos tais como compensações financeiras e transferências de benefícios que ampliariam os ganhos em moeda estrangeira sem a devida tributação no plano local.

Inquirido no Congresso Nacional, Malaccorto afirmaria que o imposto incidia sobre os lucros brutos da entidade subsidiária (e não da matriz), o que não conformaria qualquer ilegalidade. Ademais, restariam dificuldades de natureza jurídica para taxar os lucros realizados fora dos limites territoriais de atuação das filiais.

No discurso reproduzido por *La Prensa* em 22 de junho de 1935, De La Torre – também ele assessorado por um contador público pago pelo Senado – sustentaria que tais justificativas não passariam de “chicanas” que serviam ao propósito de negar ao Estado argentino a cobrança dos impostos não pagos. A DGIR, que teria conhecimento da evasão fiscal e a ocultou do Congresso, admitiria dessa forma como legítimo o “dumping” praticado contra os interesses comerciais argentinos como se depreenderia das “[...] razões especiosas do gerente da *Dirección de Réditos* aprovadas pelo Ministro da Fazenda”.

“[...] todo eso lo miran impasiblemente el Ministro de Hacienda y el Ministro de Agricultura, el asesor de ambos, el presidente de la República, que parece vivir, como la Dirección de Impuesto a los Réditos, en la luna”.

Segundo De La Torre, frente a essas ilegalidades Pinedo se mostraria solidário a Malaccorto, “[...] a quem admira tanto quanto ao chefe da *Oficina de Control de Cambios* (Edmundo Gagneux)”.

Este último também foi interpelado no Congresso pelo senador uma vez que a *Oficina* dificultaria o acesso a informações ao não fornecer à comissão senatorial os dados de câmbio negociados pelas empresas investigadas, o que demonstraria, ainda uma vez, o “favoritismo” do governo em relação aos frigoríficos do “pool”. Diante da escassez de informações, questionaria De La Torre: “Não tem a *Junta Nacional de Carnes* (submetida à *Oficina*) mais dados depois de um ano e meio de funcionamento?”. Para o senador, os procedimentos cambiais adotados pela *Oficina* no que diz respeito às exportações dos frigoríficos do monopólio não seriam os mesmos aplicados aos outros exportadores, que não se valiam das “resoluções clandestinas” e “instruções verbais” feitas para favorecer os primeiros.

Tais benefícios de câmbio concedidos ao “pool” se tornariam evidentes com a diferença entre o valor de venda declarado para fins de recolhimento do imposto aduaneiro oficial (aplicado no embarque dos produtos no porto de Buenos Aires) e a venda efetiva a preços superiores no Reino Unido. Essa discrepância originaria lucros excessivos não taxados,

inclusive porque a *Oficina* desconheceria o valor real de venda das carnes argentinas no exterior ao não exigir as faturas das negociações como fazia com as empresas nacionais.

A “concessão clandestina” traria prejuízos ao fisco e criaria desequilíbrios no mercado ao estabelecer exigências aos outros exportadores (fazer declaração das operações de vendas e respectivo pagamento de impostos) de que estariam livres os frigoríficos supracitados.

Convocado pelo Congresso para responder pelas supostas ilegalidades, Gagneux confrontaria De La Torre em suas informações e peça acusatória. Através da apresentação de dados cambiais oficiais, o contador público procuraria mostrar que não existiriam diferenças substantivas entre os valores de embarque e de venda, ponto central do acusador.

Não convencido, ainda na sessão de 21 de junho de 1935 (transcrita por *La Prensa* na edição do dia seguinte) o senador insistiria em dizer que, na tentativa de surpreender a Comissão, Gagneux se utilizaria de “manifestações inexatas” e “argúcias” que serviam ao propósito de ocultar o fato de que os frigoríficos do “pool” eram eximidos de declarar as faturas de suas operações no exterior. As “falsas declarações” do contador seriam produto das instruções de Pinedo: “Que bonito é tudo isso para uma repartição argentina que depende do Ministério da Fazenda!”. Segundo o senador, era o ministro quem ordenava a um leniente Gagneux a manutenção de tais irregularidades:

“[...] un ministro no puede tampoco ordenar a un empleado y menos a un jefe de repartición casi autónoma, llamada a declarar en una investigación, que exponga hechos inexistentes, que ofrezca la presentación de notas que después no presenta y que atribua el carácter de arreglo provisional a maniobras clandestinas en que se han otorgado beneficios pecuniarios a determinadas compañías por razones que conoceran los que las han otorgado. Si les dan esas clases de instrucciones deben rechazarlas”.

Ao urdir explicações para isentar o “pool” de suas operações cambiais fraudulentas e negar autorização de exportação aos frigoríficos nacionais, Gagneux contaria com a sanção do Ministério da Fazenda. Apoando-se em “dificuldades inexistentes” em suas declarações ao Congresso, o chefe da *Oficina* favoreceria aos frigoríficos autorizando-os a não pagar o que deviam ao fisco argentino.

“No puede ser indiferente para el Senado ni para la opinión pública darse cuenta de los *extremos hasta dónde llegan en estos tiempos los funcionarios públicos que ocultan situaciones irregulares y saben que no serán castigados*. Ninguno igualó al señor Gagneux en urdidos para eludir las confesiones” (destaques nossos).

As respostas algo irônicas de Gagneux (“recursos dramáticos”, segundo o senador), que buscavam desacreditar as acusações feitas à repartição sob seu controle, eram vistas como “contestações evasivas” feitas – dizia De La Torre – com o “propósito de irritar-me”.

Diante de tais questionamentos, Gagneux negava a existência de qualquer procedimento de exceção no tratamento dispensado às empresas britânicas e norte-americanas. Do ponto de vista técnico, existiriam dois tipos de exportadores, os autorizados (com permissão prévia de câmbio) e os não autorizados (sem permissão prévia de câmbio), resultando em exigências diferenciais a cada um deles no que diz respeito à declaração das vendas realizadas. Ao que redarguia De La Torre: “Vejam os senhores senadores como coincidem nas evasivas o chefe da *Oficina de Control de Cambios* e o Ministro da Fazenda”.

As fricções entre o senador e Gagneux se tensionariam de maneira a explicitar as discrepâncias geracionais entre aqueles que, técnicos, comandavam as autarquias federais recém-criadas e fiavam-se na dignidade de seus postos e em sua competência especializada e os que atuavam desde os bancos parlamentares submetendo à prova essas jovens autoridades, que se apoiariam sobre suas competências econômicas para ocultar as intenções do governo¹⁸². Nessa direção, assim referia-se De La Torre ao responsável pela *Oficina* após sucessivos desalentos em seus questionamentos:

“Cómo pueden ver los señores senadores, un juez de instrucciones acostumbrado a tomar declaraciones a los más diestros delincuentes, se asombrara de la *inagotable fecundidad de recursos de este simple funcionario administrativo de 27 o 28 años de edad*, empeñado en disimular y ocultar irregularidades y favoritismos” (destaques nossos).

¹⁸² É mostra da referida tensão o seguinte diálogo transcrito por *La Prensa* na edição de 22 de junho de 1935: “Sr. De La Torre – Las generalidades que acaban de repetir estaban en la nota que presentó y es por haberlas leído, y no haberlas encontrado claras, por lo que he solicitado su presencia aquí, para preguntarle concretamente si al frigorífico Gualaguaychú le ha obligado e que compruebe sus ventas en Gran Bretaña, a los efectos del cambio. Sr. Gagneux – De todo que acabo de explicar surge la respuesta. De La Torre – Como para mi no surge, le pregunto claramente si el frigorífico Gualaguaychú se le ha pedido o no que compruebe sus ventas en Gran Bretaña. Gagneux – Yo creo que he dado muestras de respecto a la Comisión [...]. De La Torre – ¿Y qué falta de respecto hay en preguntarle a usted que diga si al frigorífico de Gualaguaychú se le ha pedido o no que compruebe sus ventas en Gran Bretaña? Es muy comodo recorrer a falta de respecto. Gagneux – Yo no puedo estar contestando bajo la presión de este tono de voz del señor senador”. Diante da persistência do senador, Gagneux se dirige ao presidente da Comissão de investigação: “ – Pido que no me hagan preguntas de esta índole”. Ao que responde De La Torre: “ – No sé en que forma debo hablar para que me entienda”. O senador é advertido pelo presidente da Comissão para que não imprima ao interrogatório “caráter de polémica” ou pressione o interrogado a declarar o que seja de conveniência para o julgador. De La Torre exige que, diante das tergiversações de Gagneux, que “daba rienda suelta a su facundia”, as perguntas fossem respondidas com “sim” ou “não”, ao que se nega Gagneux, que novamente ameaça retirar-se da sessão por sentir-se desrespeitado.

A “desenvoltura” de Gagneux em ludibriar os senadores da comissão (induziria-os a tomar por igual os preços de embarque e as faturas de venda¹⁸³), suas “mentiras”, “tergiversações e sutilezas”, receberiam os aplausos de Pinedo ao invés de provocar a indignação do chefe da Fazenda e sua pronta destituição: “Esta classe de funcionários seguem gozando da confiança e da admiração do Ministro da Fazenda [...]”. Sentado a frente do senador na sessão parlamentar, responderia Pinedo: “Por muito tempo!”.

Também Prebisch se tornaria alvo do senador. Ao denunciar Malaccorto por envolver-se em assuntos políticos¹⁸⁴ e descuidar daqueles relativos à DGIR, afirmaria De La Torre:

“Y si bien es cierto que las direcciones de Réditos y Control de Cambios marchaban bajo las inspiraciones del asesor de los ministerios de Agricultura y Hacienda, que *ha ejercido una verdadera superintendencia*” (destaques nossos)¹⁸⁵.

“Partidário dos frigoríficos”¹⁸⁶, Prebisch seria o responsável por fornecer os dados e as explicações técnicas que balizavam as defesas de Duhau e Pinedo nos embates travados ao longo de 1935. Passou-se assim, por exemplo, no argumento de que se valeu Duhau no “debate das carnes” para rechaçar os supostos privilégios concedidos pelo Ministério da Agricultura aos frigoríficos do “pool”.

Tratava-se de mostrar que parte dos lucros obtidos pelos frigoríficos nas operações comerciais no estrangeiro (resultado dos benefícios das diferenças de câmbio) era transferida aos criadores argentinos. A fim de comprovar tal tese, que pretendia desmentir os “boatos maledicentes” e “paixões” do senador democrata-progressista, o ministro se apoiaria na ideia de “variações estacionais”, que justificariam as oscilações sazonais das transferências dos frigoríficos aos produtores locais. Segundo De La Torre, “[...] apenas mediante um truco é possível chegar a resultados dessa classe”. E o “truco” se devia a Prebisch¹⁸⁷.

¹⁸³ “Si el declarante hubiera procedido de buena fe y hubiera confundido de buena fe un permiso de embarque con una factura de venda, acusando una ignorancia crasa, por eso solo hecho deberia haber sido destituido. En cambio, ha sido felicitado por el Ministro” (*La Prensa*, 22/06/1935).

¹⁸⁴ “[...] el gerente de la repartición se habia pasado seis meses entretenido en el desempeño de un Ministerio en Tucumán, en coincidencia con los intereses políticos del Ministro de Hacienda” (*La Prensa*, 22/06/1935).

¹⁸⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁸⁶ *La Prensa*, 28/06/2015.

¹⁸⁷ “El *truco* del señor Prebisch consiste en esto: la libra habia venido bajando desde el año 1931, en que llegó a cotizarse, me parece, a 17. En el año 1933 había estado arriba de 13 y el 28 de noviembre sólo estaba a 12 y pico. Resuelto por el Poder Ejecutivo el 28 de noviembre valorizar la libra en un 20 por ciento o, si se quiere, desvalorizar el peso en un 20 por ciento (risas), hizo el cálculo sobre la cotización de esos días o del promedio del noviembre, cuando los productos de exportación obviamente devian valorizarse en un 20 por ciento sobre su cotización. La combinación o *maniobra* del señor Prebisch consiste en comparar la valorización adquirida por los productos, no por la cotización correcta de noviembre de 1933, sino con las cotizaciones de meses anteriores de la libra que eran más elevadas, pero esas cotizaciones no tenían vela en el entierro. Para llegar a ese resultado inventó la teoría de ‘las variaciones estacionales de la libra’. Siempre se mueve este contador en la región de las teorías cuando deberia ir a la realidad. El señor Prebisch sabe que el precio de los novillos varia con cierta

O senador buscava desqualificar Duhau ao sugerir a preeminência de Prebisch como o autor intelectual das ideias e estatísticas aventadas pelo ministro nos embates parlamentares. Mas a insistência em referir-se ao assessor procurava desgastar especialmente Pinedo em sua “ambição de protagonismo” (Donghi, 2004) ao não reconhecer o domínio pretendido pelo ministro nas temáticas econômicas e atribuir a Prebisch os artifícios técnicos empregados na defesa das medidas do governo. Ao mirar em seu assessor, que já fôra admoestado nas discussões sobre as reformas bancária e monetária¹⁸⁸, De La Torre depreciava o mérito intelectual e colocava em dúvida seus saberes como economista provado nas lides públicas, realçando o papel de Prebisch como a inteligência por detrás das reformas propostas pelo Ministério:

“Sospecho que la sabiduría [del ministro Pinedo] es infundida por el doctor Prebisch, y le sucede que a veces se olvida lo que el doctor Prebisch le ha dicho y se producen las contradicciones. El doctor Prebisch le escribe todos los mensajes, le prepara todos los proyectos, le induce a aceptar los que considera inconvenientes, le redacta todos los reportajes” (*apud* Caravaca, 2011, p. 147)¹⁸⁹.

Dado que “o senhor ministro não sabe o que faz” (*Libertad*, 19/03/1935), as alegadas artimanhas governamentais se deveriam a Prebisch e seus conhecimentos econômicos, que também seriam contestados pelo senador:

regularidad en las distintas estaciones del año. En el verano baja porque abundan las gorduras y en el invierno sube por la razón inversa. Pero eso son los novillos en el mercado interno y no la libra esterlina; no tiene que hacer nada. Pues bien, a pesar de la diferencia existente entre una libra esterlina y un novillo, el señor Prebisch llega a esta conclusión que no sé si llamo maliciosa o pueril: ‘la valorización de los productos derivados del incremento del valor de la libra no debe relacionarse con la cotización que tenía la libra cuando fue valorizada sino por la cotización del mismo mes del año anterior. Esto será todo lo ingenuoso que se quiera, pero es disparatado y lo comprueba la consulta de los libros de los frigoríficos y los que piensan y todos los que entienden de la materia’ (*La Prensa*, 20/06/1935; destaques nossos). Na mesma edição: “[...] sin más fundamento que una serie de sutilezas urdidas alrededor de una supuesta comparación de márgenes estacionales. Y es tan efímero todo eso, tan pueril, que podría ser cierto teóricamente y ser falsa la consecuencia que se saca. [...] Por eso ha perdido su tiempo el señor asesor de los Ministros de Agricultura y Hacienda, sacando la cuestión de su terreno e inducirá de nuevo en errores al Ministro de Agricultura. Aquí no se trata de márgenes teóricas, aquí se trata de abrir los libros de los frigoríficos y encontrar la verdad” (destaques nossos).

¹⁸⁸ Referindo-se à contradição entre as ideias monetaristas defendidas por Pinedo enquanto deputado opositorista e as práticas emissionistas e inflacionárias do ministro da Fazenda, ironizaria De La Torre: “¡Límite de la emisión cinco mil ochocientos millones! ¡Qué espanto! ¡Y decir que el Congreso argentino ha votado este adefesio! 5.800.000.000...y los pide el ministro que ha declarado en publicaciones conocidas que creía no era necesario más papel. Es que debe haber andado por allí la mano diabólica del doctor Prebisch haciéndolo pasar de contrabando algún artículo que el no ha querido” (*Libertad*, 22/03/1935).

¹⁸⁹ Segundo Donghi (2004, p. 174): “Pinedo, aunque siempre dispuesto a reconocer con efusiva generosidad su deuda con los equipos técnicos que no sólo le proporcionaban informaciones cuya utilidad iba más allá de asegurarle fáciles victorias en el debate parlamentario, sino que estaban creando el armazón institucional que debía permitir al Estado desempeñar con eficacia sus nuevas funciones en el campo económico, fuese menos efusivo en su reconocimiento del papel central de Prebisch en ambos aspectos: *no le hacía fácil abordar el tema a la insistencia con que Lisandro De La Torre reducía polémicamente el del propio Pinedo al de mero vocero parlamentario de quien presentaba como artífice apenas secreto de la reforma económica en curso*” (destaques nossos).

“No necesito nombrarlo para que los señores senadores se den cuenta de que el autor del plan por medio del cual se prueba que 2 y 2 son 15...es el contador público señor Prebisch, actual gerente del Banco Central. No lo llamo contador público por disminuirlo, porque no le tengo ninguna mala voluntad, sino por la costumbre de decir la verdad. El señor Prebisch sabe más que muchos doctores, pero entiendo que nos es doctor en nada, ni siquiera en Ciencias Económicas, que es un doctorado barato. Su capacidad de estudio y trabajo es grande, y maneja los números con una habilidad tal que los hace decir lo que necesita que digan a los efectos que busca, y a menudo se le va la mano” (*apud* Mallorquín, 2012, p. 37).

Nublando seus superiores hierárquicos ao adquirir luz própria nos ambientes jornalístico e político¹⁹⁰, fato este produzido e explorado pelos críticos ao governo do general Justo, Prebisch atuava a partir dos despachos ministeriais e de seu gabinete no BCRA. Ele aprendera as vantagens de mover-se nos bastidores e manter-se a salvo das lutas político-partidárias que tanto desgastavam a Pinedo. Tal “insulamento burocrático” (Nunes, 1997), entretanto, dava-lhe certa agência ao construir para si um novo campo de ação no interior do Estado que poderia gerar fricções com os atores políticos a cargo das tarefas executivas¹⁹¹ não obstante ser indispensável para os donos do poder¹⁹².

Outrora elogioso com seu assessor¹⁹³, no “debate das carnes” Pinedo se mostraria cauteloso ao reconhecer os méritos de Prebisch sob o risco de projetá-lo em prejuízo de sua

¹⁹⁰ Em virtude do protagonismo como técnico do primeiro escalão da burocracia, Prebisch passou a figurar no noticiário econômico e seu nome tornou-se corrente nos debates parlamentares, reunindo em torno de si simpatias e indisposições políticas e periodísticas. Os jornais (principalmente *La Nación*) abriram espaço aos seus textos, nos quais defendia as políticas econômicas do governo e objetava seus críticos. Na ocasião de sua indicação para Gerente Geral do BCRA, os jornais publicaram perfis elogiosos. Em 10 de maio de 1935, *La Razón* ressaltou sua “juventude, dinamismo, probidade e integridade moral”. Na mesma data, afirmou *La Fronda*: “En la cátedra universitaria, en el bufete, en el alto consejo de finanzas, la aptitud técnica del doctor Prebisch poníase de manifiesto día a día”.

¹⁹¹ Também o semanário *Caras y Caretas* contribuiu para indispor Prebisch e Pinedo ao publicar caricaturas em que sugeria o protagonismo do assessor em contraposição à falta de brilho próprio dos ministros da Agricultura e Fazenda. Numa delas, de 13 de julho de 1935, o tablóide humorístico representou-os como ventríloquos de Prebisch, que retirava de seu paletó papéis (“projetos Prebisch”) e os empunhava entre os braços e ante os rostos dos ministros. Logo abaixo da caricatura seguia a provocação a respeito da autoria das reformas econômicas: “Y mañana, ¿a quien habrá que aplaudir o silbar?” (ver anexo 2). É o próprio Prebisch quem relata a repercussão de outra imagem com os seguintes dizeres: “‘Todos toman limonada y el pobre naranjo, nada’. Representaba un árbol de naranja, que era yo, y había dos brazos, una cabeza de Pinedo y otra de Duhau [...]. Tomando naranjada, y el pobre naranjo (risas) en la punta. Causó mucho daño. Me la fueron a llevar a mi despacho y fue un error. Don Luis se rió; Pinedo no me dijo nada, pero yo notaba el mal que le hacía. Y yo te juro, Mateo, que jamás tuve la menor intención de hacerles sombra. Yo les tenía una adhesión personal sin límite, porque veía la crisis argentina y me estimulaba enormemente la confianza ilimitada que estos dos hombres me habían dado. Ilimitada... Eso era para mí el mejor estímulo. En el caso de Pinedo se produjeron algunas cosas que yo superé con un gran sentido del deber; te lo digo sin jactancia” (Magariños, 1991, p. 95).

¹⁹² “En lo que siempre estuvieron de acuerdo los Presidentes de la Concordancia fue en el respecto y la aceptación del Grupo burocrático de Prebisch” (Louro de Ortiz, 1992, p. 77).

¹⁹³ Nas discussões em torno do orçamento de 1935, Pinedo reconheceria os méritos do assessor: “No puedo dejar de decir que el país está en deuda, que debe su agradecimiento a los hombres que acometieron la tarea de reformar este presupuesto, de cambiar la ley de gastos del país; que será el mérito imperecedero de los ministros

própria imagem como economista experimentado¹⁹⁴. Parecia-lhe menos custoso exaltar Malaccorto e Gagneux, que se resignavam em seu lugar de subordinação, e desfocar as atenções que se voltavam para o assessor, que, apesar de não ter sido convocado pela comissão de investigação senatorial (não chefiava nenhuma autarquia pública envolvida na denúncia), era objeto da curiosidade de políticos e jornalistas.

Ainda no que diz respeito ao “debate das carnes”, o respaldo dado por Pinedo às argumentações apresentadas acima pelos chefes da DGIR e *Oficina de Cambios* era visto por De La Torre – edição de 22 de junho de 1935 de *La Prensa* – como mostra de que o ministro se rendera às argúcias tecnicistas de seus empregados e, amparando-se nas “mesmas desculpas de seus subordinados”, corroborava as “interpretações inexatas e violatórias das leis” defendidas por eles, assumindo “jactansiosamente” a responsabilidade pelas ilegalidades praticadas sob a cobertura do Ministério¹⁹⁵.

As razões elencadas por Pinedo para justificar os procedimentos adotados pelas autarquias dependentes do Ministério e isentar seus chefes da prática de qualquer ilicitude eram lidas pelo senador como:

“[...] palabras altisonantes pronunciadas por un ministro que espero que no estarán destinadas a que se los lleve el viento. En todas partes del mundo civilizado, cuando un ministro se solidariza con funcionarios que han faltado a su deber en perjuicio del fisco, corre su suerte. De no ser así, más vallerá haberse callado”¹⁹⁶.

del Gobierno Provisional, de los ministros Pérez y Uriburu y del excelente funcionario que colaboró en ese trabajo, doctor Prebisch, de haber dotado a la República Argentina de una ley de gastos que no es perfectible, como todas las obras humanas, pero que representa, en la evolución de las finanzas nacionales un jalón de importancia que marca el cambio de una época. Y son esos mismos ministros y el doctor Prebisch los que más tarde acometieron la reforma del otro aspecto del presupuesto, del otro aspecto de las finanzas argentinas: el sistema tributario” (Pinedo, 1947, p. 189). Na mesma direção, afirmaria em 1933 que o sucesso da reforma do sistema cambial argentino se devia aos “[...] colaboradores inteligentes y abnegados que nos han ayudado en la tarea” (Pinedo, 1947, p. 239).

¹⁹⁴ Como pontua Dongui (2004, p. 135): “La relación del ministro de Hacienda y su asesor no era sin embargo la de un político que necesita recibir orientaciones básicas en un campo del que ignora casi todo y quien ha de proporcionárselas. La versación de Federico Pinedo en materia económica y financiera era excepcionalmente rica y segura”. O próprio Pinedo realçaria seus conhecimentos econômicos não obstante a assessoria de Prebisch: “Ya he hecho el elogio del doctor Prebisch sin que nadie me lo pida, sé todo lo que colabora en el gobierno, sé todo el interes que pone en el estudio y dilucidación de los asuntos públicos, pero, para su bien o para su mal, y para bien o para mal del país, por el momento el ministro responsable soy yo y debo cuidar un poco lo que hago, aún cuando estimo en mucho la colaboración del doctor Prebisch. Las cosas que Prebisch escribe o dice no son endosadas por el ministro sin conocimiento de causa como para qué pueda presentarsele en cualquier momento en contradicción con lo que ha sostenido antes, porque son cosas que conozco bastante bien” (*Libertad*, 22/03/1935).

¹⁹⁵ “[...] el Ministro de Hacienda, una vez más, autoriza a pensar que a veces no sabe lo que dice” (risas)” (*La Prensa*, 22/06/2015).

¹⁹⁶ *Idem, ibidem*.

Desqualificando o senador ¹⁹⁷, Pinedo pontuaria em sua defesa no Senado as “inexatitudes e despropósitos”¹⁹⁸ de De La Torre e reafirmaria a perícia técnica e retidão de caráter de seus funcionários, que teriam cumprido com as normas cambiais determinadas pela *Oficina* e arcado com seus compromissos junto à DGIR. Pinedo se referiria a Malaccorto e Gagneux nos seguintes termos:

“[...] la sorpresa ha sido descomunal: que dos jóvenes, uno de 32 años y otro de 28, hayan comparecido ante la comisión, que no hayan tenido miedo al señor Senador por Santa Fé y sostuvieron sus ideas con ahínco, con empeño, con inteligencia, demostrando profundo conocimiento de la materia y firmeza de convicciones. [...]. Los funcionarios del Ministerio de Hacienda, aludidos por el señor senador, de los cuales he hecho el elogio porque no temo compartir con ellos la escasa gloria que me pueda corresponder por haber realizado desde la función pública algunas cosas útiles para mi país, esos funcionarios [...] son una esperanza por su juventud, talento y ahínco, son hombres que no temen asumir la responsabilidad de sus actos, ni siquiera cuando han de enfrentarse con el demoledor sempiterno, que no ha respetado una personalidad en el país”¹⁹⁹.

O santafecino via em tais alegações a tentativa do ministro em acobertar os erros e malfeitos, tornando-o cúmplice do desvio de milhões do fisco relativos ao imposto não pago sobre os dividendos obtidos pelos frigoríficos no exterior.

Em discurso transcrito por *La Prensa* em 28 de junho de 1935, o senador sugeriria a existência de uma divisão do trabalho na tentativa de ludibriar o Congresso e o país empenhados no esforço de identificar e punir as operações fraudulentas. Nesse sentido, Malaccorto teria o encargo de ocultá-las através do emprego de “expedientes dilatórios”. Pinedo e “seu admirado colaborador e êmulo senhor Gagneux” atuariam para a consecução dos planos dos frigoríficos ao cobrir a “situação clandestina” de justificativas técnicas.

Ainda de acordo com De La Torre, os “grandes estadistas da Casa Rosada” reclamariam silêncio e conformidade em relação ao tratamento privilegiado concedido às empresas monopolísticas e desautorizariam os que buscavam pôr fim à expropriação antipatriótica utilizando-se do poder constitucional de investigar e fiscalizar. Dessa maneira, “[...] apenas eles estão habilitados, a juízo deles mesmos, para defender inteligentemente os altos interesses nacionais”. “Depositários de segredos misteriosos”, eles confundiriam

¹⁹⁷ “No me perderé por los cerros de Ubeda. No revisaré doctrinas, no haré desfilar autores...que sólo necesitaría traer al recinto si tuviera como contendor a un senador más ilustrado” (discurso proferido em 12/07/1935 e consultado no *Fondo Documental Federico Pinedo/UDESA*.).

¹⁹⁸ *Idem, ibidem*.

¹⁹⁹ *Idem, ibidem*.

deliberadamente os interesses do país com aqueles das companhias espoliadoras: “Eles velam sobre a Nação e sobre os frigoríficos do ‘pool’ com igual amor”.

Utilizando-se da “tática habitual” de empregar “citações inacabáveis de autores de todos os países”²⁰⁰, Pinedo distrairia deliberadamente a atenção da comissão investigadora em suas “[...] incursões desorbitadas por todos os campos do mundo, menos pelos que estão sendo explorados pela investigação”. Ao apoiar-se sobre “teorizações obtusas”, e a fim de ratificar as ilegalidades praticadas por seus subordinados, o ministro se inscreveria no “terreno dos *gauchos* maus”. Ironizava De La Torre: “Que classe de Poder Executivo tem a nação!”.

O “debate das carnes”, que se encerrou em 23 de julho de 1935 com a troca de ofensas entre Lisandro De La Torre e os ministros interrogados e o assassinato de Enzo Bordabehere, senador democrata-progressista de Santa Fé e correligionário do “solitário de Pinás” (Larra, 1983)²⁰¹, precipitou a crise política da presidência Justo e levou ao afastamento de Duhau e Pinedo do governo. “Gravado na memória coletiva como o episódio definidor de toda uma época” (Donghi, 2004), tal embate contribuiria para imprimir aos anos 1930 a pecha de “década infame” e macular as trajetórias de seus principais envolvidos.

De interpretação controversa na historiografia argentina, a década de 1930 se distinguiu por um conjunto de inovações econômicas e administrativas (organização de estatísticas nacionais, criação do BCRA e de autarquias federais, políticas setoriais estratégicas, novos mecanismos de arrecadação e fiscalização de impostos, etc.) desenhadas com o fito de reagir aos efeitos da crise econômica global e aperfeiçoar o aparelho estatal (profissionalização e especialização) para responder aos novos desafios do entre-guerras.

Nesses anos, a construção da modernidade argentina teria lugar com o crescimento das grandes cidades, o acelerado desenvolvimento da infra-estrutura urbana (ampliação e construção de avenidas, novas edificações, sistema de transporte, abertura de novas estradas, multiplicação da frota de automóveis, etc.), disparada do êxodo rural-urbano e formação do

²⁰⁰ “[...] citas de autores escandinavos y doctrinas abstrusas con desviaciones hacia la política, las finanzas, la filosofía, la música y el cinematógrafo” (*La Prensa*, 28 de junho de 1935).

²⁰¹ O acirramento dos ânimos no “debate das carnes” e a morte do senador Bordabehere foi tema do filme “Asesinato en el Senado de la Nación” (dirigido por Juan José Jusid e rodado em 1984), o que mostra a repercussão do caso e o significado que adquiriu na memória política e historiográfica argentina.

proletariado no bojo do processo de industrialização, que se intensificaria com a II Grande Guerra²⁰².

Apesar da imagem que se consagrou desse período como o equivalente da Idade Média europeia (Neiburg, 1997) ou a “etapa intermediária” entre o domínio do liberalismo oligárquico e o nacionalismo popular peronista (Jauretche, 1962), foram anos de florescimento cultural que, na esteira da expansão editorial da década anterior, viu surgir *Sur*, o CLES, a *Academia Argentina de Letras*, novos grupos culturais, periódicos (*Noticias Gráficas*, *El Hogar*, etc.), publicações especializadas (*Cursos y Conferencias*), ampliação do mercado de livros²⁰³ e aparecimento de obras que se verteriam clássicas na discussão dos dilemas da formação social e política argentina (*El hombre que está sólo y espera*, *Radiografía de la pampa*, *La Argentina y el imperialismo británico* e *Historia de una pasión argentina*, respectivamente de Raúl Scalabrini Ortiz, Ezequiel Martínez Estrada, Rodolfo e Julio Irazusta e Eduardo Mallea).

Mas foi também um período de estupor político, inaugurado com a ruptura do sistema democrático e afastamento ilegítimo dos radicais da disputa eleitoral, fraudes e escândalos públicos, instabilidade do quadro político e econômico, esfacelamento do sistema partidário (a divisão entre yrigoyenistas e anti-personalistas na UCR se agudizaria com a morte de seu patriarca em 1933) e acirramento da luta político-ideológica. Tais fatos estão na origem de um difundido mal-estar na sociedade argentina e frustração da intelectualidade, que diagnosticava

²⁰²“A pesar de todos estos obstáculos – la malévola neutralidad del estado, la falta de adecuada maquinaria y de muchas materias primas, el extendido analfabetismo, la carencia de personal calificado, la dificultad para obtener créditos, la competencia gubernamental en el mercado nacional de capitales – la industria argentina ha crecido a pasos agigantados desde 1935” (Weil, 2010 [1945], p. 224). Ainda de acordo com esse autor, o valor bruto da produção industrial excedeu a produção agrária em 1935 (14%) e 1943 (132%). Quanto ao valor agregado, a indústria duplicou sua produção entre 1935-43 e a agricultura apresentou elevação de 17% para o mesmo período. De forma acelerada, o mercado de exportação agrícola perdia centralidade (queda de mais de 50%) em favor do desenvolvimento interno mais balanceado. Embora de forma acidental e como resultado da guerra na Europa, a indústria argentina saltou de patamar nesses anos.

²⁰³ “Enquanto no período entre 1900 e 1935, foram publicadas 2 359 obras na Argentina, somente entre 1936-1940, foram 34 milhões e 290 mil; entre 1941-1945, 123 milhões e 700 mil; entre 1946-1950, 145 milhões e 800 mil (mais de 40% dessa produção destinava-se à exportação). A partir de 1950, porém, a crise econômica nacional e a revitalização das indústrias editoriais mexicana e espanhola contribuíram para a recessão (no período entre 1950 e 1955 o número de exemplares caiu para 137 milhões a 183 mil). Em 1943, havia 69 editoras no país. Um ano depois, elas chegavam a 156, e durante toda a década peronista o número se manteve sempre acima de uma centena. Boa parte dessas prósperas editoras pertenciam ou eram diretamente controladas por opositores do governo e, em muitos casos, por sócios eminentes do CLES, como Losada, Sur, Emecé, Argos, Espasa Calpe, Claridad, Sudamericana, Rueda, Raigal, Lautaro, Hechette, Kraft, Ateneo, Paidós, Siglo Veinte. Tratava-se de um magnífico terreno não só para os poucos indivíduos que ali encontravam fontes de emprego, dirigindo coleções, traduzindo obras, corrigindo provas etc.” (Neiburg, 1997, p. 146).

uma crise da identidade nacional argentina²⁰⁴. O clima de decepção e pessimismo – e suicídios²⁰⁵ – está na base da narrativa que se faria em torno da “década infame”.

Em meio a esse clima de opinião, que viu emergir uma “pujante sensibilidade nacional” e a utilização da “consigna anti-imperialista” (Romero, 1994) como arma retórica e política, as imagens de Pinedo e Prebisch passariam a ser associadas aos interesses britânicos e estadunidenses e receberiam a alcunha de “vendepatrias” (Jauretche, 1962), qualificativo a que se ligariam pela combatividade de De La Torre e pela pregação nacionalista de grupos como o yrigoyenista FORJA e que se tornaria definitivo com o desenrolar dos acontecimentos políticos entre as décadas de 1940-50.

Prebisch e demais contadores públicos a ele ligados buscaram um lugar e papel na estrutura estatal quando alcançavam seus trinta anos de idade. Chegaram à maturidade no momento em que a vida política argentina sofrera uma inflexão e optaram por oferecer sua contribuição desde o Estado e dar trânsito a suas ideias e interesses em meio a uma estrutura política e institucional convulsionada e controlada pelas oligarquias econômicas e políticas, o que lhes colocou ao lado dos que – segundo seus detratores – pretendiam fazer da Argentina uma “feitoria” inglesa e que promoveriam uma “ditadura política” e “tirania econômica” em nome dos interesses imperialistas (Jauretche, 1962). Nesse sentido, e ainda de acordo com este autor, o “solene método intelectual de nossos supostos economistas e financistas”, repleto de “tecnicismo”, “fórmulas mágicas” e “esoterismo”, era o fundamento do “pensamento da oligarquia” e sua condução econômica anti-nacional.

O golpe militar de 1943 de Pedro Pablo Ramirez encerraria a passagem do “cartel de cérebros” pela máquina pública. Os vitoriosos de 1943 e 1946 logriam construir o imaginário de duas argentinas, reorientar a leitura da história nacional e produzir uma nova

²⁰⁴ “O objetivo nitidamente político dos autores dos anos 1930 havia sido propor uma visão dualista do país, atribuindo as causas da crise argentina às consequências de uma suposta estrutura bipolar: a contradição entre duas Argentinas, uma visível, urbana, moderna, cosmopolita, voltada para o mercado mundial mediante a metrópole de Buenos Aires; a outra oculta, rural, tradicional, voltada para o mercado interno, cuja expressão máxima eram as províncias do interior do país. [...]. A Argentina era uma nação dividida, uma sociedade mal integrada” (Neiburg, 1997, p. 88).

²⁰⁵ Se suicidaram nesse período Leopoldo Lugones, Lisandro De La Torre, Horacio Quiroga, Enrique Méndez Calzada, Edmundo Grandmontagne, Enrique Locán, Florencio Parravicini, Mariano Calvento, dentre outros nomes das artes e/ou política argentina. Segundo Sanguinetti (1988), os anos 1930 se marcaram pela perda das “ilusões de grandeza” e do “desconsolo suicida” cantado, por exemplo, por Enrique Discépolo: “Sus letras, grávidas de dolor y pasión, difunden la concepción negativa de un mundo donde los valores están subvertidos y confusos; donde ‘lo mismo es un burro que un gran profesor’; donde nada importa, en fin, pues ‘allá en el horno nos vamo a encontrar...’” (p. 141). Do mesmo Discépolo, o tango “Tres esperanzas” (1933) expressa o “terror ao porvir”: “No doy un paso más/Alma otaría que hay en mí/Me siento destrozao/¡murámonos aquí!/Pa’qué seguir así/Padeciendo a lo fakir/Si el mundo sigue igual/Si el sol vuelve a salir/La gente me ha engañao/Desde el día en que nací/Los hombres se han burlao/La vieja la perdí/No ves que estoy en yanta/Y bandeao por ser un gil/Cachá el bufoso/Y chao...¡vamo a dormir!”.

semântica política e cultural segundo a oposição passado (submissão nacional ao imperialismo e colonização mental)/presente (soberania nacional e popular) e “oligárquico”/“popular” cuja efetividade impactou as trajetórias daqueles que se projetaram como técnicos estatais entre as décadas de 1920-30 e que passaram a ser questionados em sua conduta e linguagem econômica²⁰⁶.

Em sintonia com o imaginário de um novo tempo, da reconceitualização das funções ligadas ao Estado, de reestruturação dos quadros burocráticos, da petição de princípio em torno dos interesses e valores nacionais, fortalecimento do mercado interno, aprofundamento da industrialização substitutiva de importações, etc., aquelas demarcações temporais estabeleceriam um corte político-ideológico-pedagógico entre dois momentos que se marcariam – como acreditavam seus publicistas – pela descontinuidade absoluta. Como sintetiza Romero (1994, p. 176):

“Ese momento fundacional se separaba del presente por un pasado negro y ominoso, de una densidad tal que el peronismo – sin perder su arraigo en la tradición – podía exhibir plenamente su dimensión fundadora y revolucionaria, legitimada en un futuro en construcción. Un pasado negro y un presente rosa, un antes y un ahora, eran los elementos centrales que organizaban los textos y discursos peronistas”.

Não obstante a guinada estatista e industrialista e a prioridade conferida à geração de emprego e fortalecimento do mercado interno com o *Plan Pinedo* de 1940, o “new deal argentino” (Weil, 1945), o que em si mesmo já seria motivo para duvidar de demarcações rígidas estabelecidas *ex post* ao menos no tocante ao processo de centralização e planificação da economia em curso desde os planos econômicos dos anos 1930²⁰⁷, importa sublinhar que

²⁰⁶ Como anotaria Scalabrini Ortiz em 1948: “[...] estos asuntos de economía y finanza sólo requieren saber sumar y restar y que cuando usted no los entiende – y sigue sin entenderlos después que se los vuelven a explicar – seguramente es porque lo están robando” (*apud* Galasso, 1974, p. 141). Também Galasso (1974)alaria em “economistas sem pátria” em referência a Prebisch e seu grupo. A pecha anti-nacional se associaria àquele com mais força por ocasião da assessoria que prestou aos responsáveis pela “Revolução Libertadora”. Nessa oportunidade, proporia um programa ortodoxo de liberalização e estabilização a fim de suplantat a herança peronista na economia e reestabelecer a credibilidade e confiança da política econômica argentina frente ao FMI e Banco Mundial. Contra Prebisch se insurgiria a intelectualidade fiel a Perón e Arturo Jauretche lhe dedicaria o panfleto *El Plan Prebisch, retorno al coloniaje* (1955). Nessa mesma direção, e paradoxalmente, o já reconhecido chefe da CEPAL seria responsabilizado pelo desmonte da indústria nacional: “Cegar las fuentes del credito industrial es herir mortalmente el destino industrial del país, y eso es justamente lo que está previsto en el ignominioso plan de aniquilamiento que lleva el nombre del doctor Raúl Prebisch [...]” (Scalabrini Ortiz, 1974, p. 219). Nem mesmo a aproximação com o governo Raúl Alfonsín (1983-88) já ao final da vida lhe redimiria da marca de homem da oligarquia.

²⁰⁷ “Diversos instrumentos como el Plan de Acción Económica de 1933 (del ministro de Hacienda Federico Pinedo) o el fracasado Plan de Reactivación Económica de 1940 (del ministro Pinedo junto a Raúl Prebisch y un grupo de jóvenes economistas) y las Juntas Reguladoras y Comisiones desde 1932 a 1938 dieron lugar a una intervención del Estado hasta el momento desconocida” (Stawski, 2012, p. 94). A racionalização administrativa iniciada nos 1930 fôra aproveitada pelos governos peronistas: “El peronismo en 1946 no hizo nada más que

tal demarcação entre passado e presente a partir dos acontecimentos de 1943 e 1946 (data inaugural da “Nova Argentina”) fixaria o lugar histórico a que se veriam relegados os protagonistas da “década infame”.

Visto como “fervoroso testa de ferro do Império” (Galasso, 1974) e liderança da “ditadura financeira” que acometia o país em favor dos interesses britânicos e estadunidenses, acusado de ser “antipátria” e braço financeiro das oligarquias no poder, Prebisch foi demitido em 1943 do BCRA, “instituição onde (segundo seus críticos) se fazem manobras ocultas contra a Argentina” (Prebisch, 1983). Segundo Louro de Ortiz (1992: 38):

“Lo cierto es que el Banco Central y su creación parecen un estigma en la vida de estos dos hombres (Pinedo y Prebisch); lo mismo sucede con otras instituciones, los otros miembros del Grupo y sus distintas actividades; fue el sello que los sindicó como vendepátrias y defensores de los intereses oligárquicos”.

Banido da vida pública argentina, Prebisch se voltou para suas tarefas universitárias na FCE/UBA e, em paralelo, conforme o peronismo se firmava como força política e cultural e obstava no curto e médio prazo qualquer perspectiva de retorno às suas antigas funções de direção no BCRA (nacionalizado por Perón²⁰⁸), o economista argentino apostou nas oportunidades que lhe eram abertas no plano internacional valendo-se do reconhecimento como especialista em assuntos bancários e das conexões latino-americanas (particularmente mexicanas) que estabeleceu entre 1944-1949, quando ingressou na CEPAL aproveitando-se do processo de transnacionalização das ciências sociais latino-americanas no imediato pós-guerra e da construção da América Latina como problema (Caravaca e Espeche, 2016; Jackson e Blanco, 2014).

Por seu turno, e dentre as frentes em que se desempenhou e adquiriu notoriedade, Pinedo se dedicou à carreira de advogado e se refugiou na idealização do passado de progresso e prosperidade (integração dos imigrantes, construção da unidade nacional, direção política dos mais capazes e esclarecidos portadores dos ideais de civilização, expansão econômica, atração do capital estrangeiro, estruturação das instituições estatais, etc.) de que foram artífices os seus antepassados da “República restritiva” (Botana, 1974) e viveu à

mantener el aparato modificando toda su orientación. Todo el aparato dirigista del peronismo lo encontró organizado. Lo único que cambió la orientación y en vez de cubrir exclusivamente el interés de determinados sectores de producción, buscó atender el interés general y sobre todo el de consumo” (Stawski, 2012, p. 98).

²⁰⁸ Prebisch lamentaria nos seguintes termos sua demissão do BCRA e as acusações de antipatriotismo: “Lo que más me dolió era que habíamos comenzado a hacer algo muy eficaz. No se había dado otra institución argentina en la que se hiciera una selección tan rigurosa de personal. Todo el régimen de ascensos se hacía parte por antigüedad, parte por discernimiento de méritos. [...] Eso era la obra, eminentemente argentina y que se nos atribuyera inspiración extranjera, es lo que más me dolió. Había una institución eminentemente nacional, no solamente en la inspiración...en los hechos” (Prebisch, 1983).

sombra do que considerava ser o período áureo e nostálgico da história argentina de fins do século XIX e seus grandes estadistas²⁰⁹.

Firmou-se como apologeta do livre-câmbio, se posicionou criticamente às medidas econômicas Estado-intervencionistas que encabeçou na década de 1930²¹⁰ e fez as pazes com seus antigos críticos de linha liberal (se tornou crítico de Perón em *La Prensa*). Voltou-se também contra a política econômica (“dirigista”, “inflacionária” e “emissionista”) e o “fatal estatismo” (Pinedo, 1956) de Perón – o que provocou sua prisão – e o regime político ditatorial que este último encarnou. Tão logo irrompida a “Revolução Libertadora”, em 1955, foi nomeado membro da *Academia Nacional de Ciencias Económicas* em 1956 e, mais tarde, em 1968, eleito para a *Academia de Derecho y Ciencias Sociales*.

Empenhou-se na vida de escritor e conselheiro político e econômico e, até sua morte em 1971, com a exceção do breve período de 15 dias em que voltou a ocupar o Ministério da Fazenda no governo José Maria Guido (1962-63), foi destituído do protagonismo político que outrora o fizera despontar como o principal quadro e promessa entre as jovens gerações políticas argentinas. Já ao fim da vida, inclusive em virtude da militante oposição às teses cepalinas e à liderança latino-americana de seu ex-colaborador²¹¹, foi elevado ao lugar de prócer das novas gerações de economistas neoliberais e antiperonistas²¹².

Por sua vez, e em virtude das reflexões acumuladas desde a *Revista Económica* sobre a dinâmica do comércio internacional e seus efeitos cíclicos sobre a periferia do capitalismo,

²⁰⁹ O conservadorismo e a reivindicação da tradição e do passado argentino como baliza para o presente e construção do futuro se evidenciam na seguinte passagem de um de seus últimos textos, *Trabajoso resurgimiento argentino*, de 1968: “Remozar un país con perspectivas de hacer algo duradero requiere algo más que el deseo de realizarlo. Se necesita enterarse de lo que se hizo inútil o nocivo en el correr de los años, y de lo que conserva valor efectivo y potencia creadora, en vez de declarar muerto todo el pasado o descartar todo lo que viene de él. [...]. La observación del pasado no es estreñimiento de retrógrados, sino base de toda acción renovadora fecunda, que exige trabajo paciente, al que rara vez se sienten propensos los neófitos de la vida pública, que pretenden deslumbrar alineando sin estudio una colección de frases y de afirmaciones sin base, que cuando mucho tienen el brillo de los fuegos artificiales, que se apagan sin dejar rastro” (p. 54).

²¹⁰ “Un poco por culpa de Prebisch, pero más por culpa mía, que era el responsable, tomamos algunas medidas erradas. Acuerdese cuando hacíamos quemar maíz en las calderas, todo macanes” (Pinedo *apud* De Pablo, 1971, p. 238).

²¹¹ Ver *La CEPAL y la realidad económica en América Latina*, de 1963. O livro reúne as críticas publicadas por Pinedo em *La Prensa* contra as teses cepalinas e explicita a postura revanchista em relação a seu ex-assessor. Outrora inimigos, Pinedo e *La Prensa* (aliados naturais) se irmanaram no período 1950-60 contra um contendor comum, o estruturalismo cepalino e seu ideólogo. Para Pinedo, as ideias da CEPAL eram uma forma mais sofisticada de demagogia e careciam de fundamentos científicos, prestando um desserviço ao desenvolvimento da América Latina na medida em que serviam de suporte aos regimes inflacionários e coletivistas prejudiciais às instituições democráticas.

²¹² No livro *La Argentina y su posición y rango en el mundo. Por Federico Pinedo y ensayos en su honor*, Editorial Sudamericana, 1971, seus admiradores e amigos ilustres fariam a hagiografia de sua atuação política e obra intelectual. Apresentariam-no como defensor do sistema democrático, reabilitando-o da imagem de “golpista” por seu protagonismo nos acontecimentos de 1930. O próprio Pinedo buscava dissociar-se dessa imagem nos seguintes termos: “[...] no fue revolucionario en el 30, no lo fue en el 43 y no lo he sido ninguna vez” (*apud* De Pablo, 1971, p. 208).

depois sistematizadas em seu interlúdio acadêmico (1943-48), Prebisch se encontrava em condições de avançar em novas construções teóricas e tarefas práticas com mais probabilidade que seu ex-chefe. Ademais, e ao contrário deste último, não possuía ligações afetivas com o passado oligárquico e, pertencente aos Uriburu pobres e de província, seus precedentes familiares (também de imigrantes) não o fazia cioso do país que ficara para trás.

Sem vinculações sentimentais e/ou saudades da velha Argentina, e salvaguardado ideologicamente por sua trajetória e imagem de técnico estatal neutro e apolítico, Prebisch se capitalizou no espaço continental como o criador do BCRA e dos mecanismos anticíclicos (em alta no período do pós-guerra e em meio ao descrédito das concepções liberais) e, ao longo dos anos 1950-60, se erigiu no portador de um projeto latino-americano de desenvolvimento econômico assentado na indústria autóctone e na soberania política nacional e regional.

Proscrito em seu próprio país, ele encontrou em Santiago do Chile e em seu ambiente intelectual estimulante (Cáceres, 2016) as condições que lhe permitiriam tirar proveito da situação marginal em que fôra lançado (perseguido político e sem colocação estável²¹³) para gestar reflexões originais e sustentadas em bases organizacionais de novo tipo. Nesse sentido, é possível estender ao economista a hipótese que utiliza Blanco (2006) para explicar as trajetórias e inovações institucionais capitaneadas pelos sociólogos Paul Lazarsfeld e Gino Germani:

“En algunos casos, su marginalidad (del hombre marginal) puede convertirse en una fuerza directriz canalizada en la dirección de una creación institucional. En la institución por el creada, el hombre-institución halla un campo propicio para la autoexpresión creativa. La institución hace las veces de un refugio que lo ayuda, a su vez, a cristalizar su propia identidad. Buena parte de las innovaciones académicas ocurridas en las ciencias sociales durante la segunda posguerra fueron obras de individuos investidos de estos atributos” (p. 245).

Demitido da FCE/UBA em 1948 e sem perspectivas de regressar ao BCRA, e após frustrado seu intento de empregar-se no FMI²¹⁴, Prebisch se mudou para Santiago do Chile contratado pela CEPAL para escrever a introdução teórica ao primeiro relatório econômico da nova organização, apresentado na Conferência de Havana (1949), e, pouco depois, já

²¹³ “De ser el ejecutivo más atareado de Argentina, había pasado a ser un intelectual aislado, condenado a mantenerse al margen en Mar del Plata para observar la transformación del sistema internacional en la posguerra bajo la égida de los Estados Unidos, así como el cierre político y económico de Argentina bajo el peronismo” (Dosman, 2001, p. 90).

²¹⁴ Segundo Dosman (2011), a rejeição de última hora ao nome de Prebisch para Diretor do FMI se explicaria pela mudança do clima político em Washington e o advento da onda anticomunista que se agudizaria nos anos seguintes.

promovido seu Secretário Executivo, redimensionou sua vida pessoal e ambições intelectuais no contexto da expansão das ciências sociais e criação de novas instituições internacionais cujo epicentro fôra àquela cidade. A partir de então, e sem prejuízo de sua imagem negativa na Argentina, se converteu numa personalidade regional e pensador anti-oligárquico.

EPÍLOGO

A CEPAL DE PREBISCH

Ao chegar a Santiago do Chile em fevereiro de 1948 Furtado encontrou um ambiente jovial de poucos economistas aplicados na composição do informe econômico apresentado no ano seguinte na primeira conferência da CEPAL em Havana. Manuseavam estatísticas, observavam a evolução da atividade manufatureira do pré-guerra e os índices de produção e emprego da Argentina, México e Chile, determinados a descobrir dados nos anuários estatísticos nacionais, preparar quadros, fazer cálculos, compor gráficos e textos. Distantes de seus países de origem e convivendo intensamente, esses economistas se sociabilizavam no trabalho e nos passeios aos finais de semana:

“E tínhamos o ski nos fins de semana. Fazíamos uns 50 quilômetros em estradas ruins em cima de um caminhão e mais uns 4 com o equipamento nas costas montanha acima para alcançar os refúgios, onde dormíamos. Ao calor da lenha que queimava na lareira e em torno das garrafas de bom vinho as conversas se estendiam, mas eram de crassa pobreza. Perguntava-me como era possível que aqueles jovens, educados em universidades norte-americanas, tivessem um horizonte de preocupações tão limitado. A maioria pensava em buscar trabalho nos Estados Unidos, caso a CEPAL não perdurasse” (Furtado, 1985, p. 55).

Segundo Furtado (1999), o *staff* inicial da CEPAL se assemelhava à União Panamericana/OEA (com sede em Washington) e ao perfil de seus quadros latino-americanos, que haviam estudado nos Estados Unidos e pretendiam construir sua carreira neste país. Nessa direção, o cubano Eugenio Boti estudara em *Harvard* e fora aluno de Schumpeter. O salvadorenho Jorge Alcazar e o peruano Jorge Rose obtiveram formação em universidades norte-americanas e, no caso deste último, trabalhara no Bureau de Estatísticas daquele país. Mexicano e primeiro Secretário Executivo da CEPAL, Gustavo Martinez Cabañas estudara direito e administração pública na *American University of Washington*. Autodenominado “representante dos americanos” e colaborador dos governos de Fulgêncio Batista (1940-44/1952-59), o cubano Eugenio Castillo realizou seus estudos na *Johns Hopkins University*²¹⁵.

²¹⁵ Segundo Hodara (1987b, p. 386), secundava Martinez Cabañas na Secretaria Executiva da CEPAL “[...] una tenebrosa figura, Eugenio Castillo, cubano que, según se rumoreaba entonces, había trabajado en los servicios de inteligencia de [Fulgêncio] Batista y, por implicación, de Estados Unidos. Eugenio Castillo vigiló desde el inicio la conducta de la CEPAL, especialmente la contratación de expertos”. Castillo tentou, por exemplo, sustar a contratação de Furtado ao enviar carta à Sede Central das Nações Unidas alegando que ele “nunca seria

Referindo-se à Castillo e à formação dos primeiros economistas que encontrou na CEPAL, lembra Furtado (1996, p. 68):

“Quando lá cheguei já havia um pequeno núcleo, mas totalmente tipo OEA, intra-americano, dirigido por um cubano, que era na verdade um homem dos americanos, que não tinha nenhuma capacidade para pensar por conta própria”.

“Quando eu cheguei à CEPAL, fui um dos primeiros, cheguei até antes de Prebisch, havia um grupo em que quase todos tinham estudado nos Estados Unidos, eram latino-americanos, principalmente chilenos e mexicanos. O único que não tinha estudado nos Estados Unidos, fora eu, que tinha estudado na Europa, era Juan Noyola, que também iria ser influente na CEPAL. Mas Juan Noyola tinha trabalhado nos Estados Unidos, no Fundo Monetário Internacional, portanto tinha passado já pelo tapiz, pela escola americana. Os dois únicos que não tinham formação americana eram Prebisch e eu” (Furtado, 1996, p. 67).

A presença crescente de latino-americanos nas universidades estadunidenses refletia a onda pró-Estados Unidos. Os norte-americanos desbancaram a Inglaterra como centro nervoso da economia capitalista, dominaram o esforço de guerra e posterior reconstrução e modelaram a era do pós Segunda Guerra. Os impactos sobre a América Latina logo se fizeram sentir com a reorientação de seu comércio na direção do vizinho do norte, que passara a fornecer as importações, recursos financeiros e tecnológicos antes supridos pelos ingleses.

Integrada a órbita de interesses dos Estados Unidos, a América Latina se abriria também à diplomacia econômica, importação de ideias e circulação de especialistas estadunidenses, que ocupariam os lugares que pertenceram aos europeus²¹⁶. As recém-criadas instituições de reconstrução econômica sediadas em Washington – como o BIRD e o FMI – ampliavam oportunidades de emprego e extraíam os mais destacados latino-americanos.

Os próprios Bancos Centrais regionais (especialmente o argentino e o mexicano) enviavam seus talentos às universidades dos EUA através de programas de cooperação

um economista aproveitável” (Furtado, 1985). Castillo renunciaria em 1952 do posto de Diretor da CEPAL na subsele do México após aceitar colaborar novamente com o governo do general Batista (Sáez, 2009; Hodara, 1987b).

²¹⁶ Na virada entre os séculos XIX e XX circularam pela América Latina especialistas econômicos europeus – os “money doctors” – convidados pelos governos locais para prestar assessoria e fundar instituições de pesquisa. O francês Gaston Jèze foi assessor econômico do presidente argentino Marcelo Alvear (1922-28). Otto Niemeyer e seus “british money doctors” do Banco da Inglaterra assessoraram o Brasil e Argentina na criação de suas instituições bancárias centrais e outras questões monetárias. À convite do governo peruano, Paul Pradier-Fodere organizou cursos na *Facultad Ciencias Políticas y Administrativas* da *Universidad de San Marcos* para formar profissionais nas carreiras política e administrativa versados em economia política, estatística, legislação e história diplomática. Fundou ainda nessa instituição uma revista de análise econômica. Jean Gustav Courcelle-Seneuil trabalhou no Chile como consultor do Ministério da Fazenda e professor de economia política. Mais conhecido entre os “money doctor”, o americano Edwin Kemmerer assessorou entre os anos 1920-30 os governos do Brasil, Peru, Chile, Colômbia, Bolívia e Guatemala (Abreu e Souza, 2011; Caravaca, 2013).

acadêmica alternativos aos precários centros locais de formação de especialistas. Em meio a essa conjuntura torna-se compreensível que os primeiros integrantes da ainda incerta e pouco conhecida CEPAL vislumbrassem oportunidades de carreira rentáveis e prestigiosas nas instituições americanas. Muitos jovens latino-americanos eram atraídos pelas perspectivas profissionais oferecidas desde os EUA e, segundo Furtado (1966), o mesmo caminho de subordinação aos EUA teria ocorrido com a CEPAL e seus quadros não fosse – à diferença da União Panamericana – a localização de sua sede em Santiago do Chile, o que mostra o poder de gravitação que passaram a exercer os EUA sobre a América Latina e sua inteligência:

“O milagre da CEPAL foi que esta teve sede fora dos Estados Unidos. Além disso, como estava na América Latina, ela passou a ter independência e autonomia pelo fato de que a problemática latino-americana era distinta se vista da América Latina ou dos Estados Unidos” (Furtado, 1966, p. 67).

Mas o “milagre da CEPAL” se devera também à chegada de Raúl Prebisch, economista argentino que catalizou os anseios dos jovens cientistas sociais que ambicionavam estudar os problemas da América Latina e que, no entanto, careciam da formulação e instrumentos teóricos adequados à compreensão da realidade histórica latino-americana. É ainda Furtado quem oferece um relato do espírito da época:

“[...] a verdade verdadeira é que a CEPAL foi possível por causa da presença de Prebisch. Os órgãos das Nações Unidas em nenhuma parte do mundo tiveram tanta importância. Só existe uma escola de pensamento no Terceiro Mundo independente, que é a CEPAL. Por que não houve na Ásia, onde houve uma Comissão Econômica para a Ásia mais antiga que a CEPAL? Por que não houve na África, ou em qualquer parte do Terceiro Mundo? Por que a Comissão Econômica da Europa, por exemplo, das Nações Unidas, nunca foi um órgão importante? A CEPAL é um fenômeno. Na América Latina, no Terceiro Mundo (...) criou-se um núcleo de pensamento e de reflexão com autonomia. Por que se deu uma conjugação muito especial de forças. É que havia já muitos economistas latino-americanos querendo, buscando isso, mas eles todos estavam nos Estados Unidos” (Furtado, 1966, p. 66).

Criou-se um interesse pela CEPAL somente depois que saiu o trabalho de Prebisch (*El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, de 1949). Havia virtualmente a necessidade de um pensamento latino-americano, de todo lado apareceu gente seguindo, aí foi um estouro de debates por toda parte (Furtado, 1966, p. 68).

A impressão de Furtado de que a CEPAL de Prebisch fôra em boa medida fruto das expectativas mais ou menos difusas de uma geração de cientistas sociais ansiosa pela oportunidade de criar um pensamento latino-americano autônomo e, portanto, livre das

amarras institucionais e interesses estadunidenses, encontra amparo no relato de Daniel Cosío Villegas, embaixador mexicano junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, fundador e editor da *Fondo de Cultura Económica*. Referindo-se à sua amizade com Prebisch, Cosío Villegas deixa entrever as afinidades que, antes em estado de latência, veem à superfície e manifestam-se a partir dos feitos de Prebisch e CEPAL:

“[...] antes de la CEPAL no nos conocíamos, estábamos aislados. El gran mérito de la CEPAL fue brindar probas por escrito de nuestros comunes denominadores, de los problemas que compartíamos y, naturalmente, también de nuestras diferencias. La CEPAL fue un elemento de cohesión latinoamericana. Ahora existe un sentimiento latinoamericano, una forma latinoamericana de acción, una forma de pensar latinoamericana” (*apud* Sunkel 2011, p. 36).

Nesses termos, a CEPAL teria funcionado como “elemento de coesão latino-americana” ao exprimir e dar forma ao “sentimento latino-americano” inaugurando-se, assim, uma forma original de pensar ancorada nas especificidades regionais. Foi certamente Prebisch quem abriu a primeira vereda:

“Ele chegou à CEPAL logo depois de mim e já escreveu o primeiro trabalho, que teve muita importância, muita repercussão. De imediato, em toda a América Latina, surgiam discípulos ou pessoas que já estavam buscando isso. Você não pode imaginar como, no mundo, o que vale é a liderança. Há tantas potencialidades, possibilidade de realizar coisas, que estão dependendo apenas de que apareça alguém capaz de liderar, de assumir o comando” (Furtado, 1966, p. 68).

Consultor contratado por quatro meses, Prebisch desembarcou em Santiago do Chile em fevereiro de 1949 incumbido de preparar introdução ao estudo *Investigación Económica de América Latina* que seria apresentado na Conferência de Havana no mesmo ano. Sob o título de *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, suas ideias remontavam às políticas anticíclicas praticadas como assessor especial dos Ministérios da Fazenda e Agricultura e Diretor do BCRA.

Desde a demissão do BRCA em 1943, Prebisch se dedicara a formalizar os aprendizados extraídos da experiência argentina de reação à retração da atividade econômica provocada pela crise dos anos 1930. No comando da política econômica descobrira que o ciclo econômico (baixas e altas periódicas na economia mundial) não funcionava da mesma forma nos países agrícolas (“periferia”) e industrializados (“centros cíclicos”). Os desequilíbrios no comércio mundial provocavam flutuações cíclicas cujos impactos exigiam um Estado ativo no papel de promotor do “desenvolvimento para dentro”: proteger os preços das exportações, minorar a vulnerabilidade provocada pelos choques externos, fortalecer o

poder aquisitivo e o emprego, promover a substituição de importações, estimular o setor privado produtivo e desestimular as indústrias ineficientes.

O “ativismo estatal keynesiano” (Dosman, 2011) de Prebisch abriu um novo campo de investigação e formulação teórica. Ao aportar na CEPAL tratou de refinar tais reflexões no “Manifesto latino-americano”. Segundo Furtado (1985, p. 75):

“Suas ideias, elaboradas a partir de rica experiência argentina e de observações fragmentárias que fizera em outros países, agora podiam ser testadas em confronto com uma nova entidade, cuja imagem começava a desenhar-se diante de nós, descobridores de uma nova América Latina”.

Para o Prebisch do “Manifesto”, o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que apregoava vantagem para a periferia na produção de alimentos e matérias primas e desestimulava seu processo de industrialização, se fundava em falsas promessas e ocultava o fato de que periferia e centro não se favoreciam equitativamente dos benefícios do progresso técnico. Dessa forma: i) os frutos da maior produtividade econômica no centro eram consumidos pela elevação da renda dos empresários e salários dos trabalhadores e, ao contrário do que se dizia, não se traduziriam em mercadorias mais baratas para a periferia; ii) ao passo que a renda dos empresários e trabalhadores do centro crescia mais que o aumento da produtividade, o processo inverso teria ocorrido na periferia ao transferir para os países do centro o fruto de seu próprio progresso técnico.

Ao atacar o sistema de divisão internacional do trabalho, Prebisch questionava a doutrina tradicional das vantagens comparativas e alçava ao primeiro plano a especificidade latino-americana no desenvolvimento capitalista:

“A falha dessa premissa consiste em ela atribuir um caráter geral àquilo que, em si mesmo, é muito circunscrito. Se por coletividade entende-se tão somente o conjunto dos grandes países industrializados, é verdade que o fruto do progresso técnico distribui-se gradativamente entre todos os grupos e classes sociais. Todavia, se o conceito de coletividade também é estendido à periferia da economia mundial, essa generalização passa a carregar em si um grave erro. Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí as acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas destes e daquela [...]” (Prebisch, 2000 [1949], p. 72).

Mais a frente, aponta os fatores concretos que favoreciam a concentração dos benefícios do progresso técnico nos países centrais:

“Nos centros cíclicos, a maior capacidade que têm as massas de conseguir aumentos salariais na fase ascendente e de defender seu padrão de vida na descendente, bem como a capacidade que tem

esses centros, pelo papel que desempenham no processo produtivo, de deslocar a pressão cíclica para a periferia, obrigando-a a contrair sua renda mais acentuadamente do que nos centros, explicam por que a renda destes últimos tende sistematicamente a subir com mais intensidade do que nos países da periferia, como fica patenteado pela experiência da América Latina. Nisso está a chave do fenômeno pelos quais os grandes centros industriais não apenas preservam para si o fruto da aplicação das inovações técnicas à sua própria economia, como também ficam numa posição favorável para captar uma parte do fruto que surge no progresso técnico da periferia” (Prebisch, 2000 [1949], p. 87-88).

Como se vê acima, a análise de Prebisch assume caráter relacional e mediado. Ao contestar os supostos benefícios da divisão internacional do trabalho, o cerne da questão volta-se para a descoberta de que centro e periferia obedecem a dinâmicas que, apesar de intimamente relacionadas, não assumem o mesmo caráter nem se traduzem da mesma forma em suas realidades específicas. Seria preciso averiguar as manifestações e formas assumidas pela dinâmica das relações centro-periferia e os desequilíbrios estruturais provocados em cada espaço nacional.

Prebisch não desconhece as diferentes modalidades existentes ou as variadas maneiras de existir em cada desses lugares da economia mundial. Mas tais peculiaridades recobram sentido e inteligibilidade quando vistas em função das relações de interdependência econômica próprias à dinâmica centro-periferia. Nesse sentido, se esforça em destacar as funções, papéis específicos dos pólos em questão e relações de dependência recíprocas entre o novo centro cíclico estadunidense e as economias latino-americanas. Ao imbricar as economias umas às outras, o raciocínio sistêmico de Prebisch reivindicaria especificidade da experiência histórica latino-americana, rejeitaria “generalizações dogmáticas” e buscaria ver a refração sofrida pelos fenômenos econômicos ao propagarem-se pelas fronteiras da periferia²¹⁷.

²¹⁷ Figura de proa da burocracia econômica argentina, Prebisch constatara já nos anos 1930 o declínio da Inglaterra como potência e a ascensão dos Estados Unidos a esse lugar do sistema internacional. Até então presa aos destinos da economia inglesa, a Argentina reorientaria – não sem resistências – sua política externa e comercial com o objetivo de se aproximar gradativamente do novo centro global. Retirada do plano da experiência, tal mudança do eixo da economia internacional receberia a devida ênfase no Manifesto de 1949. Inspirado pela realidade argentina, Prebisch notaria as diferenças entre os comportamentos de ingleses e norte-americanos e suas repercussões para a periferia. Sob vigência inglesa, a tendência era de expulsão de divisas e estímulo ao desenvolvimento econômico do resto do mundo. Ao contrário, sob batuta norte-americana existiria uma retração das compras externas, escassez de divisas, dificuldade de financiamento e redução do coeficiente de importações. Particularmente nos períodos de contração cíclica, as perdas seriam trasladadas à periferia pela redução da quota de importações do novo centro cíclico principal. Braudel (1987 [1985]) e Arrigui (1995), dentre outros, sistematizariam mais tarde essas percepções.

Explicitadas as assimetrias nas relações centro-periferia, o autor conclamava a ação em defesa de política industrial para superar obstáculos ao desenvolvimento e elevar o bem-estar das massas. Ficaria a cargo do Estado coordenar as ações no sentido de transformar o sistema produtivo, incorporar progresso técnico, elevar a produtividade do setor primário e do trabalho, intensificar as exportações, atrair investimentos estrangeiros, incrementar renda *per capita* via salário, estancar as perdas de receita provocadas pelas flutuações cíclicas, corrigir os desequilíbrios de renda entre centro e periferia e, fim último, elevar o padrão de vida das massas.

Proferidas às representações oficiais dos governos latino-americanos na Conferência de Havana, essas ideias construíram uma imagem da América Latina como entidade socioeconômica específica caracterizada por um modo próprio de industrializar, introduzir progresso técnico, crescer, absorver força de trabalho e distribuir renda. Esforço de teorização autônoma, as teses de Prebisch teriam forjado “mensagens transformadoras” (Sunkel 2011) que organizariam a percepção de um corpo de problemas, aspirações e tarefas comuns cuja boa receptividade levaria Prebisch a decidir-se por permanecer na CEPAL desde que fossem satisfeitas as seguintes condições:

“Primeiro, ¿qué significa la independencia intelectual para mí? No recibir instrucciones ni de la sede ni de Cabañas sobre las ideas que ponga en el papel. Debo asumir mi propia responsabilidad. Creo que ahora, que ya no soy un consultor, sino un hombre integrado al cuerpo de la CEPAL, debo seguir ciertas reglas con un sentido de la responsabilidad, pero al mismo tiempo con la posibilidad de plantear problemas que los países desarrollados no recibirán con agrado. (...) En segundo lugar creo que debe aprobar los nombramientos que me gustaría hacer. Que todos los nombramientos sean resultado de una propuesta mía. Puede aprobar o rechazar pero tiene que ser propuesta mía. Porque se trata de mi campo, conozco a la gente. Conozco los requisitos, y si usted actúa a distancia cometeremos muchos disparates. Em tercer lugar, quiero libertad para viajar. No tener que pedir permiso. Déme cierta suma y la usaré con mi mejor criterio” (Pollock, Kerner e Love, 2005, p. 7-8).

No que diz respeito à segunda condição, Prebisch já apontara no “Manifesto” os problemas relativos à inexistência de competentes economistas latino-americanos sensíveis aos problemas regionais e dotados de instrumentos de inquirição originais:

“São conhecidas as dificuldades que se opõem a uma tarefa dessa natureza na América Latina. Talvez a principal delas seja o número exíguo de economistas capazes de penetrar, com um discernimento original, nos fenômenos concretos latino-americanos. Por uma série de razões, não se consegue suprir a carência deles com a formação metódica de um número adequado de jovens de alta qualificação intelectual. Enviá-los às grandes universidades da Europa e dos Estados

Unidos já representa um progresso considerável, mas não o suficiente, pois *uma das falhas mais visíveis de que padece a teoria econômica geral, contemplada a partir da periferia, é seu falso sentido de universalidade. (...) Compete primordialmente aos próprios economistas latino-americanos o conhecimento da realidade econômica da América Latina. Somente se viermos a explicá-la racionalmente e com objetividade científica é que será possível obtermos fórmulas eficazes de ação prática*. Nem por isso se deve entender, todavia, que esse propósito seja movido por um particularismo excludente. Pelo contrário, só será possível realizá-lo mediante um sólido conhecimento das teorias elaboradas nos grandes países, com sua grande profusão de verdades comuns. Não se deve confundir o conhecimento ponderado do que é do outro com uma submissão mental às ideias alheias, submissão esta de que estamos muito lentamente aprendendo a nos livrar” (Prebisch, 2000 [1949], p. 80, destaques nossos)²¹⁸.

Ex-integrante da CEPAL e figura próxima a Prebisch, Victor Urquidí expressou a mesma opinião:

“Fue aquella una época em que no se contaba con experiencias muy útiles de otros países, ni con personal capaz de adaptarlas o aplicarlas en los países latinoamericanos, y en que tampoco se habría modernizado aún la enseñanza de la economía al grado de permitir proveer a las escasas instituciones de investigación el personal técnico necesario. Esta situación prevaleció poco más o menos durante los años treinta y la mayor parte de los años cuarenta. Es significativo que al crearse la Comisión Económica para América Latina en 1947 no fué fácil reunir en su secretariado un grupo medianamente experimentado de economistas latinoamericanos” (Urquidí, 1968, p. 41).

Para o Prebisch que maldizia a pobreza da universidade argentina e a insignificância de sua produção teórica no campo da economia era premente a formação de economistas latino-americanos preparados e dispostos a sacrificar bons empregos e salários em Washington em troca de uma vida mais modesta e menos prestigiosa em Santiago do Chile.

O Manifesto explicitara um conjunto de questões cuja resolução impunha uma intensa agenda de pesquisas e, portanto, um quadro qualificado de pesquisadores. É então que

²¹⁸ Para o Prebisch do “Manifesto”, os economistas latino-americanos encontrariam-se em posição vantajosa para conhecer objetiva e cientificamente a realidade latino-americana e subsidiar a ação transformadora. Tal defesa da preeminência do cientista social latino-americano sobre seu símile europeu ou norte-americano também é encontrada em Florestan Fernandes. Na orelha que escreveu ao livro *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, que Fernando Henrique Cardoso publicou em 1964, produto de sua livre-docência, Fernandes colocou a questão da seguinte maneira: “(*Empresário Industrial...*) É uma obra que tem profunda significação teórica, porque nela são examinadas, criticadas e reelaboradas, com notável vigor e originalidade, as teorias construídas por historiadores, economistas e sociólogos para explicar o desenvolvimento econômico como processo histórico-social. Por isso, ela traz consigo um novo estado de espírito na compreensão, na abordagem e interpretação desse fenômeno, comprovando que, *de fato, só os cientistas sociais dos países ‘subdesenvolvidos’ possuem condições para resolver problemas metodológicos ou teóricos mal formulados pelos autores clássicos*” (destaques nossos). É notória a verossimilhança com Prebisch especialmente no que diz respeito às potencialidades atribuídas ao intelectual nativo e a denúncia do “falso sentido de universalidade” que fizera o argentino.

Prebisch organiza na CEPAL um centro de pesquisas dotado de autonomia e composto por um seleto grupo de colaboradores incumbidos de preparar análises macroeconômicas retrospectivas (1925-49) para as economias da Argentina, Brasil, México e Chile. Somadas a uma parte geral dedicada à visada de conjunto da região, comporiam estudo anual da economia latino-americana. Iniciava-se assim a “fase clássica da CEPAL” (Urquidí, 1967) de Prebisch, Furtado, Jorge Ahumada, Alex Ganz, Regino Boti, Urquidí e Jose Antonio Mayobre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de P.; SOUZA, P. C. L. de. “*Palatable foreign control*”: *British money doctors and central banking in South America, 1924-1935*. Rio de Janeiro: PUC-Dep. de Economia.
- ACHA, O. (2014). “Los economistas católicos em la Argentina durante la segunda mitad del siglo XX: entre el desvanecimiento de una identidad religiosa y la profesionalización secular”. *Anuario de la Escuela de Historia Virtual*. Año 5. N° 6.
- AGUINAGA, C. e AZARETTO, R. A. (1991). *Ni década, ni infame. Del 1930 al 1943*. Buenos Aires: Baudino.
- ARECES, Nidia R. (1974). “La revolución de 1930”. In: *La Década Infame*. Buenos Aires: Ediciones CEPE.
- ARRIGHI, Giovanni (1995). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: UNESP.
- AZARETO, Roberto (1998). *Federico Pinedo: político y economista*. Buenos Aires: Emecé.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas (2012). “O anti-herói desenvolvimentista”. *Novos Estudos CEBRAP*. N° 94.
- BELLINI, C. (2006). “El grupo Bunge y la política económica del primer peronismo. 1934-52”. *Latin American Research Review*, 41 (1), p. 27-50.
- BELSUNCE, A. G. (1995). “Federico Pinedo: su vida y obra”. In: *Comercio internacional, integración y estabilidad monetaria: en homenaje al doctor Federico Pinedo*. Madrid: Abeledo-Perrot.
- _____ (1989). Homenaje al doctor Alberto Huyeo. Cementerio Recoleta, 22/12/1978. In: Belsunce, A. G. (1989). *Homenajes*.
- BERROTARÁN, Patricia M. (2012). “Guiso de liebre sin liebre: Estado, burocracias y peronismo”. In: Org. PLOTKIN, M. B. e ZIMMERMAN, E (2012). *Las prácticas del Estado. Política, sociedad y élites estatales en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Edhasa.
- BERTRANOU, Clara A. J. de (2015). “Lucía Piossek Prebisch y sus lecturas filosóficas”. *Cuyo. Anuario de Filosofía Argentina y Americana*, vol. 32, n° 1, p. 105-107.
- BILLONE, Vicente A. (1995). *Tres generaciones de poetas de Tucumán*. Tucumán: Facultad de Filosofía y Letras – UNT.
- BJERG, María (2009). *Historias de la inmigración en la Argentina*. Colección “Temas de la Argentina”. Buenos Aires: Edhasa.

- BLANCO, Alejandro (2009). “Karl Mannheim en la formación de la sociología moderna en América Latina”. *Estudios Sociológicos* XXVII.
- _____ (2006). *Razón y modernidad. Gino Germani y la sociología en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- BOLLO, H. G. (2012). *La teodicea estadística de Alejandro E. Bunge (1880-1943)*. Buenos Aires: Imago Mundi – Fundación Universidad Católica Argentina.
- BORDA, Manuel Lizondo (1965). *Breve historia de Tucumán: del siglo XVI al siglo XX*. Tucumán: Edición Oficial.
- BOTANA, Natalio (1977). *El orden conservador: la política argentina entre 1880 y 1916*. Biblioteca Argentina de Historia y Política. Buenos Aires: Hispanoamérica Ediciones Argentina.
- BRAUDEL, Fernand (1987 [1985]). *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- BRAVO, Héctor Félix (1965). *Sarmiento, pedagogo social*. Colección Ensayos. Buenos Aires: Editora Universitaria de Buenos Aires.
- BULMER, Martin (1984). *The Chicago school of sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- BUTLER, Horacio (1972). “La personalidad de Alberto Prebisch”. In: Org. OCAMPO, BUTLER y WILLIAMS (1972). *Alberto Prebisch*. Monografías de Artistas Argentinas, Cuaderno 9, Academia Nacional de Bellas Artes, República Argentina.
- CÁCERES, Gonzalo (2016). “Santiago de Chile. La capital de izquierda”. In: Org. GORELICK, A. e PEIXOTO, F. A. *Ciudades sudamericanas como arenas culturales. Artes y medios, barrios de élite y villas miseria, intelectuales y urbanistas: cómo ciudad y cultura se activan mutuamente*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- CAMOU, Antonio (1981). “Estado, desarrollo y equidad: una lectura prebischiana”. Disponible en: <http://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/pdf/Camou.pdf>.
- CAMPI, Daniel e BRAVO, Maria C. (2010). “Aproximación a la historia de Tucumán en el siglo XX: una propuesta de interpretación”. In: Org. ORQUERA, F. *Ese ardiente jardín de la república. Formación y desarticulación de un “campo cultural”: Tucumán, 1880-1975*. Córdoba: Alción Editora.
- CARAVACA, Jimena (2013). “Latinoamérica desde la economía: desarrollo, expertos y saberes, 1870-1950”. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires.
- _____ (2012a). “Raúl Prebisch, la economía y los economistas: entre una crisis y la crisis, 1930-35”. *Estudios críticos del desarrollo*, vol. II, nº 3, 2012.

- _____ (2012b). “La Argentina keynesiana. Estado, política y expertos económicos en la década de 1930. Org. PLOTKIN, M. B. e ZIMMERMAN, E.. In: *Las prácticas del Estado. Política, sociedad y élites estatales en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Edhasa.
- _____ (2011). *Liberalismo o intervencionismo? Debates sobre el rol del Estado en la economía argentina: 1870-1935*. Buenos Aires: Sudamericana.
- _____ (2010). “Algunas claves para pensar el proceso de formación del campo de la economía estatal en la Argentina”. Boletín Bibliográfico Electrónico. Programa Buenos Aires de Historia Política. Año 3, nº 6.
- CARAVACA, J. e ESPECHE, X. (2016). “America Latina como problema y como solución: Robert Triffin, Daniel Cosío Villegas, Víctor Urquidí y Raúl Prebisch antes del Manifiesto Latinoamericano (1944-1946)”. *Desarrollo Económico*, vol. 55, nº 217.
- CEVIÑO, Rodolfo A.. (1964). *Del Colegio San Miguel al Colegio Nacional: dos etapas de cultura en Tucumán*. Edit. Univ. Nacional de Tucumán.
- CIRIA, Alberto (1974). “Los partidos políticos durante la restauración conservadora (1930-1943)”. In: *La Década Infame*. Buenos Aires: Ediciones CEPE.
- CIRIGLIANO, Antonio A. (1986). *Federico Pinedo: teoría y práctica de un liberal*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- COLUMBIA, Ramón (1978). *El Congreso que yo he vivido (1906-1943)*. Textos y dibujos por Ramón Columbia. Buenos Aires.
- CONSIGLI, Raquel (2004). *Breve historia del Partido Socialista Argentino (1893-1943)*. Córdoba: Prosopis Editora.
- D’AGUIAR FURTADO, R. F. (2013). “Apresentação”. Org. D’AGUIAR, R. F. *Celso Furtado Essencial*. Clássicos. São Paulo: Penguin/Companhia.
- DE LA TORRE, Carlos P. (1987). *Historia de Tucumán*. Buenos Aires: Editorial Plus Ultra.
- DE PABLO, Juan Carlos (1971). “Federico Pinedo”. In: Org. DE PABLO, J. C. *Los economistas y la economía argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi.
- DEVOTO, Fernando (2009). *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana.
- DI TELLA, Torcuato (1988). “Raúl Prebisch o el largo camino hacia la utopía”. In: *Reflexiones sociopolíticas sobre el pensamiento de Raúl Prebisch*. Cuadernos 1, Fundación Raúl Prebisch. Buenos Aires: Editorial Tres.
- DONGHI, Tulio Halperin (2004). *La Republica Imposible (1930-1945)*. Biblioteca del Pensamiento Argentino. Buenos Aires: Emecé.

DOSMAN, Edgar J. (2011). *Raúl Prebisch (1901-1986). A construção da América Latina e do terceiro mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado de políticas para o desenvolvimento.

_____ (2001). “Los mercados y el Estado en la evolución del ‘manifiesto’ de Prebisch”. *Revista de la CEPAL*, 75.

FERRARI, Marcela (2008). *Los políticos en la república radical. Prácticas políticas y construcción de poder (1916-1930)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.

FRIEDMANN, Germán C. (2011). “Educación, política y identidad. La escuela Pestalozzi en Buenos Aires entre 1934-1945”. *Iberoamericana*, XI, 43, 61-77.

FURTADO, Celso (1996). “Celso Furtado”. In: Org. BIDERMAN, COZAC e REGO. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34.

_____ (1985). *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GALASSO, Norberto (1974). “La crisis social: de la restauración oligárquica a la Argentina de masas”. In: *La Década Infame*. Buenos Aires: Ediciones CEPE.

GARMENDIA, Elena P. de C. (1999). *Tucumán en los dos centenarios 1910-1916*. Tucumán: Centro Cultural Alberto Rougés y Fundación Miguel Lillo.

GROUSSAC, Paul (2001). *Los que pasaban*. Buenos Aires: Taurus.

GUY, Donna (1977). “La política azucarera tucumana y la generación del ochenta”. *Desarrollo Económico. Revista de Ciencias Sociales*, nº 64, jul. 16, IDES.

HERRERA, Claudia E. (2005). “Las relaciones entre poder local-poder central en Tucumán, Argentina (1860-1880)”. *Revista Complutense de Historia de America*, vol. 31.

HOBBSAWN, Eric (1998 [1962]). “A ideologia religiosa”. In: HOBBSAWN, E. *A era das revoluções. Europa 1789-1848*. Capítulo 12. São Paulo: Editora Paz e Terra.

HODARA, Joseph (1987a). *Prebisch y la CEPAL: Sustancia, trayectoria y contexto institucional*. Ciudad del Mexico: El Colegio del Mexico.

_____ (1987b). “Orígenes de la CEPAL”. *Comercio Exterior*, vol. 37, nº 5. México.

HORA, Roy (2010). *Historia económica de la Argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores de Argentina.

IBARGUREN, Carlos (1979). “De la Camara”. *Genealogía. Revista del Instituto Argentino de Ciencias Genealogicas*. Nº 18, número especial en adhesión al 2º centenario del nacimiento del General San Martín. Buenos Aires.

IÑIGUEZ, Carlos P. (2003). *Herejías Periféricas. Raúl Prebisch: vigencia de su pensamiento*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

- JACKSON, Luiz C. e BLANCO, Alejandro (2014). *Sociologia no espelho. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo: Editora 34.
- JAURETCHE, Arturo (1962). *FORJA y la década infame*. Buenos Aires: Peña Lilli Editor.
- JUSTINIANO, María F. (2005). “El poder del azúcar en el proceso político salteño a fines del siglo XIX y comienzos del siglo XX”. *Revista Escuela de Historia*, nº 4, ene./dic..
- LÁZARO, Orlando (1979). *Inmigración y educación en Tucumán. Etapa intercensal 1869-1914*. In: *Inmigración en la Argentina*. FF y L. Univ. Nac. Tuc., Tucumán.
- LEGNAZZI, María I. N. L.. “Los inmigrantes alemanes en el recuerdo de sus descendientes”. Congreso Argentino de Inmigración. IV Congreso de Historia de los Pueblos de la Provincia de Santa Fe. Disponible em: <https://vdocuments.com.br/los-inmigrantes-alemanes-en-el-recuerdo-de-sus-descendientes.html>.
- LLACH, Juan J. (1985). “Introducción: Alejandro Bunge, la Revista de Economía Argentina y los orígenes del estancamiento económico argentino”. In: *La Argentina que no fue*. Tomo I. Buenos Aires: Departamento Editorial del Instituto de Desarrollo Económico y Social (IDES).
- LÓPEZ, Manuel F. (2008). *Economía y economistas argentinos, 1600-2000*. Buenos Aires: Consejo Profesional de Ciencias Económicas de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
- _____ (1988). “Raúl Prebisch y la Universidad de Buenos Aires”. In: *El pensamiento de Raúl Prebisch*. Buenos Aires: Fundación Raúl Prebisch/Editorial Tesis.
- LUQUE, Femín V. A. (1943). *Uriburu: genealogía*. Buenos Aires.
- MAGARIÑOS, Mateo (1991). *Diálogos con Raúl Prebisch*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica/Economía Latinoamericana e Banco Nacional de Comercio Exterior.
- MALLACORTO, Ernesto (2004). “Entrevista”. In: Donghi, J. H. (2004). *La república imposible (1930-45)*. Biblioteca del pensamiento argentino IV. Buenos Aires: Ariel.
- _____ (1971). “Antecedentes sobre la creación del Banco Central de la República Argentina”. In: Org. MARTÍNES, J. H. (1971). *La Argentina: su posición y rango en el mundo. Por Federico Pinedo y ensayos en su honor*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- MALLORQUÍN, Carlos (2012). “La vuelta alrededor del mundo de Raúl Prebisch antes de 1949”. Disponible em: Biblioteca Virtual Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.
- _____ (2006). “Conversaciones con Raúl Prebisch”. In: *Texto para el estudio del pensamiento de Raúl Prebisch*. Cinta Moebio. Universidad de Chile. Textos para el estudio del pensamiento de Raúl Prebisch. Cinta de Moebio 25: 17-63.

- MICELI, Sérgio (1979). *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel.
- NEIBURG, F. e PLOTKIN, M. (2004). “Intelectuales y expertos: Hacia una sociología histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad en la Argentina. In: Org. NEIBURG, F. e PLOTKIN, M. (2004). *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en Argentina*. Buenos Aires: Paidós.
- NEIBURG, Federico (1997). *Os intelectuais e a invenção do peronismo*. São Paulo: EDUSP.
- NUNES, Edson (1997). *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- ORTIZ, A. Louro de (1992). *El grupo Pinedo-Prebisch y el neoconservadorismo renovador*. Colección Estudios Políticos y Sociales. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.
- ORTIZ, Raúl Scalabrini (1974). “Bases para la reconstrucción nacional”. In: *La Década Infame*. Buenos Aires: Ediciones CEPE.
- ORTIZ, Renato (2004). “As ciências sociais e o inglês”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 19, nº 54.
- OTERO, Hernán (2012). *Historia de los franceses en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos.
- PALACÍN, Manuel (1946). *Breve historia del Partido Socialista*. Buenos Aires: Editorial La Vanguardia.
- PANTALEÓN, Jorge (2004). “El surgimiento de la nueva economía argentina: el caso Bunge”. In: Org. PLOTKIN, M. B. (2004). *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en Argentina*. Buenos Aires: Paidós.
- _____ (2003). *La economía y las estadísticas nacionales en la Argentina (1914-1955)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- PARRA, M. G. (2011). “Blancos, demócratas y radicales en la encrucijada de los años treinta. El impuesto adicional al azúcar, Tucumán 1932-34”. *Travesía*, nº 13.
- PERRIAUX, Jaime (1970). *Las generaciones argentinas*. Buenos Aires: EUDEBA.
- PINEAU, Pablo (1998). “Temas de historia de la educación. *Revista del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación*. Año VII, nº 13, diciembre de 1998. Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.
- PINEDO, Federico (1971). “Federico Pinedo”. In: *Homenaje a Federico Pinedo*. Crónicas y discursos. Buenos Aires.
- _____ (1956). *El fatal estatismo*. Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda.
- PIOSSEK, Amalia Prebisch (1981). *La rendera tucumana y otros poemas*. Buenos Aires: Publinter.

- _____ (1947). *En tiempos de la República*. Tomo IV. Buenos Aires: Editorial Mundo Forense.
- PINEDO, F. e DUHAU, L. (1934). *El Plan de Acción Económica ante el Congreso Nacional*. Discursos de los ministros Pinedo y Duhau. Buenos Aires: Ministerios de Hacienda y Agricultura de la Nación.
- PLOTKIN, Mariano B. (2006). “Notas para análisis comparativo de la constitucion del campo de los economistas en la Argentina e Brasil”. Anuario IEHS.
- PLOTKIN, M. B. e CARAVACA, J. (2009). “A economia entre crises: economia política e finanças na Universidade de Buenos Aires (1870-1900)”. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, vol. 21, nº 2.
- POLLOCK, D.; KERNER, D.; e LOVE, J. (2001 [1985]). “Entrevista inedita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL”. *Revista de la CEPAL*, Santiago do Chile, nº 75.
- POLLOCK, David (2006). “Raúl Prebisch: la esencia del líder”. In: Org. DOMAN, E (2006). *Raúl Prebisch: el poder, los principios, y la etica del desarrollo*. Ensayos en homenaje a David Pollock por la celebración de los 100 años del nacimiento de Raúl Prebisch. Buenos Aires: BID-INTAL.
- PREBISCH, Raúl (2000 [1948]). “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas”. In: Org. BIELCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Record.
- _____ (1991). *Obras de Raúl Prebisch. Obras 1918-1948*. Vol. 1. Buenos Aires: Fundación Raúl Prebisch.
- _____ (1983). Entrevista a Julio Gonzalez del Solar. In: MALLORQUÍN, C. “Textos para el estudio del pensamiento de Raúl Prebisch”, *Cinta del Moebio, Revista de Epistemologia de Ciencias Sociales*, nº 125, 2006.
- PUIGGRÓS, Rodolfo (1973). *Las izquierdas y el problema nacional*. Buenos Aires: Ediciones CEPE.
- PREBISCH, Teresa P. e PREBISCH, Lucía P. (1981). “Introdução”. In: PREBISCH, Amália P. *La randera tucumana y otros poemas*. Buenos Aires: Carcos.
- RAPPORT, Mario (2014a). “Raúl Prebisch: algunas cuestiones sobre sus ideas y su trayectoria em la Argentina”. Disponible em: www.isanet.org.
- _____ (2014b). *Bolchevique de salón. Vida de Félix J. Weil, el fundador argentino de la Escuela de Frankfurt*. Buenos Aires: Debate.
- ROMERO, José L. (1996). *Breve historia de Argentina*. Buenos Aires: Tierra Firme/Fundo de Cultura Económica.

- ROMERO, Luis A. (1994). *Breve historia contemporánea de Argentina*. México: Fondo de Cultura Económica.
- SAÉZ, A. H. E. (2009). “La fundación de la CEPAL en México: desde los orígenes hasta 1960”. Mexico, DF: Serie Estudios e Perspectivas, n° 113, sede subregional de la CEPAL en México.
- SANGUINETTI, Horacio (1988). *La democracia ficta 1930-1938*. Memorial de la Patria (dirección Félix Luna). Buenos Aires: Ediciones La Bastilla.
- _____ (1981). *Los socialistas independientes*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.
- SANTAMARINA, E. B. de (1979). “La inmigración y sus consecuencias en la organización regional del territorio argentino. Años 1869-1914. In: *Inmigración en la Argentina*. FF y L. Univ. Nac. Tuc., Tucumán.
- SERRES, José R. (1978). *Homenaje a Tomas A. Le Breton*. Academia Nacional de Agronomía y Veterinaria. Buenos Aires – Arenales 1678.
- SIGAL, Silvia (2002). *Intelectuales y poder en Argentina. La década del sesenta*. Colección Historia y Política. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de Argentina Editores.
- SMALDONE, Mariana (2013). “Una tesis innovadora en la Argentina de los sesenta: fenomenología de la maternidad. Diálogo con Lucía Piossek Prebisch”. Mora, vol. 19, n° 1, Ciudad Autónoma de Buenos Aires.
- SORONDO, Matías S. (1983). “Testimonio”. In: *La crisis de 1930 II: testimonios*. Biblioteca Política Argentina. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- STAWSKI, Martín E. (2012). “Del equipo del asalto a la consolidación: Estado, elites y economía durante el primer peronismo 1946-1955”. In: Org. PLOTKIN, M. B. e ZIMMERMAN, E. (2012). *Las prácticas del Estado. Política, sociedad y élites estatales en la Argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Edhasa.
- SUNKEL, Oswaldo (2011). “Reflexiones sobre la vida y obra de Raúl Prebisch”. In: *Homenaje a Raúl Prebisch (1901-1986)*. Naciones Unidas. Santiago do Chile: CEPAL.
- TERÁN, Juan B. (1921). *La universidad y la vida*. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editorial CONI.
- TERÁN, Justino (1977). “Los Prebisch. 115 años. Su historia y descendencia”. Disponible en: <http://www.genealogiafamiliar.net/GF-datos/Archivos/Los%20Prebisch.pdf>.
- TIRYAKIAN, Edward A. (1979). “The significance of schools in the development of sociology”. In: Snizek, William E., Fuhrman, Ellsworth R. & Miller, Michael K. (1979).

Contemporary issues in theory and research. A metasociological perspective. Londres: Greenwood Press, p. 211-233.

URQUIDI, Víctor (1968). “Nuevas consideraciones sobre la investigación económica em America Latina”. In: *As ciências sociais na América Latina*. Centro latino-americano de pesquisas em ciências sociais. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

VALDUVIECO, Iván L. (1995). “Las transformaciones ideológicas del discurso liberal-conservador en la Argentina contemporánea: un examen del pensamiento político de Federico Pinedo y Álvaro Alsogaray”. *América Latina Hoy*, 1981, nº 11-12, p. 143-154.

VIGNOLI, Marcela (2015). *Sociabilidad y cultura política. La Sociedad Sarmiento de Tucumán, 1880-1914*. Rosario: Prohistoria ediciones.

WALTER, Richard (1977). *The Socialist Party of Argentina 1890-1930*. Austin: Institut of Latin American Studies – The University of Texas.

WEIL, Félix (2010 [1945]). *El enigma argentino*. Colección los Raros Biblioteca Nacional nº 35. Buenos Aires: Ediciones Biblioteca Nacional.

WEINBERG, Gregorio (1996). “Raúl Prebisch: una aventura intelectual”. In: *Prebisch y los problemas actuales de America Latina*. Fundación Raul Prebisch.

ZIMMERMANN, Eduardo (1994). *Los liberales reformistas. La cuestión social en la Argentina 1890-1916*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana/Universidad de San Andrés.

ZUCCARDI, Soledad M. (2012). *En busca de un campo cultural propio: literatura, vida intelectual y revistas culturales en Tucumán (1904-1944)*. Buenos Aires: Ediciones Corregidor.

ANEXO 1 – Curso ministrado por Pinedo em 1931 no CLES (documento disponível no *Fondo Documental Federico Pinedo/UDESA*)

Nuestro Problema Monetario

I

EL SISTEMA DE LA LEY DE CONVERSION

- a) — La ley de conversión.
Origen de la ley. — Objeto que tuvo en vista. — Su discusión. —
Su articulado. — Lo esencial y lo accesorio. — Justificación de
su sanción.
- b) — Situación creada por la ley.
Paridad asegurada. — Medida transitoria que resuelve en defi-
nitiva el problema de la conversión. — Inutilidad de la conver-
sión o de la cobertura total de la antigua emisión. — Ley econó-
mica del mínimun circulante. — De Ricardo a Hahn. — Magnitud
del medio circulante y del encaje. — Movimientos de oro norma-
les y extraordinarios.
- c) — Suspensiones de la ley de conversión.
La inconversión del año 1914. — Temores infundados que la de-
terminaron. — Sus efectos. — El restablecimiento monetario en
los demás países. — Demora en la vuelta a la normalidad mone-
taria en este país. — Vuelta a la inconversión y a la deprecia-
ción. — La situación universal en materia monetaria.
- d) — Posibilidad de salud monetaria.
Nuestro oro. — Magnitud de la reserva argentina comparada con
la de otros países. — Su utilización. — Absoluta seguridad de
poder mantener la convertibilidad si no se desnaturaliza el sis-
tema. — Cuestiones independientes del problema monetario.

II

VIRTUDES Y DEFECTOS DE NUESTRO SISTEMA MONETARIO

- a) — Papel convertible sin oro circulante.
Plan de Ricardo sobre moneda ideal. — Su aplicación empírica
en la Argentina y su establecimiento intencional en otros paí-
ses. — Qué efecto puede tener sobre el valor del oro. — El re-
ciente informe del comité de la Liga de las Naciones y objecio-
nes que se le ha hecho.
- b) — Movimiento del oro y la cantidad de moneda.
Dependencia legal de la cantidad de moneda con respecto a la
magnitud del tesoro metálico. — Legislación y práctica al res-

pecto. — Automatismo establecido por nuestra ley y supuesta determinación de la cantidad de moneda por el estado de la balanza de cuentas. — Evolución y valor de la teoría de la balanza. — Mobilidad de los factores que en ella influyen y preponderancia del factor financiero. — El saldo de cuentas es determinado por la situación monetaria más que ésta por aquél.

c) — **Necesidades monetarias y su satisfacción.**

Aspiración a mayor libertad de emisión. — Autorización a emitir más allá de la cantidad cubierta por metal. — El sistema de la garantía proporcional. — Su mayor liberalidad durante la expansión y su mayor violencia en los momentos de restricción.

d) — **Defensas contra el exceso y la carencia de moneda.**

Cómo puede evitarse la plétora. — La grito perenne por escasez de moneda. — Cantidad de billetes y magnitud del material monetario. — Variaciones de aquéllo y de ésto. — Comparación con otros países.

III

EL SISTEMA MONETARIO DE OTROS PAISES COMPARADO CON EL NUESTRO

a) — **Inexistencia de billetes de banco entre nosotros.**

El billete de banco como categoría de moneda. — Diferencias esenciales y accesorias con otros medios de pago. — La base del sistema es la convertibilidad. — Magnitud de la emisión cuando existe y cuando no existe otra clase de billetes.

b) — **El billete de banco en otros países.**

La moneda inglesa antes de la guerra. — El papel moneda durante la guerra. — Los informes periciales y la última ley monetaria. — La cláusula elástica. — La lección de los hechos. — Los sistemas monetarios de Francia y Alemania anteriores y posteriores a la guerra. — El sistema americano. — La construcción de la teoría y lo que se ha realizado.

c) — **Similitud de sistemas aparentemente distintos.**

Los billetes no cubiertos en Inglaterra, Francia y Alemania antes de la guerra. — Magnitud actual de la emisión verdaderamente bancaria en esos países. — Los billetes de la Reserva Federal Americana y la garantía metálica. — Inexistencia de billetes no cubiertos. — Identidad teórica esencial de los sistemas inglés y argentino. — Equiparación en los hechos, de los sistemas americano e inglés.

d) — **Fuente real de recursos elásticos.**

El cheque y el billete. — La reserva bancaria. — Su manejo. — la tasa del interés, la restricción del crédito y la intervención directa en el mercado. — No hay elasticidad en la inconvención.

IV

EL BANCO CENTRAL Y LA ORGANIZACION DEL CREDITO

- a) — **Los bancos como piezas del sistema monetario.**
Bancos de emisión y bancos de depósitos. — Desarrollo considerable del sistema bancario argentino. — Los depósitos y su empleo como moneda. — Comparación con otros países. — El cheque como suplemento y como reemplazante de moneda. — Ejemplos históricos. — Velocidad de la moneda bancaria.
- b) — **Coordinación bancaria y redescuento.**
Necesidades permanentes y transitorias de disponibilidades de los bancos y del público. — Modos de satisfacerlos. — El redescuento como medio de poner dinero a disposición del mercado y de los bancos. — Justificación teórica de la ampliación del material monetario en circunstancias especiales. — Conveniencia de aminorar la violencia de las exigencias de medios de pago. — Coordinación de las reservas bancarias.
- c) — **Ilusiones en cuanto a los efectos del redescuento hecho por un Banco emisor a base del aumento del circulante.**
El redescuento no puede ser fuente normal de crédito, ni cabe considerarlo como suplemento del capital prestable. — Condiciones y límites de la elasticidad de la moneda. — Necesidad de poder dominar el mercado e imponer la restricción del crédito. — Poder real de los bancos en cuanto a la masa de crédito en uso, si desean ampliarlo.
- d) — **Perspectivas argentinas.**
El Banco de la Nación. — ¿Se renunciaría a su política de crédito liberal y de interés artificialmente bajo? — Cubertura de los depósitos. — Una opinión de sir Walter Leaf. — ¿Banco central para continuar la inflación o para sanear? — Lo más urgente en materia monetaria y bancaria.

INSCRÍBASE en

Secretaría: BELGRANO 1732

U. T. 38 (Mayo) 6489 - De 16 a 20 hs.

CUOTA \$ 4.-- EL CURSO

ANEXO 2 – Caricatura publicada no semanário Caras e Caretas em 13/07/1935